



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ROSA CRISTINA LIMA RIBEIRO**

**ELAS POR ELAS – O ORGANIZAR DE PRÁTICAS DE UM**  
**EMPREENDEDORISMO DE RESISTÊNCIA NO COTIDIANO DE UMA REDE DE**  
**MULHERES**

**FORTALEZA - CEARÁ**

**2020**

ROSA CRISTINA LIMA RIBEIRO

ELAS POR ELAS – O ORGANIZAR DE PRÁTICAS DE UM EMPREENDEDORISMO  
DE RESISTÊNCIA NO COTIDIANO DE UMA REDE DE MULHERES

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Administração. Área de concentração: Gestão, organização e ambientes.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Silvia Rocha Ipiranga.

FORTALEZA - CEARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Estadual do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Ribeiro, Rosa Cristina Lima .

Elas por elas - o organizar de práticas de um empreendedorismo de resistência no cotidiano de uma rede de mulheres [recurso eletrônico] / Rosa Cristina Lima Ribeiro. - 2020

Um arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 191 folhas.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, Fortaleza, 2020.

Área de concentração: Gestão, organização e ambientes..

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Silvia Rocha Ipiranga.

.

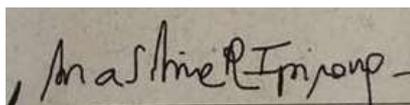
ROSA CRISTINA LIMA RIBEIRO

ELAS POR ELAS – O ORGANIZAR DE PRÁTICAS DE UM EMPREENDEDORISMO  
DE RESISTÊNCIA NO COTIDIANO DE UMA REDE DE MULHERES

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Administração. Área de concentração: Gestão, organização e ambientes.

Aprovada em: 08 de abril de 2020

BANCA EXAMINADORA



Profª Dr.ª Ana Silvia Rocha Ipiranga. (Orientadora)

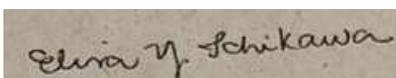
Universidade Estadual do Ceará



Profª Dr.ª Danielle Miranda de Oliveira Arruda

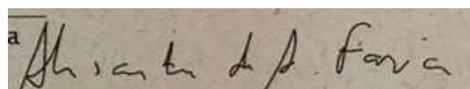
Gomes (Membro Examinador)

Universidade Estadual do Ceará



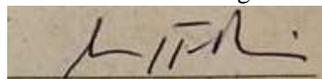
Profª Dr.ª Elisa Yoshie Ichikawa (Membro Examinador)

Universidade Estadual do Ceará



Prof. Dr. Alexandre Faria (Membro Externo)

Faculdade Getúlio Vargas



Profª. Drª. Maria José Tonelle (Membro Externo)

Faculdade Getúlio Vargas

“Tudo posso Naquele que me fortalece”.

(Filipenses, 4:13)

## RESUMO

Esta tese articula as abordagens das práticas cotidianas cearense, da epistemologia da resistência, da solidariedade feminista, do feminismo decolonial e dos estudos de empreendedorismo, com o objetivo de compreender e organizar de um empreendedorismo feminino de resistência enquanto prática, sob a ótica feminista decolonial e seus desdobramentos no contexto de empreendedoras reunidas em uma rede solidária de mulheres. A Rede de Mulheres Empreendedoras Sustentável – REMES, localizada em Fortaleza e em várias outras cidades do estado do Ceará e do Brasil, fornece o campo que é escrutinado para a construção desta tese. Suas práticas empreendedoras têm como base o reúso de materiais descartados por indústrias de diversos ramos. Para alcançar o objetivo delineado, foi escolhida a pesquisa etnográfica digital de natureza mista, envolvendo técnicas como a observação participante, o *shadowing*, entrevistas em profundidade, vídeos, fotos e o exame de um ano de conversas em um grupo de *WhatsApp*. O contexto da REMES é apresentado no início da análise e expõe a origem histórica do espaço no qual a rede foi constituída e as malhas de práticas de opressões, com diversas origens e matizes, que atuam no cotidiano dessas mulheres. Os achados do campo evidenciam um empreendedorismo de resistência constituído por malha de práticas que envolve a *métis* empreendedora, as heroínas da resistência, a reunião em redes solidárias, a capacidade de sonhar, as batalhas cotidianas, a mobilidade e a habilidade de fazer tudo. Nos seus desdobramentos e conforme a ótica do feminismo decolonial, as malhas de práticas de resistência envolvem o resgate do ser, do saber e a retomada do poder a partir das práticas empreendedoras de resistência. As considerações finais dão conta dos resultados alcançados a partir da problemática proposta e apresentam sugestões para futuras pesquisas feministas e as limitações do estudo.

**Palavras-chave:** Cotidiano. Decolonialidade. Empreendedorismo. Feminismo. Práticas. Resistência.

## ABSTRACT

This thesis articulates the approaches of everyday life practices of Michel de Certeau, the epistemology of resistance, feminist solidarity, decolonial feminism and entrepreneurship studies with the aim of understanding the organization of a resistance female entrepreneurship as a practice, under the decolonial feminist perspective, and their developments in the context of female entrepreneurs re-united in a solidarity network of women. The Network of Sustainable Women Entrepreneurs - REMES, located in Fortaleza and spread in other locations in the state of Ceará and Brazil provides the field that is scrutinized for the construction of the thesis. Its entrepreneurial practices are based on the reuse of materials discarded by industries of different branches. To achieve this goal, ethnographic digital research of a mixed nature was chosen, involving techniques such as participant observation, shadowing, in-depth interviews, videos, photos and the examination of a year of WhatsApp group conversations. The context of REMES is presented at the beginning of the analysis, giving an account of the historical origin of the space in which the network was formed and the meshes of practices of oppression with different origins and nuances were revealed, acting in the daily lives of women in the network and the history of creation of REMES. The findings of the field show a resistance entrepreneurship constituted by a mesh of practices that involves entrepreneurial methods, heroines of resistance, meeting in solidarity networks, the ability to dream, daily battles, mobility and doing everything. In its unfolding and according to the perspective of decolonial feminism, the meshes of resistance practices involve the rescue of being, of knowledge and the resumption of power from the entrepreneurial practices of resistance. Final considerations give an account of the results achieved from the proposed problem, present suggestions for future feminist research and the study limitations.

**Keywords:** Every-Day Life. Decoloniality. Entrepreneurship. Feminism. Practices. Resistance.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 –</b>	<b>Logotipo da REMES.....</b>	<b>17</b>
<b>Figura 2 –</b>	<b>Teoria das práticas e suas principais abordagens.....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 3 –</b>	<b>Modelo conceitual da Epistemologia da Resistência .....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 4 –</b>	<b>Matriz colonial do poder.....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 5 –</b>	<b>Analítica da Decolonialidade – algumas dimensões básicas.....</b>	<b>61</b>
<b>Figura 6 –</b>	<b>Modelo teórico-conceitual da tese.....</b>	<b>91</b>
<b>Figura 7 –</b>	<b>Mapa do Ceará Colonial .....</b>	<b>111</b>
<b>Figura 8 –</b>	<b>Logotipo da AMORBASE.....</b>	<b>117</b>
<b>Figura 9 –</b>	<b>Bairros de atuação da REMES em Fortaleza.....</b>	<b>119</b>
<b>Figura 10 –</b>	<b>Práticas de produção do sabão ecológico.....</b>	<b>124</b>

## LISTA DE FOTOS

<b>Fotos 1 e 2 –</b>	<b>Bilhete de agradecimento do Programa Assunto de Mulher pela participação da REMES em matéria veiculada sobre os desfiles de rua.....</b>	<b>120</b>
<b>Foto 3 –</b>	<b>Pintura de mural para o Museu do Caju.....</b>	<b>121</b>
<b>Foto 4 –</b>	<b>Sabão ecológico padrão REMES.....</b>	<b>121</b>
<b>Foto 5 –</b>	<b>Caju da Sogra – caju revestido em fuxico em confecção pela Vó Luiza.....</b>	<b>121</b>
<b>Foto 6 –</b>	<b>Vó Luiza, remista de 95 anos.....</b>	<b>121</b>
<b>Foto 7 –</b>	<b>Memorial do Vaqueiro (articulado em parceria com a REMES)..</b>	<b>122</b>
<b>Foto 8 –</b>	<b>Produtos de remistas em exposição no Museu do Caju.....</b>	<b>122</b>
<b>Foto 9 –</b>	<b>Produtos em Exposição na Casa/Ateliê da Lia.....</b>	<b>142</b>
<b>Foto 10 –</b>	<b>Geni e Lia Fundadoras da REMES.....</b>	<b>142</b>
<b>Foto 11 –</b>	<b>Oficina de Sublimação.....</b>	<b>142</b>
<b>Foto 12 –</b>	<b>Anúncio - Oficina de Turbanteria.....</b>	<b>142</b>
<b>Foto 13 –</b>	<b>Início do Projeto de Tela Colaborativa no PPGA/UECE.....</b>	<b>143</b>
<b>Foto 14 –</b>	<b>Tela colaborativa finalizada no PPGA/UECE.....</b>	<b>143</b>
<b>Foto 15 –</b>	<b>Venda de brinquedos sustentáveis.....</b>	<b>143</b>
<b>Foto 16 –</b>	<b>Maria Flor nas escolas.....</b>	<b>143</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1 –</b>	<b>Reposicionamento dos estudos de empreendedorismo.....</b>	<b>24</b>
<b>Quadro 2 –</b>	<b>O fazer humano na teoria social.....</b>	<b>31</b>
<b>Quadro 3 –</b>	<b>Michel de Certeau nos estudos de empreendedorismo.....</b>	<b>37</b>
<b>Quadro 4 –</b>	<b>Teorias e abordagens feministas.....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 5 –</b>	<b>Possibilidades no produto sabão ecológico.....</b>	<b>126</b>
<b>Quadro 6 –</b>	<b>Tipos de práticas solidárias empreendedoras.....</b>	<b>147</b>
<b>Quadro 7 –</b>	<b>Síntese do empreendedorismo de resistência x empreendedorismo clássico.....</b>	<b>151</b>
<b>Gráfico 1 –</b>	<b>Taxas de empreendedores segundo o estágio do empreendimento Brasil 2002-2017 (em % da população economicamente ativa).....</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 1 –</b>	<b>Distribuição percentual dos empreendedores iniciais, estabelecidos segundo o faturamento e a margem estimada – Brasil, 2017.....</b>	<b>75</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ESP	<i>Everyday Sexism Project</i>
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
REMES	Rede de Mulheres Empreendedoras Sustentável
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivos .....</b>	<b>22</b>
1.1.1	Geral.....	22
1.1.2	Específicos.....	22
<b>1.2</b>	<b>Relevância do estudo.....</b>	<b>23</b>
<b>2</b>	<b>O POLO TEÓRICO.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1</b>	<b>No oceano das práticas .....</b>	<b>29</b>
2.1.1	Os estudos baseados em práticas .....	30
2.1.2	A resistência enquanto prática .....	38
<b>2.2</b>	<b>No oceano das lutas feministas .....</b>	<b>43</b>
2.2.1	A história de luta e resistência das mulheres .....	43
2.2.2	Resistência à luz do feminismo decolonial.....	58
2.2.3	O feminismo decolonial nos estudos organizacionais .....	65
<b>2.3</b>	<b>Remando por um empreendedorismo tupiniquim .....</b>	<b>67</b>
2.3.1	Decolonizando os estudos de empreendedorismo no Brasil .....	68
2.3.2	Os estudos sobre empreendedorismo e resistência nos estudos organizacionais .....	78
2.3.3	Empreendedorismo de resistência enquanto prática.....	83
<b>3</b>	<b>O POLO METODOLÓGICO .....</b>	<b>92</b>
<b>3.1</b>	<b>As práticas etnográficas .....</b>	<b>92</b>
<b>3.2</b>	<b>A etnografia digital.....</b>	<b>103</b>
<b>3.3</b>	<b>O plano de descrição e interpretação.....</b>	<b>108</b>
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÕES, ANÁLISES E RESULTADOS .....</b>	<b>111</b>
<b>4.1</b>	<b>Contextualizando a Rede de Mulheres Empreendedoras Sustentável – REMES .....</b>	<b>111</b>
<b>4.2</b>	<b>Identificando as malhas de práticas de um empreendedorismo de resistência .....</b>	<b>122</b>
4.2.1	A métiis empreendedora .....	123
<b>4.2.1.1</b>	<b><i>As práticas do sabão ecológico .....</i></b>	<b>123</b>
<b>4.2.1.2</b>	<b><i>As práticas da ecoarte.....</i></b>	<b>123</b>
4.2.2	As heroínas da prática empreendedora de resistência .....	130

4.2.3	A (re)união em redes solidárias empreendedoras.....	134
4.2.4	A capacidade de sonhar: <i>resistant imagination</i> .....	141
4.2.5	Reflexões para os estudos de empreendedorismo no Brasil.....	143
<b>4.3</b>	<b>Os desdobramentos do organizar de um empreendedorismo feminino enquanto prática de resistência decolonial.....</b>	<b>153</b>
4.3.1	A oficina da Boneca Abayomi.....	154
4.3.2	Analisando as práticas feministas decoloniais da REMES .....	155
<b>4.3.2.1</b>	<b><i>O resgate do ser nas práticas das empreendedoras de resistência.....</i></b>	<b>156</b>
<b>4.3.2.2</b>	<b><i>O resgate do saber nas práticas das empreendedoras de resistência.....</i></b>	<b>159</b>
<b>4.3.2.3</b>	<b><i>A retomada do poder nas práticas das empreendedoras de resistência.....</i></b>	<b>160</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>171</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da minha carreira profissional, atuei, durante 11 anos, no maior programa de microcrédito da América do Sul e exerci variadas atribuições. As interações do microcrédito com a atividade empreendedora de pequeno porte são multiformes e vão muito além do crédito. A ação do microcrédito se volta para um padrão de empreendedorismo que o *Global Entrepreneurship Monitor* - GEM (BOSMA; KELLEY, 2018) define como o trabalhador por conta própria ou como aquelas empresas com até cinco empregados, formais ou informais. Esse é um padrão similar ao utilizado também pela Pesquisa da Economia Informal (ECINF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (<https://www.ibge.gov.br>) e se sobrepõe aos dados da informalidade no Brasil.

A pesquisa do IBGE tem o propósito de compreender as características e o ambiente no qual se desenvolve a atividade empreendedora. O GEM 2018/2019 (Bosma e Kelley, 2019) estima a existência de 582 milhões de empreendedores ao redor do mundo que conduzem suas atividades por necessidade ou por oportunidade, em países de baixa, média ou alta renda, conforme a classificação do Fórum Econômico Mundial e das Nações Unidas. Na pesquisa GEM, são alcançados países situados no Leste e Sul da Ásia, Europa e América do Norte, África e América Latina e Caribe. Na América Latina, além do Brasil, são países pesquisados Colômbia, República Dominicana, Guatemala, México, Peru, Argentina, Chile, Panamá, Porto Rico e Uruguai.

Especificamente sobre o Brasil, a análise dos especialistas do GEM 2018/2019 (BOSMA; KELLEY, 2019) demonstra, no ano de 2018, uma elevação na proporção daqueles(as) que empreendem por necessidade devido à ausência de empregos formais. Indica, ainda, que somente 31% da população adulta reconhecem a existência de boas oportunidades para começar um negócio no cenário brasileiro. A combinação entre a ausência de boas oportunidades e o ato de empreender por necessidade gera a baixa expectativa de que a atividade empreendedora seja capaz de gerar a recompensa, em termos de renda, almejada por aqueles que empreendem.

Além disso, a baixa expectativa de crescimento e a baixa capacidade de inovação do empreendedorismo no Brasil sugerem que a atividade empreendedora contribui, em termos econômicos, muito mais pelo alto contingente de pessoas envolvidas do que por qualquer impacto inovador gerado na esfera individual (BOSMA; KELLEY, 2019).

Outro ponto que se destaca na pesquisa do GEM 2018/2019 (BOSMA; KELLEY, 2019) é a proporção de 0,93 mulher para cada homem dentre os empreendedores nascentes, colocando o empreendedorismo feminino brasileiro na 7ª posição dentre as nações investigadas. Contudo, quando se examina a razão mulher/homem dentre os que buscam empreender por oportunidade, a posição do Brasil despenca para a 42ª. Uma reflexão possível, a partir do cruzamento dessas duas informações, é que existe um significativo contingente de mulheres no Brasil empreendendo por necessidade. *Seria essa uma necessidade de existir ou resistir?*

O empreendedorismo por necessidade, seja a de existir, seja a de resistir, forma um contraponto interessante comparado à visão clássica, cujo viés é mais voltado para a economia. Nascida das teorias econômicas, a maioria dos estudos de empreendedorismo está voltada para a criação de novos negócios, o rápido crescimento desses negócios, as formas de geração de valor, as associações entre empreendedorismo e inovação e a identificação e captura de oportunidades rentáveis (RINDOVA; BARRY; KETCHEN, 2009). São os empreendedores-heróis, construtores de reinos e cidadelas visualizados por Schumpeter (1997).

Contudo, existe um grande contingente de empreendedores(as) que não se enquadra nessa visão desbravadora. O GEM 2018/2019 sinaliza 582 milhões de empreendedores(as) no mundo. No Brasil, em 2017, eram 49,3 milhões, dentre os quais 24,8 milhões de mulheres (GEM, 2018). Souza (2012) os define como “batalhadores brasileiros”. Fruto de uma reconfiguração do capitalismo colonizador, o capitalismo financeiro dita as regras e intervém de forma mais profunda na configuração das exclusões e invisibilizações, permeando, dentre outras questões, a precarização do mundo do trabalho. Essas novas configurações formam as bases de uma luta entre os(as) batalhadores(as) e os novos modos de produção a eles(as) impostos. Ao mesmo tempo em que tentam se “adequar” aos discursos, sua existência é negada: são invisíveis. Na ânsia de normalizar sua existência, o capital dá a eles(as) uma condição subontológica, subalterna, que permeia os vários campos do ser, do saber e do poder. A normalização proposta pelo capitalismo global busca abrigar todos sob a copa de uma mesma árvore: a quimera das oportunidades (ABDALLA; FARIA, 2017; BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019, SOUZA, 2012).

Assim, não havendo oportunidades para tantos reinos, muitos e muitas empreendem pela necessidade de existir, ou resistir. As duas palavras, existir e resistir, têm a mesma raiz

latina *stare* que significa estar, permanecer ou ficar de pé. *Existare*, que dá origem a existir, significa, literalmente, surgir a partir de algo firme, enquanto a adição do prefixo re- a *existare* acrescenta ao existir a continuidade, a repetição, as muitas vezes.

Ao longo da minha jornada profissional e pessoal, encontrei muitas mulheres que atuavam na condição de proprietárias de seus negócios e compartilharam comigo fragmentos do seu cotidiano de resistência, a teimosia em existir, enquanto mulheres e empreendedoras. Pequenos relatos de vitórias e conquistas, de alguma forma, se encontravam imbricados na sua prática empreendedora, conduzida entre a casa e a rua, alternando entre uma atividade e outra. Uma prática empreendedora cotidiana, ordinária, comum, mas, ao mesmo tempo, força propulsora de esperança, dignidade, espaço de autoafirmação, transformando a vida dessas pessoas. *Seria esse empreendedorismo uma prática de resistência? Uma forma de permanecer de pé?*

Tais resistências, entendidas como o estar ou permanecer de pé repetidas vezes, numa batalha do fraco contra o forte (CERTEAU, 2014), são importantes para as mulheres empreendedoras (ou seriam para todos nós?). Com uma taxa de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, o Brasil está entre os países com maior índice de homicídios femininos. Ocupa a quinta posição em um ranking de 83 nações, segundo dados do Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015), citando apenas uma das várias estatísticas que mostram a violência e as formas de opressão contra a mulher no Brasil.

No esforço da construção da dissertação de mestrado, deparei novamente com elas, as donas dos negócios pequenos, populares (RIBEIRO, 2009; RIBEIRO; FREITAS, 2010). Ao examinar o desempenho de negócios conduzidos por empreendedores(as) informais, evidenciei que os negócios conduzidos por mulheres apresentavam resultados de vendas e lucros inferiores quando comparados aos negócios dos homens e interpretei esses dados como uma manifestação de outra forma de injustiça contra a mulher, dessa vez no contexto do mundo dos negócios. A situação de discriminação e inferiorização da mulher, nos vários contextos, me incomoda na condição de mulher e mãe de duas filhas e, nesta tese, o primeiro desejo é fazer com que esta pesquisa retorne sob a forma de contribuições para a superação desse *problema de mundo* (MILLS, 2009).

Porque as opressões são muitas, as mulheres têm buscado dar as mãos em diferentes contextos. Iniciativas como o *#MeToo*, movimento voltado para a denúncia contra formas de assédio sexual no contexto do trabalho, que ganhou grande repercussão após a adesão das atrizes de Hollywood, e o *Every Day Sexism Project–ESP*, espaço virtual para a denúncia de

práticas sexistas, são duas dentre as muitas iniciativas de luta contra a opressão que ocorrem ao redor do mundo (VACHHANI; PULLEN, 2019).

No Brasil, “Ninguém solta a mão de ninguém!”<sup>1</sup> é um convite à resistência de mulheres, população LGBTQ+<sup>2</sup>, negros e índios após as eleições presidenciais de 2018. De acordo com Vachhani e Pullen (2019) e Spicer e Bhöm (2007), os movimentos de resistência podem assumir um caráter bastante informal, de natureza infrapolítica, e envolvem conexões estabelecidas por meio de solidariedade, afeto e ressonância, caracterizando uma solidariedade afetiva. Dentre as muitas possibilidades para conexão estão as questões que envolvem a discriminação de gênero, por exemplo, fruto do sexismo e misoginia decorrentes de uma cultura patriarcal. Uma das formas de dar as mãos, por meio de práticas de resistência, é a das mulheres organizadas, (re)unidas em redes de mulheres, o que também ocorre no contexto do empreendedorismo feminino, discussões essas articuladas nesta tese.

A Rede Mulher Empreendedora (<https://rme.net.br/>) é uma das maiores dessas organizações no Brasil e é impulsionada por organizações como o banco Itaú, Avon e Google. Segundo informações da internet, conta com mais de 500 mil mulheres cadastradas e visa fomentar o empreendedorismo feminino por meio de palestras, encontros e formação. Essa rede, com um lócus virtual de funcionamento, organiza práticas de empoderamento feminino por meio da ação de empreender.

Em 2016, conheci a Rede de Mulheres Empreendedoras Sustentável – REMES (<https://www.facebook.com/groups/416745105183991/>), por meio de uma de suas fundadoras. Essa rede, baseada em laços de solidariedade – união de propósitos, simpatias e interesses (Medina, 2013) - é bem menor em dimensão e (re)une um grupo de cerca de 80 mulheres que têm as práticas empreendedoras como norte e as práticas artesanais como liga. Começou no bairro Serrinha, onde concentra a maioria das participantes, mas hoje atua em outros bairros de Fortaleza e região metropolitana e em cidades do interior do Ceará.

As práticas empreendedoras artesanais da REMES se organizam em torno do reúso de materiais descartados, na sua grande maioria, por grandes empresas. Para promover essa reutilização, são ministradas oficinas, muitas vezes nas casas das empreendedoras, e são organizados eventos com diversas conotações em diferentes espaços (e.g. feiras de vendas de

---

<sup>1</sup> Frase atribuída aos estudantes de Ciências Sociais da USP durante os cercos policiais no período da Ditadura Militar. (<https://www.hypeness.com.br/2018/11/por-tras-do-viral-de-onde-vem-a-frase-ninguem-solta-a-mao-de-ninguem/>, recuperado em 03.03.2019).

<sup>2</sup> O termo é usado para representar gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, polisssexuais, assexuais e, frequentemente, também as pessoas não-binárias, transgêneros ou transexuais, de forma análoga à sigla LGBT.

produtos em praças públicas, exposições de produtos em espaços cedidos por diferentes empresas, etc.). Caracterizam um "fazer com" (CERTEAU, 2014) que abre espaço para trocas de diversas naturezas.

Em sentido metafórico, o oceano representado no logotipo da REMES é o espaço de atuação (Figura 1) e representa as oportunidades que precisam ser “pescadas”, capturadas, mas também o organizar de práticas que envolvem a necessidade de esforço, de remar, muitas vezes resistindo contra as forças das correntezas. O barco é o artefato da travessia e representa as práticas empreendedoras. Numa alusão que é também bíblica, o barco salva almas. Para muitas delas, remar junto, de forma solidária, torna a viagem menos árdua e solitária. As mulheres empreendedoras sustentáveis são as “remistas” que resistem a um oceano de opressões. Para incentivar a ação permanente, elas partilham uma frase, uma espécie de bordão, que indica que o esforço não pode parar: “E vamos remando...”. Indago neste ponto: *seria esse um organizar em rede como lócus para o empreendedorismo feminino de resistência no sentido que se propõe para esta tese? Por meio de que práticas empreendedoras de resistência essas mulheres se encontram (re)unidas?*

**Figura 1 - Logotipo da REMES**



Fonte: REMES

Outro oceano a que se alude nesta tese é o Atlântico, rota dos portugueses e de muitos povos “colonizadores” que invadiram o Brasil, interessados na exploração de riquezas. Também era a rota comum para os países da América do Norte, Caribe e América do Sul, especialmente o Brasil, na travessia de povos escravizados capturados na África. O Brasil recebeu, aproximadamente, 50% da população capturada e vendida entre 1.514 e 1.866 (<http://www.slavevoyages.org>). A escravidão, somada à monocultura e ao latifúndio, formava as bases econômicas do Brasil colonial (DELGADO, 2004).

As forças do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado vão atuar com maior intensidade na opressão daquelas que representam a interseccionalidade de gênero, raça e classe: a mulher não branca e pobre (AKOTINERE, 2018; COOKE, 2003; DAVIS, 2016; LUGONES, 2008; 2014; RIBEIRO, 2017).

Para esta tese, interessam as teorias que discutem a necessidade de uma decolonização do entendimento sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe, adotando “[...] o Oceano Atlântico como lócus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos” (AKOTIRENE, 2018, p.15).

O feminismo decolonial fornece as bases para um exame crítico que visa compreender por que essas mulheres se encontram nessa condição de ter que empreender pela necessidade, seja ela de existir, seja a de resistir. Ao mesmo tempo, nos faz refletir sobre as exclusões e sobreposições de opressões que impulsionam o processo de organização de práticas de resistência coletivas e comunitárias, baseado no resgate de raízes históricas, numa luta permanente contra as várias práticas de opressão (Lugones, 2008). *Como as práticas de decolonização de gênero vão constituir uma base organizativa desse empreendedorismo de resistência, tupiniquim, invisibilizado, conduzido por mulheres, de forma solidária?*

Especificamente no contexto desse *problema de mundo* (MILLS, 2009), esta tese lança mão de questões articuladas pelo feminismo, principalmente pelo feminismo decolonial (ABDALLA; FARIA, 2017; BALLESTRIN, 2017; FARIA E WANDERLEY, 2013; FARIA, 2015; LUGONES, 2008, 2014; MANNING, 2018; SPIVAK, 2014) e pela solidariedade feminista (HERMMINGS, 2012; VACCHANI; PULLEN, 2019), tratados acima. Além disso, as questões da decolonialidade extrapolam a articulação com o feminismo e fornecem as bases para a compreensão do organizar das práticas daquilo que aqui se define como “empreendedorismo de resistência”. Esse tipo especial de empreendedorismo, descrito anteriormente, pode ser vislumbrado nas palavras de Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grafoguel (2019, p.16): “[...] a afirmação da existência e o conhecimento daqueles que foram apagados, invisibilizados e negados pela colonialidade”.

Assim, decolonizar envolve articular o pensamento e a criatividade para torná-los estratégias de mudança, de descolonização do poder, do saber e do ser. Mas, por compreender que esse é um *problema de mundo*, conseqüentemente envolvido em questões sociológicas, a tese se aprofunda na sociologia do cotidiano do historiador Michel de Certeau (2014) e em *The Epistemology of Resistance* de José de Medina (2014). Souza (2012) discute a

necessidade de uma sociologia crítica que permita vislumbrar o que interessa ao capital esconder. Alerta-nos sobre a necessidade de compreensão do organizar das práticas sem o romantismo normalizador, mas por meio da captura das ambivalências das configurações históricas, separando o joio do trigo, percebendo ganhos e perdas reais.

A sociologia do cotidiano de Michel de Certeau (2014), que visitou o Brasil na época da elaboração de suas pesquisas, se aproxima, no nosso entendimento, dessa sociologia crítica pregada por Souza (2019) e fornece um arcabouço teórico relevante para a compreensão das maneiras de fazer que organizam as práticas certeunianas.

Para Certeau (2014), o cotidiano é construído por uma miríade de operações combinatórias de tato e sagacidade, conduzidas pelo homem comum, o herói ordinário, que precisa lutar contra os poderosos, as forças da natureza, a pobreza ou a doença. Pode representar o pensamento e a criatividade a serviço do giro decolonial, transformando o herói ordinário, o batalhador brasileiro, em um agente de mudança social (MALDONADO-TORRES, 2019; SOUZA, 2012). Na resistência cotidiana, esse herói lança mão de uma rede de práticas das astúcias da sua inteligência, que os gregos denominavam *métis*, e na definição de D tienne e Vernant (2008 p.11), “(...) combinam o faro, a sagacidade, a previsão, a sutileza de espírito, o fingimento, o desembaraço, a atenção vigilante, o senso de oportunidade (...)”.

São os lances, os golpes, as bricolagens, as estratégias e as táticas, enfim, as *maneiras de fazer* que performam as práticas certeunianas. Representam as microliberdades colocadas contra um poder que oprime, numa luta desigual de quem precisa resistir e se aproveitar das oportunidades que surgem nas ocasiões. São as astúcias da inteligência, a *métis*, que brincam ao se opor à ordem estabelecida e se fazem presentes em narrativas imemoriais, passadas de geração em geração por esses heróis ordinários (CERTEAU, 2014).

Como tese, pressupomos que, no contexto empreendedor, tais lances e golpes v o conformar uma malha de práticas que foge do modelo do empreendedor-herói, que busca atividades cada vez mais lucrativas, base do capitalismo (RINDOVA; BARRY; KETCHEN, 2009; SCHUMPETER, 1961; 1997; WILLIAMS; NADIN, 2013). Esses lances e golpes configuram o organizar de um empreendedorismo enquanto prática, vivido no cotidiano de empreendedores(as) cujas atividades apresentam porte pequeno, se concentram sob um indivíduo ou base familiar, orbitam entre a casa e a rua, têm um caráter de informalidade, lidam com o “jogo” econômico, se utilizam da *métis* e podem ser conduzidas sob a forma de improvisa es e envolver práticas de solidariedade (CARRIERI, PERDIGÃO; AGUIAR, 2014; JOHANNISSON, 2011; ROCHA E VISSER, 2012; WILLIAMS; NARDI, 2013).

Solidariedade é entendida como uma *conexão com*, um partilhar de objetivos e propósitos, um conjunto de práticas e hábitos de resistência (CERTEAU, 2014; MEDINA, 2013). Trata-se de um resistir que assume dois significados, um ativo, de resistência como luta, e outro passivo, de resistência como oposição: “se esforçar para contrariar ou derrotar ou para suportar a força ou efeito de [*alguma coisa*]” (MEDINA, 2013, p.48, tradução nossa).

Ao se posicionar firmemente, repetidas vezes, para derrotar ou suportar opressões de diversas naturezas, por meio de uma malha de diferentes práticas, *maneiras de fazer*, os heróis e heroínas ordinários certaunianos resistem. Nessa resistência, performam o giro decolonial. Remam contra uma correnteza de forças ou opressões, como a ordem estabelecida, normalizada pelos processos de colonialismo/modernidade, o poder que oprime, a pobreza, o desemprego, o sexismo, o machismo, a misoginia, o patriarcado, as injustiças epistêmicas e as várias formas de violência (ABDALLA; FARIA, 2017; CERTEAU, 2014; LUGONES, 2008; 2014; MALDONADO-TORRES, 2019; MEDINA, 2013).

A problematização dessa pesquisa nos fornece bases para o exame do que pressuponho existir na REMES, enquanto meu *problema de mundo*. Trata-se do organizar de uma malha de práticas que pressupus, inicialmente, na forma de uma possibilidade, uma tese, um “empreendedorismo feminino de resistência”.

Uma malha de práticas de resistências, organizadas a partir de ou concomitantemente às práticas empreendedoras femininas contra variadas práticas de opressão, que ao longo dos 15, 16 anos de existência da REMES formou laços de solidariedade, é o que conceituamos nesta tese de “solidariedade feminista” (HERMMINGS, 2012; MEDINA, 2013; Vacchani e Pullen, 2019). Tais resistências se opõem a uma sobreposição de opressões em um ir e vir constante de ondas, opressões e resistências, em um movimento de correntezas que forma, junto com as oportunidades, o oceano de ondas das remistas.

A decolonialidade, com ênfase no feminismo decolonial, auxilia a compreender e a descolonizar esse oceano (ABDALLA; FARIA, 2017; AKOTIRENE, 2018; BALLESTRIN, 2017; LUGONES, 2008; 2014; MALDONADO-TORRES, 2019). A sociologia do cotidiano (Certeau, 2014) contribui para a percepção das malhas de práticas a partir do herói ordinário, no presente caso, as heroínas ordinárias, as batalhadoras brasileiras. As resistências são examinadas por meio de *The Epistemology of Resistance* (MEDINA, 2013). A presente tese propõe a articulação dessas abordagens teóricas principais, com a pressuposição da existência, neste contexto problematizador da REMES, de um “empreendedorismo feminino de resistência”.

A partir de um potencial de construção teórica que tem como base um *problema do mundo* (MILLS, 2009), no contexto de uma rede de mulheres, proponho as seguintes questões para nortear a pesquisa:

- Como ocorre o organizar de práticas de um empreendedorismo feminino de resistência sob a ótica feminista decolonial?
- Quais os desdobramentos desse organizar no contexto de empreendedoras (re)unidas em uma rede solidária de mulheres?

A tese, na forma proposta, coaduna-se com aspectos tratados por Godoi, Bandeira-de-Melo e Silva (2010) quando definem que pesquisa nas ciências sociais deve tratar dos problemas do mundo ao mesmo tempo em que o pesquisador se utiliza do rigor metodológico. Esta pesquisa também se conecta com a visão do artesanato intelectual trazida por Mills (2009), que defende a simbiose entre a experiência de vida e o trabalho intelectual, incorporando a criatividade e a reflexão crítica à “arte” de pesquisar.

É importante destacar que são, pelo menos, três mundos a conversar na construção da tese: os *problemas de mundo* (MILLS, 2009), na proposição de incorporar o contexto da realidade social como ponto de partida; *o meu mundo* conceitual, profissional, acadêmico e pessoal, que se relaciona fortemente à temática e opções desta pesquisa; *o mundo das organizações* (GREY, 2010), ou seja, o mundo das atividades empreendedoras, que também atua na produção de sentidos para os diversos públicos envolvidos nos estudos organizacionais e na administração.

Ressalto que, como pesquisadora, minha participação nesta pesquisa não é neutra. O mundo que consigo perceber por meio da minha experiência vivida, envolvendo o que escolho e o que descarto para fazer parte da tese, influencia o modo como a minha teia de significados forma meu ponto de partida e vai se (re)construindo, se ampliando, pela interação com outras teias, formando uma nova malha de práticas e significados (GEERTZ, 1989).

Para ilustrar essas interações de práticas entre pesquisadora e pesquisadas, compartilho que, ao estudar a história da colonização e das mulheres do sertão nordestino, no interior do Ceará e do Piauí (FALCI, 2007), encontrei, em muitos lugares, minha própria história, o que me aproxima, de uma outra forma, das mulheres da REMES. Minha bisavó por parte de mãe era índia e se chamava Isabel; meu bisavô era um colonizador português que a capturou e teve

com ela 11 filhos. Mas ela tinha sangue rebelde, resistiu, fugiu com o capataz da fazenda. Abandonou todos eles, o algoz e seus filhos.

Assim se formou o sertão do Nordeste, onde as mulheres brancas e nobres tinham dificuldade de chegar. O colonizador capturou as índias, escravizou as negras, formou famílias miscigenadas de infinitos matizes entre o branco e o negro, pele curtida no sol e na dor, que trazem em seu íntimo uma eterna preocupação, que passa de mãe para filha, no momento do namoro “pra casar”: “(...) minha filha, ele é branco?” (FALCI, 2007, p. 243). É o padrão do colonizador europeu que se impõe dessa e de muitas outras formas sobre as mulheres, ostensiva e sorrateiramente, o qual o feminismo decolonial nos auxilia a compreender e a ele resistir. Essa frase me traz à memória outra lembrança ouvida muitas vezes no seio da minha família: “Que bom, ele tem o cabelo liso (ou é branco), assim vai clarear a família!”.

São histórias de mulheres que costuravam, bordavam, fabricavam doces, que não eram ricas nem escravizadas e a história oficial as tornou invisíveis (FALCI, 2007). Muitas delas continuam invisíveis até hoje, porque, creio eu, é mais fácil buscar o empreendedor-herói de Schumpeter (1961; 1997) e, por meio dele, nos tornarmos “mais brancos”, mais europeus, do que olhar para as nossas “empreendedoras por resistência” e termos que examinar nossas muitas mazelas.

A partir dessas diferentes perspectivas de mundo, desse posicionamento pessoal e não neutro, mas carregado de significados, proponho a seguir os objetivos desta tese.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Geral**

Compreender o organizar de um empreendedorismo feminino de resistência enquanto prática sob a ótica feminista decolonial e seus desdobramentos no contexto de empreendedoras (re)unidas em uma rede solidária de mulheres.

### **1.1.2 Específicos**

- a) Contextualizar a rede solidária de mulheres sob estudo.
- b) Identificar as malhas de práticas de um empreendedorismo de resistência.

- c) Analisar os desdobramentos do organizar de um empreendedorismo enquanto práticas de resistência, sob a ótica do feminismo decolonial no contexto da REMES.

## 1.2 Relevância do estudo

Bruni, Gherardi e Poggio (2004a; 2004b) ressaltam que os papéis envolvendo gênero e empreendedorismo são construídos a partir de um discurso que define gênero, mas que precisa ser pontuado histórica e temporalmente para que possam ser examinados para além dos dualismos relacionados a gênero. Ressaltam que a compreensão de que os estudos de empreendedorismo são neutros em gênero é um equívoco.

Ahl (2006) destaca a pertinência e a urgência de estudos voltados para o empreendedorismo feminino que sejam livres de arquétipos e padrões de gênero, pois a literatura sobre empreendedorismo tende a tomar o desempenho masculino como definidor do perfil a ser perseguido pelos(as) empreendedores(as), encontrando sempre uma performance inferior das mulheres. As explicações para essa performance são descontextualizadas em cultura, papéis e história, o que prejudica os estudos do empreendedorismo feminino.

Em 2009, Calas, Smircich e Bourne publicaram um ensaio teórico discutindo a necessidade de reposicionar os estudos de empreendedorismo e sugeriram que esse reposicionamento fosse feito por meio de uma perspectiva feminista. Em que pese ao conjunto de pesquisas existentes acerca da mulher empreendedora, evidencia-se um consenso, entre as autoras com visão mais feminista, de que tal conjunto não é suficiente para tratar de forma adequada as questões das mulheres (AHL, 2006; AHL; MARLOW, 2012; CALÁS, SMIRCICH; BOURNE, 2009; HUGHES; JENNINGS; BRUSH; CARTER; WELTER, 2012). A crítica apresentada por Calás, Smircich e Bourne (2009, p.553) propõe o reposicionamento da área de pesquisa com a seguinte questão: o que aconteceria, teórica e analiticamente, se o foco da teoria fosse reposicionado do empreendedorismo como uma atividade econômica com possível resultado de mudança social para o empreendedorismo como atividade de mudança social com uma variedade de possíveis resultados?

Principalmente, as autoras propõem que esse reposicionamento aconteça por meio de uma perspectiva feminista pós-estruturalista, socialista e transnacional, reforçando que, nas sociedades estruturadas com diferenças de sexo, todas as ações envolvem gênero. A síntese desse pensamento é apresentada no Quadro 01.

**Quadro 1 - Reposicionamento dos estudos de empreendedorismo**

	<b>Perspectiva tradicional</b>	<b>Perspectiva feminista pós-estruturalista, socialista e transnacional</b>
<b>Visão geral do empreendedorismo</b>	Atividade econômica positiva	Um processo de mudança social baseado em gênero
<b>Definição de empreendedorismo</b>	“O nexos das oportunidades, indivíduos e times empreendedores e modos de organizar dentro do contexto de um amplo ambiente” (Busenitz et al., 2003, p.297)	Tipos de relações sociais de gênero e processos e práticas sociais baseados em gênero
<b>Status ontológico do empreendedorismo</b>	Realista	Construcionismo social / antiontológico
<b>Posição paradigmática</b>	Funcionalista	Crítica
<b>Pesquisadores como...</b>	Observadores destacados	Testemunhas modestas envolvidas no processo de construção de conhecimento

Fonte: Adaptado de Extending the Boundaries: reframing ‘entrepreneurship as social change’ through feminist perspectives, de Calás, Smircich e Bourne, 2009, *Academy of Management Review*. 34(3). p. 565

A leitura desse artigo, a minha vivência profissional e o cotidiano do empreendedorismo feminino no Brasil deram o impulso inicial ao aprofundamento acerca de uma temática que já me interessava. A busca por uma possível resposta a essa provocação contribuiu de forma inequívoca para a identificação de teorias que pudessem auxiliar nessa caminhada. Tais teorias foram apresentadas brevemente nesta introdução e serão aprofundadas nos capítulos seguintes. Com base nesta análise, constatamos que a lacuna teórico-metodológica ainda não foi explorada em sua profundidade.

A partir desses questionamentos e pressuposições iniciais, foi realizado um levantamento das publicações em cinco dos principais periódicos brasileiros classificados no sistema *Qualis* da CAPES como A2, no âmbito dos estudos organizacionais: a Revista de Administração Contemporânea-RAC, a Cadernos EBAPE.Br, a Revista Organizações & Sociedade, a Revista de Administração da USP e a Revista de Administração Eletrônica-RAE, para identificar como as articulações teóricas propostas nesta pesquisa têm sido

tratadas. Os periódicos foram escolhidos por refletir o “estado da arte” na pesquisa dos estudos organizacionais no Brasil.

Tendo como base as discussões relacionadas às mulheres comuns, que se aproximam do herói ordinário de Certeau (2014), apenas as pesquisas de Teixeira, Saraiva e Carrieri, (2015), com uma discussão sobre a identidade das empregadas domésticas, e de Corcetti e Loreto (2017), que examinam os discursos políticos sobre a qualificação profissional de mulheres desfavorecidas, foram realizadas em um contexto de mulheres com perfil socioeconômico próximo ao das mulheres que compõem a REMES.

Os estudos recentes sobre o tema da resistência no Brasil têm se baseado na teoria do processo de trabalho (OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2017); na *grassroots* como abordagem alternativa ao modelo de desenvolvimento sustentável clássico (SENA; MATOS; MESQUITA; MACHADO, 2017); nas expressões estéticas como resistência à hegemonia do agronegócio (NAVES; REIS, 2017); no realismo crítico (SOUZA; LEMOS, 2016); na teoria política do discurso (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014); nas teorias do poder e resistência (Segnini e Alcadipani, 2014) e no exame das resistências aos sistemas empresariais (MACEDO; GAETE; JOIA, 2012). Contudo, não foram identificados estudos que examinem articulações entre resistência e feminismo ou ainda que abordem questões de resistência sob uma perspectiva direcionada à mulher empreendedora como atriz/sujeito da pesquisa. Em particular, também não foi identificada a articulação de conceitos da obra *The Epistemology of Resistance* (MEDINA, 2013) no âmbito dos estudos organizacionais brasileiros, inclusive no contexto do empreendedorismo feminino.

No contexto desses levantamentos, visando à identificação de lacunas nessa literatura, verificamos que a abordagem feminista decolonial/pós-colonial foi utilizada por Rosa, Medeiros e Valadão (2012) ao pesquisar gênero em uma lavanderia comunitária no interior de Minas Gerais. No que tange às articulações acerca de um empreendedorismo feminino, identificamos somente o estudo de Nassif, Andreassi e Tonelli (2016) que trata dos incidentes críticos entre as empreendedoras. Demonstra-se, assim, um conjunto de lacunas entre os estudos anteriores que articulam as questões propostas nesta tese acerca das práticas de um empreendedorismo de resistência sob a ótica do feminismo decolonial no âmbito dos estudos organizacionais brasileiros.

Metodologicamente, a tese se baseia na adaptação da etnografia clássica para os espaços digitais: a netnografia ou etnografia digital (KOZINETTS, 1998, 2010). Um exame nos artigos das bases dos periódicos já citados demonstra que essa variação da etnografia foi

escassamente aplicada nos estudos organizacionais, tendo sido mais utilizada em estudos de marketing. Para Kozinets (1998, 2010), a etnografia digital traz em si as características básicas da etnografia e, assim, pressupõe o mergulho do pesquisador no contexto de estudo. Ainda conforme o autor (1998, 2010), a etnografia digital é uma prática promissora para o estudo de comunidades virtuais “puras”, bem como para os estudos de comunidades virtuais que derivaram de comunidades reais, o que de certa forma é o caso da REMES, e também se apresenta como uma ferramenta exploratória para o estudo de variados temas.

Uma rápida busca na base do Google Acadêmico demonstra que os estudos de marketing se apropriaram com muita força da etnografia digital. Os termos “netnografia” e “marketing” associados retornam mais de 7 mil artigos. No Brasil, o exame da base de dados dos cinco periódicos citados identificou quatro estudos da área de marketing baseados na etnografia digital (FREITAS; LEÃO, 2012; LEÃO, IANATOMI; CAVALCANTI, 2015; MORAES; ABREU, 2017; SUAREZ *et al*, 2014), todos discutindo comunidades virtuais de marca, que estavam localizadas em sites .com no *Facebook* e no *Orkut*. O início do uso da netnografia no Brasil, a partir desta análise, está localizado no ano de 2012, 14 anos após o trabalho inicial de Kozinets (1998) sobre o tema.

Ao lado do site de serviço da rede social *Facebook*, as ferramentas de troca instantânea de mensagens também têm se mostrado como lócus para a prática etnográfica em diferentes áreas do saber, tais como os estudos das metodologias e das práticas etnográficas (ARDÉVOL; GÓMEZ-CRUZ, 2014); o uso das mídias sociais por adultos (BENEITO-MONTAGUT, BEGUERIA; CASSIÁN, 2017; KARAPANOS, TEIXEIRA; GOUVEIA, 2015); o uso das mídias sociais no cotidiano das pessoas (KÄIHKÖ, 2018) e os processos de aprendizagem de estudantes (BARHOUMI, 2015). Esses estudos foram realizados na Espanha, Arábia Saudita, Portugal e Ucrânia. Os escassos estudos identificados nas bases dos periódicos brasileiros indicam uma oportunidade para o avanço dos conhecimentos metodológicos da etnografia digital no âmbito dos estudos organizacionais, ampliando seus usos e possibilidades.

Como citado anteriormente, convivo com a REMES desde 2016. Visitei feiras, exposições, participei de oficinas, pedi, coletei, entreguei e distribuí doações diversas. Adquiri produtos, viabilizei a produção de um quadro, por meio da técnica da pintura coletiva, para o PPGA da Universidade Estadual do Ceará. Em agosto de 2017, fui adicionada ao grupo virtual por meio do aplicativo multiplataforma *WhatsApp* da REMES e, desde esse momento, o observo de forma participante (GEERTZ, 1989). Em novembro de 2018, fui “admitida” na

REMES, como uma espécie de membro honorário. Assumi uma função de apoio: auxiliar para assuntos administrativos; recebi uma missão: entregar um livreto que possa servir de material de divulgação para a REMES, a ser produzido ao longo da pesquisa da tese. Tenho, assim, legitimidade para utilizar o bordão da REMES, que aplico aqui e ali ao longo da tese.

O conjunto desses materiais e, principalmente, as observações participantes (GEERTZ, 1989) realizadas por meio do *WhatsApp*, cujas mensagens foram compiladas por um período de 12 meses, constituem uma robusta fonte de documentos, materiais, artefatos, imagens, relatos e práticas que foram incorporados ao *corpus* empírico para o exame a partir da etnografia digital de natureza mista. A etnografia tem natureza mista quando acompanha a teia de significados que se constrói presencial e virtualmente (GEERTZ, 1989; KOZENITZ, 1998). A tese, dessa maneira, contribuirá para o avanço das possibilidades metodológicas da etnografia digital no contexto dos estudos organizacionais no Brasil.

Do ponto de vista das práticas de gestão, a tese pretende promover avanços na compreensão do organizar de malhas de práticas da gestão ordinária (CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014) junto ao empreendedorismo de resistência, de pequeno porte, organizado por mulheres em redes solidárias. Promove também uma visão oportuna sobre como as ferramentas digitais têm sido incorporadas às práticas e ao cotidiano de empreendedoras(es).

Considerando as contribuições acerca das possíveis formulações para as políticas públicas e tendo em vista a minha atuação profissional, percebo que esta pesquisa promete entregas relevantes nos aspectos relacionados a possibilidades para a criação de novos produtos de microcrédito e no aperfeiçoamento dos processos de atendimento e atuação junto a esse perfil empreendedor. Nessa seara, também será relevante discutir esse empreendedorismo praticado por meio de uma rede solidária. A base do microcrédito do Banco do Nordeste é o crédito solidário. Do estudo das práticas de um empreendedorismo de resistência organizadas pela REMES poderemos identificar importantes subsídios e oportunidades para fortalecer e ampliar a ação creditícia, assim como refletir sobre como aperfeiçoar o desempenho dos pequenos negócios ordinários.

Medina (2013) define que um dos aspectos mais importantes para as lutas e resistências é a *echoability*. As vivências, as práticas de enfrentamento, as ações empreendidas por aqueles que levantam bandeiras para defender causas emblemáticas somente são efetivas se ecoarem em diferentes espaços, junto a diferentes públicos, e se

gerarem ressonância após um escrutínio profundo, um exame crítico sob muitas e diferentes perspectivas.

Trazer as práticas desse “empreendedorismo feminino de resistência” da REMES para estudo é uma oportunidade de dar visibilidade à atuação dessas mulheres. Posicioná-las como sujeitos de pesquisa, identificar suas práticas e documentá-las, oportunizar que outros atores as conheçam e, conseqüentemente, fortalecer a ação crítica necessária e, ao mesmo tempo, possibilitar o aprender a remar junto com a REMES é uma forma de *echoability*. Nesse momento, assumo o papel de uma modesta testemunha participante, envolvida nesse processo de construção de conhecimento, atuando como ponte entre a REMES e a academia, entre a academia e a REMES. Essa é a minha prática de resistência.

Após esta introdução, apresento a fundamentação teórica estruturada em três capítulos. O primeiro envolve o oceano das práticas, com ênfase nas práticas de resistência, o segundo trata das questões de luta e resistência feministas, inclusive sob a ótica do feminismo decolonial, e o terceiro capítulo apresenta uma discussão mais aprofundada acerca do que seriam as práticas de um empreendedorismo feminino de resistência, aqui denominado tupiniquim. Em seguida à revisão teórica, discuto o polo metodológico da tese, envolvendo aspectos ontoepistemológicos, as práticas da etnografia clássica e sua variação na forma digital e apresento o plano de descrição e interpretação. Ao final, estão as conclusões e referências.

*E vamos remando...*

## 2 O POLO TEÓRICO

Neste conjunto de capítulos e subcapítulos, discutimos as teorias envolvidas na construção da tese, detectamos lacunas nessa literatura e problematizamos a articulação na base teórica que ao final vai subsidiar a construção do nosso modelo de tese que será escrutinado na parte da análise.

### 2.1 No oceano das práticas

Esta ebulição, esta desordem de palavras e barricadas,  
esta revolta e tantas greves, o que dizem a respeito de uma sociedade,  
do que ela esconde e espera?  
Na brecha entre o dizer e o fazer, que ele acredita perceber,  
Certeau não vê ameaças, mas uma possibilidade de futuro.  
(GIARD, 2014, p.11)

As mulheres da REMES remam em um oceano por meio de sua malha de práticas em um cotidiano repleto de desafios, sempre em movimento na direção das oportunidades e resistindo às opressões. Podemos imaginar esses barquinhos, ondulando ao vento, com suas velas tremulando, se esforçando para superar as forças da natureza. Eventualmente, o caminho que eles percorrem não é uma linha reta, pois o vento os leva de um lado para o outro, formando desvios. A força da maré empurra para trás ou para frente e impulsiona ou retarda o deslocamento. O sol embaça a visão com seu brilho, não permitindo enxergar com clareza qual o melhor percurso a seguir. O frio, o calor e a fome clamam por recursos para sua superação, às vezes inexistentes.

Para compreender o organizar desse oceano fluido, movimentado, pleno com a força das ondas e das correntezas, faz-se necessária uma mente aberta e uma epistemologia que dê conta desse *Open Field* (COOPER, 1976). Cooper (1976), em seu artigo seminal para os estudos da epistemologia dos processos, discute uma abordagem que forneça um melhor balanceamento entre a rigidez dos estudos baseados no exame das estruturas e o caos da ausência de controle, ambos decorrentes da visão exclusivamente processual da organização.

A produção científica da modernidade se caracteriza pela classificação dos objetos de estudo, que são organizados em nomes ou estruturas, que os definem, e adjetivos, que os qualificam. Essa produção tem uma característica estática, que dá ao objeto o distanciamento necessário para que ele seja estudado. Chia (1995) menciona uma transição da análise do nome para a compreensão das ações, do movimento, como fruto da mudança paradigmática do pós-estruturalismo (COOPER; BURRELL, 2007).

Alinhada com essa transição, na epistemologia dos processos de Cooper (1976), a primazia é da ação, pois é ela que gera mudanças, que transforma, que adentra em um mundo social para gerar mudanças impulsionada por uma ação planejada, uma crise ou uma ruptura. Nessa nova forma de se posicionar nos estudos organizacionais, o conceito de organização se afasta da sua natureza estática para ganhar a visão do espaço de interações que se organiza por meio de suas práticas (COOPER; BURRELL, 2007; SCHATZKI, CETINA; SAVIGNY, 2005).

Os últimos 20 anos do século XX e início do século XXI marcam a virada prática (*practice turn*) na forma de compreender o mundo dentro do “academicismo contemporâneo de diversas disciplinas da filosofia, teoria cultural, história, sociologia, antropologia, ciência e estudos de tecnologia” (SCHATZKI; CETINA; SAVIGNY, 2005, p.10, tradução nossa), discussões que serão apresentadas a seguir.

### 2.1.1 Os estudos baseados em práticas

O campo dos estudos baseados em práticas é entendido como fluido, em ação, ele próprio em processo constante de questionamento de certezas na sua composição. Para Schatzki, Cetina, Savigny (2005), não existe uma abordagem unificada para os estudos de práticas. A maior parte dos teóricos entendem práticas como arranjos de atividades humanas, enquanto outros utilizam o conceito de práticas quando tratam de habilidades ou conhecimentos tácitos e pressupostos. Ainda segundo os autores, há muito dissenso para entender se os estudos de práticas devem ou não envolver os artefatos ou objetos naturais no que tange às questões da corporeidade ou, ainda, quais entidades vão mediar as práticas.

Contudo, para Schatzki (1997) e Schatzki, Cetina, Savigny (2005), alguns pilares fundamentais da *Practice Turn* estão estabelecidos, dentre eles o consenso de que “[...] fenômenos como conhecimento, significado, atividade humana, ciência, poder, linguagem, instituições sociais e transformação histórica ocorrem dentro ou são componentes do *campo das práticas*” (SCHATZKI; CETINA; SAVIGNY, 2005, p.11, tradução nossa, grifo do autor).

Em 2007, Rasche e Chia propõem uma síntese para os estudos de práticas envolvendo seus elementos constitutivos. Para os autores, antes de se aprofundar no campo das práticas, há necessidade de especificar o termo prática dentro do fazer humano como elemento da teoria social. O Quadro 02 sintetiza os conceitos de atividade, *práxis*, ação e práticas a partir das definições propostas por Rasche e Chia (2007).

**Quadro 2 - O fazer humano na teoria social**

<b>O Fazer Humano</b>	
<p><b>Atividade</b></p> <p>Representa uma mudança no estado de alguma coisa. É um fazer humano específico e observável.</p>	<p><b>Práxis</b></p> <p>A <i>práxis</i> pode envolver uma atividade pontual ou um conjunto de atividades. Tem um caráter de repetição e forma rotina que se torna coletiva. A repetição e a rotina da <i>práxis</i> dão forma a um padrão de comportamento regular.</p>
<p><b>Ação</b></p> <p>Na ação existe uma intenção deliberada e consciente de se engajar em atividades.</p>	<p><b>Práticas</b></p> <p>O padrão rotineiro de comportamento da <i>práxis</i>, quando compartilhado, forma as práticas que moldam comportamentos humanos e têm história e trajetória. Não são necessariamente deliberadas.</p>

Fonte: Adaptado de Strategy practices–what they are (not) de Rasche e Chia, 2007 (In.) Proceedings. International Colloquium. European Group of Organization Studies. Berge, Norway, 23.

Voltando para o barco das remistas, a atividade seria o içar de velas, o lançar o barco ao mar, e a *práxis*, o conjunto de atividades que formam o pescar em alto-mar, envolvendo o preparar do barco, o lançar da rede, o capturar o peixe, o armazenar o pescado que é feito dia após dia. As decisões deliberadas tomadas pela REMES de, por exemplo, adquirir um novo barco se aproximam do sentido das ações definidas por Rasche e Chia (2007).

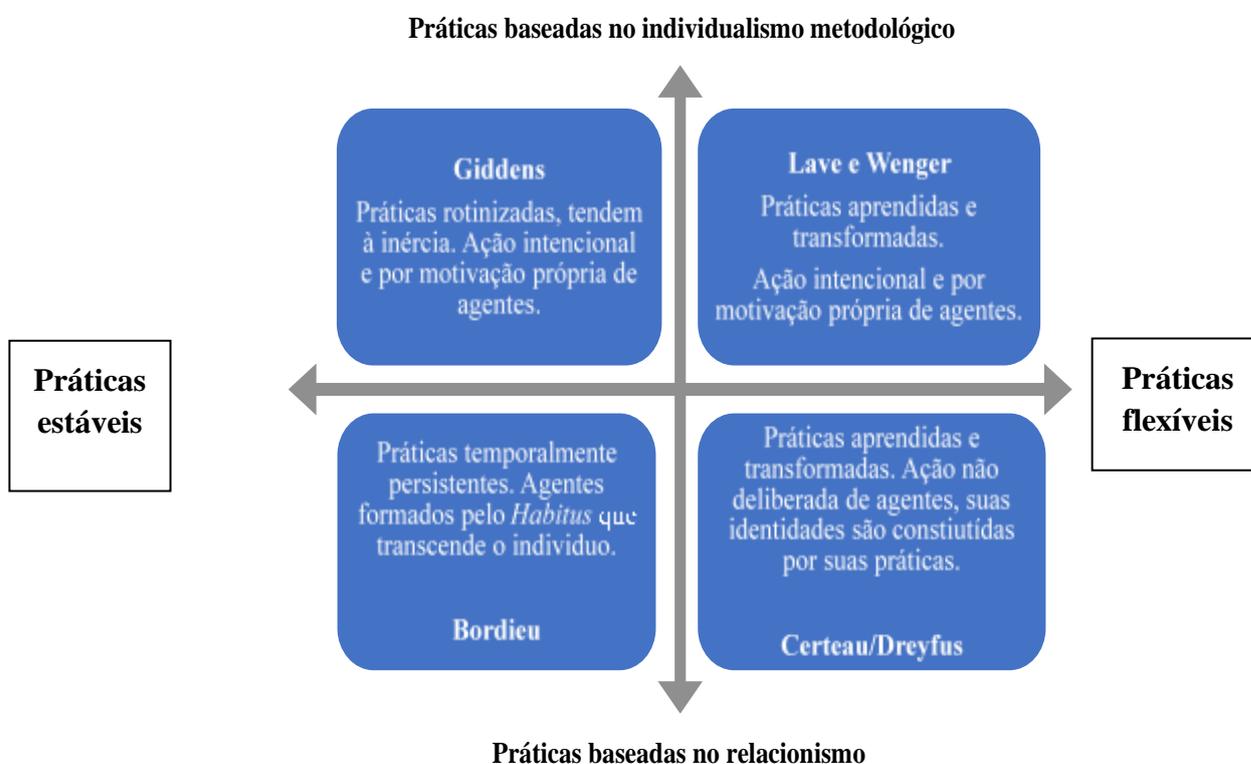
A continuidade desse pescar torna a realização das atividades quase automatizada. Quando uma das remistas segura a ponta da rede, antes de lançá-la ao mar, um só olhar basta para a outra saber que precisa também segurar a outra ponta. Esse padrão compartilhado organiza as práticas, suas malhas de relacionamentos. Tais malhas de práticas vão constituir um saber-fazer comum a todos os atores da comunidade REMES. A malha de práticas tem ritmo, tem memória, uma memória tátil e uma memória oral, partilhada na forma de canções, histórias ou contos (CERTEAU, 2014; IPIRANGA; LOPES, 2016; MARINS; IPIRANGA, 2017; SANTOS; ALCADIPANNI, 2015; SCHATZKI, 2005):

Minha jangada vai sair pro mar,  
vou trabalhar, meu bem-querer,  
se Deus quiser quando eu voltar do mar  
um peixe bom, eu vou trazer.  
Meus companheiros também vão voltar  
E a Deus do céu vamos agradecer

(CAYMMI, 1996)

Na tentativa de organizar os estudos da epistemologia das práticas, Rasche e Chia (2007) propõem uma classificação a partir do cruzamento das ontologias das práticas (individual e relacional) e da sua maleabilidade (estáveis ou flexíveis). A Figura 03 demonstra os quadrantes resultantes dessa divisão e os principais autores, de acordo com Rasche e Chia (2007) e a adaptação de Marins e Ipiranga (2017).

**Figura 2 - Teoria das práticas e suas principais abordagens**



Fonte: Adaptado de O organizar ampliado de práticas cotidianas nos bairros da cidade, de Marins e Ipiranga, 2017, FAROL-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Abril. 4(9), p. 156.

O primeiro quadrante contém as práticas rotineiras, estáveis, deliberadas, constituídas por uma ação individual. Para os estudiosos dessa corrente epistemológica, o indivíduo tem uma prática deliberada por escolhas conscientes. As práticas individuais são organizadas a partir das estruturas moldadas pela sociedade, como normas, regras e instituições. De acordo

com Rasche e Chia (2007) e Spiegel (2005), o trabalho de Anthony Giddens é a principal referência nesse quadrante.

O segundo quadrante contempla as discussões que entendem as práticas como centradas no indivíduo, mas flexíveis, mutáveis ao longo do tempo (RASCHE; CHIA, 2007). A ilustração desse campo de estudo das práticas vem do trabalho de Lave e Wender (1991), quando discutem comunidades de práticas para argumentar que os jovens e novatos aprendem suas práticas com os mais velhos, em uma aprendizagem em ação. Durante esse aprender a fazer, esses jovens exercem uma participação periférica e parcial nas práticas de produção existentes (LAVE; WENDER, 1991).

Os teóricos do terceiro quadrante abordam as práticas como coletivas, moldadas por uma estrutura social que forma um hábito (RASCHE; CHIA, 2007; SPIEGEL, 2005). Para os estudiosos que atuam segundo as lógicas desse quadrante, as práticas são estáveis, formadas ao longo do tempo por uma prática social que perdura. As práticas dos atores são, então, inconscientes na sua maioria, condicionadas às tentativas de interagir com a ordem social estabelecida.

No último quadrante, temos as práticas baseadas em grupos ou em uma ontologia contextual (SCHATZKI, 2005; SANTOS; ALCADIPANI, 2015), ou seja, as malhas de práticas formam um coletivo imbricado, do qual os indivíduos representam extensões. A malha de práticas é mutável, vívida, pois necessita responder ao contexto do momento, que pode ser fugaz, fugidio. É o tempo exato que as remistas, como coletivo de empreendedoras, têm para puxar o anzol após fisgar o peixe, antes que ele fuja (CERTEAU, 2014; SANTOS; ALCADIPANI, 2015; SCHATZKI, 2005). Dentre os estudiosos que pesquisam práticas flexíveis e baseadas no relacionismo (RASCHE; CHIA, 2007) estão aqueles que examinam as *maneiras de fazer* de Michel de Certeau (2014). Esta tese se insere nesse recorte e as práticas segundo Michel de Certeau (2014) serão abordadas a seguir.

#### *As práticas cotidianas de Michel de Certeau*

O uso da criatividade na construção de oportunidades, aproveitada em vários contextos, constitui as “maneiras de fazer”, organizando as práticas apresentadas na sociologia do cotidiano de Certeau (2014). São as práticas do homem comum, o herói

ordinário, para conviver, tirar vantagem, romper, resistir às práticas estratégicas de dominação nas quais se encontra circunscrito. Essas práticas de dominação, entendidas como de tipo estratégico e conduzidas por senhores de querer e poder ou organismos tecnocráticos, podem ser representadas pela ação dos poderosos, baseadas em lógicas excludentes, de produzir doença e pobreza ou, ainda, pela ordem imposta por práticas machistas, sexistas ou de violência.

Nesse cotidiano opressor, o herói ordinário de Certeau (2014) está envolvido em uma luta constante contra as estruturas de dominação e, para isso, lança mão de práticas de tipo tático, bricolagens, criatividade e arte que são movidas pelas astúcias de sua inteligência. Tais astúcias ou *métis* têm origens imemoriais, remontando à mitologia grega, e, na definição dos historiadores D tienne e Vernant (2008, p.11), “combinam o faro, a sagacidade, a previsão, a sutileza de espírito, o fingimento, o desembaraço, a atenção vigilante, o senso de oportunidade”, enfim, são utilizadas para construir as pequenas vitórias dos fracos.

As malhas de práticas cotidianas organizam lutas disfarçadas, resistências empreendidas por aqueles que não det m o poder, mas necessitam construir seu espaço de sobrevivência, remando contra as variadas ondas de opressões. Para construir essas lutas, partilham de subterfúgios e estratagemas ou de uma sabedoria milenar, possibilidades apreendidas nas narrativas compartilhadas nas rodas de conversa cotidianas (CERTEAU, 2014; DÉTIENNE; VERNANT, 2008).

Nesse contexto, as práticas cotidianas são vistas como maneiras de um fazer no qual a criatividade reina como arma principal diante do controle das instituições sociais que det m o poder, numa miríade de microrresist ncias (PAULSEN, 2015; YU KWAN; HOPFL, 2011). O dia a dia passa a ser como uma esfera de invenções e criatividade, “um reino no qual o carnaval do subversivo está continuamente sob a superfície” (BROWNLIE; HEWER, 2011, p. 248).

Organizam-se, por meio de suas malhas de práticas, forças antag nicas às opressões, perpetrando práticas de resistência nesse ambiente de controle, uma confrontação do poder a partir dos francos, dos agentes comuns, dos heróis ordinários (ANDERSON, 2008; CERTEAU, 2014).

Na visão do mundo como literatura, esse homem “ordinário” é representado como o não herói ou o anti-herói. Na literatura brasileira, *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade (2000), representa as raízes históricas, a síntese de um povo brasileiro nascido de um  ndio preguiçoso, mentiroso, controverso, que desde menino mostra sua falta de caráter e sua eterna preguiça, sendo capaz de deitar-se com Jigu , a esposa de seu irmão, e

desgostar sua mãe. O personagem reúne características dos heróis ordinários, nem deuses nem inspiração, mas homens comuns, que zombam, por meio das suas histórias ou da interpretação polissêmica permitida aos leitores, das muitas faces de uma cultura que oprime.

As práticas têm se mostrado uma fonte profícua de pesquisas, no âmbito dos estudos organizacionais brasileiros, contempladas nas publicações inseridas na faixa A1 e A2 do sistema *Qualis* da CAPES. Conforme um levantamento bibliográfico que realizamos até março de 2019, são 436 artigos envolvendo o estudo de práticas em diferentes contextos, como o de Souza e Fenili (2016), que examinam a cultura organizacional a partir do legado de Bourdieu; o de Santos e Alcadipani (2015), que apresentam a contribuição de Theodore Schatzki aos estudos organizacionais, e o de Peci, Vieira e Clegg (2006), que estudam as práticas discursivas e suas relações com o poder nos processos de institucionalização a partir de Michel Foucault.

Contudo, a sociologia do cotidiano de Michel de Certeau (2014) foi relativamente pouco explorada no âmbito dos estudos de práticas. Conforme nosso levantamento nas bases de dados, até março de 2019, dez artigos utilizaram os conceitos certeunianos para o exame de práticas, conforme serão descritos a seguir.

O primeiro artigo foi o trabalho de Paço-Cunha, Gomes e Bicalho, de 2009, ao examinar a contraposição entre as ideias de Foucault sobre o poder disciplinar nas organizações e as táticas de Michel de Certeau para questionar a eficácia desse poder. As estratégias de um corpo de balé, conforme a visão de que estratégias são configuradas nas práticas cotidianas da gestão de uma organização, foram discutidas por Saraiva, Carrieri, Aguiar e Brito (2011).

Já em 2012, foram publicados três artigos baseados nas ideias de Certeau (2014). Junquillo, Almeida e Silva (2012) utilizam as artes do fazer para examinar a gestão no cotidiano das práticas de um diretor escolar em sua comunidade. Oliveira e Cavedon (2012) analisam as práticas cotidianas na dimensão das micropolíticas em uma organização circense, a partir da etnografia, envolvendo a articulação entre Certeau, Foucault e Schatzki. A identidade como prática cotidiana, a prática como prática discursiva e a prática discursiva pautada por racionalidades e seus coletivos são temas do estudo de Souza e Carrieri (2012).

Em 2013, Sampaio, Fortunato e Bastos (2013) examinaram as “maneiras de fazer” estratégia em um programa governamental voltado para urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda. Souza e Carrieri (2013) examinaram o processo de construção da identidade coletiva de um grupo de atores de teatro em Belo Horizonte.

Em 2016, Ipiranga, Lopes e Souza discutiram a experiência estética nas práticas culinárias de uma organização gastronômica, utilizando conceitos de Certeau (2014); Cabana e Ichikawa (2017) realizaram um resgate histórico de mais de 30 anos para compreender as transformações ocorridas nas práticas dos sujeitos locais à medida que a identidade da Feira do Produtor de Maringá foi se alterando. Em 2019, Domingues, Fantinel e Figueiredo verificaram como diferentes sujeitos elaboram o espaço urbano, que, segundo os autores, é marcado por práticas provisórias entrecortadas por manifestações de poder, resistência e conflito.

Esse levantamento bibliográfico realizado no contexto brasileiro demonstra que ainda existem lacunas e articulações inexploradas quando considerada a relação entre o trabalho de Michel de Certeau e os estudos organizacionais no Brasil. Uma dessas lacunas encontra-se nos estudos das práticas cotidianas organizadas no contexto do empreendedorismo feminino de pequeno porte.

Observamos que, no contexto internacional, esse exame já vem sendo realizado, mas também de forma ainda tímida. Evidenciamos, nas bases de dados internacionais, cinco trabalhos que associam conceitos de Certeau (2014) ao empreendedorismo, conforme apresentamos no Quadro 03.

**Quadro 3 - Michel de Certeau nos estudos de empreendedorismo**

Autores	Objetivo do trabalho
Steyaert e Hjorth (2003)	Compreender as táticas impulsivas e espontâneas do empreendedor em relação às estratégias dominantes, no contexto do empreendedorismo da nova economia.

Vorley e Rodgers (2012)	Examinar trajetórias e táticas de empreendedores que desenvolvem suas atividades em casa (Home-based business-HBB).
Johannisson (2011)	Apresentar uma visão construcionista da prática empreendedora, contemplando o uso de analogias e bricolagens na forma de improvisações e redes pessoais.
Johannisson (2014)	Contribuir para a compreensão do tipo de conhecimento que é requerido pela prática do empreendedorismo, propondo a noção da <i>métis</i> aristotélica, que é definida como as astúcias da inteligência, por representar mais apropriadamente a forma de conhecimento da prática empreendedora.
Daskalaki, Hjorth e Mair (2015)	Explorar novas formas de organizar em relação ao empreendedorismo e às transformações sociais.

Fonte: Adaptado de Entrepreneurship beyond (a new) economy de L. Steyaert e D. Hjorth, 2003; Home is Where the Business is: incidents in everyday life and the formation of home-based businesses de T. Vorley e P. Rodgers, 2012. International Small Business Journal. 1-21; Towards a Practice of Theory of Entrepreneurship, B. Johannisson, 2011, Small Business Economics. 36, 135-150; Entrepreneurship: the practice of cunning intelligence de B. Johannisson, 2014 e Are entrepreneurship, communities and social transformation related?, de M. Daskalaki, D. Hjorth e J. Mair, Journal of Management Inquiry. p. 1-5.

Todos esses trabalhos reforçam a importância de se ampliar esse exame, aprofundando as questões empreendedoras por meio de novas e diferentes abordagens. Especificamente, Johannisson (2014) ressalta a questão da precisão temporal para capturar a oportunidade presente na definição da *métis*, que melhor define o conceito da oportunidade schumpeterianas, e a necessidade de métodos de pesquisa adequados para conseguir capturar esse aspecto da atividade empreendedora no campo.

As considerações finais do ensaio teórico de Daskalaki, Hjorth e Mair (2015) apresentam seis lacunas para os estudos de empreendedorismo, das quais duas se aproximam dos objetivos desta tese. A primeira refere-se à necessidade de estudar com maior profundidade os processos empreendedores que ocorrem em comunidades e iniciativas sociais. Chamam atenção para a questão do afeto que tem um papel importante no seio dessas comunidades. A segunda diz respeito à necessidade de uma atenção vigilante para não

romantizar esse empreendedorismo conduzido por grupos de pessoas vulneráveis e, assim, normalizar as práticas excludentes da economia neoliberal.

O cotidiano de Michel de Certeau (2014) fornece insumos para algumas problematizações desta tese: *Seria a prática da métiis empreendedora um construto mais adequado para o exame do empreendedorismo de resistência do que o conceito de oportunidade? Qual o papel do afeto nas práticas da rede solidária organizada na REMES? Como se originam e se organizam as práticas de opressões identificadas pelas remistas?*

As estratégias e táticas, bricolagens e improvisações são utilizadas pelo herói ordinário de Certeau (2014) como meios para resistir a uma malha de práticas de opressões, organizadas e originadas em diferentes fontes, por diferentes caminhos. No próximo item, discutiremos as articulações para a compreensão do conceito de resistência enquanto prática.

### 2.1.2 A resistência enquanto prática

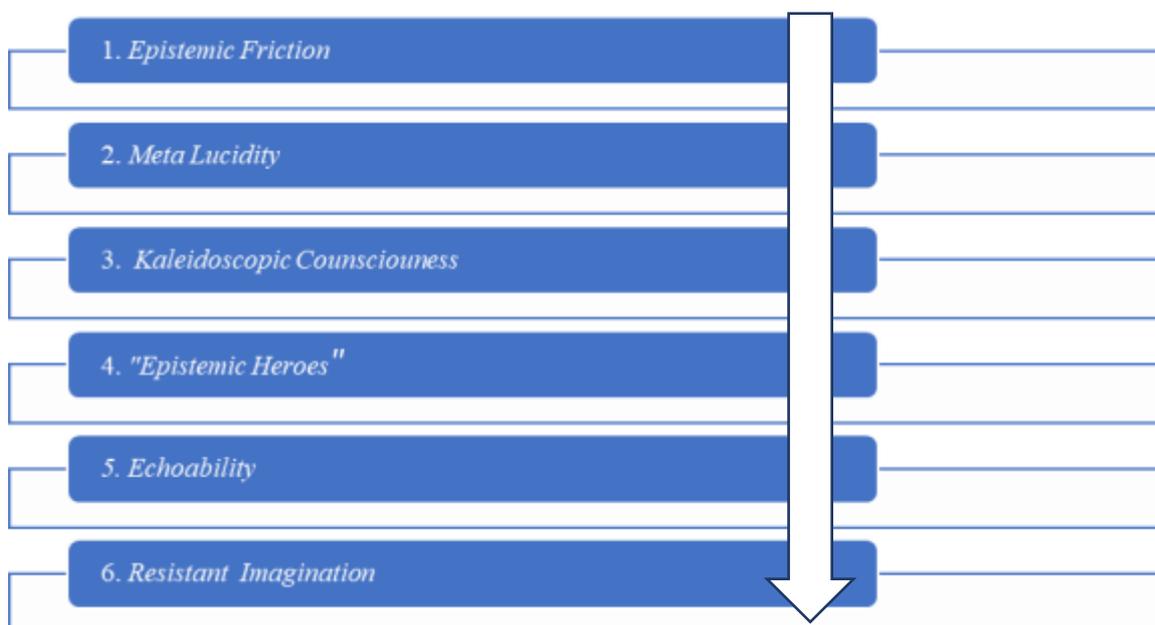
Epistemic injustice (such as unequal access to and participation in knowledge practices, vitiated testimonial dynamics, phenomena of hermeneutical marginalization, to name some central ones) call for epistemic resistance, that is, for the use of our epistemic resources and abilities to undermine and change oppressive normative structures and the complacent cognitive-affective functioning that sustains those structures. (MEDINA, 2013)

No contexto desta tese, Michel de Certeau (2014) oferece, com a sua abordagem do cotidiano, o conceito referente ao campo das práticas e a obra *The Epistemology of Resistance* de José Medina (2013), o conceito de práticas de resistência. José Medina é um filósofo que atua como professor e pesquisador nas áreas de Teoria Racial Crítica e Gênero e Teoria *Queer*, dentre outras. Sua epistemologia é proposta a partir do conhecimento das lutas do movimento feminista e do movimento negro na luta pelos direitos civis.

Segundo Medina (2013), a sociedade atual vive uma espécie de dormência sob um véu que encobre a visão acerca das injustiças que ocorrem no mundo. Essa dormência advém de uma normalização do entendimento de que a sociedade é justa, entendendo as injustiças como eventualidades, uma fuga do padrão de justiça. A insensibilidade onipresente envolve nossas práticas cotidianas e “[...] minimiza a percepção dos obstáculos epistêmicos e problemas a que sujeitos situados em posições diferentes estão diferentemente expostos, em suas atividades diárias” (Medina, 2013, p.13, tradução nossa). A Figura 5 apresenta o percurso dos

processos de resistência segundo a epistemologia proposta por Medina (2013) até o engajamento em uma ação consciente de superação das opressões.

**Figura 3 - Modelo conceitual da epistemologia da resistência**



Fonte: Adaptado de *The Epistemology of Resistance*, J. Medina, 2013.

A *epistemic friction* representa um despertar, uma provocação cognitiva que decorre do início da remoção do véu, do iniciar da percepção da injustiça. É uma primeira sensibilização no desenvolvimento das resistências. Envolvido nas suas práticas cotidianas, o homem comum começa a perceber que existem várias injustiças (MEDINA, 2013).

A partir da *epistemic friction*, os atores, que vivem em um mundo no qual uma malha de práticas de injustiças e opressões os cerceia, começam a desenvolver uma *meta-lucidity*. A *meta-lucidity* advém de uma dupla consciência, visto que captura dois modos de ver ou perceber o mundo, tornado visível, principalmente para aqueles que vivem sob opressão, uma série de eventos sociais que antes estavam fora da sua percepção. O sujeito da opressão alcança a consciência de que o mundo não o vê ou o percebe de forma precária ou distorcida. Estando esse sujeito em melhores condições de alcançar a *meta-lucidity*, porque ela faz parte das malhas de práticas do seu cotidiano, os vieses cognitivos recaem sobre ele, assim como as estruturas que dão suporte às opressões. Essa *meta-lucidity* constitui um processo doloroso, que atravessa sensibilidades e pode ser traumático (MEDINA, 2013).

O despertar da *epistemic friction* proporciona o alcance da *meta-lucidity*. Uma vez alcançado esse patamar cognitivo-epistêmico acerca da malha de práticas de opressões e

injustiças, o sujeito das opressões toma consciência de que ele está cercado por elas. Ele percebe que as opressões se manifestam em muitas práticas de diferentes atores e em diferentes dimensões e perspectivas da sua vida cotidiana, mesmo que ele não consiga capturar todas as formas sob as quais elas se manifestam. Essa ampliação da percepção das opressões é a *kaleidoscopic consciousness* (MEDINA, 2013).

Os *epistemic heroes* são sujeitos de rara visão e capacidade. Colocam-se frontalmente contra a opressão por meio de causas que são emblemáticas. Soror Joana, no México, que lutou por mais direitos para as mulheres, e Rosa Parks, a mulher negra de idade que se recusou a dar seu lugar no ônibus para uma mulher branca durante a luta por direitos civis dos negros nos EUA, são as heroínas epistêmicas apresentadas por Medina (2013). Para o autor, os grupos sociais também podem conformar as práticas dos *epistemic heroes*.

Contudo, as redes sociais podem ser consideradas um grupo social ou um movimento quando a reunião de seus membros ocorre de forma explícita, autoconsciente e deliberada e:

[...] quando e porque seus membros estabelecem uma comunicação entre si e tornam seus problemas, interesses e objetivos explícitos, desenvolvendo recursos discursivos próprios e maneiras distintivas de falar sobre si e suas experiências. (MEDINA, 2013, p. 226, tradução nossa)

Os grupos de heróis epistêmicos vão organizando cadeias de ações, uma malha de práticas que congrega elementos heterogêneos e vai adquirindo um padrão repetitivo. Nessa cadeia de ações, existe uma mistura de lucidez e dormência, pois nem todos partilham do mesmo nível de *kaleidoscopic consciousness* (MEDINA, 2013).

Essa malha de práticas repetitivas, organizada por esse mar de elementos heterogêneos, vai estabelecendo um padrão que adquire *echoability*. Trata-se de uma capacidade de gerar engajamento com a causa emblemática defendida pelos *epistemic heroes*. Rosa Parks, uma viúva idosa, pequena e franzina, retornando do trabalho para casa, disse não ao comando da senhora de querer e poder que se achava no direito de tomar-lhe o assento no ônibus. Sua negativa teve *echoability*, gerou consensos e dissensos em diferentes esferas. Foi debatida, apresentada em eventos. Rosa Parks se tornou uma figura pública, estampou jornais e discursou.

“Mesmo quando a resistência começa por meio de atos de indivíduos corajosos, ela não se torna politicamente transformativa, de forma efetiva, enquanto esses atos permanecem isolados e desconectados. Esta é a importância do *echoing*: atos de resistência necessitam ser *echoed* por meio da fábrica social – ou seja, é preciso que as pessoas reajam a eles e se engajem neles, que eles sejam lembrados, imitados e ressoados em palavras e ações subsequentes e de diferentes formas – com o objetivo

de que adquiram proeminência e se tornem parte de uma cadeia performativa ou um padrão social” (MEDINA, 2013, p.247, tradução nossa).

Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018, vem assumindo as características de uma heroína epistêmica. Suas ações em defesa de grupos LGBTQ+s e das comunidades carentes das favelas do Rio de Janeiro assim como a violência do seu assassinato e a falta de resposta acerca do mandante a tornaram um símbolo de luta. Sua memória e as batalhas que ela abraçava foram objeto de registro no Carnaval do Rio de Janeiro de 2019, pela escola de samba Estação Primeira de Mangueira, campeã do Carnaval, e em marchas pelo Dia da Mulher ao redor do mundo. Seu nome batiza ruas ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Marielle\\_Franco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marielle_Franco)). Nesta tese: Marielle presente! É esta a *echoability* tratada por Medina (2013).

Segundo Medina (2013), o aprisionamento em malhas de práticas de violência, injustiça e opressões gera nos sujeitos oprimidos e injustiçados uma dificuldade em imaginar-se em um contexto diferente. Os padrões de comportamento arraigados durante anos e anos de opressão criam um padrão para a imaginação social que normaliza as injustiças e aprisiona os oprimidos. Eles vão, historicamente, perdendo a capacidade de imaginarem um mundo alternativo. Essa imaginação social, que exclui e estigmatiza, cria grupos vulneráveis e promove uma tolerância social acerca do sofrimento desses grupos. Davis (2016) retrata essa situação quando aborda o mito do negro estuprador criado na sociedade americana para normalizar o encarceramento negro.

A *resistant imagination* é um caminho para o processo cognitivo por meio do qual se criam, a partir do nível de imaginário, caminhos e alternativas ao mundo de opressão. A maior dificuldade à imaginação resistente é conseguir romper os padrões aprisionadores do indivíduo, o que torna a construção dela um desafio. As estruturas cognitivas, os padrões morais, os sentimentos e as estruturas de afeto que formam a individualidade estão envolvidos nos processos imaginativos. A *resistant imagination* adquire, então, a característica de um exercício permanente de autoconsciência, no qual “[...] nos engajamos juntamente com os outros e então comparamos e contrastamos nossas resistências e deliberamos sobre elas. [...] um fenômeno estrutural que requer suporte social e práticas de interação” (MEDINA, 2013, p.257, tradução nossa).

Uma ilustração da imaginação resistente está presente na definição de microcrédito de Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank, banco cujo modelo de funcionamento inspira instituições de microcrédito ao redor do mundo (YUNUS; JOLIS, 2000, p.327, grifo nosso): “O microcrédito é ajudar cada pessoa a atingir seu pleno potencial. Ele não trata de

capital monetário e sim de capital humano. O microcrédito é uma simples **ferramenta que libera os sonhos dos homens** e ajuda até mesmo o mais pobre entre os pobres a atingir a dignidade, o respeito e um sentido para a sua vida.”

Esses são alguns dos principais conceitos da *The Epistemology of Resistance* de José Medina (2013) aplicáveis à tese no sentido de articular a questão da resistência enquanto prática. *Quais são as práticas de opressões que formam a meta-lucidity da REMES? A REMES configura um grupo de “epistemic heroes”? A “resistant imagination” está presente no empreendedorismo de resistência enquanto prática?*

Conforme levantamento bibliográfico que realizamos nas bases de dados nacionais e internacionais, *The Epistemology of Resistance* (MEDINA, 2013) foi referenciado em 408 publicações, sendo a maioria estudos de filosofia e feministas. Apenas dois trabalhos examinaram o contexto das organizações com suporte no trabalho de Medina (2013). Um deles foi elaborado por Alcadipani, Hassard e Islam (2018), publicado no *Journal of Management Studies*, e analisa os efeitos da ironia e do sarcasmo na mudança do ambiente de trabalho, utilizando o conceito de *epistemic resistance*. O outro é de Baird e Calvad (2018), publicado no *Journal of Business Ethics*, e examina o conceito de *epistemic vice* em oposição às *epistemic virtues* para compreender como os vícios permeiam as organizações formando condutas não éticas. Como ficou demonstrado, a epistemologia da resistência proposta por Medina, sobretudo quando articulada com a abordagem das práticas de um empreendedorismo feminino, ainda não foi proposta no contexto dos estudos organizacionais brasileiros. O próximo capítulo da tese apresenta as questões relacionadas ao “oceano” das lutas feministas.

*E vamos remando...*

## 2.2 No oceano das lutas feministas

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas em carruagens, e levantadas sobre valas e ter o melhor lugar em todos os lugares. Ninguém me ajuda no melhor lugar. E eu não sou uma mulher? Olhe para mim! Olhe para o meu braço. Eu arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e via a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (TRUTH, 1851)

As conquistas alcançadas pelo feminismo são atualmente inquestionáveis e, de certa forma, irreversíveis: o direito das mulheres de frequentar os cursos superiores, de votar e ser

votada, de escolher sua profissão, pontos esses que já foram considerados verdadeiros absurdos, conforme Duarte (2003). Contudo, uma frase, atribuída a Simone de Beauvoir, “basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”, chama atenção para a necessidade de prontidão e luta permanentes.

A luta é antiga. Um dos primeiros manuscritos ligado a movimentos na direção do feminismo é atribuído a Olympe de Gauges, francesa, que em 1791 apresentou a Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã, inspirada nos ideais da Revolução Francesa. Gauges defendeu que todos os direitos pleiteados pelos homens em 1789 deveriam alcançar também as mulheres (BEAUVOIR, 2016; SCOTT, 2005). Alinhado às condições sociais, econômicas e culturais de cada época, o movimento feminista é, tradicionalmente, historiado em três fases principais, ou ondas, com lutas características do seu contexto sociopolítico.

### 2.2.1 A história de luta e resistência das mulheres

Em *O Segundo Sexo*, a filósofa e feminista francesa Simone de Beauvoir (2016) se propõe a traçar um completo panorama acerca da construção do que é ser mulher, pois segundo a autora: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino.” (BEAUVOIR, 2016, p.11)

Dessa forma, para Beauvoir (2016), a mulher é definida como o não homem, o Outro, e encontra-se presa a um sistema de dominação para o qual ela não conhece alternativa. Diferentemente das pessoas escravizadas, do proletário, na visão da feminista francesa, as mulheres não têm uma história ou um passado que lhes permita se afirmar, se delimitar pela oposição, na verdade, “o laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro” (BEAUVOIR, 2016, p.16).

O historiador Peter Stearns (2007) demonstra essa vinculação ao apontar que, à medida que as sociedades desenvolveram os sistemas de gênero envolvendo as relações entre homens e mulheres, os atributos e papéis também foram tomando forma. Nas sociedades nômades, que dependiam principalmente da caça, havia certa igualdade entre os sexos. Contudo, com a mudança do modo de produção para a agricultura, os homens passaram a ser responsáveis pela plantação e a taxa de natalidade subiu, em parte porque as fontes de alimento ficaram mais estáveis, em parte porque a mão de obra passou a ser útil aos campos cultivados.

Surgem, nesse período, as bases iniciais para a dominação feminina. Ao fixar a posse da terra como domínio masculino, a sociedade nascente precisou definir as questões relacionadas aos direitos de herança, cujo interesse era que fosse transferida aos herdeiros do sexo masculino. À mulher cabe a função de ama, serva, útero; ao pai o papel de provedor, doador da vida, dono do germe da fecundação. A partir desse contexto, há a necessidade de controlar a sexualidade da mulher. Para exercer tal controle, elas foram tornadas cada vez mais reclusas, com a circulação restrita ao ambiente da casa, cobertas em véus, com os pés envoltos em faixas (sociedade chinesa), tratadas como ornamentos. Na medida em que os governos dominados por homens cresciam, mais e mais eram tolhidos os direitos das mulheres. São caminhos que vão constituir o patriarcado, que assume diferentes configurações em cada país (BEAUVOIR, 2016; STEARNS, 2007).

A Primeira Onda do Feminismo - O Movimento para Existir - Final do século XIX e início do século XX

A Revolução Industrial gerou grandes transformações no contexto econômico e social. A ampliação dos postos de trabalho gerados na indústria demandou novos operários numa tal velocidade que a mão de obra masculina não foi capaz de suprir. Abriram-se as portas do mundo do trabalho para a mulher. Foram disponibilizadas novas escolhas e os papéis não mais se restringiam à esposa ou à cortesã (BEAUVOIR, 2016).

Nas transformações sociais inerentes a esse período, o movimento pela ampliação do direito ao voto, as organizações sindicais que lutam pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e a libertação das pessoas escravizadas vão constituir espaços para uma revolução de papéis que se instala primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Essas são grandes âncoras para aquela que é conhecida como a primeira onda do movimento feminista (BEUAVOIR, 2016; CALÁS; SMIRCICH, 2010; DAVIS, 2016; PINTO, 2010; TONG; BOTTS, 2018).

Ao percorrer a história das mulheres, Beauvoir (2016) destaca o ingresso no mercado de trabalho como o grande propulsor dessa fase. A partir da existência da mulher no campo econômico é que ela se habilita a poder existir na esfera pública e a demandar o reconhecimento da sua identidade. A autora concorda com Engels (2012) quando ele afirma que o ingresso no mercado de trabalho representou a porta para a emancipação da mulher.

Essa fase é marcada pela busca por direitos considerados fundamentais: o voto e um conjunto de direitos civis, como a guarda dos filhos ou o direito de posse de propriedades ou herança. A luta foi pela conquista do “direito de existir” enquanto cidadã, com autonomia e natureza diferente da masculina, e pela transição do privado, contexto da casa e lugar da mulher na visão da época, para o público, espaço marcado pelo domínio masculino: "(...) o paradigma dominante era masculino e sua preocupação (da luta) era demonstrar que as mulheres eram tão humanas como os homens" (CALÁS; SMIRCICH, 2010, p. 278).

Nesse contexto, a visão é a da desconstrução do “ele” universal, que até aquele momento conduzia as produções no campo político, econômico e social, para permitir a coexistência de uma identidade formada pelo “ela” (CALÁS; SMIRCICH, 2010; DUARTE, 2003; PINTO, 2010). Interessante ilustrar essa fase com a Constituição brasileira de 1891 (BRASIL, 1891) que definia, em seu Artigo 70, os brasileiros com direito a voto: cidadãos maiores de 21 anos, excetuando-se os mendigos, os analfabetos, os praças (soldados e cabos) e os religiosos sujeitos a voto de obediência pela ordem. À mulher não é negado o direito de votar, porque sequer se cogitava que ela extrapolasse a esfera privada para discutir assuntos da vida pública. O único papel destinado à mulher nesse instrumento jurídico é o de mãe de brasileiros. Somente na Constituição de 1934 (BRASIL, 1934) o direito ao voto feminino foi estabelecido no Brasil (PINTO, 1999).

As restrições impostas às mulheres nessa época ilustram várias obras, das quais citam-se duas para contextualizar a primeira onda do movimento feminista. Apesar de descreverem mulheres fortes, as heroínas dos romances não conseguem romper com os ideais impostos às mulheres à época. *Lucíola*, romance do cearense José de Alencar de 1862, que por circunstâncias da vida entrega-se à prostituição, saiu do privado e invadiu o público; ao romper o ideal de pureza, é destinada à morte e sugere que Ana, sua irmã, a representação da castidade, viva o grande amor que lhe era destinado.

Charlotte Gilman (2016) publicou, em 1892, *O Papel de Parede Amarelo*, um retrato angustiante do tratamento infantilizado e opressor destinado à mulher, que, na condição de propriedade de seu marido, é desprovida de vontade própria. Confinada a um quarto e cercada por um opressor papel de parede amarelo, acompanhamos ao longo do livro as várias rogativas de mudança feitas pela esposa, que são categoricamente negadas pelo seu marido. A loucura acaba sendo seu destino, em condições aviltantes, rastejando no chão, sem razão ou dignidade. Cabe destacar que as mulheres em muitas culturas no mundo ainda se encontram nessa fase da luta (OKRENT; ETREINER, 2011).

## A Segunda Onda do Feminismo - O Momento de Exigir - Década de 1960

*Ataulfo Alves* e *Mário Lago* (1942), na música *Ai que Saudades de Amélia*, demonstram a percepção masculina sobre as transformações que estão ocorrendo no Brasil, e no mundo, e que vão gerar o contexto para a segunda onda do movimento feminista. As saudades de Amélia decorrem da existência de uma nova mulher, que faz exigências e que sabe o que quer. Ela não está mais disposta a passar fome ao lado do seu homem nem a achar bonito não ter o que comer, por não ousar contestar seu marido.

Dois livros vão exercer grande influência sobre esse momento do feminismo: *O Segundo Sexo* de Simone Beauvoir (2009), publicado em 1949 na França, e *Mística Feminina* da feminista americana Betty Friedan (1971), publicado em 1963 nos Estados Unidos.

Um dos principais debates oriundos do trabalho de Beauvoir (2016) e que perdura nos movimentos atuais é o de que gênero é uma categoria construída. As mulheres não nascem mulheres, se constituem mulheres influenciadas por uma série de condicionamentos a que são submetidas desde o nascimento (Pinto, 2010). Aqui se abrem várias possibilidades para o feminismo, ao desvincular-se do sexo, definido pela questão biológica, para incorporar as construções de gênero (CALÁS; SMIRCICH, 2010; FRASER, 2007; KELLER, 2006; PINTO, 2010; TONG; BOTTS, 2018).

Em *Mística Feminina*, Friedan (1971) avalia que existe, no imaginário coletivo da sociedade americana, uma imagem da mulher à qual todas devem adaptar-se: mãe, esposa, dona de casa, preferencialmente uma grande e bela casa no subúrbio; essa é a mística feminina. Esse papel gera uma frustração entre as americanas que é apenas sussurrada entre elas, por não haver espaço para questionar uma vida tão “maravilhosa”.

Segundo Friedan (1971), durante os 15 anos anteriores à publicação da obra, houve um condicionamento para que a mulher americana se adaptasse a esse papel, um retrocesso em relação ao que fora conquistado nos anos de 1920. Na busca pelo casamento, a formação universitária e o trabalho eram vistos como oportunidades para “agarrar um marido” e as que concluíam a formação superior frustravam-se com o papel de dona de casa e mãe numa angústia definida pelos médicos como “síndrome da dona de casa” (FRIEDAN, 1971, p. 24).

Sheldon (1987), em *O Outro Lado da Meia Noite*, demonstra essa angústia por meio de Catherine. Durante a II Guerra Mundial, ela teve a oportunidade de ascender em funções estratégicas dentro do governo americano. Ao final do conflito, com o retorno de seu marido

para casa, ela precisa se contentar com o papel de esposa e dona de casa, o que resulta em depressão e alcoolismo.

A segunda onda tem um caráter de libertação e a queima dos sutiãs é uma das representações mais conhecidas. A mulher quer se livrar da opressão, ocupar os vários espaços que lhe foram negados ao longo do tempo, em condições de igualdade com os homens, liberar-se da *mística feminina*. A luta envolve também as formas de relacionamento homem/mulher, nas quais as mulheres passam a exigir maior autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (CONSOLIM, 2017; FRASER, 2007; PINTO, 2010).

Fraser (2007; 2009) pontua que essa talvez seja a onda mais importante do movimento feminista por desafiar as estruturas que regulavam a sociedade do pós-guerra por meio de uma crítica ao modelo economicista, centrado no masculino, como uma forma de dominação machista. Ao defenderem que o pessoal faz parte do político, as feministas da segunda onda trouxeram a luta de casa para as arenas públicas e conseguiram avanços legislativos importantes.

A década da mulher em todo o mundo, promovida pela ONU entre 1975-1985, e a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, aprovada pela ONU em 1979, podem ser considerados os pontos culminantes desses avanços (CONSOLIM, 2017). A historiadora e cientista política Celia Pinto (2010) destaca o contexto efervescente dessa fase do movimento feminista: o lançamento da pílula anticoncepcional, o movimento *hippie*, a música vibrante dos *Beatles* e *Rolling Stones*, o movimento de Maio de 68 iniciado em Paris e a desilusão com os partidos de esquerda. Todos esses eventos vão construir o panorama para que o movimento feminista discuta pela primeira vez as relações de poder entre homens e mulheres.

A dominação do homem sobre a mulher, apontada por Engels (2009) no final do século XIX, quando afirmou que a primeira opressão de classes é a das mulheres pelos homens, torna-se objeto de contestação e todas as referências sobre as diferenças de sexo eram apontadas como contrárias aos interesses da causa (CALÁS; SMIRCICH, 2010).

Olhando para a segunda onda do ponto de vista histórico, Evelyn Keller (2006) destaca que os impactos das questões levantadas pela segunda onda ainda não foram apreendidos em toda a sua envergadura. Em um ensaio, Keller (2006) demonstra como a ciência biológica foi impactada pelo pensamento feminista. Por volta de 1983, ocorre uma transformação no modo de compreender a concepção. O modelo anterior, sexista, entregava a um “vigoroso” e “autoimpelido” espermatozoide todo o esforço da concepção junto a um óvulo com função passiva nesse processo. Os cientistas de 1983 demonstraram que existe

uma parceria mutuamente ativa entre óvulo e espermatozoide, respondendo a um pensamento mais igualitário entre homem e mulher<sup>3</sup>.

*A Terceira Onda do Feminismo - A Fragmentação – Iniciada nos anos 1980*

Comecei a pensar: "Sim, sou chicana, mas isso não define quem eu sou. Sim, sou mulher, mas isso também não me define. Sim, sou lésbica, mas isso não define tudo que sou. Sim, venho da classe proletária, mas não sou mais da classe proletária. Sim, venho de uma mestiçagem, mas quais são as partes dessa mestiçagem que se tornam privilegiadas? Só a parte espanhola, não a indígena ou negra." Comecei a pensar em termos de consciência mestiça. O que acontece com gente como eu que está ali no entre-lugar de todas essas categorias diferentes? O que é que isso faz com nossos conceitos de nacionalismo, de raça, de etnia, e mesmo de gênero? Eu estava tentando articular e criar uma teoria de existência nas fronteiras. [...] Eu precisava, por conta própria, achar algum outro termo que pudesse descrever um nacionalismo mais poroso, aberto a outras categorias de identidade. (ANZALDÚA)

O sociólogo Stuart Hall (2005), ao discutir a identidade cultural na pós-modernidade, ressalta o descentramento do sujeito como um dos conceitos importantes dessa vertente epistemológica. Ele atribui ao feminismo uma contribuição relevante por essa visão mais complexa e menos universal do sujeito ontológico, contribuição que foi construída a partir dos debates que vão constituir a terceira onda do movimento feminista.

Críticas ao movimento do feminismo o consideravam branco, de classe média e heterossexual e demandavam uma integração que pudesse contemplar todas as mulheres. A interseção ou interseccionalidade entre gênero, raça, classe e sexualidade passa a ser incorporada ao debate. A filósofa e ativista feminista Angela Davis (2016) traça, nos anos de 1970, uma profunda crítica ao movimento feminista americano, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*. No livro fica demonstrado como as raízes históricas do feminismo estavam vinculadas à mulher branca, de classe média e de que forma esse feminismo branco não contemplou e muitas vezes discriminou e mesmo descartou as demandas das mulheres negras (AKOTIRENE, 2018; DAVIS, 2016; HARDING, FORD E FOTAKI, 2013; RIBEIRO, 2017; TONG; BOTTS, 2018).

Para Davis (2016), a mulher negra ocupa o último lugar na hierarquia das lutas, sendo sua voz a mais oprimida. Traçando um paralelo com a conquista do voto nos Estados Unidos, demonstra que o homem negro foi autorizado a votar antes das mulheres brancas (para grande indignação destas) e as mulheres negras somente se juntaram à luta pelo voto quando

---

<sup>3</sup> Estudos mais recentes dão conta do papel ativo do óvulo na seleção do espermatozoide que irá fecundá-lo (Nadeau, 2017).

compreenderam que somente o acesso aos direitos civis mais elementares poderia melhorar suas condições de trabalho. O discurso de Sojourner Truth (1850) é uma das raras vozes das mulheres negras associadas às lutas iniciais do movimento sufragista.

A invisibilidade da mulher negra e o racismo, oriundo do sentimento de superioridade anglo-saxã presente nas famílias do sul dos Estados Unidos, promoveram a exclusão das mulheres negras da participação no movimento sufragista, com pontuais exceções (Davis, 2016). As mulheres negras, que após a libertação das pessoas escravizadas foram ocupar os últimos postos na formação do proletariado industrial, sofriam várias formas de abuso e exploração representados pelos baixos salários, a dupla jornada, os abusos sexuais e a luta pelo voto não fazia parte das suas prioridades. Ao mesmo tempo, as senhoras brancas de classe média, que encabeçavam o movimento sufragista, não reconheciam aquelas mulheres como suas iguais (DAVIS, 2016; TONG; BOTTS, 2018).

As filósofas feministas Rosemarie Tong e Tina Botts (2018), ao descreverem a evolução das várias teorias e abordagens feministas, contemplam a insatisfação das mulheres negras com a segunda onda do movimento. A *mística feminina* descrita por Friedman (1971) seria, para as feministas negras, um sonho de consumo. O acesso a uma boa moradia no subúrbio e a ausência de obrigações e tarefas que gerava o vazio, a *mística feminina*, presente na vida das mulheres brancas de classe média não se coadunava com a situação das mulheres negras, mulheres oprimidas em postos de trabalho precários, salários mais baixos que seus pares, submetidas a duplas jornadas de trabalho e a uma série de abusos e discriminações.

Aquela luta não era a delas. As reivindicações oriundas da interseccionalidade entre gênero, raça e classe faziam com que as feministas negras lutassem por outras causas, levantassem outras bandeiras. Essa dissensão vai dar origem ao feminismo negro (AKOTIRENE, 2018; BLACKWELL; NABER, 2002; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2017; BOTTS, 2018). Auad e Corsino (2018), ao discutir interseccionalidade na formação de educadores, pontuam os trabalhos de Angela Davis (2016), publicado originalmente em 1970, e Patricia Hill Collins (1989) como seminais no estabelecimento do feminismo negro.

Paralelamente às discussões do feminismo negro, os trabalhos, considerados seminais, das ativistas dos estudos culturais Moraga e Anzaldúa (1981) e Yarbro-Bejarano (1994) abrem espaço para a discussão de um feminismo voltado para as *chicanas*, mulheres de origem latina que compõem a população americana e que, como as mulheres negras, não têm suas próprias questões tratadas no movimento feminista branco e de classe média. Moraga e Anzaldúa (1981) propõem que a forma de alcançar uma construção que envolva os vários

movimentos de identidade presentes no feminismo é dar espaço para que as histórias das mulheres sejam contadas, por meio de suas próprias palavras.

Yarbro-Bejarano (1994, p.6) aponta a necessidade de um novo paradigma teórico "(...) que permita a expansão das categorias de análise de maneira a dar expressão à experiência vivida e compreender de que maneira raça, classe e gênero convergem".

Em 2005, Cláudia Costa e Eliana Ávila publicaram um ensaio teórico pontuando a contribuição do trabalho de Glória Anzaldúa acerca da consciência mestiça na história do feminismo e na articulação de uma política de coalização contra a exclusão da alteridade das posições privilegiadas que envolvem a modernidade. Os feminismos ditos *chicano*, das mulheres de cor, lésbico ou das mulheres do terceiro-mundo abrem espaço para o reconhecimento das interseções de várias camadas de subordinação, que vão além do gênero (COSTA; ÁVILA, 2005).

Outra fonte de dissensão característica da terceira onda é a incorporação das questões sobre sexualidade. Uma das principais influências nessa perspectiva da terceira onda feminista é a obra de Judith Butler. Em *Corpos que Importam*, Butler (1993) apresenta uma proposição para abranger a sexualidade como essencial nas discussões feministas. Para ela, masculino e feminino não são categorias suficientes para definir a variedade de posicionamentos existentes nas preferências sexuais, inclusive na homossexualidade. Butler (1993; 2017) defende ainda que a sexualidade precisa fazer parte do debate feminista para abarcar a complexidade e a heterogeneidade das relações das mulheres. Em *Problemas de Gênero*, publicado originalmente em 1990, o debate da autora está centrado nas questões de identidade, estabelecendo que a categoria mulher não é suficiente para contemplar todas as mulheres possíveis e argumenta: "O "nós" feminista é sempre e somente uma construção fantasística, que tem seus propósitos, mas que nega a complexidade e a indeterminação internas do termo, e só se constitui por meio da exclusão de parte da clientela que, simultaneamente, busca representar." (BUTLER, 2017, p.245)

Os estudos de Butler (1993, 2017) vão culminar na proposição da teoria *queer*, que reposiciona o conceito de gênero e incorpora a questão da identidade sexual, inclusive da homossexualidade feminina. As questões sócio-históricas, políticas e discursivas vão compor a "construção" das questões identitárias, que não podem ser entendidas como estáveis, fixas e definitivas (BORGES, 2014).

Exames mais recentes sobre a teoria *queer* dão conta da pouca visibilidade dos estudos dessa teoria no âmbito da educação superior e mesmo dos estudos organizacionais (RENN, 2010; PULLEN, THANEM, TYLER; WALLENBERG, 2016). Na educação superior, a teoria

*queer* percorreu uma trajetória envolvendo seu exame como doença nos anos 1960, a luta pelos direitos civis LGBT nos anos 1970 e as questões identitárias entre os anos 1990 e 2000 (RENN, 2010).

Exemplos de estudos e aplicações da teoria *queer* nos últimos anos são apresentados por Alimohamed (2010) em um estudo sobre as opressões cruzadas envolvendo as mulheres *queer* latinas e asiáticas, concluindo acerca da marginalidade e invisibilidade das experiências LGBT dessas mulheres em relação ao *mainstream* do movimento *queer*. Rea (2018) examina, pela primeira vez, os estudos sobre sexualidades e teoria *queer* em contextos africanos e Perez (2017) aponta a necessidade de construir pontes interseccionais para examinar o caráter simplista de atribuir uma visão revolucionária à teoria *queer* e conservadora ao padrão heteronormativo.

A partir das discussões sobre identidade, Calás e Smircich (2010) e Tong e Botts (2018) destacam o trabalho de Michel Foucault que se incorpora às discussões feministas em uma série de possibilidades e vai impulsionar a produção científica anglo-americana. As proposições do autor fornecem pano de fundo para aspectos que tratam do corpo como locus de dominação, das relações de poder mais íntimas, das questões do patriarcado e da hegemonia masculina na construção da visão do mundo.

### Pós-feminismos

Em anos mais recentes, alguns teóricos do feminismo entenderam que as questões que suportavam a luta por igualdade de direitos para as mulheres estavam superadas e passaram a utilizar o conhecimento construído a partir dos estudos feministas para produção de conhecimento em outras áreas de estudo. Para Rottenberg (2017), esse movimento é o que caracteriza o pós-feminismo. Outras filósofas feministas entendem que tais movimentos ainda fazem parte da terceira onda do movimento feminista, que ainda estaria em andamento, conforme, por exemplo, a visão de Tong e Botts (2018).

O trabalho de Savi (2017) é um bom exemplo do tangenciamento do grande poder crítico inerente ao uso da lente feminista para o exame de questões relacionadas a variadas formas de opressão. Ao propor conexões entre a opressão contra das mulheres e o uso desenfreado (opressor) dos recursos naturais, a autora transporta conceitos feministas para a análise da destruição do planeta realizada pelo homem, em um movimento teórico nomeado como ecofeminismo.

As questões sobre resistência examinadas sob as múltiplas lentes dos debates feministas vão permitir a constituição de um exame profundo sobre as variadas formas de opressão. *The Epistemology of Resistance*, fruto desse exame que relaciona opressão e resistência, tanto no movimento feminista como na luta pelos direitos civis negros, também tangenciou termos e conceitos da luta feminista para o exame de novas e amplas questões, caracterizando uma abordagem pós-feminista (HARDING; FORD; FOTAKI, 2013; KACHTAN EWASSERMAN, 2014; MEDINA, 2013; THOMAS; DAVIS, 2005).

Contudo, Harding, Ford e Fotaki (2013), Rottenberg (2017) e Vachhani e Pullen (2019) apontam um ressurgimento dos estudos feministas, naquela que vem se consolidando como a Quarta Onda do Movimento Feminista.

#### A Quarta Onda do Feminismo – Por um feminismo global

Harding, Ford e Fotaki (2013), Rottenberg (2017) e Vachhani e Pullen (2019) entendem que o pós-feminismo representa um distanciamento das questões feministas centrais e tende a desmobilizar a luta ao apresentar o feminismo como algo que já foi ultrapassado. Contudo, para as várias autoras, a quarta onda feminista está instalada e vem ganhando força sob diferentes perspectivas.

Rottenberg (2017) argumenta que as mudanças nas relações de trabalho e os avanços da ciência permitem à mulher adiar por mais tempo a decisão de ter filhos. Tais mudanças ensejaram uma nova discussão, especialmente no cenário norte-americano, sobre as questões de igualdade de oportunidades para homens e mulheres no contexto das organizações, reacendendo os debates feministas. Acrescenta o engajamento de jovens mulheres no movimento e uma ruptura em padrões de aceitação característicos da sociedade ocidental que torna novamente aceitável que as mulheres se assumam como feministas.

Em uma linha de pensamento correlata, Vachhani e Pullen (2019) examinam um movimento global que luta contra o sexismo (*Everyday Sexism Project – ESP*), baseado em práticas de solidariedade entre as mulheres de diferentes países e contextos. Gill e Orgad (2018) demonstram como o movimento #MeToo<sup>4</sup> vem transformando as práticas culturais de sexualização e mudando posturas e terrenos nas relações que envolvem sexo e poder.

---

<sup>4</sup> A hashtag #MeToo circula entre 85 países, cruzando fronteiras entre o Norte global e países do pacífico como Coreia do Sul ou Japão até a Palestina. Representa um espaço para um amplo debate sobre assédio sexual, sexismo e a cultura do estupro (GIL; ORGAD, 2018).

Para Harding, Ford e Fotaki (2013), a produção filosófica de importantes feministas não foi explorada de forma densa e criativa pelos estudos organizacionais, com poucas exceções. A articulação desses trabalhos, segundo as autoras, constitui excelente oportunidade para o fortalecimento dos debates feministas no âmbito dos estudos organizacionais e os espaços concedidos por periódicos relevantes da área pode e deve ser utilizado nessa direção.

#### Implicações teóricas das lutas feministas

A partir da revisão da história das lutas feministas, trazendo essa discussão até os dias atuais, apresento, no Quadro 4, as teorias ou abordagens que foram sendo desenvolvidas ao longo da história. Em um percurso crítico, novas teorias surgem para dar respostas às discussões anteriores ou para atualizá-las em relação a novos caminhos epistêmicos. Importante ressaltar que a produção nem sempre é linear. Muitas teorias se sobrepõem e apresentam críticas às formas como outras teorias buscam compreender o feminismo.

**Quadro 4 - Teorias e Abordagens Feministas**

(continua)

<b>Teoria/ Abordagem</b>	<b>Bases</b>	<b>Críticas</b>	<b>Trabalhos Seminais</b>
<b>Feminismo Liberal – 1ª Onda</b>	Criação de uma sociedade justa e igualitária. Direito ao voto, educação, guarda dos filhos no divórcio e luta pelo movimento abolicionista.	Direcionado a uma classe de mulheres burguesas privilegiadas, casadas, descendentes de europeus.	Wollstonecraft, M., (1792) Taylor Mill, H. (1993) - publicação original em 1851 Mill, J. S. (1993).- publicação original em 1869
<b>Feminismo Liberal - 2ª Onda</b>	Convicção de que a liberdade completa só seria alcançada por meio da igualdade de oportunidades econômicas, da liberdade sexual e das liberdades civis. Direitos iguais.	Superar o centramento na categoria mulher (visão biológica), abarcando qualquer mulher (inclusive homossexuais) que acreditem em direitos iguais para homens e mulheres.	Beauvoir, S. (2016) – publicação original em 1949 Friedan, B. (1963) Bird, C. (1968) Morgan, R. (1970)

<p><b>Feminismo Liberal – 3ª Onda</b></p>	<p>Busca pelo estabelecimento da diferença entre homens e mulheres. Luta pela <i>womanhood</i>. Aceitação das diferenças. Compreensão das masculinidades e feminilidades. Igualdade, dentro das características de cada sexo.</p>	<p>Desigualdade das tarefas e papéis. Sobreposição das tarefas domésticas e da maternidade sobre as mulheres. O feminismo liberal é falho em tratar as questões de raça, classe e orientação sexual.</p>	<p>Friedan, B. (1981) Anderson, E.S. (1999) Nussbaum, M. (1999a) Davis, A. (2016) – publicação original em 1970</p>
<p><b>Feminismo Radical</b></p>	<p>Igualdade de gênero e sexo são impossíveis em um sistema patriarcal. A reforma emancipatória verdadeira só ocorrerá por meio da eliminação da supremacia masculina. Luta contra as normas, assunções e instituições patriarcais e opressivas. Compartilhamento de experiências pessoais. Lema: “o pessoal é político.”</p>	<p>Uma visão simplista, oriunda do patriarcado, de que tudo que vem do homem é ruim e tudo que vem da mulher é bom. Foco em métodos contra concepção disponíveis apenas para um restrito grupo de mulheres. Tratamento das questões de sexualidade como um processo a-histórico e igual para todas as mulheres.</p>	<p>Koedt, A.; Levine, E. e Rapone, A. (1973) Rubin, G. (1975) Muller, K. (1976) (continuação)</p>
<p><b>Feminismo Marxista</b></p>	<p>Compreensão de que as questões de classe, muito mais que as de sexismo, são as fontes da opressão da mulher. Visão da economia como motor fundamental das relações sociais. Opressão da mulher com origem maior no capitalismo do que no patriarcado. Questões do <i>gap</i> salarial entre homens e mulheres.</p>	<p>Crença de que a superação do capitalismo trará igualdade entre homens e mulheres. Incapacidade de tratar problemas como: “profissão de homem” e “profissão de mulher”. Baixo status do trabalho da mulher e tratamento da mulher como força reserva de trabalho.</p>	<p>Engels, F. (2012) – publicação original em 1884. Mitchell, J. (1971) Young, I.M. (1981)</p>
<p><b>Feminismo Socialista</b></p>	<p>Subordinação da mulher em função de gênero e classe, mas</p>	<p>Necessidade de reavivar os estudos sobre análise</p>	<p>Engels, F. (2012) – publicação original em</p>

	também raça, etnia ou orientação sexual.	materialista, com base em Marx, para compreensão do mundo pós-colonial. Visão do materialismo histórico como base da escravidão, colonialismo e imperialismo e divisão do trabalho.	1884 Jackson, S. (1999)
<b>Feminismo das Mulheres de Cor (Feminismo negro, feminismo latino-americano, chicano ou latino, feminismo indígena)</b>	Representa as experiências comuns de ser racializada como “não-branca”. Envolve: a) ter a cultura desvalorizada; b) partilhar a consciência da opressão sofrida; c) ser pressionada a assimilar a cultura dominante; d) ter negado o privilégio “branco” (acesso a bens e serviços); e) viver em um estado de vigilância constante sobre quando e onde a questão da raça vai surgir como uma barreira.	A categorização “de cor” para um conjunto de diferentes feminismos. A dificuldade de “unir” todos os feminismos na luta por objetivos econômicos, sociais e políticos. A dificuldade de tratar com o conceito de interseccionalidade, que além de gênero, raça e classe, avança para abarcar religião, nacionalidade e cidadania.	Truth, S. (1850) Davis, A. (2016) - publicação original em 1970. Collins, P. H. (1989) An (continuação) McLugue, C. (2018), Hooks, B. (2018), publicação original em 2002 Lugones, M. (2008) Allen, P. G. (2013)
<b>Feminismo Psicanalista</b>	Mantém a visão fundamental de que os atos das mulheres advêm da sua psiquê. Recomenda a desconstrução da estrutura de linguagem que descreve os gêneros e a adoção de vivências, desde a infância, que alterem a estruturação de papéis.	Visão francesa do feminismo, com pouco engajamento, por exemplo, das mulheres de cor. Questionamentos sobre a capacidade de efetivamente criar um feminismo psicanalista totalmente não patriarcal.	Freud, S. (1966) Beauvoir, S. (2016) – publicação original em 1949 Mitchell, J. (1974) Dinnerstein, D. (1977) Chodorow, N. (1978)
<b>Feminismo Existencialista</b>	O homem é denominado <i>Self</i> e a mulher, o Outro. Um Outro que ameaça o homem, por isso é oprimida.	Distanciamento da experiência da mulher ordinária. Valorização do homem	Beauvoir, S. (2016) – publicação original em 1949

	<p>A opressão das mulheres pelos homens é única:</p> <p>a) porque sempre existiu, não é contingencial;</p> <p>b) porque a mulher internalizou uma visão de que o homem é essencial e a mulher não.</p>	sobre a mulher que é vista como passiva, submissa.	
<b>Feminismo Pós-estruturalista</b>	<p>Discussões sobre como as relações de poder e os discursos moldam subjetividades, sexualidades e corpos.</p> <p>Visão de que não há uma conexão necessária entre o sexo e o gênero de uma pessoa.</p>	<p>Entendimento de que a tentativa de desestabilizar o conceito de gênero não é mais que um jargão.</p> <p>Identidade de gênero não é a preocupação central das mulheres ao redor do mundo.</p>	<p>Beauvoir, S. (2016) – publicação original em 1949</p> <p>Focault, M. (1979)</p> <p>Butler, J. (1993; 2017)</p>
<b>Feminismo Pós-moderno</b>	<p>Examina os mecanismos da ordem simbólica, ou seja, o conjunto de símbolos, papéis e rituais que se aprende desde criança.</p> <p>Revisão da definição da mulher como o Outro, o oposto do homem.</p>	<p>As feministas pós-modernas negam gênero/sexo como uma categoria de análise.</p> <p>Entendem o feminismo pós-moderno como nominalista, oposto ao interesse das mulheres que devem assumir uma posição a partir de seus lugares sócio-históricos.</p>	<p>Derrida, J. (1978)</p> <p>Cixous, H. (1981)</p>
<b>Feminismo Global, Pós-Colonialista ou Transnacional</b>	<p>Busca enfrentar os desafios e escolhas da globalização. Discute as várias formas de opressão que as mulheres experimentam ao redor do mundo. Discute o direito das mulheres ao redor do mundo.</p> <p>Recusa os padrões eurocêtricos e combate a posição da mulher como proletariado global.</p> <p>Tenta apresentar uma luta unificada contra o patriarcado.</p>	<p>Direcionamento primário aos direitos civis e políticos, em vez de luta por direito à alimentação, saúde, trabalho, repouso ou pagamento justo.</p> <p>Definição das prioridades de luta a partir da visão eurocêntrica.</p> <p>Desrespeito à experiência vivida. Imperialismo</p>	<p>Hartmann, B. (1995)</p> <p>Nussbaum, M. (1999; 2002)</p> <p>Burn, S.M. (2000)</p> <p>Morgan, R. (1984)</p>

		cultural e uma visão paternalista baseada no ego.	
--	--	---	--

Fonte: Adaptado de “O segundo sexo”, S. Beauvoir, 2016; “Mulheres, Raça e Classe”, A. Davis, 2016; “Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos”, M.B. Calás e L. Smircich, 2010 e *Feminist thought*, de R. Tong e T.F. Botts, 2018.

O quadro anterior demonstra como é rico e diversificado o pensamento feminista. Caracteriza um pensamento crítico que se questiona o tempo inteiro. Não consta do quadro o feminismo decolonial, opção teórica desta tese, que será tratado em maior profundidade no próximo item.

### 2.2.2 Resistência à luz do feminismo decolonial

A história do feminismo e as muitas abordagens feministas demonstram que as mulheres, há muito tempo, comprometem um grande esforço na luta por permanecer de pé, a partir de uma base firme, enfim, existem e resistem contra diferentes forças que formam um oceano de opressões. Optar por uma teoria feminista é escolher um caminho, com implicações nas opressões que serão examinadas e no que será descartado. Diante das múltiplas possibilidades, com diferentes e interessantes caminhos possíveis, fiz a opção pela abordagem do feminismo decolonial para o exame das práticas empreendedoras de resistência que serão descritas no contexto da REMES. Discuto brevemente as origens da decolonialidade e em seguida as bases do feminismo decolonial ao mesmo tempo em que apresento as justificativas para minha escolha.

#### O movimento Decolonial Turn

O decolonialismo tem sua origem apontada como uma reação ao pensamento pós-colonial. Após a Segunda Guerra, com a libertação, emancipação ou independência de nações do Terceiro Mundo, notadamente daquelas localizadas na Ásia e na África, há um interesse

acadêmico em pensar esse momento pós-colonial. Em que pese ao reconhecimento da relação colonizado-colonizador, as epistemologias pós-coloniais continuavam baseadas em um pensamento eurocêntrico (BALLESTRIN, 2013; CARVALHO, 2015; RESTREPO; ESCOBAR, 2005; SPIVAK, 2014).

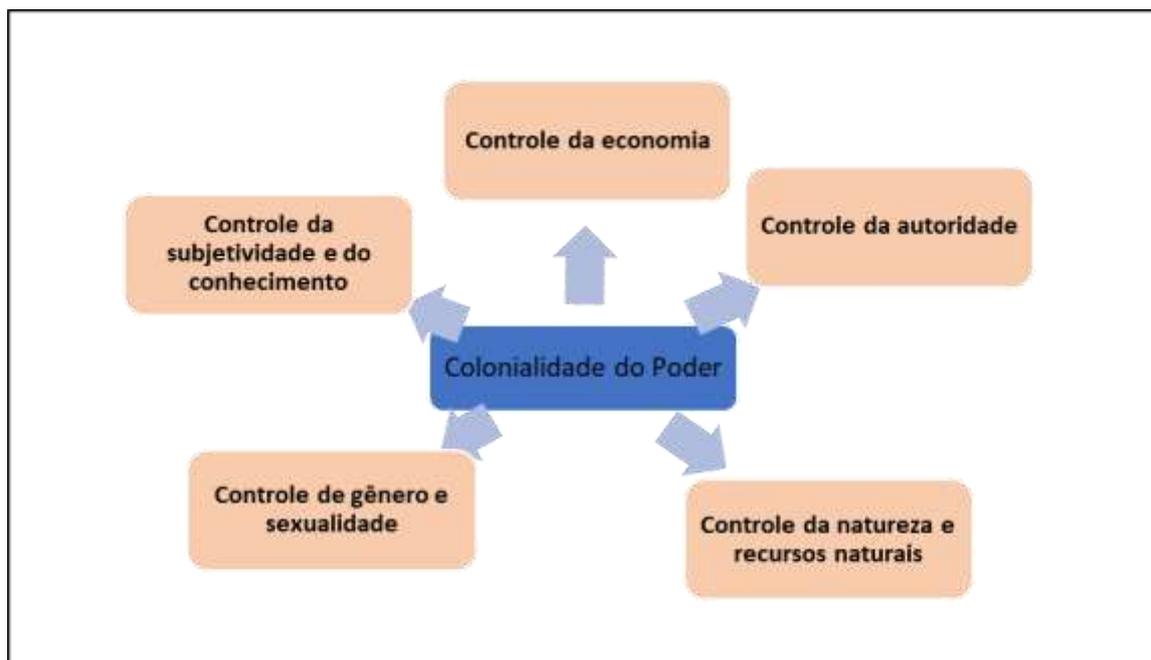
Nos anos 1970, na Índia, surgiu o Grupo de Estudos Subalternos com o objetivo de examinar de forma crítica a historiografia colonial da Índia produzida pelos ocidentais europeus, assim como a história nacional produzida pelos indianos, mas carregada de eurocentrismo (BALLESTRIN, 2013; CARVALHO, 2015). O termo subalterno é “[...] entendido como classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência história a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” (BALLESTRIN, 2013, p.93). O Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos surgiu em 1990. Composto por intelectuais da América do Sul, tinha como objetivo trazer os sujeitos subalternos para o centro do debate pós-colonial, envolvendo a colonização da América Latina (CARVALHO, 2015).

Contudo, ao final da década de 1990, esse grupo foi desagregado e alguns de seus membros fundam o Grupo Modernidade/Colonialidade. Dussel e Ibarra-Colado (2006) apontam o dualismo existente entre a modernidade e a colonialidade. A história da modernidade é contada exclusivamente pelo ponto de vista europeu como sede do Renascimento, Iluminismo, Revolução Industrial, etc. Aspectos que envolvem a formação do abrangente território colonial não fazem parte desse modelo eurocêntrico, assim como a história de importantes nações, como China e Índia, não fazem parte da construção da modernidade.

O capitalismo, nessa modernidade, se mostra como um sistema formal e independente, mediando a exploração e a acumulação de bens e riquezas e um tipo sofisticado de individualismo que nega o comunitário, para o qual não existe alternativa. Por outro lado, a modernidade não se separa do colonialismo. Sua parte invisível é fonte de opressão e exploração dos povos à margem, ou nas fronteiras, do modelo global, que se organiza em três dimensões: a colonialidade do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013; DUSSEL; IBARRA-COLADO, 2006; ESCOBAR, 2004; MIGNOLO, 2009; 2010).

A Matriz Colonial de Poder ou a colonialidade do poder tem raízes nas guerras, genocídios e no processo de desbravamento das Américas. Assume, dessa forma, uma relação complexa entre os seguintes itens de controle, conforme articulado na Figura 6 (Ballestrin, 2013; Mignolo, 2010).

**Figura 4 - Matriz Colonial de Poder**



Fonte: Adaptado de “Desobediência Epistêmica”, W.D. Mignolo, 2010.

A colonialidade do saber tem suas práticas sustentadas por “antropologias dominantes” (RESTREPO; ESCOBAR, 2005, p.102-103, tradução nossa), situadas nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na França. Tais práticas de controle culminam na “[...] regulação dos discursos antropológicos possíveis e afetam a normalização da subjetividade”. Os processos de construção dos discursos colonizadores históricos dão sempre ao Outro antropológico um caráter de inferioridade e selvageria. Para os antropólogos Restrepo e Escobar (2005), existe uma dimensão geopolítica na prática antropológica que precisa ser visibilizada. Segundo Mignolo (2010; 2011), essa diferença colonial de conhecimento é marcada pelo racismo epistêmico e pela negação da alteridade epistêmica.

A colonialidade do ser envolve toda a construção da matriz de raça, gênero e trabalho, a partir da afirmação da superioridade branca e da institucionalização do racismo. O processo de colonização assume a característica de salvamento da barbárie, ignorância e selvageria no qual o herói branco assume o papel de civilizador. Opor-se à modernidade tem como consequência o holocausto, nesse caso, um salvador (BALLESTRIN, 2013; LUGONES, 2008).

Resistir à lógica de dominação da modernidade/colonialidade (M/C) requer a interposição de uma terceira via ou caminho. A resistência necessária se coloca por meio da decolonização ou decolonialidade do pensar e agir político, econômico, teórico, prático e

epistemológico. Trata-se, portanto, da decolonização da colonialidade do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013; MIGNOLO, 2011; 2017).

De acordo com Santos (2018, p. 1, tradução nossa), produzir saber a partir da visão subalterna, decolonial ou das epistemologias do sul representa “[...] uma preocupação com a produção e validação de conhecimentos ancorados em experiências de resistência de todos aqueles grupos sociais que têm sofrido, sistematicamente, injustiças, opressões e destruições causadas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado”. Dito de outra forma, de acordo com Gayatri Spivak (2014), significa permitir ao subalterno falar.

A decolonialidade pode ser entendida como um novo lugar de enunciação, a partir do qual os pesquisadores das regiões subalternas podem (e devem) enunciar seus achados e teorias, resistir ao modelo da modernidade/colonialidade imposto pelo capitalismo. Importante ressaltar, como coloca Santos (2018), que essas regiões subalternas não configuram um sentido geográfico. A decolonialidade, como modo de pensar e teorizar, pode alcançar populações que vivem à margem no hemisfério norte, como os *chicanos* e negros dos Estados Unidos ou os povos refugiados na Europa.

Maldonado-Torres (2019) introduz um modelo para análise do giro decolonial, a mudança paradigmática necessária para o exame da modernidade/colonialidade. Seu condenado equivale ao que esta tese definiu como o herói(na) ordinário(a) ou os batalhadores(as) brasileiros(as) e representa os(as) excluídos(as) do capital/modernidade/colonialidade, que, movidos pelo amor e a raiva, utilizam a criatividade para realizar o processo decolonial, envolvendo suas três dimensões: a decolonialidade do poder por meio de um ativismo social que permite a construção/resgate de outras estruturas de poder e outras culturas; a decolonialidade do saber, que questiona, pensa e teoriza além dos aspectos metodológico e da objetividade imposta pelos modelos eurocêntricos de construir saber; a decolonialidade do ser, que constrói, com criatividade, por meio da arte e da espiritualidade, um outro tempo e um outro espaço.

### **Figura 5 - Analítica da Decolonialidade – algumas dimensões básicas**



Fonte: Adaptado de “Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas”, N. Maldonado-Torres, 2019 (In.) “Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico”, J. Bernardino-Costa, M. Maldonado-Torres e R. Grosfoguel (Org.), 2019

Maldonado-Torres (2019) trata do sujeito subontológico, que não consta dos lugares por não ser visto ou percebido e, ao mesmo tempo, desenvolve um sentido de pertencer ao modelo do outro, anulando sua própria essência (Fanon, 2008). A analítica da decolonialidade permite compreender de que modo os(as) heróis(nas) ordinários(as)/batalhadores(as) brasileiros(as) atuam para resistir. Complementamos essa visão com a discussão sobre resistência na perspectiva do feminismo decolonial.

### Resistência no feminismo decolonial

O exame das abordagens feministas demonstra que a decolonialidade encontrou terreno fértil no feminismo, que: (i) já discutia, no âmbito dos feminismos socialista e marxista, as relações patriarcais e capitalistas na construção de um sistema de classes opressor, que alcança de forma muito mais profunda a mulher; (ii) já examinava os diferentes contextos sócio-históricos e culturais e a forma como essas interseções afetam as diferentes mulheres de diferentes raízes, por meio do feminismo das “mulheres de cor” e (iii) já priorizava o exame das práticas de opressão e resistência, compreendendo-as como fluidas, complexas e mutáveis, fruto de relações de poder (BEUAVOIR, 2016; CALÁS; SMIRCICH, 2010; DAVIS, 2016; MALDONADO-TORRES, 2011; TONG; BOTTTS 2018). Nessa seara, Martín (2013) e Dietze (2014) afirmaram, inclusive, que o decolonialismo possui uma

genealogia feminista por reivindicar, originada no feminismo negro e das mulheres de cor e na teoria *queer*.

Ballestrin (2017) propõe o termo feminismos subalternos para abarcar esse conjunto de feminismos não hegemônicos, que envolve questões geopolíticas do sul global, ou seja, Ásia, África, América Latina, Caribe e Oceania. Tais feminismos, em vez de serem globais, universais, tratam de questões que são locais, particulares, comunitárias e contextualizadas geográfica, histórica e socialmente. Abarcam as mulheres pobres, trabalhadoras, mulheres de baixa escolaridade e os vários matizes de raça envolvendo negras, mestiças, índias, mulheres de cor e *chicanas*.

O termo subalterno advém do trabalho de Gayatri Spivak (2014), que lança luzes sobre a necessidade de visibilizar discursos e vozes periféricas, ao criticar a narrativa, construída pelo colonizador inglês, acerca do sacrifício da mulher indiana no fogo ao perder o marido. Ao tomar o lugar de fala dessas mulheres, esses pesquisadores capturavam de forma inadequada contextos e histórias de tradições ancestrais da Índia. A preocupação de Ballestrin (2017) é apontar tensões e limites entre a fragmentação dos muitos feminismos possíveis na oposição Norte-Sul ou hegemônico-periférico e uma possível unificação da agenda feminista. Para a autora, a realização só é possível mediante o engajamento dos feminismos subalternos na agenda decolonial.

A visão decolonial se apresenta como uma oposição a um modo de entender o mundo, uma resistência entendida como a força que se opõe a outra na forma de luta ou oposição e que assume dois significados, um ativo, de resistência como luta, e outro passivo, de resistência como oposição: “se esforçar para contrariar ou derrotar ou para suportar a força ou efeito de [*alguma coisa*]” (MEDINA, 2013, p.48, tradução nossa). O feminismo decolonial resiste, ativa e passivamente, à modernidade/colonialismo e conclama resistências por meio da desconstrução de conceitos e padrões arraigados, lançando mão de outro conceito de Medina (2013), a *double consciousness*, uma consciência dupla entre duas formas de perceber o mundo. Temos na decolonialidade a busca por essa dupla conscientização como essência.

Decolonizar o pensamento feminista, portanto, é se opor, resistir, aos padrões colonizadores que formaram o gênero. É compreender a lógica hierárquica trazida pelo colonizador, representada em uma linguagem dicotômica que separa o humano do não humano, o civilizado do selvagem. O europeu burguês, cristão, heterossexual tem na mulher branca, europeia, burguesa sua contraparte, disponível para reprodução da raça e manutenção do lar. Ele, colonizador, assume a distinção homem/mulher como exclusiva do par formado nessa relação e exclui todas as demais possibilidades. Os povos indígenas da América, os

africanos/africanas, os asiáticos/asiáticas assumem a definição de selvagens, não-humanos (DAVIS, 2016; LUGONES, 2008; 2014).

Essa desumanização está apta a justificar dores e flagelos impostos aos povos definidos como selvagens, seja pelos castigos físicos, seja pela violação de corpos, seja pela pressuposição da ausência de sentimento e vontade. Assim, privados da liberdade física, os povos colonizados são inferiorizados e privados de sua história, ancestralidade, saberes e rituais. Tornam-se um Outro desprovido de tudo. Dentro do modelo de linguagem dicotômico, ou melhor, fora dele, a mulher negra, nesse modelo colonial, não desfruta a condição de ser humano. Ao desumanizá-las, atribuíam-se a elas características animais, promíscuas, lascivas, grotescamente sexuais e pecaminosas (AKOTIRENE, 2018; BHABHA, 1996; DIETZE, 2014; LUGONES, 2008; 2014; RIBEIRO, 2017; SPIVAK, 2014).

Ao feminismo decolonial interessa interrogar, resistir às práticas de uma realidade social naturalizada por um conjunto de práticas coloniais, extinguir a visão feminista dominante (colonial, branca, de classe média, burguesa) e estabelecer múltiplas visões que interajam, dando conta da fluidez e da precariedade do sujeito Mulher (BEAUVOIR, 2016; COSTA, 1997; MONCAYO, 2011). Como sujeito de análise, ela é sempre referenciada no Outro, instável, formada muitas vezes pela ausência, o não ter ou o não ser (BEAUVOIR, 2016; COSTA, 1997; MONCAYO, 2011).

Os mercados de trabalho precário, “flexíveis” e temporários têm as mulheres como público preferencial, principalmente, as mulheres pobres, as imigrantes ou as operárias. O capitalismo global também reposicionou as responsabilidades do bem-estar do Estado para os lares, local das mulheres (GALVÁN, 2014; MOHANTY, 2003; OZKAZANC-PAN, 2012).

Nesta tese, interessa, portanto, a compreensão do organizar de práticas de um empreendedorismo feminino de resistência, a partir de suas próprias palavras, em diferentes contextos ainda não examinados por um pensamento ancorado na modernidade/colonialidade (MONCAYO, 2011).

Decolonizar é fixar, é resistir, é fazer surgir, a partir de algo firme, o local de enunciação da mulher, antes invisibilizada e desumanizada pelas práticas coloniais. O feminismo decolonial empodera a subalternidade, estabelece novos locais de fala e novas protagonistas do discurso. Resgata, assim, no cotidiano, ancestralidades, solidariedades, poder e história. Tece, no coletivo (que se opõe à visão individualista natural do capital), um novo tecido social que proporciona a construção ou o resgate de um discurso praticado (LUGONES, 2008; 2014; MONCAYO, 2011; RIBEIRO, 2017; SPIVAK, 2014).

Esse discurso praticado é característico do lugar, ou seja, é local, localizado e contextualizado histórica, geográfica e socialmente (Costa, 1997). Segundo Lugones (2014), ele pode ser representado pelos laços de solidariedade entre as mulheres colonizadas, no processo de organizar de práticas de resistências decoloniais. Essa solidariedade coletiva resgata, empodera, reconstrói, se coaduna com a proposta da solidariedade feminista, tornando-se ambas práticas de natureza infrapolítica, ou seja, desvinculadas das estruturas formais, que se organizam de maneira muito informal na luta por objetivos de justiça social e podem envolver questões de gênero (SPICER; BÖHM, 2007; VACHHANI; PULLEN, 2019).

Para esta tese, a abordagem do feminismo decolonial fornecerá uma perspectiva como base para a compreensão do organizar das práticas empreendedoras de resistência da REMES. Com isso, pretende-se que elas, as remistas, sejam visibilizadas a partir de seu oceano de opressões. *Que práticas de opressão são essas? Que práticas de resistência, numa perspectiva decolonial, são conformadas em seus cotidianos?*

Em consonância com a abordagem escolhida, é relevante citar ainda as nossas pesquisas desenvolvidas paralelamente à realização desta tese no Grupo de Estudos Organizacionais do PPGA da UECE, abordando questões sobre o organizar de práticas de um empreendedorismo de resistência e de solidariedade afetiva no contexto da REMES, a exemplo de Ribeiro, Tostes e Ipiranga (2018), Ribeiro e Ipiranga (2019) e Ribeiro, Ipiranga, Oliveira e Dias (2019).

As mulheres da REMES instituem-se, assim, como as protagonistas desta tese, dando vida a uma história que não interessou ao colonizador registrar, seja pela ausência de posses, seja pelo processo de colonização ancorado na desqualificação do Outro, no presente caso, da Outra. *Que construções da modernidade/colonialidade estabelecem o lugar dessas mulheres? Assumindo como delas o lugar de fala, o que interessa falar, que histórias são contadas? Como tais histórias se entrelaçam na matriz modernidade/colonialidade/decolonialidade? Como a solidariedade, oriunda da resistência estabelecida na REMES, desafia a matriz da colonialidade de poder?*

À decolonialidade em geral e ao feminismo decolonial em específico, por consequência, interessam também as teorias do lugar, construídas a partir do exame, como se propõe nesta tese, das práticas de um empreendedorismo feminino de resistência, antes invisíveis ou com a sua importância negada (COSTA, 1997; MIGNOLLO, 2010; RESTREPO; ESCOBAR, 2005).

### 2.2.3 O feminismo decolonial nos estudos organizacionais

Com o intuito de identificar as direções que conduzem a pesquisa do feminismo decolonial nas publicações nacionais e internacionais, realizei busca nos sites dos periódicos abrigados pela *Academy of Management: Academy of Management Proceedings, Academy of Management Review, Academy of Management Perspectives, Academy of Management Learning & Education, Academy of Management Journal* e *Academy of Management Annals* e pela *SAGE Journals*, selecionando aqueles mais afins dos estudos organizacionais: *Organization, Organization Studies* e *Human Relations*.

A busca foi realizada por meio dos termos *decolonising, feminism* e *feminist*. Nos periódicos da *Academy of Management*, os termos da busca retornaram 89 publicações, das quais 28 são artigos e 61, resumos apresentados em conferências. Em um exame mais aprofundado, a partir dos títulos e resumos (*abstracts*) disponíveis, identificamos que somente a pesquisa de Jennifer Manning (2018) de fato atendia aos critérios da busca. Seu estudo discute a marginalização das abordagens que envolvem as mulheres indígenas no âmbito dos estudos organizacionais e gerenciais e corresponde a um *abstract* apresentado na 10ª *Intrenational Critical Management Studies Conference* (CMS) em 2017. O trabalho foi discutido em um *stream* com o tema *The Decolonizing Management Studies Agenda: advances, challenges and propects*.

Na base da *SAGE Journals*, que abriga periódicos de diferentes áreas de saber, os termos retornaram 2.220 publicações. Contudo, o exame mais detalhado dos periódicos *Organization, Organization Studies* e *Human Relations* mostra que somente a *Human Relations* teve uma publicação tratando do tema, a saber, um editorial conclamando trabalhos em que a escolha feminista estivesse explícita em termos de teoria e análise. Nesse editorial, as editoras se reconhecem como pesquisadoras de um Norte global, sem envolvimento com as questões de interseccionalidade e pós-colonialismo ou com a experiência do feminismo decolonial (BELL; MARILÄINEN; TAYLOR; TIENARI, 2019).

Nos periódicos dos estudos organizacionais brasileiros, Alexandre Faria está presente como autor ou coautor em 03 dos 04 trabalhos que tratam da decolonialidade. Em 2013, Faria e Wanderley discutiram a decolonização da gestão e a desmarginalização das organizações familiares por meio da construção de uma área de estudos em estratégia. Em Faria (2015), a decolonialidade serve de base para o exame de uma proposta de reaproximar a área dos estudos organizacionais e de gestão do conceito de ideologia. Abdalla e Faria (2017, p. 914) propõem “[...] a co-construção de uma agenda em administração/gestão no (e a partir do) Brasil que promova conhecimentos e práticas informados pela opção decolonial sob uma

perspectiva transcospopolita”. Especificamente na interseção decolonialidade e feminismo, somente a discussão sobre subalternidade, não lugar e representações de Rosa, Medeiros e Valadão (2012) se aproxima, ainda que com algum distanciamento, desses conceitos articulados.

Demonstra-se, dessa forma, que as articulações teóricas que envolvem os estudos organizacionais, a decolonialidade e o feminismo decolonial ainda têm um amplo espaço a avançar, nacional e internacionalmente, para que o potencial de resistência e contestação presente nessas teorias seja incorporado nos processos de teorização e compreensão do mundo percebido e vivido.

*E vamos remando...*

### **2.3 Remando por um empreendedorismo tupiniquim**

O empreendedor, para o GEM, é aquele indivíduo que realizou esforços concretos na tentativa de criação de um novo empreendimento, como por exemplo uma atividade autônoma, ou uma empresa, seja ela formalizada ou não, bem como a expansão de um negócio já existente. [...] O GEM abarca todo e qualquer tipo de empreendedorismo, desde aqueles situados na base da pirâmide, muito simples, focados talvez na exclusiva subsistência daquele que empreende, como também em negócios de alto valor agregado e com conteúdo inovativo”. (EMPREENDEDORISMO NO BRASIL, 2017)

Um das primeiras dificuldades para os estudos sobre empreendedorismo é situar que empreendedorismo é esse e definir quais processos de empreendedorismo se pretende articular. Afinal, quem é o indivíduo empreendedor que está sendo sujeito de estudo? Os conceitos de empreendedor e empreendedorismo têm sido aplicados em amplos e diferentes contextos.

Os estudos de economia, na origem da ciência do empreendedorismo, estavam interessados principalmente nas associações entre empreendedorismo, inovação e competitividade (BUSENIZ *et al*, 2003; SCHUMPETER, 1961; 1997).

Por volta de 1960, surgiram estudos interessados em compreender as bases psicológicas, sociológicas e financeiras que vão iluminar a constituição do empreendedor de sucesso. McClelland (1972), um dos pioneiros nos estudos da psiquê do empreendedor, examinou as questões da propensão ao risco e da necessidade de realização do empreendedor

como bases para formação de uma sociedade competitiva (MURPHY; LIAO; WELCH, 2006). Gartner (1985) examinou a associação entre empreendedorismo e o conceito de Locus de Controle. Gartner (1988) e Bates (1990) examinaram questões do capital humano, articulando dimensões como educação e experiência na atividade.

Em outras vertentes, citamos correntes que abordam as questões da educação empreendedora voltada, principalmente, para a formação de profissionais empreendedores (WILSON; KICKUL; MARLINO, 2007) e para as questões do empreendedorismo cultural (DAVEL; CORA, 2016). O estudo de Costa, Barros e Carvalho (2011) examinou os termos empreendedor e empreendedorismo como forma apropriada ideologicamente em diferentes fases do capitalismo, seja a clássica, seja a monopolista, e na configuração atual.

Enfim, não se pretende aqui esgotar as diversas abordagens para o estudo de empreendedorismo, mas, partindo dessa articulação, a ideia seria propor uma decolonização da perspectiva empreendedora em uma visão tupiniquim e, a partir daí, traçar caminhos que permitirão compreender a pressuposição desta tese de examinar o empreendedorismo enquanto prática de resistência.

### **2.3.1 Decolonizando os estudos de empreendedorismo no Brasil**

#### O empreendedor-herói schumpeteriano

O primeiro trabalho a introduzir o conceito de empreendedorismo na literatura comercial, econômica e de negócios foi a obra póstuma de Cantillon (1680-1734), datada de 1755. Cantillon era banqueiro irlandês que vivia na França e, em seu manuscrito, descreve o empreendedor como aquela figura alerta a discrepâncias entre a oferta e a demanda, que comprava barato e vendia por um preço mais elevado, assumindo o risco dessa transação (COAN, 2013; COSTA, BARROS; CARVALHO, 2011; MURPHY; LIAO; WELCH, 2006). Cantillon é considerado pioneiro na evolução do pensamento sobre empreendedorismo, o que Murphy, Liao e Welch (2006, p.18) classificam como as “explicações de base econômica”.

No final do século XIX, com o advento da Escola Econômica Neoclássica, tem-se uma nova visão do empreendedor, que é reforçada a partir da publicação do livro *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de Schumpeter (1997), publicado originalmente em 1912. O empreendedorismo passa a ser visto como a introdução de novos bens, modos de produção, mercados, matérias-primas ou novas formas de organização e o empreendedor como o responsável por essa destruição criativa através da inovação na exploração de recursos.

Contudo, para os economistas neoclássicos<sup>5</sup>, toda essa movimentação criada pelos empreendedores se dava dentro do conceito de mercados perfeitos, nos quais os empreendedores produziam mudanças e respondiam a elas. Essa situação gerava um paradoxo, visto que a dinâmica das mudanças provocadas pela inovação não se ajustava às fundamentações econômicas propostas pelos teóricos para as condições de mercado perfeito (MURPHY; LIAO; WELCH, 2006).

Esse conjunto de mudanças deu origem à última escola econômica relevante no desenvolvimento da Teoria Empreendedora no âmbito da Economia, conforme historiado por Murphy, Liao e Welch (2006). A Escola Austríaca, iniciada no século XX, retoma a discussão sobre o indivíduo empreendedor, pressupondo que esse atuava em mercados imperfeitos e que suas decisões eram sujeitas a erros devido à insuficiência de informações. Reforçava a importância da inovação, como fonte de competitividade, e da agilidade do empreendedor em reconhecer e aproveitar tais oportunidades. Para os pensadores dessa escola, o empreendedorismo estava implícito na ordem dos sistemas econômicos.

Em que pese ao termo empreendedor poder ser identificado em contextos anteriores, o trabalho do economista austríaco Schumpeter (1997), originalmente publicado em 1912, tratando da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, é apontado como um marco na compreensão daquele que posteriormente viria a ser o empreendedor. O trabalho de Schumpeter (1961; 1997) fornece as bases para os estudos que associam empreendedorismo e inovação (RINDOVA; BARRY; KETCHEN, 2009). Rotulados como um tipo mais egocêntrico e egoísta do que os administradores, os empreendedores, na visão schumpeteriana, tiveram seu comportamento considerado como “(...) um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos (...)” (Schumpeter, 1997, p.90), que gerava impactos no fluxo equilibrado daquilo que se acreditava a economia perfeita.

Para Schumpeter (1997), os empreendedores apresentavam três características essenciais: a capacidade de visualizar novas oportunidades, a força de vontade que lhe permite uma liberdade mental que vai romper com hábitos arraigados e a capacidade de superar reações contrárias às novidades trazidas ao ambiente social. Seguiam um propósito ou, conforme Schumpeter, “Antes de tudo, há o sonho e o desejo de fundar um reino privado,

---

<sup>5</sup> Dentre os principais pensadores do período, citam-se o austríaco Carl Menger (1840-1921), o inglês Alfred Marshall (1842-1924), o italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), o sueco Knut Wicksell (1851-1926) e o estadunidense Irving Fisher (1867-1947) (Murphy, Liao e Welch, 2006).

e comumente, embora não necessariamente, também uma dinastia” (1997, p. 98). Esse formador de reinos e dinastias vai configurar o empreendedor-herói schumpeteriano.

São frequentes as associações entre a jornada do herói e o percurso do empreendedor na construção do seu negócio ou o uso da associação herói/empreendedor bem-sucedido nos negócios (ANDERSON; WARREN, 2011; CLAIRE, 2012; SALEM, 2006; SELOTI, 2015; WHELAN; O’GORMAN, 2007). A ação de empreender toma proporções heroicas e em geral percorre três etapas, inspiradas em Campbell (2004): 1. A Partida: decisões iniciais do empreendedor; 2. A Ação: as agruras enfrentadas pelo empreendedor ao iniciar sua carreira; 3. O Retorno: uma retroalimentação do processo realizada a partir de um processo reflexivo.

Na visão de Campbell (2004, p. 581), o herói, ao surgir do mundo cotidiano, se lança em uma região onde enfrenta “prodígios sobrenaturais; ali encontra fabulosas forças e obtém uma vitória decisiva e retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes”. Extraem-se da definição de Campbell (2004) palavras que são associadas ao universo empreendedor: força, vitória, aventura, benefícios e, evidentemente, herói - masculino, forte, vitorioso, importante para os seus semelhantes.

Discuto a seguir a formação do empreendedorismo no Brasil para, em sequência, analisar suas representações nos estudos organizacionais.

### *As origens do empreendedorismo tupiniquim*

Os tupiniquins são um grupo *indígenabrasileiro* e pertencem à nação *tupi*. Eles habitavam, por volta do *século XVI*, duas regiões do litoral do *Brasil*: o sul do atual estado da *Bahia* e o litoral do atual estado de *São Paulo*. Foi o grupo indígena com o qual se deparou a esquadra portuguesa de *Pedro Álvares Cabral*, em 23 de abril de 1500. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Tupiniquins>)

Sem negar a existência dos empreendedores-heróis e a importância deles para a geração de riqueza e inovação, bases do pensamento capitalista, a proposta aqui é construir uma reflexão sobre como o processo da modernidade/colonização formou as bases da massa de empreendedores existentes hoje no Brasil e como muitos desses (nossos) empreendedores tupiniquins diferem do empreendedor-herói schumpeteriano. Além disso, pretende-se discutir como a ausência de uma prática decolonial nos estudos de empreendedorismo empobrece a compreensão desse tema, sobretudo, no contexto tupiniquim.

Navegadores portugueses atravessaram o oceano de oportunidades que representava o Atlântico na busca de novas colônias e riquezas para explorar. Chegam ao Brasil em 1.500 e, como atesta a Carta de Pero Vaz de Caminha (1963) ao Rei D. Manoel, encontram aqui uma

população indígena, cordial, que andava pelas praias desta terra exibindo suas “vergonhas”. As intenções portuguesas são claras:

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. Trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel (CAMINHA, 1963)

Nesse trecho da carta, temos dois pontos principais: o interesse do capitalismo, enquanto financiador da modernidade, pelo ouro, prata ou qualquer coisa de metal ou ferro e a naturalização do processo de colonização, o estabelecimento do colonizador-salvador (BALLESTRIN, 2013; LUGONES, 2008). Caminha (1963) imediatamente assume os índios tupiniquins como selvagens, ignorantes, necessitados da salvação do rei de Portugal.

O processo de colonização avança e a grande propriedade, a monocultura de exportação e a mão de obra escravizada importada da África, a partir de 1514, formam as bases do Brasil colonial (DELGADO, 2004). O processo de ascensão e queda da exploração da monocultura da cana e, posteriormente, do café e das grandes extensões de áreas dedicadas à pecuária estabeleceu no Brasil os grandes latifundiários, donos de vastas propriedades, concentradores da terra como meio de produção, cuja exploração era baseada na mão de obra escrava.

Essa configuração gerou o grande proprietário e um conjunto de pessoas que orbitavam em seu entorno: povos escravizados, parceiros na exploração da terra, pequenos comerciantes e produtores de gêneros alimentícios de primeira necessidade na base da agricultura familiar, uma classe que subsistia a partir da aproximação com a casa grande. O declínio das exportações coloniais, o aumento da população no país e a ocupação do sertão do Nordeste e da Região Central formaram uma atividade econômica de subsistência. A agricultura familiar e a atividade pecuária extensiva vão dando forma aos sertões do Brasil e se mantêm alinhadas com a cultura colonial dominante (DELGADO, 2004; FALCI, 2007).

Esse contingente de pessoas, explorando a economia de subsistência na órbita das grandes fazendas, sofre uma reviravolta por volta do final do século XIX com a ascensão da cultura do café, a liberação de pessoas escravizadas, a chegada dos imigrantes e a Lei de Terras nº 601/1850 (BRASIL, 1850). Entre 1822 e 1850, vigorou o regime de sesmarias que previa a concessão de terras pela posse. A nova legislação extinguiu tal direito e cessava a

possibilidade da formação de quilombos e da posse de propriedade rural para os pequenos produtores. O grande latifundiário, capitalista e detentor dos meios de produção, garante, dessa forma, a posse da terra, ainda que improdutiva (DELGADO, 2004).

A libertação de pessoas escravizadas gera um contingente de trabalho livre que se desloca do campo para a cidade e soma-se à migração daqueles que orbitavam anteriormente junto aos latifundiários agora em decadência. Contudo, não há uma preparação social ou política para tal deslocamento, que a elite entende como fruto da estiagem, do banditismo no meio rural, de rebeliões que ocorreram por todo Brasil. Essas hordas vão ocupar as favelas, as regiões periféricas e dedicar-se ao trabalho informal na exploração das habilidades adquiridas na vida escravizada, fazendo surgir jardineiros, carregadores, quitandeiros, vendedores de rua, “negras de tabuleiro”, todos vivendo de bicos e se espalhando pelas cidades (DELGADO, 2004; DURÃES, 2002; FALCI, 2007; FIGUEIREDO, 2007; REIS, 1991).

A ausência de emprego formal e de políticas sociais voltadas para a absorção do grande contingente de migrações do campo para a cidade, ao final do século XIX, vai estabelecendo a criação de uma informalidade, constituída por atividades de subsistência, que permanece relevante no século XXI (DELGADO, 2004; DURÃES, 2002; FIGUEIREDO, 2007; REIS 1991).

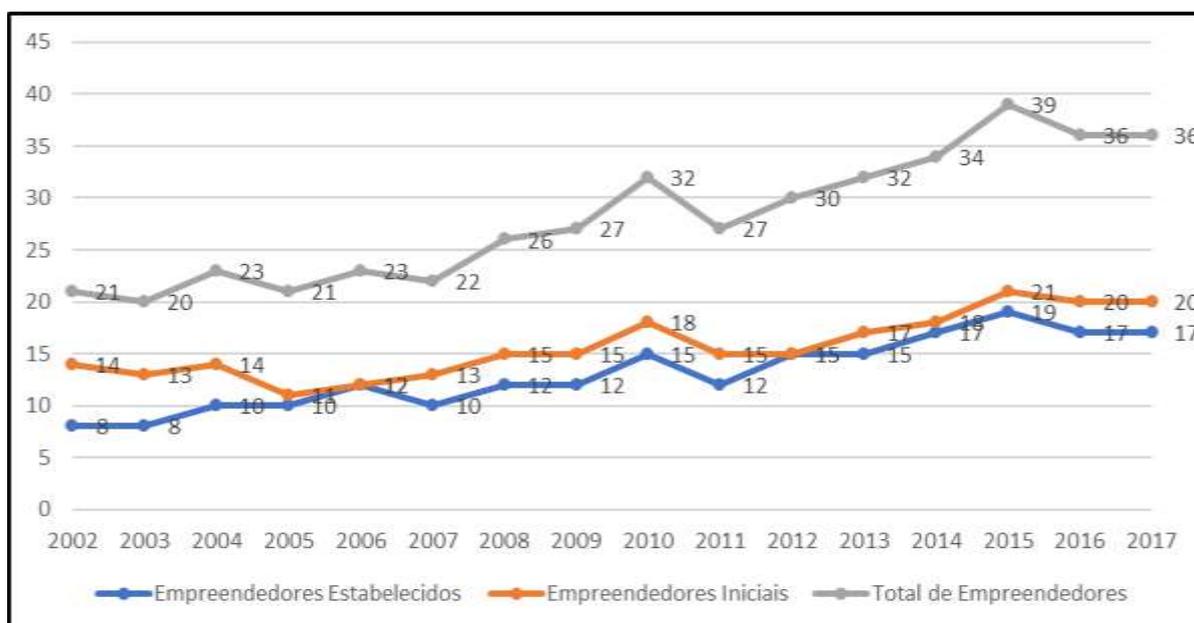
Somente por volta dos anos 1960/1970, o desemprego, a informalidade das relações de trabalho e o crescimento da informalidade como alternativa de geração de ocupação e renda foram incorporados às agendas políticas não só no Brasil, mas no mundo, a partir da ação da Organização Internacional do Trabalho - OIT (CACCIAMALI, 2000; COAN, 2013).

O fim do ciclo de expansão da indústria, localizado nos anos 1980, vai paulatinamente ampliando o espaço da informalidade no Brasil. A economia informal permanece como um apêndice do regime capitalista, formada por uma força de trabalho que não se quer ou não se pode empregar. Mesmo durante o ciclo de expansão da indústria, entre 1930 e 1981, o contingente da população economicamente envolvida em atividades de subsistência ou na informalidade permanece representativo. No início dos anos 1980, girava em torno de 43,4% (DELGADO, 2004). A economista Maria Cacciamali, ao discutir informalidade e globalização, destaca o conceito de informalidade:

É empregado, frequentemente, para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, onde as relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras legais. [...] (microempresas, ocupações por conta própria, trabalhadores do mercado de trabalho secundário, etc.). (CACCIAMALI, 2000, p.153)

Como se pode observar, esse conceito forma a base de empreendedores e se assemelha ao conceito de empreendedorismo praticado pelo GEM. Essa informalidade empreendedora, a partir dos anos de 1990, começa a ganhar uma proporção cada vez maior em relação à população economicamente ativa que vive nas cidades, conforme Gráfico 01 (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2018). Em 2017, o Brasil apresentava 49 milhões de empreendedores urbanos, dos quais 24,8 milhões eram mulheres.

**Gráfico 1 - Taxas de empreendedores segundo o estágio do empreendimento Brasil 2002-2017 (em % da população economicamente ativa)**



Fonte: Adaptado de “Empreendedorismo no Brasil”, Relatório Executivo, 2017, *Global Entrepreneurship Monitor*, p.8.

Esse Brasil cada vez mais empreendedor, fruto da escassez do emprego formal e do desinteresse do capital em absorver, ainda que em parte, essa mão de obra, começa a trabalhar a normalização do desemprego por meio de uma série de ações de formação técnica e acadêmica (COAN, 2013). A Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, inicia, em 1980, o ensino de empreendedorismo para os alunos do curso superior de Administração de Empresas, disciplina que vai, pouco a pouco, se expandindo para outras universidades, cursos e graus de

ensino. O Sebrae, inspirado no trabalho de Fernando Dolabela, lança o EMPRETEC, uma espécie de curso técnico para formação de empreendedores (COAN, 2013).

O empreendedorismo surge, então, como “estratégia de desenvolvimento” em diferentes organismos, sendo anunciado como um pilar da educação no Projeto Regional de Educação para América Latina e Caribe, defendido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1998. É a normalização do desemprego e da informalidade, por meio de um discurso que transfere para o “futuro empreendedor” a responsabilidade pela geração da sua ocupação e renda (COAN, 2013). O capitalismo, base da modernidade/colonialismo, vai dando forma a “modelos opressivos de comportamentos individuais destinados, em conjunto, a trabalhar ideologicamente pelo alcance dos objetivos do capital” (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p.180).

Essa normalização da opressão capitalista, por meio da normalização da exclusão e do desemprego no espectro do discurso do empreendedorismo, tem em seu bojo algumas questões problemáticas que apresentamos a seguir.

Primeiro, ela desloca no tempo e no espaço a fundação da ação empreendedora informal no Brasil. Os trabalhos acadêmicos dão conta de um empreendedorismo que surge no Brasil por volta dos anos 1980, localizado nas cidades, próximo à crise do emprego (CACCIAMALI, 2000; COAN, 2013; DELGADO, 2004). É como se a situação de informalidade não existisse antes, como se o empreendedorismo estivesse começando no Brasil por volta dos anos 1980. Desprezam-se as bases formativas da atividade de subsistência e, com isso, suas origens são subtraídas do exame organizacional. Adicionalmente, dentro do espectro da atividade empreendedora de subsistência, a população que exerce um empreendedorismo de subsistência e vive na área rural segue invisibilizada das políticas, das ações e dos estudos organizacionais (DELGADO, 2004).

Segundo, ao adotar o padrão do empreendedorismo como solução para o desemprego, a normalização do discurso empreendedor distorce a noção de oportunidade empreendedora, conforme o conceito colocado por Schumpeter (1961; 1997), de que o empreendedor é aquele responsável pela destruição criativa por meio da inovação na exploração de recursos.

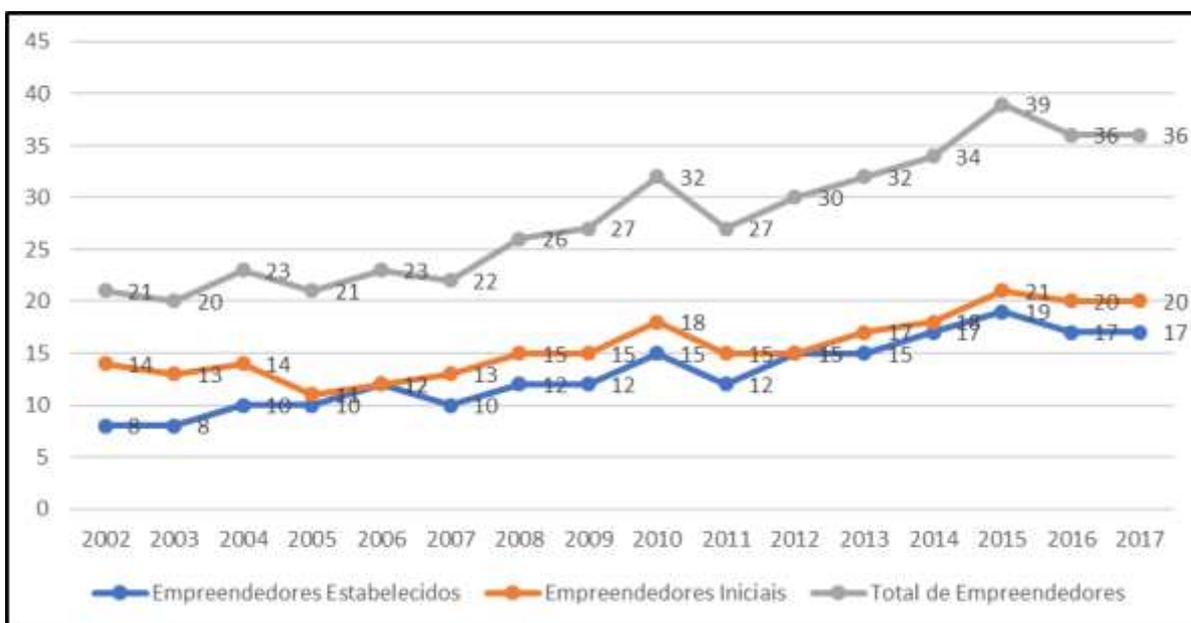
Considerando somente os empreendedores urbanos, estimados pelo GEM (2017) em 49 milhões de brasileiros, e considerando as bases históricas e sociais da sua inserção no empreendedorismo, podemos admitir que eles não serão responsáveis pela introdução de novos bens, modos de produção, mercados, matérias-primas ou novas formas de organização em magnitude proporcional ao contingente dos envolvidos. Fica a questão: *Considerando*

*suas origens e disposições atuais, que marcos teóricos poderíamos articular para examinar o organizar desse empreendedorismo de resistência tupiniquim?*

Terceiro, essa formação atual utiliza como padrão de referência o modelo empreendedor do Norte global (MIGNOLO, 2010), que instaura o empreendedor-herói, capaz de estabelecer reinos de prosperidade e abundância. *E se essa discussão sobre o empreendedorismo fosse articulada a partir do exame de uma teoria do nosso lugar, pautada em questões relacionadas às diferentes práticas atuantes no organizar de um empreendedorismo de resistência tupiniquim?*

Quarto, existe uma “disposição” de mostrar o empreendedorismo como uma fonte viável na provisão da necessidade de renda. Examinando as informações do Relatório Executivo do GEM Brasil – 2017, reproduzidas na Tabela 1, com maior profundidade, é possível verificar como a pesquisa reforça esse estereótipo. A discussão sobre o rendimento da atividade empreendedora é apresentada na forma do Faturamento da Atividade e permite interpretar que a renda da atividade corresponderá, pelo menos, a um salário-mínimo por mês: “Os dados dos empreendedores brasileiros indicam um perfil considerável de empreendedorismo de subsistência, pois entre os negócios conduzidos tanto pelos empreendedores iniciais quanto pelos empreendedores estabelecidos, metade fatura em torno do equivalente a um salário-mínimo por mês” (GEM, 2018, p. 16).

**Tabela 1 - Distribuição percentual dos empreendedores iniciais e estabelecidos segundo o faturamento e a margem estimada – Brasil, 2017**



Fonte: Adaptado de “Empreendedorismo no Brasil”, Relatório Executivo, 2017, Global Entrepreneurship Monitor, p. 16.

Contudo, é importante ressaltar, o conceito de faturamento é diferente do de margem. Ao faturamento corresponde o total dos fluxos de entrada no caixa do empreendimento. Essas entradas deverão fazer face a todas as despesas envolvidas na atividade empreendedora. Ao empreendedor resta uma margem líquida que, mesmo sendo relativamente elevada na informalidade, não garante um salário-mínimo de renda mensal para boa parte dos empreendedores brasileiros. O vendedor de coco, o moço que vende milho na esquina, a moça que vende balas e bombons na parada de ônibus têm custos para adquirir, transportar e servir seus produtos. Um faturamento de até R\$ 12.000,00, faixa que concentra 52% dos empreendedores iniciais e 50,5% dos empreendedores estabelecidos, não garante um salário-mínimo de renda.

Examinando as colocações de Medina (2013) sobre a normalização das injustiças, essa parece ser mais uma: a normalização de um sentido coletivo de que a ação de empreender é capaz de suprir as necessidades mínimas de uma família de quatro pessoas. Um simples exercício de acrescentar uma estimativa de margem de 25%, calculada a partir do ponto central de cada faixa de faturamento na Tabela 1, demonstra que apenas 2,7% dos empreendedores iniciais e 4,9% dos empreendedores estabelecidos alcançam uma renda mensal de, pelo menos, um salário-mínimo como fruto da sua ação empreendedora. Nesta tese, ficam questões como estas: *Como se organizam então as práticas relativas ao faturamento dessas pequenas atividades, conduzidas pelas empreendedoras da REMES, em termos de práticas de vendas, custos e margem? Como se organizam as práticas dos fluxos de receitas e despesas entre a casa e os negócios já que, nesse caso, essas práticas são imbricadas uma na outra?*

A importação dos modelos teóricos do Norte, muitas vezes sem críticas e exames, contribui para tornar invisíveis as questões e problemas do lugar. O GEM, pesquisa conduzida em nível global, apesar de ser uma das melhores fontes disponíveis para os estudos de empreendedorismo, ao atuar no tratamento de dados e na comparabilidade das informações, pode levar o leitor menos atento a interpretar de forma equivocada as informações. Refletimos a seguir sobre os estudos de empreendedorismo no Brasil.

Reflexões sobre os estudos de empreendedorismo no Brasil

Com a finalidade de compreender como são apropriados os conceitos utilizados nos estudos de empreendedorismo no âmbito dos estudos organizacionais, em termos de exame crítico e “customização” das teorias e abordagens, articulam-se a seguir algumas reflexões extraídas dos ensaios teóricos produzidos nos últimos 10 anos (2009-2019) no Brasil e publicados nos periódicos que versam sobre estudos organizacionais e são classificados pelo *Qualis* da CAPES como A1 e A2.

Para fins de análise das questões aqui postas, acerca da importação sem crítica ou customização de leituras e teorias do Norte global sobre os estudos de empreendedorismo no Brasil, a base é constituída por três textos, classificados pelos autores como ensaios teóricos, presentes nas bases dos periódicos já especificados. A opção pelos ensaios decorre de considerá-los proposições teóricas que embasarão pesquisas empíricas futuras no contexto do empreendedorismo brasileiro. São um primeiro esforço de construção e avanço de teorias. O conceito de ensaio teórico que embasa essa condução leva em consideração a proposta de Meneghetti (2011, p.323) quando define que o ensaio é “um meio de análise e elucubrações em relação ao objeto, independentemente de sua natureza ou característica. A forma ensaística é a forma como são incubados novos conhecimentos, até mesmo científicos ou pré-científicos”.

Costa, Barros e Carvalho (2011, p.180) apresentam um ensaio teórico com o objetivo de “identificar e discutir diferentes apropriações da ideia de empreendedorismo ao longo da história por meio dos discursos acerca do empreendedor e de seu papel na sociedade capitalista ocidental. Os contextos selecionados para reflexão são: (a) o período clássico de formação do capitalismo; (b) o advento do capitalismo monopolista; e (c) o capitalismo em sua atual configuração”. Identifica-se como lacuna no texto, a ser explorada nesta tese, a possibilidade de avançar na compreensão do contexto histórico do Brasil na formação desse capitalismo e suas associações com o empreendedorismo, aspecto que não foi tratado pelo ensaio.

A contribuição do ensaio teórico de Zampier e Takahashi (2011), apontada pelas autoras, é apresentar uma integração entre os modelos de análise dos processos de aprendizagem empreendedora e integrá-los a teorias de aprendizagem e competência empreendedora. O trabalho incorpora uma dimensão conceitual produzida a partir do trabalho de um pesquisador brasileiro, representando um avanço na apropriação das teorias.

Rosas e Sauaia (2009, p.664) incorporam dimensões e características brasileiras no esforço para “desenvolver um modelo conceitual para jogo de empresas que reúne as principais decisões de um empreendedor no estágio de criação de um negócio. As decisões,

identificadas na literatura de empreendedorismo que foca o processo de criação de negócios, foram modeladas pelo método do diagrama de influências e confirmadas com especialistas norte-americanos e brasileiros no tema”.

Demonstra-se que existe, por parte dos pesquisadores brasileiros, um esforço na adaptação das teorias que serão aplicadas ao contexto do empreendedorismo, o que indica uma visão crítica na formação de novas abordagens no campo.

Por outro lado, importante registrar um possível efeito reverso do esforço de internacionalização das publicações sobre estudos organizacionais no Brasil. O espaço das publicações de maior impacto na CAPES (*Qualis* A1 e A2) é também disputado, mesmo que escassamente, pela produção científica de autores de diferentes países, os quais não discutem os problemas dos estudos organizacionais brasileiros, ainda que de forma transversal. Apresentam essa conduta os seguintes autores: (i) Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2012), professores de Harvard, com um ensaio que discute empreendedorismo social e comercial; (ii) Vedres e Stark (2010), por meio de um estudo sobre 1.696 empresas húngaras para testar a contribuição das dobras estruturais na recombinação de recursos e (iii) Alkon (2018), que examina aspectos do empreendedorismo na Califórnia - USA.

Apresentamos a seguir como a associação dos temas “empreendedorismo” e “resistência” vem sendo tratada nos estudos organizacionais, a partir de um levantamento nas principais bases de dados nacionais e internacionais, com o objetivo de aprofundar a compreensão da lacuna teórica, base desta tese. Em um primeiro momento, apresentaremos as principais bases utilizadas; no item a seguir, discutiremos as principais articulações conceituais emersas, indicando as lacunas na literatura pertinente.

### 2.3.2 O estudo sobre Empreendedorismo e resistência nos estudos organizacionais

Nos periódicos sobre estudos organizacionais brasileiros examinados para esta tese (situados na faixa A1 e A2 do *Qualis* da CAPES), consta, apenas, o trabalho de Alkon (2018) no qual a autora discute questões de um empreendedorismo como ativismo para resistir à gentrificação em Oakland - Califórnia.

Na seara internacional, a associação empreendedorismo e resistência e suas variações em inglês, no sentido aqui proposto, foi examinada, na base da Capes, nos seguintes periódicos internacionais: *Small Business Economics*, *Journal of Social Entrepreneurship*, *Journal of Entrepreneurship Education*, *International Small Business Journal*, *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, *Entrepreneurship and Regional*

*Development*. O período considerado foi o de 2009 a 2019, encontrando-se 183 artigos. Após exame do material, restaram 17 artigos cujas discussões guardam proximidade com a temática desta tese.

Adicionalmente, as bases *Sage Journals* e *Academy of Management Journals* foram consultadas. Na base *Sage Journals*, a consulta na área de estudos *Social Science & Humanities* e a posterior seleção dos periódicos de *Management* e *Organizations Studies* retornou 159 artigos, nenhum deles com proximidade das discussões aqui apresentadas.

Na base da *Academy of Management*<sup>6</sup> foram identificados 365 artigos, dos quais três se associam aos temas tratados neste capítulo. A seguir, apresentamos as principais articulações conceituais emersas da literatura examinada e que interessam a esta tese.

#### Estudos sobre resistência e empreendedorismo informal

Na *Academy of Management*, as publicações deixam clara a lacuna teórica entre os estudos organizacionais e os estudos sobre o empreendedorismo informal. Webb, Tihanyi, Ireland e Sirmon (2009) discutem as fronteiras entre a economia formal e informal e como as interações do ambiente institucional reforçam a ação da informalidade. Destacam, ainda, que os processos da economia informal têm recebido pouca atenção teórica.

A pouca atenção dada aos estudos sobre a informalidade nos estudos organizacionais é apontada também por Bruton, Ireland e Ketchen (2012) quando propõem uma agenda de pesquisa envolvendo o organizar dos negócios informais, seus fornecedores e clientes.

Em 2014, Webb, Ireland e Ketchen reforçam a necessidade de estudos acerca dos negócios informais, demonstrando um *gap*, ao redor do mundo, entre a dimensão da informalidade e os estudos realizados sobre o assunto. A revisão teórica tratada anteriormente neste capítulo reforça a existência desse *gap* apontado pelos diversos autores.

Essa lacuna é um dos pilares desta tese, tratada principalmente neste capítulo, diante da ausência de estudos, principalmente no Brasil, que busquem compreender o empreendedorismo informal e suas variadas práticas organizacionais.

---

<sup>6</sup> Inclui os periódicos *Academy of Management Proceedings*, *Academy of Management Review*, *Academy of Management Perspectives*, *Academy of Management Learning & Education*, *Academy of Management Journal* e *Academy of Management Annals*.

Outras questões dos estudos sobre empreendedorismo de resistência: o caráter emancipatório e periférico

Apesar de haver perspectivas teóricas diferentes a respeito da emancipação como um estado de liberdade (VERDUIJN; DEY; TEDMANSON; ESSERS, 2014) e da resistência como um estado de oposição (MEDINA, 2013), as discussões sobre emancipação, na medida em que também discutem opressões, fornecem interessantes perspectivas sobre novos olhares aos estudos de empreendedorismo.

Dentre os artigos sobre o caráter emancipatório do empreendedorismo, identificamos o de Baker e Welter (2016), que sugerem uma transposição dos subnichos do campo dos estudos de empreendedorismo, por exemplo, os que contemplam a intersecção entre empreendedorismo e gênero, para os estudos de empreendedorismo em geral, fornecendo novas e refrescantes maneiras de examinar o assunto. Essa articulação é tratada nesta tese.

No mesmo sentido, Verduijn, Dey, Tedmanson e Essers (2014) apresentam uma proposta de classificação para os estudos do caráter emancipatório do empreendedorismo. É uma proposta-tentativa para os futuros estudos sobre o tema. A proposta dos autores para o conceito de visão utópica do empreendedorismo emancipatório pretende abrigar estudos realizados com o intuito de compreender como o empreendedorismo contribui para a superação dos grandes desafios sociais considerados estruturais. Apesar de tratarmos de desafios relacionados às práticas cotidianas e a discussão perpassar as questões da resistência e não o aspecto emancipatório, esta tese se aproxima dessa argumentação.

Um grupo de estudos busca compreender empreendedorismos que funcionam à margem da legalidade ou que possibilitam a organização de resistências aos seus praticantes. Dey (2016) propõe o conceito de *Destituent Entrepreneurship* para discutir a situação daqueles que empreendem na Argentina em virtude da perda do emprego e conseguem se redefinir como empreendedores resistentes. Discute também como os novos empreendimentos criam uma realidade pós-capitalista baseada em uma maior democracia, trabalho dignificante e auto-organização.

Dentre os trabalhos pesquisados, o artigo de Saitta (2016) discute as conexões entre a economia informal e o conceito de resistência junto aos grupos “excluídos da história”. Para o autor, a economia informal aparece como um espaço no qual os subalternos performam formas de inclusão paradoxais, tendo em vista o ambiente legal no qual estão inseridos. Cita também as dificuldades de interagir com os órgãos públicos e como o pesquisador, no campo, também passa a fazer parte da luta ao contrapor indivíduos e o ambiente institucional. Os

vários degraus da informalidade também foram estudados no Paquistão por Williams e Shahid (2014) por meio da Teoria Institucional. Os achados da pesquisa identificaram que, dentre os empreendedores pesquisados, nenhum deles atua dentro da formalidade total.

Antonopoulos e Mitra (2009) iluminam as práticas de atividades do empreendedorismo ilegal relacionado ao contrabando de cigarros na Grécia, evidenciado a evasão de impostos como um problema para o Estado Grego. Numa outra perspectiva, os estudos de urbanismo têm dedicado atenção ao organizar das relações entre a ocupação e os deslocamentos nos espaços públicos por empreendedores que atuam como vendedores de rua e ou artesãos (CROSSA, 2009; CROSSA, 2013).

Em comum com a tese, esses olhares sobre o empreendedorismo estão nas fronteiras, junto a empreendedores à margem, e fornecem pistas para as questões desta pesquisa: *Como o organizar das práticas empreendedoras da REMES trata questões relacionadas à formalização da atividade empreendedora? Como ocorrem as práticas de deslocamentos da REMES pelos espaços da cidade?*

#### Estudos sobre resistência e a perspectiva feminista do empreendedorismo

A perspectiva feminista é apontada como necessária no ensaio teórico de Ahl e Marlow (2012) quando sugerem estudos que foquem na mulher empreendedora, por meio de perspectivas feministas, indicando o feminismo pós-estruturalista para os estudos de empreendedorismo e seus discursos. Da mesma forma, Bianco, Lombe e Bolis (2017) exploram como os estudos do empreendedorismo das mulheres podem contribuir para uma maior equidade de gênero e de que forma as mulheres contestam e negociam seus papéis e limitações e montam estratégias de resistência. Essa lacuna é um dos fulcros desta tese.

#### Estudos sobre resistência e empreendedorismo x capitalismo x neoliberalismo

As interações do empreendedorismo com o capitalismo e o neoliberalismo têm gerado um debate entre acadêmicos que realizaram pesquisas nessa área sob diferentes prismas. Um exame, por meio da análise do discurso, no contexto do organizar das empresas juniores brasileiras, foi realizado por Costa e Saraiva (2012).

A partir da pesquisa de campo junto a 80 famílias em Gana, Adom e Williams (2014) discutiram o tratamento dado pelo capitalismo à economia informal, definindo-a como

residual. Destacam a necessidade de ampliar a análise da economia informal, pois, pela variedade e quantidade de pessoas envolvidas, merece uma compreensão mais aprofundada.

Türken, Nafstad, Blakar e Roen (2015) examinam as influências do discurso neoliberal nas suas articulações com o discurso do autodesenvolvimento, envolvendo os discursos da racionalidade, da autonomia e responsabilidade, da positividade e autoconfiança e do empreendedorismo. Comentam como esses discursos são absorvidos sem críticas e geram como consequência um forte individualismo e um cerceamento das identidades coletivas.

Nesta tese, essas discussões estão contempladas nos processos de decolonização das práticas empreendedoras e na contextualização sócio-histórica do tema.

### Estudos sobre resistência e as práticas empreendedoras

Os estudos a seguir tratam de práticas, contudo, não utilizam as teorias de Michel de Certeau (2014) para amparar as discussões. Dessa forma, a opção foi por abordá-los neste ponto da tese, reforçando as discussões entre empreendedorismo e resistência. O trabalho de Clercq e Voronov (2009), por exemplo, com apoio nos estudos de Pierre Bourdieu, examina as práticas empreendedoras e reforça a necessidade da compreensão do contexto sócio-histórico dos quais elas emergem.

A necessidade de aprofundar o entendimento do caráter emancipatório das práticas empreendedoras e de entender suas interações com a relação poder x resistência aparece como lacuna teórica a ser aprofundada no trabalho de Goss, Jones, Betta e Latham (2011).

A bricolagem por meio do *patch-working* é estudada por Villares-Varela, Ram e Jones (2018) junto aos empreendedores imigrantes. A pesquisa visa compreender como essa prática artesanal permite aos imigrantes exercitar uma interação social que auxilia na luta contra as desvantagens na sua condição de expatriados.

O uso da bricolagem também foi objeto de estudo por Sarkar (2018) ao examinar como os empreendedores da base da pirâmide utilizam a improvisação nas suas práticas empreendedoras. Seus achados indicam o uso da inovação frugal, ou seja, de baixo investimento financeiro/tecnológico, a superação de normas sociais, o autoaprendizado e as formas de uso do tempo, especialmente o tempo do repouso.

Diferentemente das do Brasil, as publicações internacionais têm apresentado um rico e diversificado exame para os estudos de empreendedorismo nas suas articulações com as diferentes formas de resistências, seguindo abordagens críticas e com um olhar ampliado que

contempla questões do empreendedorismo informal. O exame dessas publicações reforça dois aspectos *a priori*: primeiro, a existência de uma discussão instalada no campo dos estudos de empreendedorismo que conclama pelos avanços ontoepistemológicos com vieses mais críticos, descentrados e diversos dos estudos clássicos economicistas focados no empreendedorismo de heróis brancos e bem-sucedidos; segundo, a percepção de que a proposta desta tese de um “empreendedorismo feminino de resistência enquanto prática” se conecta de várias formas com os estudos mais recentes sobre o tema, mas não é esgotada por nenhum deles. Demonstra-se, assim, que a lacuna teórica que esta tese se propõe a tratar está identificada e que os resultados desta pesquisa têm a contribuir de forma relevante, inovadora e não trivial para com os estudos de empreendedorismo, no contexto dos estudos organizacionais brasileiros.

Indícios desse empreendedorismo de resistência enquanto prática podem ser encontrados em discussões que tratam do caráter emancipatório da prática empreendedora, em um empreendedorismo que rompe barreiras e padrões para a criação de novas práticas (Rindova, Barry e Ketchen, 2009). Na proposição do empreendedorismo como a arte da subversão, Bureau e Zander (2014) demonstram como o empreender, muitas vezes, precisa subverter padrões e processos para mudar o mundo de forma radical. Segundo Fleming e Spicer (2003), o exame do tema da resistência nos estudos organizacionais vai além da dicotomia poder x resistência e incorpora as práticas de resistência que atuam no cotidiano.

Como proposição ao que nós denominamos de novas lentes para exame das práticas empreendedoras tupiniquins, discuto, no próximo item, a estruturação de uma proposta conceitual de um “empreendedorismo de resistência enquanto prática” (COSTA, 1997).

### 2.3.3 Empreendedorismo de resistência enquanto prática

Por que a *métis* aparece assim múltipla, colorida, ondulante?

Porque ela tem como campo de aplicação o mundo do móvel, do múltiplo, do ambíguo. Ela trata das realidades fluidas que não cessam nunca de se modificar e que reúnem nelas, a cada momento, aspectos contrários, forças opostas. Para apreender o *kairós* fugaz, a *métis* devia tornar-se mais rápida do que ele. Para dominar uma situação mutante e em contraste, ela deve tornar-se mais flexível, mais ondulante, mais polimórfica que o escoamento do tempo: ela precisa sem cessar adaptar-se à sucessão dos acontecimentos”. (DÉTIENNE; VERNANT, 2008, p.27)

Após a revisão realizada na literatura pertinente, apresento, neste item, uma articulação do conjunto de pressupostos teóricos que vão embasar o olhar no campo da REMES para apreensão de um empreendedorismo de resistência enquanto prática. Como já citado, essa articulação teórica é realizada a partir de quatro principais ideias conceituais: a

*métis* empreendedora (CERTEAU, 2014; DÉTIENNE E VERNANT, 2008; JOHANNISSON, 2011; 2014); as heroínas do empreendedorismo de resistência (CERTEAU, 2014; MEDINA, 2013; JONES; SPICER, 2005); a re-união em redes solidárias empreendedoras (CERTEAU, 2014; MEDINA, 2013; SPICER E BÖHM, 2007; VACHHANI E PULLEN, 2019) e a *resistant imagination* (MEDINA, 2013)

### A *métis* empreendedora

Na proposição desse “empreendedorismo de resistência enquanto prática”, construído a partir de ares tupiniquins, uma das primeiras necessidades é revisitar dois conceitos fundamentais: o de oportunidade e o do sujeito empreendedor, ambos a partir da proposição original de Schumpeter (1961; 1997). À noção de oportunidade, pela inovação em bens, processos, mercados, insumos ou formas de organização, contraponho o conceito da *métis* empreendedora.

*Métis* era uma deusa da mitologia grega, filha de Oceano e da deusa Tétis. Ela é a deusa do porvir, do futuro como incerto, como possibilidade. Para Détienne e Vernant (2008, p.11) a *métis* é:

uma forma de pensamento, um modo de conhecer; ela implica um conjunto complexo, mas muito coerente, de atitudes mentais, de comportamentos intelectuais que combinam o faro, a sagacidade, a previsão, a sutileza de espírito, o fingimento, o desembaraço, a atenção vigilante, o senso de oportunidade, habilidades diversas, uma experiência longamente adquirida; ela se aplica a realidades fugazes, móveis, desconcertantes e ambíguas, que não se prestam à medida precisa, nem ao cálculo exato, nem ao raciocínio rigoroso”. (DÉTIENNE; VERNANT, 2008, p.11)

No contexto do empreendedorismo de resistência, a prática da *métis* empreendedora não está relacionada à inovação ou, pelo menos, não está condicionada a ela. A *métis* empreendedora se aproxima muito mais das práticas cotidianas de Michel de Certeau (2014), segundo o qual as táticas e as bricolagens se organizam para desestabilizar uma ordem estratégica estabelecida, em um movimento que avança no campo do inimigo para desestabilizar o lugar do outro, no espaço por ele controlado (CERTEAU, 2014), e representam as oportunidades que se capturam nas ocasiões, que são fugazes, fugidias, improvisadas, muitas vezes memoráveis, mas não percebidas por todos. Requerem um olhar atento, um desejo de superar as lógicas operatórias do outro, recuperando aquilo que lhe foi tomado (CERTEAU, 2014). São as ações do “fraco” que, pela sua invisibilidade, pode se opor ao forte, visto que este último não é invisível.

Essa prática da *métis* empreendedora, diferentemente do lado da racionalidade das oportunidades em Schumpeter (1961; 1997), envolve também o outro lado da luta, da paixão, da emoção, do humor, das improvisações (JOHANNISSON, 2011; 2014).

Essas discussões são ilustradas em Figueiredo (2007) no caso das “negras do tabuleiro”, denominação comum às ambulantes que vendiam bolos e quitutes pelas ruas do Brasil. Nas Minas Gerais do século XVIII, a mobilidade e o rápido crescimento desse “negócio”, o qual exigia baixo investimento e alguma coragem, começaram a incomodar as autoridades. Um decreto do governador da região proibiu as mulheres de ir às minas de ouro portando seus tabuleiros com pastéis, bolos, doces, mel e aguardente, pois, durante as vendas, havia uma significativa atividade de “desencaminhamento” do ouro extraído, que saía das mãos de seus senhores e ia dar em mãos que não pagavam impostos a sua Majestade (Figueiredo, 2007). Esses relatos mostram a prática da *métis* para resistir à tributação e ao desemprego, por meio de improvisações, da presença de espírito, do fingimento e do desembaraço. Se o capitalismo tira oportunidades, explorar a prática da *métis* empreendedora vai evidenciar um conjunto de ações e reações que ocorrerão por meio das ocasiões (CERTEAU, 2014; DETIENNE; VERNANT, 2008; JOHANNISSON, 2011; 2014). Essa discussão inspira a seguinte questão: *a métis empreendedora é o conceito mais adequado para caracterizar as práticas empreendedoras da REMES?*

Evidenciamos um outro pressuposto associado à *métis* do organizar desse empreendedorismo de resistência, qual seja o de essa prática poder ser impulsionada pela necessidade. Vale (2014) aponta que os empreendedores do mais baixo estrato de renda são mais sensíveis a fatores associados à ausência de emprego e ao aumento da renda como impulsionadores para empreender. Nassif, Ghobril e Amaral (2009), ao estudar as associações entre empreendedorismo e desemprego, constataram, dentre os entrevistados, que mesmo aqueles que associam a identificação da oportunidade à ação de empreender o fazem impulsionados primeiro pela necessidade. Portanto, seria a necessidade a geradora do impulso. *De que forma as oportunidades schumpeterianas e as práticas da métis empreendedora impulsionam (ou não) a prática do empreendedorismo de resistência na REMES?*

As heroínas da prática empreendedora de resistência

Hall (2005), na sua discussão sobre a *identidade cultural na pós-modernidade*, trata da grande mudança ocorrida no sujeito ontológico tradicional da modernidade diante do

paradigma pós-moderno, no qual tem-se um sujeito mais fluido, com identidades múltiplas, contraditórias e não excludentes. Entretanto, segundo Hall (2005), a economia e o direito são ciências nas quais essa mudança ontológica ainda não ocorreu de forma significativa. Os estudos de empreendedorismo, oriundos da economia, também carecem desse descentramento.

Jones e Spicer (2005) chamam atenção para a necessidade de desafiar o sujeito do empreendedorismo, pontuado como sublime e sagrado, na busca de um sujeito ontológico mais calcado nas diferentes realidades, para os estudos de empreendedorismo. Conclamam um permanente questionar dessa subjetividade, principalmente nas suas relações com poder, resistência e organizações.

O exame dos 61 artigos publicados, ao longo dos últimos 10 anos (2009-2019), nos principais periódicos dos estudos organizacionais brasileiros (extrato *Qualis* A1 e A2) ratifica como o descentramento do sujeito dos estudos de empreendedorismo ainda tem um longo caminho a percorrer (HALL, 2005). Além da visão tradicional do empreendedor-herói, representada no artigo sobre o Barão de Mauá de Matos et al. (2012), poucas pesquisas tratam de uma diferente subjetivação em relação às organizações de empresas de micro, pequeno e médio porte ou da prática empreendedora. As exceções são seis estudos que examinam o empreendedorismo sob a ótica das organizações religiosas (BORGES, 2015; CORRÊA; VALE, 2017; ENOQUE; BORGES, 2015, SERAFIM; ANDION, 2010; SERAFIM, MARTES E RODRIGUES, 2012; SERAFIM; FEUERSCHÜTTE, 2015); um estudo que examina a universidade empreendedora (IPIRANGA; FREITAS; PAIVA, 2010); o estudo de Oliveira e Misoczky (2016) em que os autores examinam Porto Alegre como uma cidade empreendedora e o estudo de Mendonça e Alves (2012), que utiliza a teoria do empreendedorismo institucional para analisar as mudanças produzidas junto aos empreendedores de agriculturas familiares da cultura do sisal com apoio institucional de diferentes parceiras.

Levando em consideração que o GEM (2018) aponta a existência de 49 milhões de empreendedores no Brasil, suponho que nem todos eles se tornarão o empreendedor-herói de Schumpeter (1961; 1997). Pressuponho que os 73,9% dos empreendedores nascentes e os 50,5% dos empreendedores estabelecidos que faturam até um salário-mínimo por mês com sua atividade têm uma maior proximidade com as práticas empreendedoras informais e de subsistência (CACCIAMALLI, 2000; DELGADO, 2004; NASSIF; GHOBIL; AMARAL, 2009).

Esse empreendedor “ordinário”, com atuação semelhante ao herói ordinário de Certeau (2014), tem sido excluído dos estudos de empreendedorismo no Brasil, conforme nos propomos tratar nesta tese por meio da Teoria do Lugar, objetivando o exame das práticas empreendedoras tupiniquins. Estudos de empreendedorismo inspirados nos modelos eurocêntricos, buscam-se as semelhanças com os traços de personalidade, orientação e motivações empreendedoras de outros lugares junto a empreendedores que precisam ser parecidos com os de fora.

Na ação de empreender, as práticas desse empreendedor ordinário, comum, tupiniquim, orbitam nas margens, ocupam espaços não convencionais dos negócios: a favela, a rua, a casa, o tabuleiro, o carrinho de pipoca (CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2012; CARRIERI; PEREIRA; CORREIA, 2018; FIGUEIREDO, 2007; MCFARLANE, 2012; VORLEY; RODGER, 2012). Seu universo representa uma sobreposição de práticas de opressões: a invisibilidade, a exclusão social, a exclusão da educação formal, o desemprego, o patriarcado, o racismo, a informalidade e o poder público (CARRIERI; PEREIRA; CORREIA, 2018; NASSIF, GHOBRIEL; AMARAL, 2009; OLIVEIRA; SILVA; MENDONÇA; FERNANDES; BATISTA, 2013).

Diante do exposto, entendo que, ontologicamente, a prática do empreendedorismo de resistência pressupõe o herói ordinário de Certeau (2014) ou, no caso desta tese, as heroínas ordinárias. Contudo, considera-se aqui a posição ontológica grupal, comunitária, contextual (MEDINA, 2013; SCHATZKI, 2005), examinada por meio de um olhar atento às questões da decolonialidade, ao analisar as influências das práticas de opressões decorrentes de uma posição do ser mulher, não-branca, pobre e periférica (AKOTIRENE, 2018; BALLESTRIN, 2017; DAVIS, 2016; LUGONES, 2008; 2014; RIBEIRO, 2017; SPIVAK, 2014).

O GEM (2018) apresenta a existência de 24,8 milhões de empreendedoras no Brasil. Esse contingente de empreendedoras tupiniquins e suas práticas segue invisibilizado nos estudos organizacionais, com raras exceções (NASSIF; ANDREASSI; TONELLI, 2016; ROSA; MEDEIROS; VALADÃO, 2012).

#### A (re)união em redes solidárias empreendedoras

Os estudos das redes sociais nos seus entrelaçamentos com os estudos de empreendedorismo têm sido abordados no Brasil a partir das teorias que discutem o suporte das redes sociais ou laços sociais fortes (intensos e frequentes) e fracos (eventuais e esporádicos) no desenvolvimento de negócios. Em geral, essas redes são entendidas como

espaços privilegiados de transferência por meio dos quais há um fluxo de recursos, materiais ou imateriais, capazes de melhorar a competitividade dos negócios (VALE; GUIMARÃES, 2010). Contudo, as redes solidárias no contexto desta tese representam uma configuração diferente.

Diante da pequena dimensão da rede sob estudo, pressuponho que o esforço envolvido na atividade empreendedora por conta das muitas e variadas formas de opressão atuantes dependa de laços de solidariedade. No contexto do empreendedorismo feminino de resistência, a (re)união em redes por meio da solidariedade caracteriza uma malha de práticas em um espaço de afeto e trocas de diferentes espécies. São espaços da (re)união e resistência que se organizam por meio de diferentes práticas (MEDINA, 2013) e caracterizam o *fazer com* de Certeau (2014).

Esses espaços constituem “mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro” (CERTEAU, 2014., p.74). A ausência de posses e recursos faz com que essas redes tenham de criar e estabelecer estratégias de lutas, quase sempre desiguais. São lances, golpes que avançam no espaço que lhes foi negado, na luta contra as várias formas de opressão (CERTEAU, 2014; MEDINA, 2013).

Essas práticas empreendedoras estão unidas por uma *economia do dom* (CERTEAU, 2014), na qual objetos circulam para fortalecer vínculos, não apenas para fomentar negócios. Práticas e objetos que carregam em si forças simbólicas fortalecem as relações entre os atores de uma comunidade. Dessa forma, essas práticas têm alma, memória, história. A circulação dessas práticas e objetos traz em seu bojo uma carga de empoderamento (CERTEAU, 2014; LAFUENTE; JIMÉNEZ, 2011). O atuar nessas práticas, o valorizar desses objetos e a (re)união comunitária se articulam também como aspectos tratados pela abordagem do feminismo decolonial (LUGONES, 2008; 2014).

Nessa *economia do dom* (CERTEAU, 2014), a generosidade funciona como revanche. As trocas sociais e afetivas são baseadas em práticas de generosidade e solidariedade, em que ninguém é melhor que o outro, ninguém tem mais que outro. São todos iguais nas lutas contra a opressão, organizando as práticas táticas, os golpes e lances para capturar a *métis*. Partilham todos da mesma *ética da tenacidade*, uma obstinação, uma insistência, uma resistência em “negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou de fatalidade” (CERTEAU, 2014, p. 83; MEDINA, 2013). Partilham também o riso, a galhofa, as rodas de conversa nas quais o tecido oral manipula a ordem e brinca com o inevitável dos acontecimentos para torná-los habitáveis.

Reis (1991), historiador baiano, apresenta uma interessante demonstração dessa união que se organiza para jogar contra o jogo do outro e desafiar a ordem estabelecida. O autor relata que, em 1857, a maioria dos negros de Salvador, livres ou escravizados, trabalhava nas ruas, exercendo a função de carregadores. Eram os ganhadores. “Carregavam de tudo: pacotes grandes e pequenos, do envelope de carta a grandes caixas de açúcar, tinas de água e fezes, tonéis de aguardente e gente em cadeiras de arruar” (REIS, 1991, p. 8). O anúncio dessa prática empreendedora era realizado aos gritos pela cidade. Contudo, em 1º de junho de 1857, as ruas de Salvador amanheceram silenciosas. Os carregadores haviam entrado em greve contra uma postura do município que determinava a obrigatoriedade de uma licença a ser adquirida na Câmara Municipal mediante o pagamento de dois mil réis. Segundo Reis (1991), as reivindicações da greve conquistaram de imediato o apoio inesperado de um senhor de querer e poder: a Associação Comercial viu suas entregas paralisadas e suas vendas comprometidas diante da paralisação dos ganhadores. Em articulação com o presidente da província de Salvador, os membros da Associação Comercial apoiaram a greve e conquistaram a vitória na Câmara que derrubou a medida.

São essas redes práticas de resistências cotidianas que vão organizando laços de solidariedade, afeto e ressonância (CERTEAU, 2014; MEDINA, 2013; SPICER; BÖHM, 2007; VACHHANI; PULLEN, 2019). No âmbito dos estudos organizacionais, Fleming e Spicer (2003; 2007) e Spicer e Böhm (2007) dão conta de movimentos de resistência nas organizações que fazem uso de estratégias de natureza infrapolítica, localizados no seio da sociedade civil e que se organizam de maneira muito informal na luta por objetivos comuns. Esse organizar envolve práticas de afeto e ressonância cotidianas, que permitem uma identificação entre os membros dos movimentos. As estruturas são coordenadas de maneira muito fluida, por meio de redes locais que dispensam hierarquias. Essas práticas de lutas (SPICER; BÖHM, 2007) ou as bandeiras emblemáticas (MEDINA, 2013) de reconhecimento cultural ou justiça podem encampar diferentes temáticas: justiça social, justiça de gênero, meio ambiente ou questões políticas.

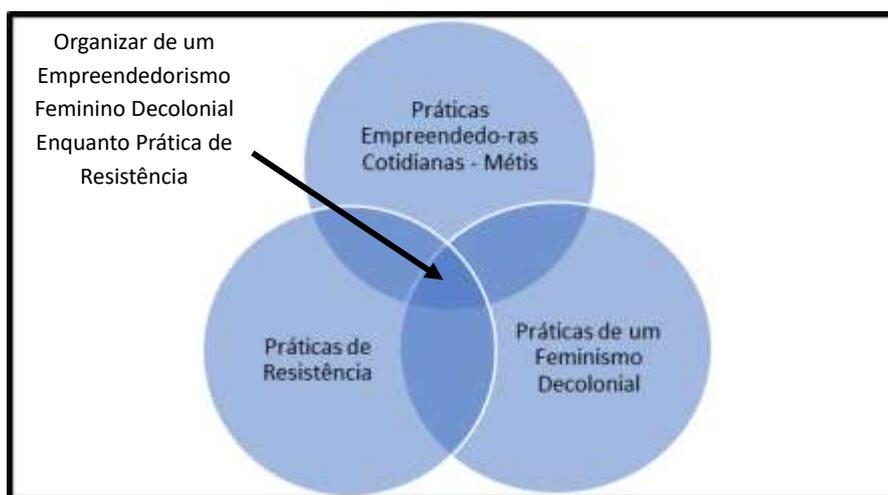
A capacidade de sonhar (resistant imagination)

Medina (2013) e Yunus e Jolis (2000), aquele por meio da experiência teórica e estes pela atuação no microcrédito em grande escala, demonstram como a capacidade de imaginar uma realidade diferente da atual faz parte do “resgate” desse público, vítima de sobreposições de práticas de opressões.

Minha experiência profissional reforça esse ponto, pois tive contato com vários empreendedores de olhos brilhantes que, mesmo em meio a muitas dificuldades, faziam planos para o futuro. Assim, articulo como último pressuposto no processo de teorização desta tese as discussões teóricas do mundo de Medina (2013), do mundo das organizações de microcrédito vivenciado por Yunus e Jolis (2000) e pelo meu mundo profissional e de pesquisadora diante da possibilidade de discutir sobre o organizar de práticas de um empreendedorismo feminino de resistência, proporcionando às remistas um despertar da capacidade de sonhar.

Após esta discussão e análises das abordagens teóricas articuladas, entre as quais foram identificadas as lacunas na literatura referenciada, apresentamos a seguir, na Figura 6, um modelo teórico-conceitual que apoia a proposta desta tese. No próximo capítulo, trataremos das questões metodológicas.

**Figura 6 - Modelo teórico-conceitual da tese**  
**Rede Solidária de Mulheres Empreendedoras – REMES**



Fonte: elaborado pela autora

E vamos remando...

### 3 O POLO METODOLÓGICO

Esta tese utiliza as bases epistemológicas do pós-estruturalismo para articular as questões referentes às práticas, com ênfase em abordagens críticas, ao priorizar as discussões da decolonialidade e do feminismo decolonial. A partir do exame do organizar de suas malhas de práticas, percebe-se que a REMES conforma uma ontologia contextual, coletiva, grupal (MEDINA, 2013; SANTOS; ALCADIPANI, 2015; SCHATZKI, 2005), constituindo um descentramento do sujeito para os estudos do empreendedorismo (Hall, 2005).

Conforme tratado no capítulo O Oceano das Práticas, os autores da epistemologia dos processos entendem que as práticas ocorrem de forma coletiva, em um lugar social (Rasche e Chia, 2007). Schatzki (2005) propõe uma ontologia das práticas a partir de contextos sociais ou coletivo de ações (*site ontologies*). O pressuposto é que as práticas, enquanto atividades e ações, têm história, memória e padrões que só fazem sentido desse lugar coletivo ou grupal, pois organizam seu próprio contexto.

Para dar conta do campo das práticas da REMES, a metodologia escolhida foi a etnografia e sua variação representada pela etnografia digital. O detalhamento do percurso metodológico é apresentado a seguir.

#### 3.1 As práticas etnográficas

A antropologia social assume o *status* de ciência ao final do século XIX com o grande objetivo de se dedicar ao estudo das populações “primitivas”, como os aborígenes australianos, os muitos povos indígenas brasileiros ou os habitantes das regiões inóspitas da Nova Guiné (LÉVI-STRAUSS, 1961; PEIRANO, 2006). Definidos os sujeitos, para realizar essa instigante tarefa, era preciso delimitar o contexto da sua atuação e estabelecer suas fronteiras.

O esforço para empreender essa tarefa pode ser encontrado em *As Estruturas Elementares do Parentesco*, publicado originalmente em 1949, no qual o antropólogo Lévi-Strauss (1982) analisa a situação dos meninos-lobo inseridos na sociedade e o comportamento dos macacos para estabelecer os domínios da antropologia social. Na definição de Lévi-Strauss (1982), tudo que é universal ao homem pertence aos domínios da natureza.

Assim, cabe à antropologia social atuar para compreender a ação do homem, pois no “[...] domínio dos costumes, das técnicas e das instituições pelas quais seus grupos se diferenciam e se opõem. [...] tudo quanto está ligado a uma norma pertence à cultura e

apresenta os atributos do relativo e do particular” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.47). O conceito de cultura é proposto pelo antropólogo Clifford Geertz (1989, p.15) da seguinte forma: “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.”

A partir dessas delimitações, começa a ser definido um importante conceito da antropologia social: o Outro. Considerando que os etnógrafos, os praticantes desta nova ciência, estavam localizados na Europa e Estados Unidos no início do século XIX, os sujeitos do estudo eram representados como os nativos longínquos, os exóticos, aqueles cuja cultura causava estranheza. São os selvagens e os seres primitivos que a decolonialidade nos auxilia a identificar (GEERTZ, 1989; LÉVI-STRAUSS, 1961; LÉVI-STRAUSS, 1982; LUGONES, 2008; 2014; MALINOWSKI, 2018; PEIRANO, 2006).

Na busca por significados, Geertz (1989) aponta que a prática etnográfica carregava em si a necessidade de distanciamento da realidade próxima do pesquisador. Essa seria então uma das possíveis causas para a busca do Outro exótico, como sujeito de estudos. Quanto mais afastado da própria realidade, maior o deslocamento da familiaridade e, acreditava ele, melhores as condições para o etnógrafo interpretar as estruturas de significados por trás das ações do Outro.

Mesmo sendo uma ciência interpretativa, a prática etnográfica clássica tendia a ignorar os contextos históricos, segundo os antropólogos Pels e Salemin (1994). Como consequência, implicava que a etnografia carregasse, na sua essência, um certo olhar colonizador, uma certa ideologia acerca da superioridade do etnógrafo que culminava por torná-lo “cúmplice” dos poderes coloniais (PEIRANO, 2006; PELS; SALEMINK, 1994).

Contudo, por volta dos anos de 1960, Lévi-Strauss (1961) apontava uma crise na “moderna antropologia” representada por duas grandes questões. A primeira dizia respeito à “exterminação”, em maior ou menor velocidade, dos chamados “povos primitivos”, que iam paulatinamente sendo deslocados de seus espaços naturais pelos processos “civilizatórios” e passavam a ocupar regiões periféricas das cidades, como os indígenas australianos e da Nova Guiné, ou simplesmente pareciam vítimas de sarampo e outras doenças infecciosas, fruto de uma condição de vida que não é mais a natural deles, como no caso de vários povos indígenas do Brasil. Segundo Lévi-Strauss (1961, p. 23), “[...] a noção de ‘*indígena*’ se desfaz e dá lugar à de ‘*indigente*’”.

A segunda questão que impulsionava a crise vinha de regiões da África, Ásia, América do Sul e Central, cujos povos, na visão de Lévi-Strauss (1961), passavam por um processo de ocidentalização. Tornavam-se, nesse processo, intolerantes às práticas etnográficas, numa oposição classificada pelo autor como de ordem psicológica e moral. Uma espécie de resistência a serem classificados como um diverso que tinha um sentido de inferioridade.

A partir dessas constatações, há, nas reflexões de Lévi-Strauss (1961, p.26), um chamamento para que, tendo em vista o desaparecimento das últimas civilizações primitivas, a prática etnográfica se desloque para estudar a complexidade da civilização ocidental que está por toda a terra habitada e que “[...] apresenta desde já em seu bojo esses desvios diferenciais que a antropologia tem por função estudar [...]”. O trabalho do oleiro, encontrado em diversos lugares do mundo, já representa um movimento de Lévi-Strauss (1982) em direção a uma nova prática etnográfica, um novo olhar etnográfico.

A busca pelo saber exótico se desloca para a busca de um saber local. O Outro antropológico, nessa nova prática etnográfica, pode estar a milhares de quilômetros de distância ou na próxima esquina e a interpretação etnográfica passa a ser realizada por meio de outros desvios e contextos, com outros significantes, no estranhamento daqueles que partilham a proximidade (GEERTZ, 2018; PEIRANO, 2006). Um exemplo prático desse novo olhar antropológico pode ser percebido na decisão de uma senhora italiana, que vivia em Manhattan, de conduzir uma pesquisa etnográfica no Bronx, bairro cuja população é na maioria negra (SCLAVI, 2007).

#### A prática etnográfica nos estudos organizacionais brasileiros

Vergara e Caldas (2005) situam a transição do paradigma funcionalista para o paradigma interpretacionista no Brasil nos anos 1980 (BURREL; MORGAN, 1979). Cavedon e Lengler (2005) e Macagnan (2005) citam as profundas transformações do mundo dos negócios como o ponto de partida para a busca de um novo paradigma para a pesquisa em administração. A globalização, as novas relações de trabalho, com horários mais flexíveis e deslocado do ambiente da organização, a mudança no comportamento do consumidor que passa a exigir um produto cada vez mais customizado são algumas dentre as várias mudanças que vão marcar a transição do funcionalismo para a pós-modernidade.

O cotidiano desse mundo organizacional complexo, oculto nas cadeias de relacionamentos microscópicos dos vários atores não é passível de ser apreendido por questionários respondidos pelos chefes da organização. A compreensão dessa realidade requer

uma entrada efetiva no campo organizacional que somente métodos de interação mais profunda, como a observação participante acompanhada do *shadowing*, métodos esses característicos da prática etnográfica, vão possibilitar (YBEMA et al., 2014). Na prática etnográfica, na condição de cronista e historiador, em busca de fontes dúbias e complexas, imersas na teia de significados que formam a organização, é que se conseguem acessos aos relatos que vão possibilitar a interpretação dos intrincados significados (CUNLIFFE, 2010; GEERTZ, 1989; MALINOWSKI, 2018).

A partir de um exame nas bases de dados dos periódicos Revista de Administração Contemporânea, Revista de Administração de Empresas, Revista de Administração da USP, Cadernos Ebape.BR e Revista Organizações&Sociedade, buscando a palavra “etnografia”, foram identificadas 33 publicações que utilizaram ou discutiram o método etnográfico.

O primeiro artigo utilizando o método etnográfico é de Arilda Schmidt Godoy, publicado em 1995(a), pela Revista de Administração de Empresas, e teve como objetivo apresentar os tipos fundamentais da pesquisa qualitativa. A partir dessa publicação, a Revista de Administração de Empresas permanece sendo o único periódico, dentre os examinados, a dedicar espaço aos estudos etnográficos até 2005, quando a Revista Organizações & Sociedade publica o trabalho de Cavedon (2005) discutindo a fotoetnografia.

Os primeiros trabalhos publicados sobre etnografia têm caráter de discussão teórica e buscam esclarecer o funcionamento do método e suas interações com a pesquisa qualitativa, os estudos de marketing e suas aplicações, como na fotoetnografia (GODOY, 1995a; GODOY, 1995B; MASCARENHAS, 2002; BARBOSA; 2003; CAVEDON, 2005; ROCHA; BARROS, 2006). Nesse período, somente o artigo de Faria, publicado em 2003, apresentava uma aplicação do método no campo empírico, ao discutir redes de compras no Brasil a partir de um modelo internacional.

Leão e Mello (2009), vinculados à Universidade Federal de Pernambuco, são os primeiros autores a utilizar o método fora das regiões Sul e Sudeste. Com 13 publicações, dentre as 33 identificadas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul é, de longe, a instituição de ensino superior com maior número de trabalhos utilizando o método etnográfico. Neusa Cavedon, com 08 pesquisas (CAVEDON, 2005; FLORES-PEREIRA; CAVEDON, 2009; FIGUEIREDO, CAVEDON E SILVA, 2013; OLIVEIRA; CAVEDON, 2013; CAVEDON, 2014; OLIVEIRA; CAVEDON, 2015; FIGUEIREDO; CAVEDON, 2015; OLIVEIRA; CAVEDON, 2017), é a autora com maior número de publicações na condição de autora e/ou coautora.

Nos anos mais recentes, 2017 e 2018, foram publicados sete artigos com base na pesquisa etnográfica, com as seguintes propostas: a compreensão das tensões entre racionalidade substantiva e instrumental (SIQUEIRA, 2017); o mercado como espaço de preservação da cultura gaúcha (DALMORO, 2017); os processos organizativos de um circo (OLIVEIRA; CAVEDON, 2017); o papel do ritual no consumo (QUINTÃO; BRITO; BELK, 2017); o impacto da natureza da motivação na produção simbólica no trabalho (MIGUELES; ZANINI, 2018); a influência das relações raciais na construção do campo etnográfico (OLIVEIRA, 2018) e a ampliação do envolvimento do pesquisador na prática estudada (PIMENTEL; NOGUEIRA, 2018).

Com relação aos movimentos teórico-críticos desenvolvidos em trabalhos etnográficos, como o decolonialismo e o feminismo, apenas dois trabalhos, dentre os 33 identificados, tratavam de aspectos que podem ser relacionados à visão decolonial do pesquisador (ALCADIPANI; ROSA, 2010; OLIVEIRA, 2018), nenhum deles envolvendo abordagem direcionada às questões da mulher em um empreendedorismo de resistência em uma perspectiva teórica feminista.

Após esta reflexão sobre a aplicação dos estudos etnográficos no Brasil e de suas respectivas lacunas teóricas e metodológicas, discutimos, nos itens seguintes, as reflexões que antecedem a entrada da etnografia no campo de estudo, a postura do pesquisador(a) no campo etnográfico, a descrição densa e demais técnicas aliadas à etnografia.

### Reflexões antecedentes à prática etnográfica no campo

O reposicionamento da prática etnográfica, ao mesmo tempo em que põe em xeque o pensamento clássico da antropologia, abre um leque de saberes com o qual ela passa a se relacionar (Peirano, 2006). A filosofia, o folclore, a história, os estudos feministas, a crítica literária e as ciências sociais, bem como a administração e a economia, passam a ser possibilidades (ARNOULD, 2001; MILLER, 2004; OZKAZANC-PAN, 2012). Considerando os objetivos desta tese, importante pontuar duas críticas à ciência antropológica que trouxeram consequências às práticas de etnografia. Uma delas é a decolonialidade e a outra, o feminismo.

A partir de uma base mais crítica, a prática etnográfica decolonial apresenta maior consciência acerca do local enunciativo do Outro, porque situa, em termos mais objetivos, o Outro antropológico como uma categoria de classificação, uma prática discursiva, que parte

do enunciador, do praticante do discurso, do praticante da etnografia, admitindo que esse enunciador traz consigo crenças, histórias e interesses advindos do seu lugar de origem.

A decolonialidade contribui, assim, para o estabelecimento de um pensamento de fronteira, de um Outro que não se subordina a ser descrito de forma inferiorizada, mas que, de certa maneira, encontra-se aprisionado a um modo de pensar que domina a produção científica. Essa posição fronteiriça gera um desafio epistemológico: é preciso ocupar o lugar de fala do enunciador para dar voz aos subalternos (DUSSEL; IBARRA-COLADO, 2006; PELÚCIO, 2012; MIGNOLO, 2017; RESTREPO; ESCOBAR, 2005; SPIVAK, 2014). Humi Bhabha (1996) aponta ainda o peso do colonialismo que contribui para a construção da modernidade por meio da despersonalização do Outro, que passa a ser o Outro colonial, selvagem, envolto em estereótipos relacionados a sexualidade e raça.

Às questões do universalismo desse pensamento eurocentrado ou “do Norte”, colonizador, capitalista, se soma o modelo social patriarcal para estabelecer uma crítica aos procedimentos da etnografia feminista no período pós-colonial. Visweswaran (1997, p. 593) define a etnografia feminista como a aquela que “[...] enfatiza a questão da desigualdade social *vis-à-vis* as vidas de homens, mulheres e crianças.”

O campo etnográfico, sob a ótica do feminismo, precisa abarcar as diferentes mulheres, não apenas a branca, classe alta, situada nos países ricos, fazendo-se necessário libertar-se do olhar opressor, para compreender que não pode falar por elas. É preciso lhes oferecer um espaço, uma posição a partir da qual sua fala possa ser enunciada e, principalmente, ouvida (PISCITELLI, 2013; PELÚCIO, 2012; RIBEIRO, 2017; SPIVAK, 2014).

Assim, a prática etnográfica precisa estar atenta à construção de tais posições de enunciação que envolvem aspectos como cor da pele, sexualidade, posses, dentre outros. Moraga e Anzaldúa (1981) propõem que a forma de alcançar essa construção é dar espaço para que as histórias das mulheres sejam contadas por meio de suas próprias palavras. Yarbrow-Bejarano (1994, p. 6) aponta a necessidade de um novo paradigma teórico “[...] que permita a expansão das categorias de análise de maneira a dar expressão à experiência vivida e compreender de que maneira raça, classe e gênero convergem”.

As teias de significado (GEERTZ, 1989) envolvem, no caso da prática etnográfica feminista, desigualdades, tensões e desafios, um oceano de lutas. O olhar feminista não pode ocorrer ao final do processo de análise, mas deve figurar, dentre os muitos possíveis, como ponto de partida da prática etnográfica para o entendimento dos complexos sistemas de

significado, poder, resistência e opressão (SAAVEDRA; PEREZ, 2014; VISWESWARAN, 1997).

Esse olhar feminista na prática etnográfica convoca a examinar os efeitos concretos desse modo de pensar colonial, eurocentrado, patriarcal e capitalista sobre as mulheres trabalhadoras (GALVÁN, 2014; MANNING, 2018; MOHANTY, 2003; OZKAZANC-PAN, 2012). Aspectos éticos relacionados à prática etnográfica também são objeto da crítica feminista, atenta para que o pesquisador não se torne mais um instrumento voltado para a exploração das mulheres (BOURNE, 2007),

Esses posicionamentos críticos da prática etnográfica têm implicações na forma como o pesquisador se coloca em campo, em como ele interage com os sujeitos da pesquisa e na análise dos resultados, práticas que serão discutidas na próxima seção (MANNING; 2018; OZKAZANC-PAN, 2012).

#### A postura etnográfica do pesquisador(a)

Segundo Geertz (1989), a principal metodologia da antropologia social é a prática etnográfica, que, mesmo sendo composta por diversas técnicas, como a imersão no campo, o estabelecimento de relações, a seleção de informantes, a transcrição de textos, o levantamento de genealogias, o mapeamento de campos, a manutenção de um diário, etc., busca, prioritariamente, a *descrição densa*.

O interesse da prática etnográfica em compreender como se dá a experiência humana, sobretudo no que tange à cultura, é efetivado por meio do estudo de eventos, práticas, linguagem, rituais, instituições, comportamentos, artefatos e interações (BOURNE, 2007; CUNLIFFE, 2010; CZARNIAWSKA, 2013; GEERTZ, 1989; 2018). Contudo, o etnógrafo chega ao campo envolvido em suas crenças, bagagem intelectual, experiência vivida, pressupostos, linguagem e expectativas. A prática etnográfica torna-se, então, um processo de interação carregado pela necessidade de elevada atividade reflexiva e da construção de um percurso flexível, maleável, algumas vezes desconstruindo e em outras solidificando as perspectivas iniciais (CUNLIFFE, 2010; 2011; MALINOWSKI, 2018; OZKAZANC-PAN, 2012).

Assim, para que a *descrição densa* seja construída com o maior rigor possível, a prática da etnografia deve exigir um conjunto de posturas do pesquisador(a) que envolve o campo, a imersão e as análises, enfim, um conjunto de ações e reflexões, a saber: (i) a

intersubjetividade; (ii) a representação; (iii) a postura reflexiva; (iv) o acesso; (v) a emoção e (vi) o *hyphen-spaces*. Cada uma dessas dimensões será a seguir discutida.

A *intersubjetividade* aborda o relacionamento entre pesquisador e comunidade pesquisada no campo. Cunliffe (2010; 2011) define o pesquisador como uma “testemunha pensante”, cuja ação se dá, permanentemente, em relação à subjetividade do Outro, adentrando suas práticas, sua teia de significados, sua visão de mundo. Contudo, não abre mão da sua própria subjetividade, das suas próprias questões, suas dúvidas, sua prática. Nessa condição, está sempre em interação com o outro, mas tem sempre um objetivo, está sempre investigando, buscando compreender as razões subjacentes. O etnógrafo está ao mesmo tempo dentro e fora do campo do Outro e precisa manter essa posição para construir seu processo de interpretação.

A partir das críticas decoloniais e feministas, a questão da *representação* se tornou um objeto de extrema atenção para os praticantes da etnografia. As formas de representação do campo passam a contemplar uma compreensão de que “[...] a constituição do campo ocorre por meio de uma variedade de práticas, tais como as discursivas ou espaciais, que estão envolvidas nas relações de poder” (OZKAZANC-PASN, 2012, p.576, tradução nossa). Contemplam, ainda, a construção de um diálogo colaborativo com o Outro, o respeito pela perspectiva do Outro e um convite ao Outro para falar (MANNING, 2018).

As articulações sobre a *postura reflexiva* no campo etnográfico guardam relação com o interesse cada vez mais consciente em estabelecer a construção de uma pesquisa que não se estabeleça como uma “verdade absoluta”. Dessa forma, requer uma crítica constante dos pressupostos levados a campo, representados pela identidade do pesquisador e a forma de se relacionar com o campo (CUNLIFFE, 2003; MANNING, 2018; OZKAZANC-PAN, 2012).

Pode ser entendida como um compromisso em não repetir as práticas coloniais, em não silenciar o conhecimento, a história e as vozes dos participantes. Trata-se, então, de o pesquisador(a) praticar o autoquestionamento para “[...] captar a natureza complexa, interativa e emergente da nossa experiência social” (CUNLIFFE, 2003, p. 985). Manning (2018) a define como um constante questionar: *Onde eu estou? Onde os pesquisados estão? Quem eu sou?* Segundo Cunliffe (2003), a *postura reflexiva* pode ser construcionista ou desconstrucionista. A primeira reflete a construção da realidade entre pesquisadores e pesquisados por meio de conversas; a segunda cria uma lógica de oposições entre os envolvidos para assegurar a capacidade de produzir um discurso verdadeiro.

De acordo com Cunliffe e Alcadipani (2016), o *acesso* ao campo representa um processo negociado, ao qual se dá pouca atenção, pois se parte do pressuposto de que o *acesso* é garantido. Contudo, os autores definem três naturezas de acesso, com diferentes impactos na entrada em campo, podendo ser (i) instrumental: um relacionamento de curto prazo, no qual o pesquisador busca maximizar as informações que são colhidas dos respondentes; (ii) transacional: uma relação recíproca, que pode se estender além do fim do estudo, em que o acesso à organização é garantido; (iii) relacional: uma relação estabelecida junto aos pesquisados baseada em integridade, verdade e respeito recíproco, com características de médio e longo prazos, que acaba extrapolando a esfera da pesquisa.

A *emoção* na interação entre pesquisador e informante como um aspecto imprescindível para a aproximação efetiva da cultura do Outro é abordada por Cavedon (2003). A *emoção* mantém relação com os medos, os anseios, as conexões de afeto que vão sendo construídas ao longo do percurso etnográfico. De acordo com Cavedon (2003), a riqueza ou pobreza das informações reunidas vai ter extrema correlação com a sensibilidade e a empatia do etnógrafo. Existem momentos difíceis na coleta de informações, momentos caracterizados por uma tensão em que a emoção envolve pesquisador e informante e pode impedi-los de continuar a conversa, pode fazer com que as lágrimas surjam. As conexões com o campo caracterizam uma alternância entre momentos de angústia e euforia.

O último aspecto abordado acerca da postura do pesquisador(a) em campo está relacionado ao *hyphen-space*, uma contribuição da etnografia feminista. Para Cunliffe e Karunanayake (2013) e Manning (2018), o *hyphen-space* representa não as fronteiras, mas as possibilidades de interação entre o pesquisador e os pesquisados, a influência mútua e as tensões enfrentadas na prática do campo. De acordo com as autoras, são propostos quatro *hyphen-space* que precisam ser percebidos e explorados pela prática etnográfica: (i) relacionamento construído a partir de perspectiva *insiderness-outsiderness*; (ii) questões de semelhança-diferença; (iii) reflexos de uma postura engajada-distante e (iv) questões relacionadas a uma postura de ativismo político e neutralidade ativa.

#### A descrição densa

Geertz (1989) define que o grande empreendimento praticado pelo etnógrafo objetiva a construção da *descrição densa* ou os contos etnográficos definidos por Cunliffe (2010). São as cadeias de significado construídas pelo pesquisado a partir das teias intrincadas da cultura na qual ele se encontra envolvido. A cultura, assim, é um “com-texto” ou, como define Dawsey

(2013), a soma de muitos textos, construídos e entrelaçados nas intrincadas e multifacetadas interações entre aqueles que produzem a cultura que cabe ao etnógrafo descrever e interpretar.

A descrição etnográfica apresenta quatro características essenciais, segundo Geertz (1989, p.31): “ela é interpretativa (1); o que ela interpreta é o fluxo do discurso social(2) e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’(3) num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo (4) em formas pesquisáveis”. Além disso, para Geertz (1989), essa descrição etnográfica tem um caráter microscópico, pois envolve um microcosmo social onde as interações e as construções de significado são enredadas, envolvidas, constituídas. Tomemos como exemplo um pequeno trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha (1963), um dos “ditos” mais antigos da história do Brasil:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência.” *Trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel.* (CAMINHA, 1963)

Ao olhar do etnógrafo, são muitas as possibilidades de se interpretar o estranhamento de Pero Vaz junto àqueles que, carregados de inocência, exibem suas “vergonhas” com grande naturalidade. A Carta tem o caráter de descrever e essa descrição pode seguir o microcosmo dos índios ou dos navegantes portugueses na busca dos significados. Considerando as teias da cultura que envolvem cada povo, cada tribo, as possibilidades são múltiplas, assim como os olhares e os “com-textos”.

Dawson (2013) evidencia dois aspectos relevantes registrados na *descrição densa*, ao analisar a *descrição* de Geertz (1989) sobre a rinha de galos balinesa. O primeiro está relacionado ao posicionamento explícito do etnógrafo no campo, havendo uma espécie de declaração inicial desse posicionamento, um atestado, uma prova de que aquele relato etnográfico é fruto de uma prática vivenciada, experimentada. O outro aspecto associa o olhar etnográfico à forma de construção do texto, que funciona em ondas, ou numa espiral, saindo do nível básico, no caso os galos da rinha, para daí envolver seus donos e em seguida a plateia. Trata-se de partir de um ponto inicial, que estabelece um percurso, um caminho e vai desenrolando a teia, desvendando os vários níveis e atores, os significados subjacentes à prática, os “com-textos”, formando, assim, “[...] uma sequência desconexa e, no entanto, coerente de incursões cada vez mais audaciosas” (GEERTZ, 1989, p. 35).

## As técnicas etnográficas

Para a construção da *descrição densa*, a prática etnográfica lança mão de um conjunto principal de abordagens e métodos, dentre eles o diário de campo, a observação participante acompanhada do *shadowing*, a entrevista em profundidade, a performance e a fotografia, todos apresentados a seguir.

O diário de campo performa o conjunto de registros diários do etnógrafo, constituindo um relato pormenorizado dos eventos pelos quais passou. Trata-se de um espaço para a reflexão teoria-empíria, feita por meio do exame microscópico do conjunto de pequenos eventos, práticas, impressões, histórias, símbolos, que o percurso etnográfico colocou diante dele. É a fonte para a memória que vai constituir um *corpus* de consulta, análise, codificação para a construção da *descrição densa* (ALCADIPANI; WESTWOOD; ROSA, 2014; CZARNIAWSKA, 2013; SCLAVI, 2007). Cavedon (2003) lembra que o diário é o espaço de registro também das emoções, tanto as do etnógrafo quanto as dos etnografados, chamando atenção para a necessidade de compreendê-las, registrá-las, mas ao mesmo tempo separá-las.

Na definição de Cunliffe e Karunanayake (2013) e Alcadipani, Westwood e Rosa (2014), a observação participante é representada pela imersão no campo de observação. Implica que o pesquisador realize uma imersão na vida dos pesquisados, garantindo um posicionamento no campo que, deliberada ou inconscientemente, estabelece relações e reações às ações e comentários dos pesquisados, em uma ida e vinda constante do fluxo de informações e acessos, negociado a partir das questões pontuadas na postura etnográfica. Envolve a imersão por um período significativo de tempo, que vai permitir a compreensão das complexidades da vida diária.

O método que poderá acompanhar os procedimentos da observação participante é o *shadowing*. A observação simétrica ou *shadowing* consiste na abordagem para o campo de estudos que contempla as questões de mobilidade, em uma espécie de observação não participante móvel (*mobile*), permitindo que eu possa acompanhar as participantes da REMES sob estudo ao longo de diferentes períodos de tempo e em diferentes espaços de atividades (CZARNIAWSKA, 2013; SCLAVI, 2007).

A entrevista em profundidade pode ser realizada com apoio de roteiros abertos ou semiestruturados, em que se permite ao informante a condição de fornecer sua própria definição dos acontecimentos, a sua interpretação da realidade, o microcosmo que contextualiza sua prática e os aspectos adjacentes. Essa entrevista está baseada em uma escuta ativa por parte do etnógrafo, atento à linguagem verbal, por meio da qual observa o ritmo do

discurso, as hesitações e a emoção, e a não-verbal, em que analisa a postura, os gestos e as várias formas de expressão corporal (ROCHA; BARROS; PEREIRA, 2005).

A proposição de uma reportagem ou *performance* dos pesquisados seria equivalente ao diário de estudos. É um convite ao relato das ocorrências da semana na forma de uma reportagem ou apresentação. Segundo Czarniawska (2013), o procedimento acessa recursos narrativos dos entrevistados e substitui, em parte, as entrevistas.

Outro recurso para o campo, relativamente fácil de acessar, é a fotografia participante. Nessa técnica, as entrevistadas são convidadas a tirar uma foto de um evento ou fato pitoresco e depois narrá-lo. Para Czarniawska (2013), essa técnica é muito interessante para superar uma das limitações dos campos de estudos, relacionada à simultaneidade de eventos.

Considerando que a REMES (Figura 01), campo deste estudo, atua tanto de forma presencial como digital, a seguir articularemos os principais pontos sobre a prática da etnografia digital.

### **3.2 A etnografia digital**

A popularização do uso da Internet trouxe grandes impactos ao mundo das organizações em diferentes aspectos, promovendo mudanças na cultura dos negócios, sobretudo no fluxo de informações dentro e fora da organização, nas relações de trabalho e no relacionamento com o consumidor. Uma das principais mudanças constatadas no comportamento do consumidor foi a criação de espaços virtuais para interagir com outros admiradores das suas marcas favoritas: as comunidades de marca (KOZINETTS; 1998; 2002; ROCHA; BARROS; PEREIRA, 2005).

Esse movimento começa a ser objeto de estudo no meio acadêmico por volta dos anos 1990, em diferentes eventos e fóruns, conforme historiado pelo estudioso da área de marketing Robert Kozinets (1998, 1999). O surgimento da *cybercultura* propõe um desafio instigante à prática antropológica, pois cabe aos etnógrafos compreender qualquer tipo de tecnologia como uma invenção cultural que vai transformar o cotidiano do mundo, da mesma forma que “cabe aos antropólogos estarem prontos para compreenderem esses processos na medida em que ciência e tecnologia são arenas cruciais para a criação de cultura no mundo atual” (ESCOBAR et al., 1994, p.211). Questões relacionadas às apropriações, resistências e inovações se apresentam como novas abordagens para compreender as novas tecnologias.

No âmbito dos estudos organizacionais, o marketing, impulsionado pela necessidade de compreender a cultura e o comportamento do consumidor e das comunidades ou tribos, criadas e alimentadas nesse ambiente *on-line*, vai instigar a adaptação do método etnográfico para esse novo lócus representado pelo espaço virtual, o que dá surgimento à netnografia ou etnografia digital, definida por Kozinets (1998, p.366) como:

[...] os registros escritos resultantes do trabalho de campo, estudando as culturas e comunidades que emergem *on-line*, mediadas pelo computador ou por comunicações baseadas na Internet, nos quais ambos, a pesquisa de campo e os registros textuais, são metodologicamente formados pelas tradições e técnicas da etnografia.”

Para Kozinets (1998, 2010), a etnografia digital traz em si as características básicas da etnografia, pressupondo o mergulho do pesquisador no campo cultural que é objeto de estudo. Para o autor, a netnografia se apresenta como uma prática promissora para o estudo de comunidades virtuais “puras”, bem como para o estudo de comunidades virtuais que derivaram de comunidades reais e como uma ferramenta exploratória para o estudo de qualquer assunto em geral.

Koivunen (2001) registra a importância de examinar as formas, representações e narrativas produzidas pelas mídias a partir da linguagem inerente às redes sociais, como figuras, mensagens e emojis.

Uma rápida busca no Google Acadêmico demonstra que os estudos de marketing se apropriaram com muita força da netnografia. Os termos “netnografia” e “marketing” associados retornam mais de 7 mil artigos. No Brasil, o exame da base de dados dos cinco periódicos já citados identificou quatro estudos da área de marketing baseados na netnografia (FREITAS; LEÃO, 2012; LEÃO, IANATOMI; CAVALCANTI, 2015; MORAES; ABREU, 2017; SUAREZ et al., 2014), todos discutindo comunidades virtuais de marca, que estavam localizadas em sites *.com* no *Facebook* e no *Orkut*. O início do uso da netnografia no Brasil, a partir dessa análise, está localizado no ano de 2012, 14 anos após o trabalho inicial de Kozinets (1998) sobre o tema.

Ao lado do *Facebook* e dos *sites* da Internet, as ferramentas de troca instantânea de mensagens também têm se mostrado como lócus para a prática etnográfica em diferentes áreas do saber. Andévol e Gómez-Cruz (2014) examinaram as interações cotidianas entre *chats*, fotografias digitais compartilhadas por meio de comunidades *on-line* e redes sociais e seus efeitos nas metodologias e práticas etnográficas. Barhoumi (2015) se propõe a avaliar a efetividade do *WhatsApp* nas atividades de aprendizagem pelos estudantes das teorias de

administração. Karapanos, Teixeira e Gouveia (2015) examinaram 494 usuários do *Facebook* e do *WhatsApp* para compreender como eles direcionam suas escolhas e que usos fazem das mídias sociais.

Beneito-Montagut, Begueria e Cassián (2017) realizaram uma pesquisa com adultos para compreender como as práticas e significados etnográficos têm sido reconstruídos por meio da exploração das mídias sociais. Para tal, elaboraram um experimento com 20 usuários das redes sociais que interagiram por meio do *Facebook*, *WhatsApp*, *e-mails*, *Twitter* e *Instagram*.

Käihkö (2018) discute como as mensagens instantâneas têm se tornado parte do cotidiano das pessoas e, conseqüentemente, dos estudos etnográficos utilizando o *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. Esses estudos foram realizados na Arábia Saudita, Espanha, Portugal e Ucrânia.

Os poucos estudos identificados nas bases brasileiras indicam uma grande oportunidade para o avanço da etnografia digital no âmbito dos estudos organizacionais, ampliando seus usos e possibilidades em diferentes lócus *on-line*. A seção seguinte sintetiza as principais etapas da prática da netnografia.

#### A prática da etnografia digital

Segundo Kozinets (1998, 2002) e Rocha, Barros e Pereira (2005), a prática da netnografia pode assumir duas naturezas, uma exclusivamente cibernética e outra onde acontecem interações no mundo virtual e na vida real. A segunda forma teria uma característica mista, envolvendo também práticas da etnografia clássica, como as entrevistas em profundidade, que vão permitir escrutinar detalhes que dificilmente apareceriam somente no exame virtual. Essa prática etnográfica de natureza mista é a utilizada nesta tese, já que examinam-se as práticas da REMES no mundo “real” e no ambiente virtual por meio da observação participante no grupo do *WhatsApp*.

Neste item, são apresentadas as práticas que envolvem a etnografia digital pura, visto que as demais abordagens já foram discutidas anteriormente.

É necessária uma seleção atenta das comunidades que serão sujeitos de estudo e alguns cuidados acerca de generalizações do estudo precisam ser tomados, visto que nem todas as pessoas são *Internet friends* (Kozinets, 1998). De acordo com o autor, quatro cuidados são necessários: (i) verificar se os indivíduos mostram familiaridade uns com os outros; (ii) verificar se as comunicações são identificadas; (iii) confirmar a existência de uma

linguagem e normas do grupo e (iv) constatar a manutenção e o reforço das relações *in-group/out-group*.

Para Kozinets (2002), a prática da etnografia digital está dividida em cinco passos: entrada em campo, coleta e análise das informações, ética da pesquisa, construção de uma interpretação verdadeira e a validação dos membros.

A entrada envolve dois passos: primeiro, a definição clara de quais são as questões da pesquisa; segundo, uma seleção cuidadosa acerca da comunidade *on-line* mais relevante para fornecer as respostas que estão sendo buscadas.

A coleta e análise das informações têm duas fontes principais: as oriundas diretamente da Internet, como o conteúdo baixado das comunidades, dos *chats*, as interações, etc., e, da mesma forma que na etnografia, os registros do próprio pesquisador, contendo comentários e impressões, enfim, o diário de campo. A imersão no campo deve durar no mínimo seis meses (KOZINETS, 1998; ROCHA; BARROS; PEREIRA, 2005).

Kozinets (2002) utiliza uma classificação das pessoas que interagem na comunidade. Em que pese a sua proposta de netnografia ser voltada para os estudos de marketing, a classificação sugerida por ele pode ser útil em outros trabalhos que utilizem o método. Segundo Kozinets (2002), existem quatro tipos de perfis participantes baseados nas interações: os turistas, cujos laços são fracos e as postagens eventuais; os sociáveis, que têm interesse na socialização, mas não têm muito interesse no consumo; os devotos, que têm alto interesse no consumo, mas pouco na interação social, e os *insiders*, que apresentam alto interesse no consumo e nas interações sociais.

Esta tese, por meio da etnografia de viés crítico feminista, pretende proporcionar a ampliação da lista de Kozinets (2002), a partir da inclusão da análise de uma rede de mulheres empreendedoras que interagem com o virtual e o presencial, oferecendo, assim, importante contribuição, em termos teóricos e metodológicos, à teoria do Kozinets (1998; 1999).

Quanto à análise dos dados, diante do grande volume de informações que pode ser gerado pela netnografia, Kozinets (2002, 2010) chama atenção para o fato de que um pequeno número de mensagens pode ser suficiente para fundamentar conclusões importantes. Diante do volume de observações, pode também haver necessidade de utilizar um *software* de apoio para a análise das informações.

Com vistas a facilitar a manipulação dos dados gerados pela tese, oriundos das coletas realizadas no ambiente virtual e nas várias oportunidades de interação presencial com a REMES, pretendo empregar o Atlas-TI – Software, utilizado para o apoio à pesquisa qualitativa.

Como o ambiente da Internet é bastante impessoal e muitas vezes marcado pelo caráter anônimo e descompromissado, há que se tomar cuidado também com a veracidade das informações postadas, que podem mascarar inverdades difíceis de verificar. Ainda que as fronteiras éticas sejam bastante presentes nas discussões acerca da produção, propriedade e utilização das informações partilhadas na Internet, Kozinets (1998, 2002, 2010) reforça a importância de se especificar como se deu o acesso ao grupo, como a autorização foi concedida e de que forma a preservação da dignidade e dos interesses dos membros da comunidade está sendo assegurada, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações.

Concomitante às questões éticas e diante da ausência da interação face a face, a netnografia pode requerer alguns cuidados para a “construção de uma interpretação verdadeira”. É preciso que os pesquisadores não se envolvam apenas no mundo virtual, mas na história da comunidade e nos métodos da antropologia cultural. Há necessidade de manter uma criticidade atenta na coleta dos dados, “[...] um engajamento no campo prolongado, uma observação persistente, a conquista da confiança, a triangulação de *sites* e fontes” (KOZINETS, 1998, p. 369, tradução nossa). Essas seriam formas de garantir uma pesquisa confiável.

O passo final definido por Kozinets (2002) é a “validação dos membros”. Uma vez terminado o relatório da pesquisa, é importante submetê-lo aos membros da comunidade. Examinando a etnografia digital para além das questões de marketing, seriam duas as razões principais para isso. A primeira está relacionada à superação de limitações na coleta e análise das informações, representando uma oportunidade para complementar informações e colher esclarecimentos adicionais. A segunda se relaciona às questões éticas, pois a leitura prévia é mais um momento para a chancela do grupo acerca do que está sendo apresentado como resultado da pesquisa.

#### REMES - A Rede de Mulheres Empreendedoras Sustentáveis

A REMES começou a se organizar, de modo muito informal, por volta de 2003, em práticas que envolviam a comunidade na produção de desfiles de moda nas ruas do bairro com a utilização de materiais reciclados para produção das peças. A ação inicial foi conduzida por duas amigas que são consideradas as fundadoras da rede. Posteriormente, essa dupla assumiu a gestão da associação dos moradores do bairro.

Esse fato possibilitou a formação de parcerias e a ampliação das práticas voltadas à geração de renda para as mulheres da comunidade, sempre com o viés da sustentabilidade. A rede adquire então um caráter de movimento, sem uma coordenação definida, que reúne um conjunto de cerca de 80 mulheres do bairro, mas que atua em outras localidades de Fortaleza e em municípios do interior do estado, o que amplia o alcance de sua malha de práticas.

Os encontros ocorrem em diferentes locais, como a casa das remistas, em locais estratégicos para a realização de vendas e por meio da presença em eventos e empresas que tratem de temáticas correlatas às ações de REMES. No espaço virtual, a REMES se apresenta no *Facebook*, no *Instagram* e no grupo de *WhatsApp*.

### **3.3 O plano de descrição e interpretação**

A partir das várias práticas que envolvem tanto a etnografia clássica como a etnografia digital, descrevo a seguir como pretendo acessar o campo e, ao retornar dele, quais serão as etapas para interpretação dos resultados.

Neste ponto, faz-se importante retomar os objetivos geral e específicos da tese para garantir que as etapas de campo deem conta da proposta. Como objetivo geral, a tese se propõe a compreender o organizar de práticas de um empreendedorismo feminino de resistência e seus desdobramentos no contexto de empreendedoras (re)unidas em uma rede solidária de mulheres.

Os objetivos específicos foram delineados da seguinte forma:

1. contextualizar a rede solidária de mulheres sob estudo;
2. identificar as malhas de práticas empreendedoras de resistência;
3. analisar o organizar do empreendedorismo enquanto práticas de resistência, sob a ótica do feminismo decolonial;
4. descrever os desdobramentos do organizar das práticas empreendedoras no contexto das empreendedoras (re)unidas em uma rede solidária de mulheres.

A operacionalização do processo de descrição, no presente caso, a descrição densa, e as interpretações seguirão as seguintes etapas.

## Postura da pesquisadora no campo

1. Compromisso de atuar eticamente e de forma íntegra junto às remistas, durante todo o percurso de construção da tese, para que esse caminhar seja, na medida do possível, uma troca a ser estabelecida dentro dos potenciais de interação entre pesquisadora e pesquisadas, tendo clareza do compromisso de não ser mais uma fonte de “exploração” e utilizando sempre a generosidade como revanche ao construir um *fazer com* as remistas (BOURNE, 2007; CERTEAU, 2014; MEDINA, 2013).

2. Constante retomar das questões da decolonialidade e do feminismo decolonial para atuar na descontextualização, ou desconstrução, do campo, onde a normalização das opressões e injustiças vem da racionalidade do capitalismo, do patriarcado e da modernidade (MIGNOLO, 2010; LUGONES, 2008; 2014; MEDINA, 2013).

3. Atenção à postura etnográfica no campo, envolvendo as questões da intersubjetividade, representação, postura reflexiva, negociação dos acessos, emoções e os *hyphen-spaces*.

## Uso dos métodos auxiliares à prática etnográfica

A partir de Kozinets (1998, 2002) e Rocha, Barros e Pereira (2005), fica estabelecido que a tese lança mão de uma etnografia digital mista, com a recuperação de informações do meio virtual, tendo o *WhatsApp* como meio principal e as informações colhidas no campo por meio de entrevistas em profundidade, observações participantes, performances, material artístico, jornais, fotos, documentos e vídeos.

A recuperação de informações e a coleta de dados resultaram no seguinte material de pesquisa, a partir dos procedimentos abaixo:

1. descarregar todo o material recuperado por meio de conversas no grupo das remistas no *WhatsApp*, pelo período de um ano, iniciando em agosto de 2017 e finalizando em julho de 2018;
2. complementar o material recuperado com a digitação de todas as conversas gravadas em áudio dentro do grupo do *WhatsApp* e associar a esse material os procedimentos de observações, os cadernos de anotações, entrevistas, vídeos, fotografias e relatos constituídos ao longo do período de convivência com a REMES.

O *corpus* empírico do estudo produziu um total de 1.753 páginas de documento Word, envolvendo o backup das conversas do grupo do *WhatsApp* e as transcrições dos arquivos de áudio no período de agosto de 2017 a abril de 2018 (a partir desse período, as conversas tornam-se repetitivas em termos de acréscimo ao estudo), conforme detalhamento a seguir.

- Arquivos de Word

De agosto a dezembro de 2017 = 473 páginas.

De janeiro a fevereiro de 2018 = 237 páginas.

De março a abril de 2018 = 280 páginas.

De maio a junho de 2018 = 377 páginas.

De julho a agosto de 2018 = 386 páginas.

- 646 arquivos de áudio

2.188 fotos descarregadas do grupo

762 vídeos que circularam no grupo

18 vídeos de entrevistas conduzidas por mim

227 fotos coletadas em campo

Tendo como base as questões e pressuposições deste estudo e ainda considerando o processo descritivo utilizado nas etnografias, esse conjunto de materiais foi organizado, analisado e interpretado. Nesse processo, foram construídos os relatos descritivos de acordo com as categorias de análises formuladas para esta parte do estudo, sendo elas: i) a contextualização da REMES; ii) a identificação das malhas de práticas de um empreendedorismo de resistência; iii) a *métis* empreendedora; iv) as heroínas da prática empreendedora de resistência; v) a (re)união em redes solidárias empreendedoras; vi) a capacidade de sonhar: *resistant imagination*; vii) algumas reflexões para os estudos do empreendedorismo no Brasil; viii) os desdobramentos do organizar de um empreendedorismo feminino enquanto prática de resistência decolonial. Finalizamos as análises trazendo algumas contribuições para a formulação de políticas públicas para as áreas envolvidas.

E vamos remando...

## 4 DESCRIÇÕES, ANÁLISES E RESULTADOS

Este capítulo descreve, analisa e interpreta os resultados identificados ao longo da pesquisa realizada, trazendo a problemática apresentada nos capítulos anteriores e parte das respostas às muitas questões que foram abertas.

### 4.1 Contextualizando a Rede de Mulheres Empreendedoras Sustentável – REMES

Um pouco do bairro Serrinha, o berço da REMES

O mapa abaixo mostra a constituição de Fortaleza no início do século XVII e a proximidade da aldeia dos índios junto à cidade em formação (ALBERNAZ I, 1629). A região do grande Montese, que posteriormente deu origem ao bairro Serrinha, era conhecida como Pirocaia, vocábulo de origem tupi formado pela aglutinação dos elementos *pira* = pele + *oka* = casa, aldeia + *caia* = queimada. Em tradução livre, pode ser definida como Aldeia dos Pele Queimada, muito provavelmente em alusão às muitas tribos indígenas que formavam a população nativa das terras do Siará colonial (grafia original do nome do estado) (XIMENES, 2015).

**Figura 7 - Mapa do Ceará Colonial**



Fonte: ALBERNAZ I (1629)

Serrinha é um bairro de Fortaleza, cujas origens históricas são localizadas por volta de 1873. As muitas minas de água, ou minadouros, da região forneciam água de qualidade reconhecida para a cidade de Fortaleza, a água de Pirocaia, vendida em tonéis de madeira carregados em carroças puxadas por burros (XIMENES, 2015). A região do grande Montese foi denominada como Pirocaia até meados de 1940, quando o reordenamento urbano adotou novas nomenclaturas (DIÁRIO DO NORDESTE, 2014), desdobrando-se nos bairros Serrinha, Montese e Itaoca atuais.

Os limites do grande Montese eram demarcados pela antiga Estrada do Gado, caminho trilhado pelos animais levados ao matadouro municipal, atual Av. Gomes de Matos, pela estrada que ligava Parangaba a Messejana, conhecida por muitos anos como Av. Paranjana, atual Av. Silas Munguba, e pela Av. Carlos Jeiressati, na qual estava localizada a Lagoa da D. Rosinha, aterrada para instalação do supermercado Atacadão. Os pequenos montes no entorno da lagoa deram o nome de Serrinha à região demarcada atualmente pelas avenidas Silas Munguba, Carlos Jeiressati e Marechal Bittencourt e pela Rua Governador João Carlos.

Para me situar no campo geograficamente, a rua da minha casa está a duas ruas de uma das fronteiras da Serrinha, o *campus* da Universidade Estadual do Ceará - UECE, no bairro Itaperi, local do Programa de Pós-graduação em Administração, onde curso o doutorado, e se separa da Serrinha pela Av. Silas Munguba. Adentrar o campo tem um caráter familiar e significa uma proximidade com referências conhecidas, em regiões desconhecidas. Importante pontuar as condições sociodemográficas da Serrinha para que se possa mergulhar mais profundamente na compreensão da realidade das muitas mulheres que formam a REMES.

Dados do PNUD, calculados a partir da base do Censo de 2010 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), estimam que 40,56% dos moradores da região da Serrinha sob estudo são vulneráveis à pobreza e 36,63% dos maiores de 18 anos atuam na informalidade. Com relação à escolaridade, 51% da população não completaram o ensino fundamental, dentre os quais 13,9% eram analfabetos. O IDH do bairro é de 0,2829, considerado muito baixo, e a renda é o fator mais crítico na formação do IDH do bairro, sendo de 0,0819 (Prefeitura de Fortaleza).

Quando os percursos teórico e empírico se encontram

Neste ponto do trabalho de tese, avalio como importante estabelecer premissas sobre a análise, o confronto teoria-empíria, a vivência e o contexto da pesquisa.

O primeiro texto que me vem à mente é o trabalho de Cunliffe (2011) abordando as questões dos paradigmas de pesquisa 30 anos depois do trabalho original. Dentre os muitos posicionamentos possíveis no campo, chamam minha atenção as questões referentes à intersubjetividade, a constante troca que caracteriza o fazer da pesquisa. Alinhada com esse texto, assumo doravante a exclusividade da primeira pessoa. O que se coloca daqui para frente são minhas percepções, as minhas impressões, as minhas interpretações. Assumo, portanto, a posição de uma humilde testemunha, num campo em constante movimento, com uma história anterior e posterior à pesquisa. O campo não se adaptou a mim, eu me submeti a ele. Vivenciei-o de múltiplas formas: na casa das remistas, nas ruas, em espaços virtuais. Nem tudo me foi dito, nem tudo me foi contado, até porque tudo é muita coisa. Busco a interpretação mais fidedigna possível, os sentidos explícitos ou implícitos que formam o que foi dito e o que não foi. Muitas vezes o sentido se fez pelo silêncio, pelas lágrimas, pelo tácito, pela dor.

A interpretação dos silêncios é minha, de coisas que preencheram, na minha mente, aquele vazio de alguns momentos mais profundos. Numa pesquisa feminista, sabendo e vivendo tudo o que acontece com as mulheres, os significados são muitos. O coração fala, é a tal sororidade ou, nas palavras de Vilma Piedade (2017), a dororidade, a ressonância da dor de uma mulher em outra.

Resistência contra o quê?

Numa discussão que propõe um empreendedorismo de resistência, fica estabelecida a questão: resistência contra o quê? Ou, conforme a Introdução, *Como se originam e se organizam as práticas de opressões identificadas pelas remistas?* Medina (2013) estabelece resistência como a oposição contra algo ou alguma coisa, resistir é permanecer, ficar de pé, lutar, sobreviver. Mas como podemos contextualizar as práticas de opressão junto às mulheres da REMES?

Debato as muitas práticas de opressão que pude perceber por meio dos sentidos construídos por aquelas que fazem a REMES, inclusive, ou principalmente, dos meus. Não ousou classificá-los, pois entendo que é impossível organizar a dor do outro. A lista é assim espontânea e traz os vários fragmentos do muito que vivi ao longo desses três anos de convivência com as remistas. De antemão, peço desculpas se não fui capaz de apreender tudo, existe um sofrimento associado que algumas vezes escolhi não percorrer.

A Serrinha, espaço primeiro da REMES, é um grande bairro de Fortaleza que normalmente, para fins de ações da Prefeitura, é dividido em três partes. A REMES se localiza na área mais frágil do ponto de vista socioeconômico. A pobreza, uma realidade na REMES, priva de esperança, do alimento, da dignidade, do sonho, e tem suas variadas faces representadas pela mãe que não pode enviar os filhos para cursos profissionalizantes porque lhe falta o dinheiro do ônibus, pela esposa que se submete à violência doméstica por medo das privações, pelo marido que se apropria das rendas do trabalho gerado por sua mulher, tornando-a presa e submissa a ele, pelo medo de se ver só, após 20 e tantos anos de um casamento sofrido, pela incapacidade de produzir por lhes faltar a matéria-prima para a produção e pela luta ao decidir se o resultado das vendas vira comida ou investimento no negócio.

Os processos de colonização estabeleceram uma elite colonial que dita os padrões estéticos, religiosos, éticos, econômicos, enfim, os padrões socialmente aceitos. Raça, assim como pobreza, é uma das questões decorrentes do modelo colonial. Não brancos formam um contingente significativo da população nacional e padecem de uma série de carências. O feminismo decolonial nos mostra como tais condições impactam de forma mais intensa as mulheres não brancas. No contexto da REMES, as opressões cruzadas de raça x gênero x classe ficaram demonstradas em alguns contextos, a exemplo da seguinte situação. Uma moça negra, belíssima, iniciou a carreira de modelo e tinha dificuldades de ser aceita para os trabalhos por causa da cor da pele ou do cabelo não liso. O ataque à autoestima minou a confiança e constituiu o início de uma estrada que foi percorrida por ela e por sua mãe em um processo de reconstrução física e psicológica. As consequências dessa situação se transformaram em uma oficina que aborda tais questões e estão detalhadas mais adiante, no exame das práticas de resistência sob a ótica do feminismo decolonial.

Ainda sobre raça, no que tange às mulheres da REMES, a origem dessas esposas, filhas e netas ata-se às famílias que migraram de municípios mais pobres do Ceará em busca de melhores oportunidades para si e para os seus na capital. São famílias não brancas, não ricas, não abastadas e formadas a partir da miscigenação entre índios, negros e brancos. A chegada à capital destinou muitas das filhas dessas famílias, futuras mães de remistas, às casas de outras famílias, às vezes de um tio, uma tia em melhores condições, às vezes de estranhos. O que aconteceu nessas casas, nesse período de trabalho, é contado mais por silêncios do que pelas narrativas das histórias de vida. São histórias de família não contadas, mas que formam exemplos de locais onde não se quer estar e de experiências que não se quer viver. Nesse sentido, são fontes de resistência e impulsionam a ambição de um espaço como

empreendedora, uma alternativa. A história dessas mulheres se conecta com a minha, pois consigo reconhecer minha avó, minha mãe e minhas tias nessas narrativas de vida.

Um outro silêncio acerca do contexto relacionado à raça está presente nos casamentos inter-raciais de um homem branco e uma mulher não branca. Numa das conversas que me deixou mais intrigada, foi-me revelado que, após um episódio de violência doméstica com agressão física, as agredidas muitas vezes são acolhidas nas casas de suas amigas. Parece haver certa aceitação tácita de que os maridos brancos se sentem em condição superior às suas mulheres não brancas e o álcool, as drogas, o desemprego parecem impulsionar as agressões. Essa relação machista e sexista, presente de forma quase intrínseca na vivência dos casais, tem origem no patriarcado, modelo estruturante das relações coloniais. Assim, o espaço das artes na REMES se mostra como fonte de terapia e descoberta de talentos e saberes para essas mulheres maltratadas pela vida, que, ao terem a oportunidade de confrontar suas verdadeiras potencialidades, exclamam em uníssono: “eu não sabia que eu era capaz de fazer isso”.

O desemprego também é marcado como fonte do empreendedorismo de resistência no âmbito da REMES. O GEM (2018) já demonstra o elevado contingente de brasileiros que empreende diante da escassez de empregos formais. É relativamente frequente na REMES a divulgação de anúncios de empregos e o pertencimento à REMES é uma espécie de chancela, uma carta de referência. Abaixo um dos anúncios retirado de uma conversa do *WhatsApp* em 11.12.2017:

Precisamos de profissionais - mulheres

De 25 a 45 anos (antes dos 25 geralmente não tem muita responsabilidade e depois dos 45 o histórico mostrou muito cansaço)

Que saiba ler e escrever

Que saiba lavar

Passar

Fazer faxina

Cozinhar ao menos o básico

O pagamento é um salário-mínimo. Oportuno pontuar que o empreendedorismo de resistência está associado a uma expectativa de renda geralmente baixa. As pessoas substituem sua ação de empreender por um salário-mínimo de renda. Outro ponto é a opressão pela idade. Qual é a alternativa para as mulheres que se encontram fora da faixa tida como a desejável (menos de 25 ou mais de 45)? Empreender para resistir?

Algumas remistas têm idade considerável, sendo a mais famosa a Vó Luiza, com 95 anos, fazedora de bonecas e fuxico (bolinhas de tecido que são reunidas em confecções diversas). A opressão da idade é superada pelo convívio em grupo, que reconhece, respeita, toma conta e aprende com elas. As habilidades manuais são ensinadas para as novas gerações de remistas. E é pertinente colocar, participar da REMES é também uma oportunidade (não schumpeterianas) de empreender para aumentar a renda da aposentadoria. O que também é deveras importante.

A autoestima baixa e a depressão são pontos de atenção na REMES. São comuns os relatos de resgates “do fundo de uma rede”, impulsionados pela arte do fazer. O marido que bate, que foi embora ou perdido para as drogas, o filho com problemas, o alcoolismo, as dificuldades cotidianas, a saudade de um tempo ou lugar que já se viveu, a ausência do poder público no provimento de serviços básicos, todas essas lutas podem ser contornadas ou mesmo superadas por meio da arte que, na REMES, propicia a descoberta e o resgate de talentos, construindo sentidos onde havia desesperanças. Buscar valor para o que se produz, encontrar reconhecimento para a beleza do que se faz, descobrir que não se está só, nem nos problemas, nem na construção contínua de soluções, esse é o real empreendimento.

[...] aqui na nossa comunidade uma companheira nossa morreu de tristeza, não foi o câncer que matou ela. O marido abandonou quando descobriu que ela estava com câncer de mama. A família desprezou-a. E aí companheira e o psicológico como é que fica? Porque já está abalado só de receber a notícia que você está com essa doença, agora tu imaginas se sentindo sozinha para lutar contra tudo e contra todos. Se sentindo abandonada, rejeitada, desprezada. Então companheiras nós temos que criar uma corrente de solidariedade, para nessa corrente nos consolarmos, darmos apoio, dar o nosso ombro amigo para andarmos lado a lado com essas companheiras. (Remista 876 – depoimento no grupo WhatsApp – 06.10.2017).

No auge da violência contra a mulher, o estupro também se faz presente na realidade das remistas. Uma das passagens mais doloridas para mim foi transcrever o relato de uma mãe em desespero pedindo a ajuda de suas amigas de rede para localizar um estuprador. Foi um choque, do qual é difícil se recuperar. Também fazem parte dessa realidade as drogas, o abandono, a solidão, o encarceramento de um filho, um marido, um irmão.

São essas as respostas a questões colocadas por esta tese: *Que construções da modernidade/colonialidade estabelecem o lugar dessas mulheres? Assumindo como delas o lugar de fala, o que interessa falar, que histórias são contadas? Como tais histórias se entrelaçam na matriz modernidade/colonialidade/decolonialidade? Como a solidariedade, oriunda da resistência estabelecida na REMES, desafia a matriz da colonialidade de poder?*

E assim nasceu a REMES

A REMES começou a se organizar em 2003, de modo muito informal, em práticas que envolviam a comunidade na produção de desfiles de moda nas ruas do bairro com a utilização de materiais reciclados para produção das peças, coordenadas por duas mulheres, Lia e Geni. Essas atividades ocupavam as donas de casa e as crianças.

A necessidade de gerar renda impulsionou os primeiros movimentos sociais na época das campanhas (o pai de Lia era vereador), e deu fôlego a bazares, festa do Dia das Crianças, mercado de escambo com trocas de roupas entre os participantes. Em 2007, Magda se incorporou. Antes de se chamar REMES, esse pequeno grupo era denominado Mulheres Empreendedoras e respondia por movimentos de rua, envolvendo nossas protagonistas e os moradores da região também. Posteriormente, as duas fundadoras da REMES assumiram a gestão da Associação dos Moradores do Bairro Serrinha - AMORBASE por um mandato. Durante esse período, outras ações foram tomando forma: bazares, galeria de arte comunitária, arrecadação de roupas, início da fabricação de sabão.

### **Figura 8 - Logotipo da AMORBASE**



Fonte: blog da AMORBASE

Durante a gestão da associação, uma das preocupações mais relevantes era a consolidação de oportunidades para a geração de trabalho e renda para as mulheres do bairro. O viés da sustentabilidade já se fazia presente. As práticas se organizavam em torno do reúso de materiais descartados por indústrias, estabelecimentos comerciais e mesmo residências.

No contexto da criação e fortalecimento da REMES são parceiros relevantes nessa jornada o Instituto Nordeste Cidadania – INEC, Convento Madre Elisabaldo, Fundação Franklin Roosevelt, Cores, Escola Maria de Carvalho Martins, Teatro Formosura, Condominio Espiritual Uirapuru. Também fazem parte das suas diretrizes o movimento

Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio – ODS, que embasa a ação ambiental da REMES e parcerias com entidades municipais e federais.

Entre 2013 e 2014, a REMES adquire, então, um caráter de movimento, uma rede, sem uma coordenação definida. Incorpora em suas ações e na sua sigla a questão da sustentabilidade, buscando uma maior definição acerca da área de atuação das antigas Mulheres Empreendedoras. Nessa época, eram 30 mulheres, que se engajaram na rede a partir das práticas iniciadas na AMORBASE. Em agosto de 2017, eram 99 mulheres no grupo do *WhatsApp*. O grupo também tem o caráter de movimento, assim, as pessoas entram e saem conforme suas atividades fluem.

Diante da pergunta “o que é a REMES para você?”, S. responde (entrevista em vídeo 24.09.2018): *“Fraternidade, solidariedade, integração, é autoestima, é amor, é carinho, é tudo de bom... Acima de tudo é união, muita união das mulheres. Elas se reúnem para trocar ideias. Tem a renda, tem a sustentabilidade das famílias, ela cria momentos de produção mesmo, de produtos de desenvolvimento sustentável para dar um suporte, uma fonte de renda para as pessoas carentes.*

Como movimento, a REMES se propõe a atuar nas seguintes dimensões:

**Empreendedorismo** - Desenvolvimento de produtos, ações e projetos voltados para a geração da renda das mulheres empreendedoras, envolvendo a abordagem da sustentabilidade. No escopo das ações empreendedoras, temos a ecoarte, o reúso de materiais descartados para produção de produtos por meio da arte, especialmente a pintura. As práticas da ecoarte abarcam oficinas de sensibilização e investigação para a “descoberta do artista dentro de si.” Também estão no escopo das ações com potencial de gerar renda as práticas artesanais de variadas habilidades: confecção, estofaria, fuxico, bonecas, produção de pastas e bolsas de materiais diversos e outras práticas manuais.

**Meio ambiente** – Limpeza de espaços públicos, principalmente as praias e regiões de mangue de Fortaleza.

**Cultura** – Resgate de tradições da cultura cearense, por meio do memorial do Siará (no Condomínio Espiritual Uirapuru), resgatando tradições da cultura cearense, do Memorial do Vaqueiro, com ponto fixo na cidade de Fortaleza e com movimentos de resgate dessa cultura em municípios do interior cearense, e de uma parceria com o Museu do Caju local, com ações e exposição permanente de produtos.

**Longevidade** – Ação junto aos idosos da comunidade, composta por visitas e acompanhamento, visando prevenir a depressão.

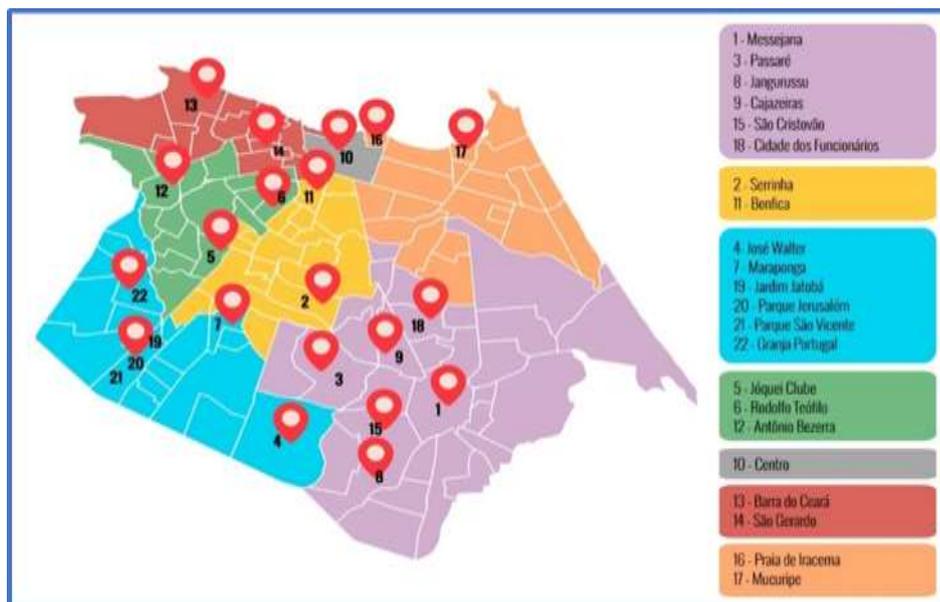
**Escolas** – Ações envolvendo o plantio de hortas comunitárias, a contação de histórias infantis, a parceria para realização de eventos.

**Capacitação** – Condução de eventos, produzidos em parceria com outras entidades, para ensino e aprendizagem das maneiras de fazer da REMES, como oficina de produção de sabão a partir de óleo descartado, oficina de brinquedo reciclado, oficina da boneca Abaiomy, etc.

Para os fins desta tese, tentei me manter apenas nas ações que envolvem as questões relacionadas ao empreendedorismo, contudo, as práticas são imbricadas umas nas outras. Por exemplo, o resgate das práticas envolvendo a produção de bruacas (prato típico do Ceará, a partir de goma, ovos e óleo) faz parte do resgate de tradições culturais, tendo sido utilizado para impulsionar a ação empreendedora. A arte que é produzida a partir da reutilização de uma série de materiais reciclados também entra nas escolas sob a forma de oficinas para professores e alunos. Vó Luiza faz parte da ação de longevidade, mas é uma empreendedora ativa na produção de bonecas e fuxico.

Como movimento ou como rede, com um engajamento que ocorre, principalmente, a partir das práticas de capacitação, a REMES abrange os bairros de Fortaleza demonstrados na Figura 08: Serrinha, Messejana, Passaré, José Walter, Jóquei Clube, Rodolfo Teófilo, Maraponga, Jangurussu, Cajazeiras, Centro, Benfica, Antonio Bezerra, Barra do Ceará, São Gerardo, São Cristovão, Praia de Iracema, Mucuripe, Cidade dos Funcionários, Jardim Jatobá, Parque Jerusalém, Parque São Vicente e Granja Portugal.

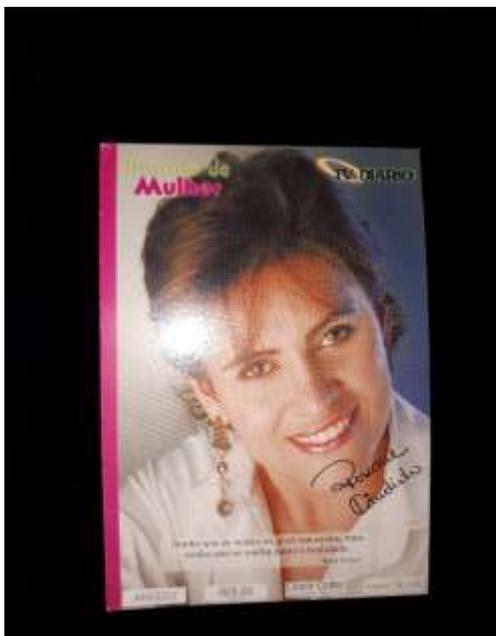
**Figura 9 - Bairros com atuação da REMES em Fortaleza**



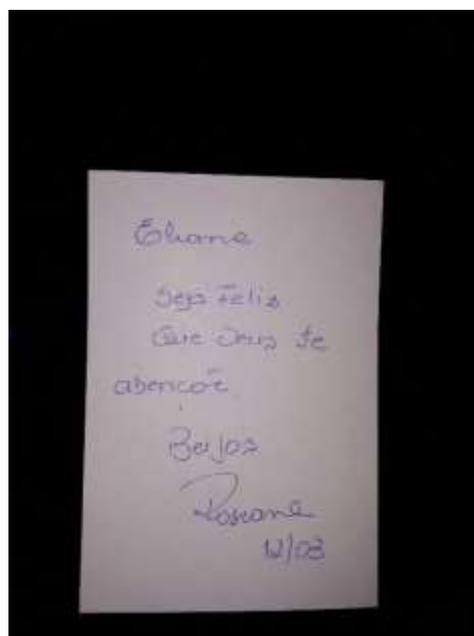
Fonte: elaboração da autora a partir do mapa de Fortaleza

Além de Fortaleza, também fazem parte das práticas da REMES os seguintes municípios no Ceará: Caucaia, Maranguape, Eusébio, Pecém, Jabuti, Russas, Mauriti, Piquet Carneiro, Limoeiro do Norte, Tejuçuoca, Jaguaribe, Capistrano, Barreira Chorozinho, Jijoca, Tabuba, Aracati, Camocim e Icarai. O movimento de migração entre o Ceará e Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia levou as práticas da REMES para outros estados e regiões. As fotos das páginas seguintes apresentam momentos e documentos que dão materialidade aos aspectos aqui tratados.

**Fotos 1 e 2 - Bilhete de agradecimento do Programa Assunto de Mulher pela participação da REMES em matéria veiculada sobre os desfiles de rua (Dezembro/2003)**



Fonte: elaborada pela autora



Fonte: elaborada pela autora

**Foto 3 - Pintura de mural para o Museu do Caju**



Fonte: elaborada pela autora

**Foto 4 - Sabão ecológico padrão REMES**



Fonte: elaborada pela autora

**Foto 5- Caju da Sogra – caju revestido em fuxico em confecção pela Vó Luiza**



Fonte: elaborada pela autora

**Foto 6 - Vó Luiza, remista de 95 anos**



Fonte: elaborada pela autora

**Foto 7 - Memorial do Vaqueiro (articulado em parceria com a REMES)**



Fonte: elaborada pela autora

**Foto 8 - Produtos de remistas em exposição no Museu do Caju**



Fonte: elaborada pela autora

## 4.2 Identificando as malhas de práticas de um empreendedorismo de resistência

Transcrevo aqui trechos já discutidos ao longo da revisão teórica desta tese para construir a oposição entre a visão schumpeteriana dos estudos de empreendedorismo e o modelo conceitual aqui proposto, que pretendo fundamentar por meio das práticas da REMES.

Como já apresentado, o modelo conceitual das práticas do empreendedorismo de resistência contempla quatro dimensões principais:

1. A *métis* empreendedora
2. As heroínas da prática empreendedora de resistência
3. A (re)união em redes solidárias empreendedoras
4. A capacidade de sonhar (*resistant imagination*)

### 4.2.1 A *métis* empreendedora

Ao contrário da inovação schumpeteriana, a *métis* é quem conduz as práticas das empreendedoras em oposição ou em resistência às inúmeras opressões já discutidas. As necessidades, em várias vertentes, existentes na vida dessas mulheres conformam opressões as quais impulsionam ações para culminar em práticas de resistências. Tais práticas precisam ser improvisadas, visto que os recursos são extremamente escassos no cotidiano das remistas.

No dia a dia dessas empreendedoras, as maneiras de fazer advêm de uma percepção sagaz das oportunidades que surgem (CERTEAU, 2014; DATIENNE; VERNANT, 2008). A proposição da incorporação da sustentabilidade na ação original das Mulheres Empreendedoras representa essa articulação da *métis* no movimento do empreendedorismo de resistência. É o faro, a sagacidade e a atenção vigilante se manifestando:

Por um ano e meio eu fiquei assim parada e estava pensando, refletindo, mas trabalhando. E foi aí que eu falei: uma hora isso vai dar certo, eles estão pegando muito nessa parte da sustentabilidade, da preservação dos recursos naturais e é aí

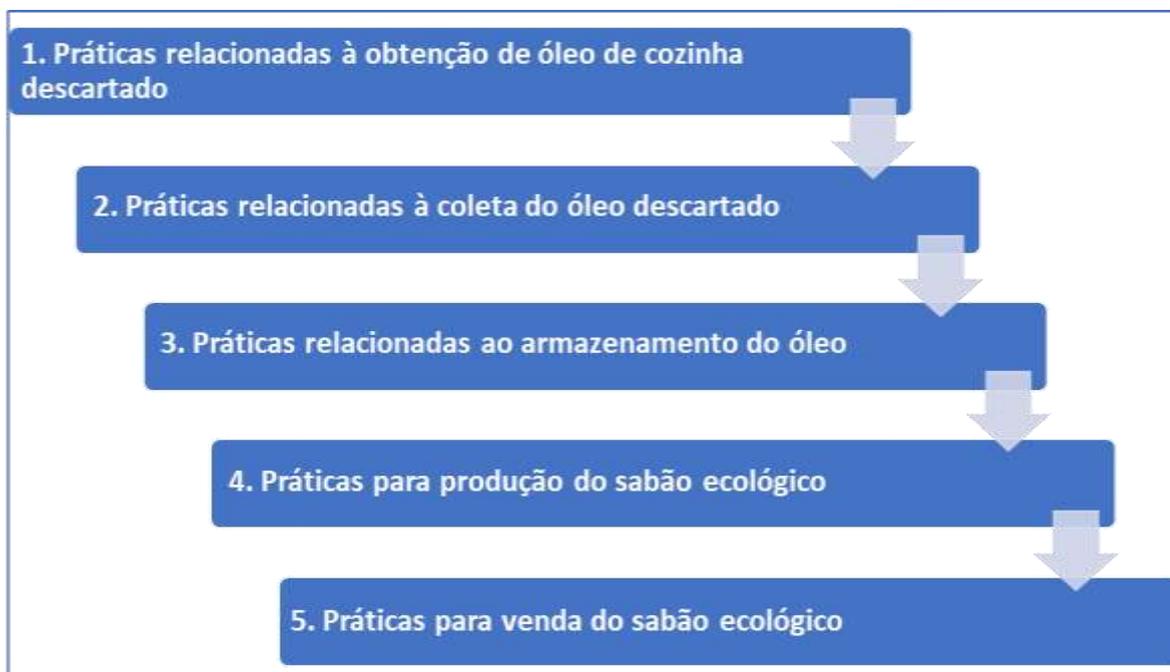
onde a gente vai começar, vai ter uma visibilidade maior, vai ser nosso trabalho. (LIA, 2016)

Nas palavras da Datienne e Vernant (2008), fazem parte da *métis* habilidades diversas e uma experiência longamente adquirida. Na visão da sustentabilidade, uma das primeiras ações empreendedoras da REMES, na ação de incorporar as práticas de sustentabilidade, foi a fabricação do sabão ecológico REMES a partir de óleo de cozinha descartado.

#### 4.2.1.1 As práticas do sabão ecológico

Nas palavras de Geni, uma das fundadoras da REMES, “*é o sabão produzido pelas nossas avós.*” Não por acaso, lembrei imediatamente da minha avó, produzindo sabão na cozinha de casa para uso na cozinha e lavagem de roupas. As práticas que envolvem o sabão ecológico e a ecoarte foram as escolhidas para discutir como a *métis* se manifesta no cotidiano das empreendedoras remistas. São apresentadas na Figura 9 e detalhadas em seguida.

**Figura 10 - Práticas de produção do sabão ecológico**



Fonte: elaboração da autora

Diferentemente do empreendedor schumpeteriano, cujo negócio normalmente está dividido em hierarquias, com comando e condução compartilhados, o organizar das práticas empreendedoras das remistas é autocentrado, cabendo, na maioria das vezes, a uma única remista toda a condução das práticas. Com relação às práticas do sabão ecológico, busco demonstrar como a *métis* se manifesta. A partir de um saber-fazer imemorial, passado de geração a geração, por uma memória prática vivenciada, a memória da confecção do sabão ecológico foi resgatada como uma das primeiras atividades para aplicação do viés sustentável da REMES.

1. **Práticas relacionadas à obtenção de óleo de cozinha descartado.** A partir das relações construídas via Mulheres Empreendedoras, AMORBASE e pela própria REMES, existem práticas de parcerias com redes de fornecedores e doadores de óleo, como padarias, hotéis, cozinhas industriais e as próprias mulheres da vizinhança e imediações que produzem alimentos a partir de frituras. Essa rede de fornecedores pode ser interpretada a partir de Certeau (2014) como de duas naturezas: (i) parcerias com os senhores de querer e poder, senhores de práticas estratégicas, para burlar a ordem estabelecida, obtendo recursos que sob o olhar do outro são apenas descarte; (ii) união das heroínas ordinárias, em táticas do fraco contra as opressões estabelecidas, em uma combinação de operatórias quase sempre invisíveis. São oportunidades que surgem nas ocasiões.
2. **Práticas relacionadas à coleta do óleo descartado.** As limitações de recursos das remistas requerem que elas sejam criativas nas práticas para realizar a coleta do óleo disponibilizado pelos fornecedores-doadores. Devido ao volume doado e à distância em relação às casas e locais de produção, há necessidade de conseguir um transporte. Aqui entram em cena as mil maneiras de jogar o jogo do outro (Certeau, 2014). Criatividade, favores, o carro, a moto, a bicicleta são os meios de transporte encontrados, pedidos, emprestados, para realizar a coleta desse óleo tão fundamental às práticas de produção do sabão ecológico.
3. **Práticas relacionadas ao armazenamento do óleo.** Nem sempre o óleo coletado vai direto para a produção, fazendo com que sejam estabelecidas várias práticas relacionadas ao armazenamento, com impacto nas práticas relacionadas à coleta. Uma das principais práticas está relacionada à avaliação da dimensão da

doação e a melhor forma de acondicionamento para que depois esse óleo possa ser movimentado e utilizado por aquelas que irão produzir o sabão. Os artefatos de acondicionamento ganham grande relevância nessa etapa, assim como as casas que possuem espaço disponível para manter o óleo.

- 4. Práticas para produção do sabão ecológico.** As práticas criativas e os saberes imemoriais vão atuar fortemente no uso da *métis* para a produção do sabão ecológico que se apresenta multiforme em texturas, odores, padrão e cores. As práticas do sabão ecológico para produção do sabão padrão REMES (Foto 4) envolvem o uso de embalagens descartadas, de tipo Tetra Pak, de leite, suco, chás, etc., para que o sabão seja finalizado dentro delas. Essa prática garante uniformidade de formato e uma dimensão de fácil manuseio pela dona de casa. Cada caixa rende 05 barras, mas as possibilidades em termos de práticas de produção são diversas. Além disso, frequentemente, a produção é realizada em grupo. O padrão não é obrigatório e a REMES como movimento não estabelece regras nesse sentido. O Quadro 5 demonstra as variações possíveis que envolvem as práticas de produção do sabão ecológico, sendo ele padrão REMES ou não.

**Quadro 5 - Possibilidades do produto sabão ecológico**

<b>Apresentação</b>	<b>Consistência</b>	<b>Fragrância</b>
+ Claro	Barra	Sem cheiro
+ Escuro	Líquido	Aromatizado
	Pasta	- Coco - Café - Ervas

Fonte: elaborado pela autora

Além do óleo descartado, as práticas de reuso se fazem bastante presentes nas escolhas para os artefatos de armazenamento do sabão produzido. Potes vazios de margarina, pedaços de plástico ou sacolas descartadas, tudo pode ser transformado para servir ao propósito de apresentar o sabão, inclusive a opção mais ambientalmente correta de não utilizar embalagem alguma.

**5. Práticas para venda do sabão ecológico.** Superando uma das dificuldades mais presentes na vida dos empreendedores de resistência – a precificação dos produtos, a REMES define por antecipação o preço de venda do sabão. Os arranjos de venda manifestam a *métis* empreendedora de variadas formas. Com custo de produção de R\$0,97 por barra (em agosto de 2017), a barra tem preço de venda fixado em R\$ 2,00 para aquelas que produzem e vendem e R\$ 3,00 para aquelas remistas que adquirem o sabão de outras remistas para revender. D. Maura, 74 anos, vende, por semana, 100 barras de sabão ecológico ao preço de R\$ 3,00, atuando em toda a Serrinha. São relativamente comuns pedidos como o abaixo, transitando no grupo do *WhatsApp*:

27/09/2017 08:11 - Geni: Remistas quem ainda tem produção de sabão? Nós estamos precisando de mais 100 barras de sabão para concluir as entregas agora da manhã. Então assim, nós vamos começar a fazer a produção, mas tem oficina à tarde. Então nós estamos precisando. Rejane entra em contato comigo inbox e me diz qual é o teu estoque de barra de sabão ecológico. (GENI, mensagem WhatsApp, 27.09.2017)

O pedido acima demonstra que práticas do empreendedorismo de resistência se organizam a partir de outras lógicas operatórias (CERTEAU, 2014), diferentes dos aspectos competitivos e egoísticos do empreendedorismo clássico (SCHUMPETER, 1997). Parcerias com pontos de venda, participação em feiras, vendas de porta em porta, vendas sob encomenda são as muitas práticas do tipo tático utilizadas pelas empreendedoras de resistência para obtenção de vendas no cotidiano do seu empreendedorismo de resistência.

Um atributo importante que o produto carrega é a visão sustentável. Em 2017, conforme relato abaixo, podemos perceber a relevância do impacto ambiental das práticas de produção de sabão ecológico da REMES e a importância dessas práticas para o movimento.

31/08/2017 10:00 - Geni: Nosso carro-chefe está sendo o sabão ecológico, já transformamos mais de 7 mil litros de óleo saturado em sabão ecológico, gerando renda para famílias em situação de vulnerabilidade social e é a nossa moeda da viúva, porque é o que mantém o projeto, é o que está dando sustentabilidade à ação. (GENI, mensagem WhatsApp, 31.08.2017)

Apresento em seguida as práticas empreendedoras relacionadas à ecoarte. Assim como nas práticas do sabão ecológico, cujo produto permite múltiplas apresentações, a ecoarte abrange um sem número de possibilidades de uso da *métis* empreendedora. Um dos materiais mais interessante e com múltiplas possibilidades de aplicação são os filtros automotivos.

#### 4.2.1.2 As práticas da ecoarte

Os filtros surgiram na vida de Lia, uma das fundadoras da REMES, como um presente. Um cunhado, motorista de ônibus, trouxe certa vez a sua casa filtros automotivos descartados. A *métis* atenta dessa empreendedora-artesã percebeu no filtro uma série de oportunidades: pufes, luminárias, bolsas, pastas de documentos, aplicações em telas pintadas e até o pavão misterioso, membro da literatura de cordel nordestina (Rezende, 2000), uma narrativa de cunho coletivo que vem sendo contada e recontada por inúmeros coautores anônimos e reflete a comunicação e a cultura do homem comum no decorrer do tempo e da história (BENJAMIN, 1994):

Toda vida que eu pegava um filtro eu achava que ficava bacana um pavão, essa ideia não me saía da cabeça. Ele [o filtro] vem todo montadinho assim. Quando a gente abre assim olha [abrindo um filtro de carro] só dá para gente imaginar um pavão. Só dá para visualizar um pavão. Aí, quando eu fiz, todo mundo gostou e eu também gostei. (LIA, entrevista em vídeo, 06.11.2016)

A percepção, no filtro automotivo, preso e cerceado, dos contornos de um animal polimorfo, plebeu e nobre no recolher ou expandir de sua cauda, *o pavão misterioso*, e, junto com ele, a oportunidade de retirá-lo do mundo do descarte para trazê-lo ao mundo da arte representa a essência do que dizem Detienne e Vernant (2008, p.11, grifo nosso) quando definem a *métis*, no presente caso, a empreendedora:

“uma forma de pensamento, um modo de conhecer; ela implica um conjunto complexo, mas muito coerente, de atitudes mentais, de comportamentos intelectuais que combinam o faro, a sagacidade, a previsão, a sutileza de espírito, o fingimento, o desembaraço, a atenção vigilante, o senso de oportunidade, habilidades diversas, uma experiência longamente adquirida; ela se aplica a realidades fugazes, móveis, desconcertantes e ambíguas, que não se prestam à medida precisa, nem ao cálculo exato, nem ao raciocínio rigoroso”.

Na visão de Certeau (2014), essas são práticas do tipo tático, conduzidas pelas heroínas ordinárias que fazem a REMES, para abrir espaços e cortar caminhos na batalha pela resistência diária que forma seu cotidiano. São as bricolagens e os golpes, que vão dando forma a uma *métis* empreendedora atenta.

Além dos produtos oriundos dos filtros automotivos, as remistas, numa prática de sustentabilidade permanente, estão sempre atentas a novas possibilidades de usos dos materiais descartados que encontram. Ao andar pelas ruas do bairro, enxergam nos descartes,

lançados ao acaso, oportunidades. Nas muitas visitas que fiz às remistas, sentei-me, muitas vezes, em bancos e cadeiras que foram recuperados ou construídos, total ou parcialmente, de materiais encontrados na rua. A *métis* não para, porque a necessidade também não diminui.

No âmbito das práticas da ecoarte, além dos itens fabricados a partir dos filtros automotivos, identifiquei:

1. bolsas de evento feitas a partir de *banners* e tecidos de sombrinha descartados;
2. bonecas de retalhos de tecido;
3. tapetes de retalhos de tecido;
4. depósitos de margarina ou sorvete reciclados como potes decorativos;
5. brinquedos feitos a partir de embalagens de desodorante, material de limpeza, garrafas pet e iogurte;
6. quadros em diversas técnicas de pintura aplicados em materiais como lona de freio automotivo, antenas parabólicas, telas de computador, CDs, discos de vinil, etc.;
7. capas de almofadas feitas de fuxico;
8. uma linha de roupas de cama – Retalhos da Vida – produzida a partir de retalhos;
9. mandalas construídas a partir de restos de madeira;
10. bijuterias feitas de retalhos e outras miudezas descartadas.

Novamente a ação da *métis* empreendedora se faz presente em uma prática contínua de metamorfose, retirando do descarte, muitas vezes encontrado na rua, possibilidades renascidas, fontes de esperança, renda e dignidade.

Assim como nas práticas para produção de sabão ecológico, faz parte das práticas relacionadas à ecoarte a realização de oficinas para troca de saberes em um processo de ensino-aprendizagem. As práticas de capacitação representam uma oportunidade de ampliar não só a rede de mulheres empreendedoras da REMES, como também as práticas relativas ao uso e criação de produtos a partir dos resíduos, além de fortalecerem a autoestima das mulheres empreendedoras. Adicionalmente, as oficinas podem representar uma oportunidade de remuneração para as mulheres que conduzem os eventos quando demandados por parceiros públicos ou privados. São os golpes do tipo tático junto aos senhores de poder.

Nas práticas relativas ao reuso para a ecoarte, identifiquei praticamente as mesmas práticas que envolvem a produção do sabão ecológico:

- a) práticas relacionadas à obtenção dos itens para reuso;

- b) práticas relacionadas à coleta dos itens;
- c) práticas relacionadas ao armazenamento dos itens;
- d) práticas para produção;
- e) práticas para venda.

Do mesmo modo que a disponibilidade de óleo é anunciada no *WhatsApp* para quem queira, a obtenção de produtos diversos como retalhos, garrafas pet, tecidos de sombrinha ou *banners* também é anunciada para aquelas que desejam executar suas práticas de produção. Acredito que os relatos acima demonstram as práticas do que venho definindo como *métis* empreendedora no empreendedorismo de resistência.

Concordando com Johannisson (2014) e, ao mesmo tempo, respondendo à questão lançada na Introdução (*Seria a prática da métis empreendedora um construto mais adequado para o exame do empreendedorismo de resistência do que o conceito de oportunidade?*), visualizamos nas muitas práticas da REMES as práticas da *métis* empreendedora. Ela é fluida, polimorfa, fugaz, customizada, opõe-se à racionalidade das oportunidades defendida por Schumpeter (1961; 1997) e envolve a luta, a paixão, a emoção, o humor, as improvisações.

Passo a seguir a apresentar as heroínas da prática empreendedora de resistência da REMES. Não tenho pretensão de apresentar todas, por isso escolhi cinco delas como representantes do universo remista, a fim de ilustrar quem são as heroínas desse cotidiano.

#### 4.2.2 As heroínas da prática empreendedora de resistência

Começo falando de Lia. Consegui com ela um acesso relacional e, ao longo dos quase quatro anos de pesquisa, construímos uma relação baseada em integridade, verdade e respeito recíproco, com características de médio e longo prazo, que acabou extrapolando a esfera da pesquisa (CUNLIFFE; ALCADIPANI, 2016).

##### A artista da comunidade

Lia é a *artista da comunidade*. Tem um dom para as artes que se manifesta desde a infância. Nas proximidades da sua casa, vivia um artista plástico da cultura cearense que pintava no terraço, e ela, da rua, não cansava de admirá-lo.

Cresceu para tornar-se empreendedora do ramo de confecções, mas seu lado artístico sempre esteve presente nos panos de prato pintados à mão ou nos vestidos customizados.

Após uma crise, sua confecção fechou, foi quando encontrou a REMES e se conectou com as oportunidades das práticas da sustentabilidade.

Tem um ateliê de pintura em casa, em que passei muitos momentos ricos de histórias de vida compartilhadas. Sua arte se espalha na casa inteira, desde o mural pintado no muro da rua até um quarto que parece um baú de tesouros, cheio de quadros pintados por ela. Aliás, esse ateliê tem muitas histórias.

Sua arte já extrapolou o Brasil. Com sua sensibilidade, pintou o quadro da infância de uma cliente, que vive na Alemanha, a partir de algumas fotografias antigas, fazendo-a reviver momentos felizes há muito esquecidos. Emoções profundas são trazidas à tona quando as práticas artísticas encontram meios de suprir vazios deixados na memória. Eu mesma não resisti a um quadro que me trouxe a lembrança da rua da casa dos meus avós, na cidade onde minha mãe nasceu, Batalha no interior do Piauí. Estava em exposição no Centro Cultural do Banco do Nordeste, perto do Natal de 2017, numa feira conduzida pelas mulheres empreendedoras da REMES. Quando estive lá, Lia e sua irmã tomavam conta do estande da REMES e aproveitavam para praticar a arte. Velhas gavetas de antigas mesas de trabalho viraram quadros que retratavam a paisagem nordestina. Trouxe um deles também para casa.

Lia mora na Serrinha há bastante tempo. Seu pai era vereador e são muitas as histórias das vezes em que ele abrigou em casa mulheres, vítimas de violência doméstica. Oferecia abrigo, alimento e, muitas vezes, oportunidades de saírem dessa situação. É casada com o Paixão e tem um casal de filhos. A história de sua filha aprofundo no capítulo que trata do feminismo decolonial. Lia acompanhou as mudanças no bairro, a ocupação da região. Preocupa-se, atualmente, com o aumento da violência e escassez de oportunidades, principalmente para os jovens.

É uma das grandes fomentadoras das práticas da REMES, com uma *métis* ativa, criativa, enxergando, pelo olho da arte, o que ninguém viu ainda. Uma das práticas desenvolvida por ela, para que encontremos o artista que mora dentro de nós, são as telas colaborativas. A partir de um esboço bem simples, as pessoas são convidadas a exercitar o artista em si. Uma tela colaborativa foi pintada no PPGA da UECE e finalizada pela Lia. Fica atualmente na secretaria do programa.

A empresária da reciclagem

Uma das primeiras mulheres empreendedoras a se unir à REMES foi Selma, que está com elas desde 2006. É lindo de ver seu olho brilhando ao se declarar empresária do ramo de reciclagem. Ninguém melhor que ela mesma para contar sua história a partir da pergunta “o que mudou na sua vida depois da REMES?”.

- Eu me via muito parada, sem ação, não tinha esse espírito de empreendedorismo. Hoje eu me sinto realizada com isso, eu mudei tudo, meu interior, minha autoestima foi lá para cima. Hoje eu sou comunicativa, eu não era assim comunicativa, [não tinha] esse momento de compartilhar as histórias. O prazer de estar tudo junto, eu fico muito feliz quando estou em um momento desses [reunião da REMES]. Sempre dou graças a Deus por estar aqui.

- O que gosta mais?

- A alegria, eu sou uma pessoa muito alegre e sou humana. Antigamente eu também era, mas hoje eu sou mais desprendida. Eu não tinha atitude. Eu trabalhei no comércio durante 19 anos e quando eu saí do comércio eu não fiquei com depressão, mas fiquei muito angustiada. Eu dependia do meu marido e ele nunca foi um homem de chegar muito junto. E aí me perguntei: o que eu vou fazer? E foram aparecendo as oportunidades e eu fui me encaixando. Hoje eu tenho a reciclagem, onde eu vejo, se eu passo na rua, eu pego. O planeta fica feliz porque a gente vai reciclando. E trabalho também, o meu forte é festas. Trabalho com aluguel de equipamentos de festas.” (Selma, entrevista em vídeo, 24.09.2018)

Selma também é cantora, participa de corais das redondezas e gosta bastante de se apresentar. Como todas as mulheres da REMES, também tem suas dores, fruto de um modelo de sociedade patriarcal, na qual o marido administra o patrimônio familiar. A REMES foi sua oportunidade, seu escape. Por meio das práticas da REMES, Selma resiste a uma série de práticas de opressão impostas a ela: um marido “que não chega junto”, a angústia, a baixa autoestima, a escassez de recursos, o cerceamento dos seus talentos.

#### A empreendedora-professora

Com 95 anos de idade, Vó Luiza, como é conhecida por todos, demonstra suas práticas artísticas empreendedoras por meio das suas bonecas. Vó Luiza é bonequeira. Também é professora das novas remistas, a quem pacientemente ensina a arte de bonecar e outras habilidades manuais. Ela é sogra da Lia, por isso o Caju da Sogra (Foto 5) que foi destinado ao Museu do Caju, em Caucaia, região metropolitana de Fortaleza.

Suas tapiocas são famosas, quase tão famosas quanto seu trabalho com retalhos. A dedicação ao trabalho, apesar da idade avançada, chama atenção de diversos públicos. Nos últimos seis meses, Vó Luiza foi protagonista de duas matérias de TV: em 02.05.2019 na TV Diário, com sua arte de bonecas, e no dia 26.07.2019 no SBT, em homenagem ao Dia das Avós.

Vó Luiza traz para a REMES memórias de outros tempos, um saber-fazer envolto em uma memória prática trazida da sua infância. Serve de espelho e inspiração, é ativa, senhora de si. Rema nas artes – na pintura, nas bonecas, na vida.

#### A vendedora de sabão

D. Maura, 74 anos, é conhecida na Serrinha. Todo mundo que precisa de sabão ecológico sabe que pode ligar para ela. Ela não produz, mas vende em média 100 barras de sabão por semana, adquirido de outras remistas.

Mora no terceiro andar de sua casa, que foi sendo ampliada na medida da necessidade dos filhos e netos. A venda de sabão REMES complementa a renda familiar e a aposentadoria e gera ocupação no seu dia a dia. D. Maura não participa do grupo do *WhatsApp*, mas sua história transita por lá contada por muitas. Para elas, D. Maura é um exemplo de disposição, empreendedorismo, coragem. Nas palavras do grupo, “D. Maura é uma guerreira!”

Se falamos em empreendedorismo de resistência, faz muito sentido que aquelas que o praticam sejam chamadas de guerreiras, lutadoras, batalhadoras, heroínas, enfim, remistas. São adjetivos que retomam a luta, o combate, mas também a paixão, o respeito, a admiração.

São mulheres que, apesar das opressões, buscam permanentemente alternativas por meio de um empreendedorismo de resistência.

Maria Flor, a boneca nordestina

“Ora vejam só Maria Flor  
Tem muita história pra contar  
São histórias do trabalhador  
E da cultura popular  
É o pescador que lança a rede no mar  
Ou o vaqueiro a cavalgar  
É a mulher que faz a rede no tear  
Ou a que gosta de pintar, ah ah!!!”

(música tema da boneca Maria Flor,  
composição de Rosa Ribeiro e Rubem Gordim,  
17.07.2019)

Maria Flor é uma boneca de verdade, personagem interpretado por Geni, uma das fundadoras da REMES. Ela se faz bastante presente nas atividades da REMES nas escolas e nos eventos culturais, mas também participa das atividades empreendedoras.

Maria Flor conta as histórias dos nordestinos, ou seja, outros “com-textos” para as crianças: “*Ela conta a história das lavadeiras, dos vaqueiros, das engomadeiras, ela conta a*

*história das donas de casa, da água do pote, do brincar saudável*”(notas de campo). Promove, nesses espaços, novos espaços para (r)existência ao contextualizar as histórias das crianças, das professoras, dos pais, em uma reconstrução das teias de significados que formam a cultura do lugar (Geertz, 1989). Na oportunidade, como pontuado por Vachhani e Pullen (2019), criam condições para o combate da ignorância e da violência contra a mulher, inclusive para as próximas gerações.

Geni, turismóloga de formação, percorreu um longo caminho que foi gerando bagagem para sua atuação junto à REMES. Tem um vínculo forte com as atividades das Pastorais da Igreja, onde articula várias atividades das remistas. Os movimentos sociais, as campanhas para eleição de representantes locais, o trânsito junto a entidades públicas e privadas na busca por parcerias são alguns dos locais onde sua prática é exercida.

Ela também conduz muitas oficinas em Fortaleza e no interior do estado do Ceará, divulgando o que ela define como o empreendedorismo criativo da REMES. Seu entusiasmo é contagiante, assim como sua capacidade de articulação. Cabe a ela a romaria entre os diversos parceiros públicos e privados que são alcançados pelas práticas da REMES. Ela também é presença constante em eventos sobre sustentabilidade, nos quais apresenta os casos de sucesso remistas.

03/09/2017 15:16 - Geni: É muito emocionante, Magda, entrar no Museu do Caju e ver as intervenções de contribuição REMES. O cajueiro feito com retalho pela Diana Fiuza, os jarros ecológicos, agora a luminária da Onda, quadros, a negra do Congo representando o caju que eu pintei, é muita emoção a gente entrar nesse espaço e saber que estamos contribuindo com ele, sem contar que hoje foram 100 bolsas de sombrinha vendidas assim que eu cheguei, e vamos ter uma matéria da TV Diário. Cara, muito show.” (Geni, Mensagem no WhatsApp, 03.09.2017)

Ao discorrer sobre as heroínas do empreendedorismo de resistência, minha intenção é demonstrar como as diferentes teias de significados individuais, movidas por práticas imemoriais reunidas por meio de um saber local, se juntam para dar corpo à REMES (CERTEAU, 2014; GEERTZ, 1997, 2018).

É possível perceber que, apesar de uma base comum, o desejo de gerar renda por meio das práticas empreendedoras, o empreendedorismo de resistência, congrega formas e sentidos diferentes e diferentes interpretações para cada uma de suas remistas.

Discorrer sobre as heroínas do empreendedorismo, ao contar fragmentos de suas histórias a partir dos seus próprios relatos, torna-se uma prática que abre espaço para muitas outras.

### 4.2.3 A (re)união em redes solidárias empreendedoras

O sentido de (re)união no título deste item é demonstrar que essa união acontece frequentemente, sob diferentes óticas e em diferentes lugares. Visando dar conta dos aspectos das redes solidárias empreendedoras, formada por mulheres, entendi ser mais didático separar suas práticas em dois grandes grupos. O primeiro envolve as práticas das redes solidárias relacionadas ao empreender propriamente dito. O segundo está relacionado aos laços de solidariedade que se manifestam no âmbito das práticas empreendedoras, mas envolvem também práticas de afeto e ressonância no contexto de opressões em que se encontram as remistas. Reforço que a separação é meramente didática, para facilitar a compreensão. No cotidiano dessas mulheres, tais práticas estão imbricadas umas nas outras.

Certeau (2014) e Medina (2013) discutem o *fazer com* e a *ética da tenacidade*, oriunda da *economia do dom* como uma teimosia em resistir, ou negar, à ordem estabelecida das coisas: “o estatuto de lei, de sentido ou de fatalidade” (CERTEAU, 2014, p. 83). A ordem estabelecida das coisas destina a mulheres do perfil das remistas empreendedoras um lugar de invisibilidade, um discurso silenciado, uma ausência nas pautas, prioridades e práticas. Mesmo nos estudos de empreendedorismo, as empreendedoras estão relegadas aos espaços subalternos e o subalterno, dificilmente, pode falar (Spivak, 2014). As práticas microscópicas, realizadas por heroínas empreendedoras no movimento de resistência, são frequentemente invisíveis ao mundo das pesquisas, mas podem responder às seguintes questões: “*seria este um organizar em rede como locus para o empreendedorismo feminino de resistência no sentido que se propõe para esta tese? Por meio de que práticas empreendedoras de resistência essas mulheres se encontram (re)unidas?*”

No exame dessas práticas, identifiquei dois grandes grupamentos que se abrem em outras práticas. O primeiro grupamento envolve práticas empreendedoras que se organizam por meio da solidariedade feminista para atuar nas batalhas para a superação de uma miríade de limitações e dificuldades. Possuem natureza empática e o auxílio advém de uma compreensão profunda do que é estar naquela situação: fome, doença, ausência de recursos, etc. Todas têm a perfeita compreensão de como é importante produzir e vender as mercadorias. Assim, de todas as formas possíveis, estão juntas por meio de práticas que visam fortalecer a atividade empreendedora umas das outras.

O segundo grupamento de práticas, na minha percepção, possui uma natureza transformadora subjacente. Em que pese ser o empreendedorismo a mola propulsora, as conexões se estabelecem por meio de um desejo profundo de construir novas oportunidades e

novos estados de consciência de si e dos outros. Atuam na autoestima, na construção de oportunidades, no afeto e na ressonância (VACHANI; PULLEN, 2019). Nesse conjunto de práticas, a ação feminista é percebida nas lutas que visam à conquista de direitos e espaços para as mulheres atuantes na REMES.

## I. **Práticas empreendedoras baseadas na solidariedade feminista de natureza empática**

1. **Práticas solidárias de compartilhamento de recursos.** A produção artesanal na REMES depende, essencialmente, de doações. Ao recebê-las, a primeira prática da remista é avaliar quanto daquela doação ela conseguirá usar na sua produção para os próximos dias; a segunda, é compartilhar o excedente. É a solidariedade como revanche (Certeau, 2014), na qual os recursos são colocados à disposição da outra sempre que são “excedentes”. Ao invés do modelo competitivo do empreendedorismo schumpeteriano, no empreendedorismo de resistência as práticas envolvem uma solidariedade ativa. Os fragmentos de mensagens do *WhatsApp* transcritos abaixo permitem vislumbrar como tais práticas se organizam.

“31/08/2017 20:53 - 0506: Ei, amiga, eu quero agora me encontrar contigo. Recebi a doação agora de uns bicos de quase meio palmo. E eu acho que serve para você, deixei uns aqui, levei uns para o B., deixei uns aqui para você.”

“29/09/2017 10:31 - Geni: Atenção, remistas, olha só a quantidade de retalho que nós estamos doando para quem está fazendo os trabalhos com retalho. Cris, você ainda está precisando? A gente tem esse aí e muito mais, pode preparar um caminhão para ir buscar retalho. Quem tiver interesse é só deixar aqui que eu passo o endereço para ir pegar. Vamos remando.”

“26/01/2018 20:06 - 8241: Se tiverem doação de feltro me avisem por gentileza.”

2. **Práticas solidárias de logística.** Transporte e armazenamento são dois desafios nas práticas remistas. Poucas remistas dispõem dos próprios veículos e as casas, normalmente, não têm muito espaço sobrando. Recolher as doações e redistribuí-las requer práticas de organização para otimizar os recursos.

“11/01/2018 18:06 - Geni: A propósito Cris, consegui o carro. Acho que no mesmo dia que eu pegar o material aí, quero pegar lá no Tancredo, porque assim a gente já partilha, não é amiga? Um beijo.”

16/11/2017 15:06 - 5030: [...] então a gente está fazendo uma campanha de alimentos, aonde a pessoa quiser doar qualquer coisa, nós estamos com um carro para ir buscar. Não só alimentos, mas roupas, móveis, tudo que você achar nessa época, que é a época do descarte, do Natal.”

08/02/2018 16:32 - 7180: Geni ia passando em uma sublimação e peguei as folhas, eles amassam tudo e jogam fora. Disseram que não têm como guardar, mas se alguém ficar pegando na hora que vai fazendo o trabalho dá certo. São lindas, quando eu chegar posto para você ver. Vamos 🧑🏻‍🔧 🧑🏻‍🔧 🧑🏻‍🔧 🧑🏻‍🔧.“

3. **Práticas solidárias de precificação.** Uma das grandes dificuldades das empreendedoras de resistência é precificar seus produtos. Acostumadas a trabalhar para as fábricas de confecções, recebendo por peça confeccionada, é difícil identificar quanto custa para produzir e por quanto pode ser vendido um produto. Nesse sentido, as práticas produtivas da REMES são de grande utilidade. Durante o processo produtivo ficam claras questões de custos e preço de venda.

*01/10/2017 09:42 - Geni: Eu fui chamada, e já tem uma proposta para gente fazer 200 bolsas de sombrinhas para um evento, então assim eu até já contactei as mulheres de Barreiras. E essas mulheres já vão ter um retorno, um retorno bom. A gente leva os panos de sombrinha e a linha e elas vão costurar. E elas vão ganhando 1,00 para cada bolsa que foi feita. Tem facção por aí que paga centavos por bolsas.” (Geni, Mensagem WhatsApp, 01.10.2017)*

Como se pode perceber, por meio dessa prática e da prática do sabão ecológico, a margem de contribuição dos produtos REMES gira em torno de R\$ 1,00. A encomenda vai gerar uma margem para as mulheres de R\$ 200,00. Isso reforça o pressuposto de que no empreendedorismo de resistência o que impulsiona é a necessidade.

Assim como D. Maura, que vende 100 barras de sabão por semana, apurando R\$ 300,00, com uma margem de R\$ 100,00, essas são mulheres que lutam pela sobrevivência cotidiana. Não são os ditames do capital que discutem acumulação e geração de riquezas que vão conseguir alcançar a prática empreendedora dessas mulheres.

4. **Práticas solidárias de vendas.** Muitas vendas realizadas pela REMES ocorrem em atividades como feirinhas em praças e locais públicos, exposições e eventos, inclusive empresariais. Como as práticas das muitas esferas da vida das remistas concorrem umas com as outras, às vezes, obrigações em outros eventos ou com a família impedem a participação de todas. Nessas situações, é interessante notar as práticas compartilhadas de vendas. As práticas de venda no empreendedorismo de resistência podem ser compartilhadas: uma leva a mercadoria da outra e se encarrega de vender.

“21/09/2017 09:33 - Geni: Lia pode se inscrever homem sim. Amiga estou é triste porque você não vai. Num primeiro momento vou me preparar para ir aí, vou só levar vassouras de garrafa, pet, varal, eu vou ficar mais nesses acessórios caseiros. E as tuas coisas é a Edilene que vai estar com a gente?”

Às vezes, no próprio local onde será o evento, há uma certa limitação de participantes, normalmente dois ou três por estande ou mesas. Novamente as práticas de vendas solidárias se fazem presentes. As remistas que têm produtos para expor enviam sua produção pelas outras que se encarregam de realizar as vendas.

Também fazem parte das práticas de vendas as micropáticas relacionadas ao compartilhamento de recursos financeiros, envolvendo o empréstimo de terminais móveis de captura de vendas no cartão e todas as práticas envolvendo o controle financeiro decorrente. De vez em quando, alguém anuncia no grupo: “*Precisamos de maquininha pra vendas...*”

**II. Práticas de solidariedade feminista baseadas no empreendedorismo de natureza transformadora.** Em que pese tais práticas envolverem a ação da REMES no fomento ao empreendedorismo, esse grupo de práticas solidárias carrega em seu bojo práticas de afeto e ressonância, atuando também na autoestima das remistas com implicações nas práticas de resistência.

1. **Práticas solidárias de apresentação de novos produtos.** É comum no grupo de *WhatsApp* a divulgação de produtos incorporados à prática empreendedora da remista ou a divulgação de produções que acabaram de ser finalizadas. São muitas fotos e vídeos de produtos recém-terminados e práticas que estão sendo incorporadas ao cotidiano dessa ou daquela remista pela primeira vez. São formas de conhecerem os produtos umas das outras e saber o que é possível mobilizar em caso de necessidade para algum evento ou feira.

Normalmente a apresentação é feita por uma fotografia, seguida da descrição dos materiais utilizados ou do modo de fazer. Nessas apresentações, temos práticas de reconhecimento e práticas que envolvem a elevação da autoestima das remistas. São os primeiros passos para o organizar dos laços afetivos da solidariedade feminista. Afeto, ressonância, identificação são impulsionados e examinados sob os diferentes “contextos”(MEDINA, 2013; SPICER; BÖHM, 2007; VACHHANI; PULLEN, 2019). São os textos das que se mostram e os textos das que percebem.

Todas essas práticas são reconhecidas e apreciadas no grupo em comentários com “*Mulherada show!!!*” ou “*Parabéns por tantos trabalhos lindos!*”. Os laços de solidariedade afetiva também são reforçados pelos emojis, a linguagem virtual favorecida pelo uso do aplicativo. As conquistas, em suas várias formas, são aplaudidas. Os produtos novos são objeto de surpresa e admiração. Aspectos que envolvem a autoestima e a alegria são celebrados com beijos, gratidão e corações (KOIVUNEN, 2001).

2. **Práticas solidárias de capacitação.** As práticas da capacitação são bastante frequentes na REMES, visto que os produtos estão sempre se renovando ou novos talentos são incorporados às práticas de vendas já existentes. As mídias sociais, notadamente o YouTube, são fontes quase inesgotáveis de novidades.

Dentre as práticas solidárias de capacitação, identifiquei dois grandes grupamentos:

- a. **Práticas solidárias para aprender fazendo junto.** As oficinas de capacitação são presenciais e ocorrem geralmente em grupos de 20 a 30 mulheres, normalmente à noite ou em um dos turnos durante o dia, pois os afazeres domésticos precisam ser finalizados e eles têm prioridade. “*Só posso ir depois que deixo o almoço pronto*” ou “*Tenho que pegar meus filhos (netos) na escola primeiro*”. São conduzidas por aquelas remistas com mais prática na produção de determinado item.

Segundo as facilitadoras da REMES, é muito importante que as práticas de oficinas do grupo sejam presenciais para alcançar as mulheres de uma forma que as redes virtuais não conseguem:

“Quer dizer, na internet tem como fazer sabão, mas as pessoas, elas querem o contato, elas querem a pessoa [...] principalmente pessoas que não têm muito esclarecimento. Por exemplo, eu, você, a gente vai e têm essa habilidade de lidar com o virtual, mas elas não. Muitas vezes a dona de casa não tem como fazer. Elas têm medo. Muitas vezes elas são analfabetas. Então, a gente chega lá é para levantar mesmo.” (Lia, entrevista em vídeo, 06.11.2016)

Muitas dessas oficinas são conduzidas sem remuneração para as remistas. Então, quem as impulsiona a fornecer o contato, a “levantar”, a auxiliar a diminuir o medo é a resistência, a

solidariedade, a compreensão de que aquela dor também é dela e que há algum tempo atrás ela encontrou na REMES um ponto de alívio dessa dor. É a maturidade, que parte das remistas já alcançou, para compreender que a luta, a batalha, a resistência dependem de um coletivo de mulheres. Quanto mais mulheres, maior o alcance da luta. Existe para elas um aprendizado de que o empreendedorismo de resistência, baseado na visão sustentável, abre portas para uma série de superações.

- b. **Práticas solidárias de “terapia ocupacional” e descoberta de talentos.** As práticas solidárias de ressonância e afeto são essenciais para a criação de um sentimento de coletividade que propiciará a construção de uma solidariedade afetiva entre os membros do grupo (CERTEAU, 2014; HEMMINGS, 2012; SPICER; BÖHM, 2007; VACHHANI; PULLEN, 2019). Assim, além das práticas voltadas às ações de empreender, a rede também é um espaço onde se compartilham as práticas de opressão enfrentadas especificamente pelas mulheres e que envolvem a violência física e psicológica, o rebaixamento da autoestima, o sexismo, a violência doméstica:

“Às vezes, tem mulheres com problemas de depressão e às vezes chegam aqui desorientadas. Marido desempregado, marido que bebe, casos de violência doméstica também e às vezes chegam assim sem esperança e a gente dá uma conversada tipo essa que a gente está fazendo aqui. Elas desabafam, choram, e a gente acaba envolvendo os pincéis e depois tudo acaba bem [risos]. E às vezes elas chegam e dizem: “eu até fico emocionada porque eu não sei nem o que é que eu digo quando chegar em casa, porque ninguém vai acreditar que eu fiz isso. Eu acho assim, isso é a transformação, as pessoas precisam disso.” (Lia, entrevista em vídeo, 06.11.2016)

A respeito da pergunta de Calás, Smircich e Bourne (2009) sobre o que as mulheres constroem sob o manto do empreendedorismo, fica uma possível resposta: elas constroem redes solidárias com uma miríade de práticas que lhes permite resistir. Essas práticas solidárias constituem uma oposição às relações de gênero, por meio das quais as empreendedoras de resistência desafiam a ordem estabelecida das coisas, golpeiam o destino e se lançam efetivamente nas trocas que têm a generosidade como revanche (CERTEAU, 2014).

A fala de Geni, fundadora da REMES, resume o que são as práticas solidárias no contexto das remadas remistas:

“11/09/2017 15:12 - Geni: Gente esse grupo é uma benção. Pense numa mulherada show. Essa soma de ações, essa vontade de ser solidário com o outro é muito bom,

gente. Hoje mesmo foi muita gente se encontrando, somando ações, é muita emoção essa REMES. Show de bola gente. Olha aí amiga, de repente já é um emprego, né? Show. Beijo” (Geni, mensagem WhatsApp, 11.09.2017).

Uma das questões propostas por esta tese é “*Qual o papel do afeto nas práticas da rede solidária organizada na REMES?*”. Pude perceber o afeto em cada uma das etapas relacionadas às práticas empreendedoras e de solidariedade feministas. Mas o afeto incondicional, representado pela identificação com uma outra, que pode inclusive não ser conhecida ainda, está presente com muita intensidade nas práticas de solidariedade feminista, baseadas no empreendedorismo, de natureza transformadora. Muitas dessas ações ocorrem a partir desse afeto, do desejo de ajudar, de oportunizar a outras mulheres práticas cheias de significado e poder de transformação. É uma contribuição para a lacuna apontada por Daskalaki, Hjorth e Mair (2015) acerca da necessidade de estudar o papel do afeto nas práticas empreendedoras instaladas em comunidades.

A última dimensão do modelo conceitual proposto refere-se à capacidade de sonhar. Assim, passo a identificar as práticas das remistas por meio das quais pude capturá-la.

#### 4.2.4 A capacidade de sonhar: *resistant imagination*

Medina (2013) nos fala sobre a dificuldade dos indivíduos de se imaginar em contextos fora da opressão. No âmbito da epistemologia da resistência, uma das habilidades mais importantes é a *resistant imagination*. O sonho é a motivação das práticas de resistência. As remistas têm sonhos grandes e sonhos pequenos.

Os menores estão relacionados a conseguir matricular o filho em um curso profissionalizante para que ele consiga alcançar um futuro melhor ou ter o recurso para esse deslocamento entre a casa e o curso. Dessa forma, as remistas usam suas práticas empreendedoras para lutar contra um *status quo* que aprisiona a ela e a sua família em um mundo do qual querem sair.

Algumas remistas sonham em encher o carrinho do supermercado e afastar a fome por um mês inteiro ou com a independência financeira que lhes permitirá escolher o que comprar. Junto com essa independência, sonham com um poder familiar que lhes foi negado. Ao assumir as práticas de provedoras, subvertem a ordem estabelecida e pode lhes ser permitido falar (CERTEAU, 2014; SPIVAK, 2014).

Algumas remistas sonham com suas práticas empreendedoras, em como elas podem melhorar:

“30/10/2017 09:05 - Geni: *Você é show Oneida. Uma mulher empreendedora até dormindo. Os sonhos são sempre empreender. Gratidão amiga, estamos juntas.*” A luta é permanente e no inconsciente do sonho a *métis* empreendedora continua ativa na busca das oportunidades (CERTEAU, 2014; DETTIENNE; VERNANT, 2008).

Outras sonham com a implantação do Memorial do Vaqueiro, espaço no qual a cultura do vaqueiro permanece viva e gera renda. “10/03/2018 10:22 - 7390: *Parabéns Chico Neto! E a Geni, REMES...que agora tem mais um lugar e sonho conquistado!*” (Remista 7390, WhatsApp, 01.05.2018) É a reconstituição do lugar de fala, das memórias ancestrais, de uma oralidade que busca novas gerações para manter tradições que o pensar global busca manter esquecidas. O Memorial do Vaqueiro lança na imaginação das remistas possibilidades de novos lugares de ação, mas também resgata a importância de um pai ou um avô que trabalharam na lida.

Outras sabem que as práticas do empreendedorismo de resistência têm um objetivo maior para as heroínas empreendedoras, o qual envolve a luta de guerreiras, as batalhadoras do cotidiano, tanto que no Dia do Trabalho se lembram de fazer o registro: “01/05/2018 11:33 – remista 0947: *Parabéns a todos os guerreiros e guerreiras que, faça chuva ou faça sol, se levantam diariamente em busca [luta por] de um futuro melhor!*”

Assim, a resposta à questão *A “resistant imagination” está presente no empreendedorismo de resistência enquanto prática?* é não, a capacidade de sonhar se instala na medida em que avançam no aprendizado, nas parcerias. Por meio da REMES, as empreendedoras começam a superar a *resistant imagination*, ou seja, a dificuldade de se imaginar em uma realidade diferente.

As imagens a seguir buscam ilustrar as práticas do empreendedorismo de resistência e visam dar concretude às argumentações aqui apresentadas.

**Foto 9 - Produtos em Exposição na Casa/Ateliê da Lia**



Fonte: elaborado pela autora

**Foto 10 - Geni e Lia Fundadoras da REMES**



Fonte: elaborado pela autora

**Foto 11 - Oficina de Sublimação**



Fonte: elaborado pela autora

**Foto 12 - Anúncio - Oficina de Turbanteria**



Fonte: elaborado pela autora

**Foto 13 - Início do Projeto de Tela Colaborativa no PPGA/UECE**



Fonte: elaborado pela autora

**Foto 14 - Tela Colaborativa Finalizada e Instalada na Secretaria do PPGA/UECE**



Fonte: elaborado pela autora

**Foto 15 - Venda de Brinquedos Sustentáveis**



Fonte: elaborado pela autora

**Foto 16 - Maria Flor nas Escolas**



Fonte: elaborado pela autora

#### 4.2.5 Reflexões para os estudos de empreendedorismo no Brasil

Após o exame das práticas da REMES em diferentes aspectos do fazer empreendedor, reflito doravante acerca de como a formulação desta tese, envolvendo a problematização e os achados de campo, podem contribuir para o avançar dos estudos de empreendedorismo.

##### As Empreendedoras da resistência

A Introdução desta tese discute como o empreendedorismo de resistência vem sendo, de certa forma, negligenciado, invisibilizado nos estudos de empreendedorismo como um todo. Existe um cuidado dos pesquisadores de, ao problematizar o campo, deixar claro que, ainda que estejam falando de empreendimentos de pequeno porte, se trata de empresas formais. Em termos de estudos sobre o empreendedorismo, conhecemos muito pouco sobre a vida e as origens dos nossos empreendedores de resistência, principalmente no âmbito dos estudos organizacionais.

É muito difícil questionar, compreender, criticar aquilo que não se vê. A ação de não ver, contudo, acomoda interesses, mantém um determinado *status quo*, privilegia grupos e gera a falsa sensação de justiça, tratada por Medina (2013). Assim, avalio como extremamente relevante ampliar a contribuição acadêmica, em diferentes aspectos, junto aos empreendedores de resistência, com especial atenção às mulheres que se dedicam ao empreendedorismo, objetivo desta tese.

Essas mulheres, cujas práticas empreendedoras são aqui descritas, assim como muitas outras espalhadas pelo Brasil e por todo o mundo, têm muito a ensinar a todos aqueles que atuam, aprendem e ensinam no âmbito dessas atividades. São histórias cheias de significados que permitem ampliar a compreensão de como a ação de empreender transforma vidas. Retomando Calás, Smircich e Bourne (2009), contar tais histórias nos permite cada vez mais compreender o que ocorre sob o manto do empreendedorismo. Além disso, representam as narrativas não contadas, silenciadas e inevitavelmente imbricadas ao nosso cotidiano e a nossa história desde o Brasil colonial, a que nos acostumamos a olhar sem ver. Às empreendedoras da resistência negaram-se educação, reconhecimento, espaço. Normalizar tal situação é continuar a lhes negar direitos básicos, como o direito de existir e ser reconhecida nas diferentes esferas da vida. É normalizar um capitalismo que extrai, principalmente dos mais pobres, oportunidades, força, esperança e radicaliza práticas patriarcais que violentam física e emocionalmente, reprimem, tolhem e desrespeitam de muitas maneiras.

Ao contar as histórias de Lia, Selma, Geni e de tantas outras, podemos perceber que se trata, verdadeiramente, de heroínas, lutando contra as forças da vida, que as (nos) oprimem de diferentes formas. Compreender histórias, origens, angústias, sonhos e perspectivas é fundamental para contextualizar o empreendedorismo de resistência e assim poder capturar o sentido de suas práticas. Sem conhecer suas origens e o seu porquê de existir é muito pouco provável que lhe atribuamos o seu real valor.

Os estudos organizacionais por muito tempo voltaram seu olhar às organizações, dando especial atenção às maiores. Apresenta-se aqui a organização de uma mulher só, no sentido de pensada e conduzida unicamente por ela ou junto com a sua rede. Tais organizações existem aos milhões. São organizações de cunho solitário em seus estágios iniciais ou de porte muito pequeno e suas micropráticas têm sido ignoradas, despercebidas ou, em algumas situações, avaliadas como inadequadas para o campo de estudo do empreendedorismo por não serem as legítimas representantes desse campo de estudos. Retomo, mais uma vez, o argumento de que tais empreendedores não são abrangidos pelos estudos schumpeterianos. Os estudos organizacionais e suas análises sobre práticas têm conseguido capturar tais empreendedores em pesquisas que utilizam Certeau (2014) como base teórica (CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014) ou em estudos que têm como pano de fundo o organizar das práticas artesanais (DAVEL; CORA, 2016). Contudo, a ciência do empreendedorismo ainda apresenta dificuldades em capturar tais movimentos, principalmente com um olhar deslocado para as questões que envolvem as mulheres e um tipo de empreendedorismo praticado, muitas vezes, por meio de improvisações. Essas mulheres precisam se manter atentas a todas as pequenas oportunidades presentes em seu cotidiano para resistir, um cotidiano cheio de desafios, opressões e dor, mas também cheio de pequenas alegrias e vitórias. Nesse cotidiano de batalhas, no qual cada dia pode representar uma conquista ou uma derrota, as práticas da *métis* se fazem presentes incessantemente, sendo ela a fonte de esperança, de um olhar atento. Em certo sentido, a *métis* fornece as armas para as batalhas.

Por um empreendedorismo feminista

Os estudos feministas não figuraram com todo o seu potencial na articulação com as práticas empreendedoras. Apesar da existência dos estudos sobre as mulheres empreendedoras, poucos levam em consideração uma base teórica que sustente a articulação feminista da pesquisa. Como consequência, o campo perde em criticidade, pois os estudos de

empreendedorismo no Brasil, no âmbito dos estudos organizacionais, tendem a refletir práticas e teorias utilizadas no Norte global.

Nesta tese, o olhar foi direcionado às mulheres e isso nos permite (a mim que escrevo e a todos os que leem) compreender como um empreendedorismo que empodera mulheres e, portanto, tem natureza feminista, se organiza em termos de práticas. Pesquisar esse tipo de empreendedorismo requer um olhar atento às sutilezas da fala e do comportamento.

São sutilezas que gritam nos silêncios que as aprisionam. São maridos que controlam, que tomam, que violam espaços, corpos, mentes. O mundo empreendedor não foi pensado para elas. Primeiro porque são mulheres, segundo porque suas atividades são muito pequenas. Nesse sentido, ser empreendedora é uma luta, uma resistência. Proclamar-se empreendedora é um desafio. Passo a passo, dia a dia, empreender é uma conquista para essas mulheres que traz reforço na autoestima, empodera, transforma física e psicologicamente. As remistas são mulheres que se amam ou estão em processo de construir esse autoamor. Desconheço estudos que associem empreendedorismo e autoestima, empoderamento. Os mais próximos disso são os que examinam as transformações realizadas pelo microcrédito, mas fica a pergunta: o que vem primeiro, o que é fundamental, o crédito ou a prática empreendedora?

A ciência empreendedora ainda não compreendeu que suas entregas vão além da captura da oportunidade. No empreendedorismo de resistência, as entregas são muito maiores do que o lucro, o reino ou a dinastia construída por “o” empreendedor. Nesse empreendedorismo feminista praticado pela REMES, o escopo das entregas é muito mais amplo e o benefício econômico é apenas mais um benefício, talvez um dos menos relevantes no que se refere à transformação e à mudança.

Esse empreendedorismo feminista tem, na sua prática, o propósito de empoderar mulheres que resistem. São alegrias, tristezas, vitórias e frustrações suportadas para construir um mundo melhor para si e seus filhos. A compreensão dessas práticas suscita novos caminhos para compreender o empreendedorismo: quais são os benefícios que a ação de empreender traz para a família? No empreendedorismo de resistência, podemos falar de milhões de coisas: escola, alimento, roupa, abrigo, exemplo, alternativas, coragem. Esse é um caminho a se percorrer.

Um outro caminho está na associação da compreensão da construção das transformações alcançadas por meio das microliberdades. No âmbito das microliberdades (MEDINA, 2013), capturadas na REMES, como práticas das remistas. temos a liberdade de utilizar o potencial criativo, a liberdade de ganhar e gastar o próprio dinheiro, a liberdade de ter autonomia em relação ao modelo patriarcal do casamento, a liberdade de resistir à

violência física e emocional, a liberdade de lutar por aquilo em que se acredita, a liberdade de sonhar. A principal pergunta seria: o que acontece quando as mulheres acumulam várias práticas de microliberdade? Esta tese não teve tempo de responder a essa questão.

Examinar o campo do empreendedorismo pela lente das perspectivas feministas é ampliar seu alcance, sua criticidade, seus benefícios, suas interações. O contingente de mulheres (24,8 milhões) que conduzem sua vida com suporte do empreendedorismo necessita que essa providência seja adotada com urgência.

#### As práticas de solidariedade imbricadas nas práticas empreendedoras

O estudo das redes não é novo no âmbito do empreendedorismo, principalmente das redes com base competitiva, que se unem para melhorar as condições de competição. Os laços fortes e fracos da rede de apoio ao empreendedor foram examinados na minha dissertação de mestrado (RIBEIRO, 2009). No entanto, na REMES, foram encontradas práticas diferentes, fundadas em laços de solidariedade baseados em ressonância e afeto (SPICER; BÖHM, 2007; VACHHANI; PULLEN, 2019).

Essa solidariedade é oriunda da partilha dos mesmos interesses e sentimentos, que suporta, dá apoio, irmana, une. No velho sentido do provérbio “a união faz a força”, esses laços de solidariedade viabilizam práticas que vão dar condições para superar uma série de opressões.

No processo de construção da tese, dividi em dois grupos as práticas solidárias empreendedoras e as práticas solidárias empreendedoras de natureza mista. Elas respondem à seguinte questão aqui proposta: *Por meio de que práticas empreendedoras de resistência essas mulheres se encontram (re)unidas?* Na minha compreensão, os dois grupos de práticas possuem naturezas complementares, mas distintas. Eu as reapresento, resumidamente, no Quadro 06.

**Quadro 6 - Tipos de práticas solidárias empreendedoras**

<b>Práticas empreendedoras baseadas na solidariedade feminista de natureza empática</b>	<b>Práticas de solidariedade feminista baseadas no empreendedorismo de natureza transformadora</b>
1 Práticas solidárias de compartilhamento de recursos	1 Práticas solidárias de apresentação de novos produtos
2 Práticas solidárias de logística	2 Práticas solidárias de capacitação 2.1 Práticas solidárias para aprender fazendo junto 2.2 Práticas solidárias de “terapia ocupacional” e descoberta de talentos
3 Práticas solidárias de precificação	
4 Práticas solidárias de vendas	

Fonte: elaborado pela autora

No primeiro grupo (Práticas empreendedoras baseadas na solidariedade feminista de natureza empática), temos as práticas mais voltadas para viabilizar as práticas empreendedoras em si, que envolvem aspectos característicos do funcionamento dos negócios. Contudo, as lógicas operatórias que movimentam essas práticas não estão ancoradas nas racionalidades comuns aos estudos de empreendedorismo. Elas não são impulsionadas pela competitividade ou pela visão do lucro. Elas vêm de uma conexão profunda entre as envolvidas e do desafio que Certeau (2014) define como a generosidade como revanche. Essas mulheres que praticam o empreendedorismo de resistência para existir compreendem as mais profundas camadas de necessidades umas das outras; compreendem a dor, as limitações, as imposições, a fome, o medo, a tristeza. É com esse espírito de “ninguém solta a mão de ninguém” que elas praticam sua solidariedade feminista empreendedora.

Seja qual for o desafio ou a limitação, elas vão em busca de formas de superá-lo. Formam alianças microscópicas (CERTEAU, 2014) umas com as outras e com outros atores que estão fora da REMES (em alguns momentos, eu fui a ponte conectando essas mulheres com doações, recursos, fornecedores, espaços, lugares de fala). Essa força coletiva auxilia na transposição de barreiras e o abraço no final do processo fortalece a sensação de vitória. As alianças microscópicas apresentam um bom potencial para os exames de empreendedorismo; as práticas solidárias empreendedoras impulsionadas por lógicas operatórias não econômicas também.

Mas existem as práticas solidárias empreendedoras de natureza mais profunda, que atuam em níveis mais sutis do empreender por resistência. Elas alcançam questões relacionadas ao afeto, comovem, sensibilizam e geram práticas transformadoras da autoimagem, da autoestima, do entendimento do que é ser uma empreendedora remista.

Essas práticas (já descritas anteriormente) fazem o outro se sentir percebido, notado, admirado, querido, capaz. Inseridas em um mundo de opressões que normaliza a inexistência de oportunidade para tornar as empreendedoras de resistência cada vez mais invisíveis, essas práticas fazem toda a diferença na vida das remistas. Avançar na compreensão do organizar das práticas de solidariedade feminista baseadas no empreendedorismo de natureza transformadora pode fazer toda diferença para aqueles que atuam no impulsionar da atividade empreendedora, principalmente para aqueles que concebem políticas públicas. Na percepção que o campo me trouxe, as primeiras são importantes, mas as práticas de empreendedoras de natureza mista são transformadoras.

#### O empreendedorismo do descarte

As práticas empreendedoras da REMES caracterizam-se como fortes impulsionadoras do reúso de materiais diversos, empregado por meio de práticas da *métis* empreendedora das remistas, na produção de itens diversos destinados à venda. Essa é uma elaboração desta tese construída a partir do campo, visto que não constava das proposições iniciais.

As práticas desse empreendedorismo, aqui chamado “do descarte”, são bastante presentes nas práticas do sabão ecológico, da ecoarte e das produções diversas que envolvem retalhos. Nesse empreendedorismo do descarte, cinco etapas são bem caracterizadas, conforme abaixo (a descrição consta no item 4.2.1 deste capítulo):

- a) práticas relacionadas à obtenção dos itens para reúso;
- b) práticas relacionadas à coleta dos itens;
- c) práticas relacionadas ao armazenamento dos itens;
- d) práticas para produção;
- e) práticas para venda.

Examinar a *métis* empreendedora da REMES, que cria oportunidades a partir do resíduo de outros processos produtivos, instiga nossa mente a pensar na quantidade de

empreendedores de resistência que se utilizam desse mesmo expediente para amealhar os recursos necessários à sobrevivência. A própria REMES mantém uma parceria com a Associação dos Catadores na produção de sabão ecológico, produto que é vendido no momento da coleta, garantindo renda extra.

Na outra ponta, as organizações maiores despontam como fonte de oportunidades em tudo que elas descartam e ainda não é reutilizado. As parcerias ganha-ganha com a doação de seus resíduos e a abertura de espaços, na sede dessas mesmas empresas, para comercialização da produção das empreendedoras de resistência constituem um mundo de oportunidades por explorar.

A sustentabilidade (em diversos aspectos) decorrentes dessas práticas se faz urgente e necessária para o momento do planeta, quando questões como aquecimento global, consumo consciente, descarte e ecofeminismo se tornam tão prementes. A *métis* empreendedora, que permitiu, lá atrás, que a REMES optasse pela inclusão da sustentabilidade no escopo de suas ações foi extremamente acertada e, de fato, amplia o leque de práticas e oportunidades geradas por/para a REMES.

Uma síntese do empreendedorismo de resistência

Após as várias análises aqui apresentadas sobre o empreendedorismo de resistência e antes de iniciar a compreensão de como as práticas desse tipo de empreendedorismo se desdobram, à luz do feminismo decolonial, apresento uma síntese da proposta aqui defendida, comparando-a aos principais aspectos do empreendedorismo clássico schumpeteriano (Quadro 7). Aproveito para registrar várias das questões estabelecidas a partir da vivência no campo, mas que, às vezes, estavam além do escopo desta tese e podem embasar pesquisas futuras no âmbito do empreendedorismo de resistência.

**Quadro 7 - Síntese do empreendedorismo de resistência x empreendedorismo clássico**

Aspectos	Empreendedorismo clássico schumpeteriano	Empreendedorismo de resistência	Questões a investigar
A figura do empreendedor	Herói construtor de reinos e cidadelas	Herói/heroína ordinária, homem/mulher comum resistindo pela sobrevivência	Quem são? De onde vêm? Que contexto os(as) colocou na condição de empreender por resistência? O que lhes foi negado ou é inacessível? Contra quais práticas de opressão se organizam?
Oportunidade	Geralmente relacionada à inovação em bens, processos, mercados, insumos ou formas de organização	<i>Métis</i> empreendedora, oportunidades que surgem nas ocasiões, práticas fugazes, difusas, envolvendo o faro, a sagacidade, a vigilância atenta, improvisações e práticas imemoriais.	Como a <i>métis</i> empreendedora se organiza/manifesta? Quais são as improvisações envolvidas? Que recursos são mobilizados? De onde tais recursos vêm? Como são obtidos?
Natureza da prática de empreender	Competitiva, visando ao lucro	Solidária, visando a (r)existência	Quais das práticas empreendedoras solidárias de natureza mista estão envolvidas na ação de empreender? Que aspectos elas tratam, curam, superam?
Local da prática empreendedora	Mais comumente nas indústrias e <i>start-ups</i> tecnológicas	Em casa, na rua, no sinal, nas praças, feiras e eventos	Quais são as batalhas por espaços e como elas se organizam? Quais são as lutas diárias da ação de empreender? Contra quem/o que eles(as) lutam? Como os poderes institucionais se posicionam no espaço da batalha?
Papel na empresa	Líder, mas um tipo diferente do administrador	Faz-tudo	Como se organizam as práticas do empreendedorismo de resistência? Qual o escopo desta prática empreendedora? Como ela se entrelaça com práticas de outros atores e se amplia?
Forma de organização	Individual, egoísta	Coletiva, guerreira	Como se organizam as práticas coletivas? Que coletivos elas envolvem? Contra o que ou por que elas se organizam coletivamente? Que batalhas enfrentam?

A partir do Quadro 07, acrescento novas dimensões ao empreendedorismo de resistência, que vão além das quatro pressupostas inicialmente: a mobilidade, a autossuficiência e as batalhas empreendedoras.

#### *Deslocamento pela oportunidade*

A ação empreendedora do empreendedorismo de resistência transita entre a casa e a rua com muita naturalidade. Diferentemente dos negócios tradicionais, realizados em pontos fixos, nesse tipo de ação empreendedora há uma constante mobilidade. Mercadorias, produtos, serviços precisam ser pensados e acondicionados de forma a permitir seu deslocamento entre espaços que se transformam em lojas e expositores por momentos fugazes. Mesas de plástico se transformam em prateleiras e lojinhas, ao exporem produtos nos corredores de repartições, no *lobby* de um shopping ou em uma praça. Lançar mão das práticas de improvisação nesses momentos permite que se criem espaços criativos e interativos com possíveis clientes (CERTEAU, 2014).

Em um paralelo com a etnografia móvel, esse empreendedorismo se desloca em uma constante busca pelas oportunidades, como um etnógrafo que sombreia sua fonte (CZARNIAWSKA, 2013; SCLAVI, 2007).

#### *A Maria Faz-Tudo*

É muito comum a expressão “raimundo faz-tudo” quando queremos designar alguém capaz de prestar um serviço completo. É nesse sentido que queremos descrever as práticas das empreendedoras de resistência na condução de suas atividades. Suas práticas envolvem todos os aspectos do processo produtivo e, na grande maioria das vezes, estão exclusiva e exaustivamente sob sua responsabilidade. Elas fazem de tudo: pedem e coletam matéria-prima, conduzem as práticas de produção, armazenam produtos prontos, se envolvem com todas as práticas que envolvem questões logísticas, realizam as vendas, precificam, aprimoram produtos, ou seja, no âmbito de suas práticas empreendedoras não existe divisão de tarefas, exceto nos casos de compartilhamento solidário já tratados.

Mas não é apenas isso. Essas mulheres respondem por suas casas e famílias e, ao conjunto de suas práticas empreendedoras, se somam as práticas do lar. Muitas vezes, esse empreendedorismo se mostra como a única possibilidade para conciliar a busca pela renda, com as inumeráveis obrigações que formam o dia a dia de uma dona de casa. Por isso são tão relevantes as práticas empreendedoras baseadas na solidariedade feminista de natureza empática.

As questões da exaustão física, mental e emocional se fazem muito presentes. O corpo, após tempos submetido a esforços muitas vezes extenuantes, começa a se manifestar. O convívio com a dor física se faz como consequência desse empreender. Ser autossuficiente não é uma opção, é uma necessidade. É a aplicação literal do diapasão *sou eu e Deus!*.

#### *As batalhas empreendedoras*

No cotidiano do empreendedorismo de resistência, as lutas são uma constante. Na necessidade de estabelecer, por exemplo, locais para venda de produtos, são comuns batalhas, inclusive físicas, entre o Poder Público e os empreendedores, numa luta pelas ruas e praças das cidades. Esse não é o caso da REMES, pois seus espaços de deslocamento são negociados previamente. Mas existem outras batalhas, de foro mais íntimo. São lutas contra mecanismos de opressão que retiram direitos e conquistas duramente alcançados pelas remistas. São maridos que não autorizam o deslocamento ou se apropriam do dinheiro das vendas.

### **4.3 Os desdobramentos do organizar de um empreendedorismo feminino enquanto prática de resistência decolonial**

“Todas as vezes em que um homem (ou uma mulher) fizer triunfar a dignidade do espírito, todas as vezes em que um homem (ou uma mulher) disser não a qualquer tentativa de opressão do seu semelhante sinto-me solidário com seu ato.”(FANON, 2008, p. 187)

Antes de iniciar a análise proposta neste item, é preciso apresentar uma das práticas que está presente nas práticas da REMES. Ela ocorre em eventos nos quais remistas são convidadas a se apresentar, mas também se integra às práticas empreendedoras ao ser realizada em locais como escolas, empresas, creches e outros espaços nos quais há exposição de produtos. Funciona como uma sensibilização ou conscientização e pode ser dirigida ao público adulto ou às crianças, com pequenas adaptações. Trata-se da oficina da boneca<sup>7</sup> Abayomi. Ao longo de 2018, foram realizadas 14 oficinas com a participação de cerca de 400 pessoas. O propósito desta análise é compreender *quais são as práticas de opressões que formam a meta-lucidity da REMES*.

---

<sup>7</sup> O termo *boneca* é utilizado na falta de uma definição melhor. Trata-se de uma espécie de amuleto, na verdade, sem uma concepção de gênero.

#### 4.3.1 A oficina da boneca Abayomi

A travessia do Atlântico constituiu um momento de opressão, medo e dor. Capturada e vendida como selvagens, a população negra africana era embarcada nos navios negreiros, ou tumbeiros, sem noção de destino. Privados da liberdade, eram submetidos à fome, às correntes, ao estupro e ao chicote. O Atlântico recebia os rebeldes e os mortos na travessia, que eram simplesmente lançados ao mar (AKOTIRENE, 2018).

Abayomi é o nome de uma tradicional boneca africana feita de nós amarrados em retalhos de tecido. Elas chegaram ao Brasil com as escravas que as confeccionavam para seus filhos no interior dos navios negreiros. Para isso, rasgavam pedaços, retalhos, de suas roupas e, na ausência de outros recursos, utilizavam esses retalhos para confeccionar bonecas, por meio de nós de amarrar, para distração das crianças trazidas a bordo. O propósito era proporcionar um brinquedo, acalanto e, assim, evitar o choro, reduzir o medo e resistir, sobreviver à viagem (OLIVEIRA, 2016; SILVA, 2009).

Ao serem desembarcadas, vendidas e separadas de suas famílias, as crianças carregavam consigo aquelas pequenas bonecas, as quais serviam de amuleto, proteção contra os males de uma vida desconhecida. Serviam também para identificação das tribos de origem, suas raízes, por meio da estampa dos tecidos. A palavra Abayomi vem da língua iorubá e significa aquele que traz felicidade ou encontro precioso (OLIVEIRA, 2016; SILVA, 2009).

#### *A oficina*

Dentre as práticas organizadas pela REMES, existem aquelas voltadas para o empoderamento e o fortalecimento da autoestima de mulheres, sendo elas membros da rede ou não, constituindo um feminismo praticado. Inspirada pelo processo de aceitação dos cabelos crespos da própria filha, Lia, estudiosa das artes e das questões femininas, desenvolveu a oficina Boneca Abayomi.

A oficina Boneca Abayomi se inspirou no resgate da carga simbólica do conhecimento associado à boneca, tendo como foco a compreensão do organizar de práticas de resistência, envolvendo sua concepção e desdobramentos reflexivos junto aos participantes. Para a apresentação dos resultados, as malhas de práticas identificadas foram organizadas em cinco passagens, conforme descrito a seguir.

**1º passagem:** narrativa sobre a história da boneca Abayomi, com o propósito de abordar a relação simbólica com as práticas de resistência e de protagonismo da mulher na sociedade atual. Visa também afirmar a identidade cultural afro-brasileira, provocando reflexões em torno das lutas e da aceitação das nossas origens na contemporaneidade.

**2º passagem:** a história das bonecas de modo geral, desde o surgimento, no período paleolítico, até a atualidade. Resgata, neste momento, memórias de afetividade das participantes com suas bonecas e brinquedos de infância.

**3º passagem:** resgate de práticas realizadas pela REMES, por meio do ateliê de ecoarte, atuando nas comunidades com o resgate da cultura popular. A simbologia é a Vó Luiza, senhora de 95 anos que mantém viva a tradição da confecção das bonecas de pano.

**4º passagem:** práticas e diálogos acerca do trabalho artístico, do empoderamento da mulher, casos de superação e autoaceitação para fortalecimento da autoestima.

**5º passagem:** acontece a confecção da boneca Abayomi pelos participantes. É também um momento de escuta e reflexões, com o encerramento da oficina no formato de dois círculos, um no centro, onde se posicionam as bonecas, e outro formado pelos participantes que envolvem suas produções em um abraço coletivo.

Ao se inspirar nas bonecas, as práticas da oficina Boneca Abayomi usam a carga simbólica associada ao contexto histórico de opressão da mulher, principalmente das mulheres não-brancas e pobres. A abordagem suscita debates relacionados ao feminicídio, preconceitos, resistência da mulher negra e questões de gênero.

O passado se aproxima do presente na compreensão das similaridades entre a situação de muitas mulheres na contemporaneidade, quando comparada com a situação daquelas escravizadas, que não tinham mais que retalhos para dar aos seus filhos. Esse momento proporciona o resgate de memórias de infância, ressonância e identificação entre os participantes: “Recordei também a minha infância, sem brinquedos industrializados, as bonecas nós fazíamos com sabugo de milho”ou “[...] podendo conhecer mais sobre minhas origens”.

O espaço das práticas da oficina torna-se um espaço de construção de laços de afeto e solidariedade feministas (LUGONES, 2014; VACHHANI; PULLEN, 2019), conforme relatam os participantes: “eu senti uma liberdade de poder expressar, através da Abayomi, o que eu estava sentindo” ou “sinto-me fortalecida, diante dos relatos percebi: não estou sozinha”. As práticas da oficina Boneca Abayomi carregam, dessa forma, no seu escopo, práticas que promovem a ruptura com o distanciamento, apontado por Medina (2013) como fonte de muitas das mazelas do mundo.

Os participantes caminham para a construção de processos que vão culminar no reconhecimento da ancestralidade da cultura afro-brasileira e na desconstrução de padrões estéticos e culturais trazidos pelo colonizador, num processo de decolonização comunitária ou coletiva (FALCI, 2007; LUGONES, 2008; 2014; MALDONADO-TORRES, 2019; RIBEIRO, 2017; SANTOS, 2018; SPIVAK, 2014). Para mais detalhes dessa oficina, vide Ribeiro, Barbosa e Ipiranga (2019).

#### 4.3.2 Analisando as práticas feministas decoloniais da REMES

A essência das discussões acerca da decolonialidade envolve a decolonização do ser, saber e poder ou da matriz decolonial (BALLESTRIN, 2013; LUGONES, 2008; MIGNOLO, 2011; 2017). A partir dessa estruturação, presente nas discussões decoloniais e aqui já tratadas na revisão, Santos (2018) chama atenção sobre a carência de metodologias para o processo de decolonização, o que dá à oficina Abayomi uma outra dimensão.

A partir dos debates e questionamentos já desenvolvidos, apresento as práticas feministas decoloniais de acordo com a visão do resgate do ser, do fazer e do poder.

##### **4.3.2.1 O resgate do ser nas práticas das empreendedoras de resistência**

A marcação do ontológico e subontológico, o que merece e o que não merece existir, sendo o subontológico uma inadequação permanente, mas implícita, de estar abaixo do padrão, se impõe com muita força sobre as mulheres. São práticas e padrões impostos por uma colonialidade/modernidade que normaliza as injustiças e opressões e impõe padrões estéticos/culturais em especial junto às mulheres não brancas e pobres, limitando-lhes oportunidades e acessos (DAVIS, 2016; FANON, 2008; LUGONES, 2008; 2014; MALDONADO-TORRES, 2019; RIBEIRO, 2017; SANTOS, 2018; SPIVAK, 2014).

## A estética do ser como práticas de microliberdades

Ao apontar o colonizado como um sujeito subontológico em constante processo de negação de si mesmo, em um desejo de ser mais e mais como o colonizador, utilizando-se do caminho da estética do ser para alcançar tal fim, nos encontramos com o ponto de partida da oficina da Boneca Abayomi (FANON, 2008; MALDONADO-TORRES, 2019): as remistas, mulheres não brancas, sendo do interesse da colonialidade/modernidade mantê-las invisíveis. Dessa forma, não há o que questionar, pois os papéis de gênero são sutilmente definidos e comunicados, gerando uma normatividade mantenedora da ordem. Às remistas cabe o papel de dona de casa e mãe. A estética do ser construída a partir do padrão colonizador pesa nessas casas e limita oportunidades, como no caso da filha de uma delas que não consegue adentrar o *casting* de uma agência de modelos com o mesmo nível de oportunidades. Mas o movimento da REMES gera uma onda que avança sobre a calmaria desse oceano: “17/12/2018 15:58 - Geni: Amei falar com vc ... E socializar a história da Abayomi será uma honra ... Na informação e união a FORÇA do movimento. Arte e Cultura 👍🙏🤝❤️”

As práticas que culminaram na oficina da Abayomi provocam a *epistemic friction*, uma provocação epistêmica entre dois jeitos de ver: o que sou, estética, histórica e culturalmente e o que venho tentando ser, a partir de um padrão que me é imposto (Medina, 2013). A aceitação da diversidade estética e a valorização da afro-ascendência culminam em uma libertação de processos muitas vezes dolorosos:

“[...] a oficina relembra os desafios que enfrento, empoderamento. Está com um ano que deixei de alisar o cabelo e é um desafio, pois algumas pessoas questionam: Alisa seu cabelo, está volumoso. Neste momento argumento sobre a importância que tem para mim esta decisão (relato de participante).

O relato demonstra como o padrão da estética colonial de um cabelo liso ao invés dos cachos naturais permeia as práticas e o ideal estético do meio, trazendo dificuldades para o processo de autoaceitação e conquista de microliberdades. Contudo, manter o padrão da colonialidade/modernidade tem um custo que a conscientização faz perceber o quanto é alto:

Através desta oficina percebi o quanto os negros sofreram e acredito que muitos não perceberam ainda isso, pois o preconceito reina na sociedade.” Ou “Priorizar no nosso cotidiano as diferenças e respeitá-las. Promover o respeito e a diversidade todo tempo, o tempo inteiro.”

A decolonialidade do ser começa com a readequação da estética dos corpos, primeiro espaço da dominação. Esse corpo aberto permite que uma remista olhe para a outra como uma igual, vivendo um cotidiano similar. O corpo se torna a “ponte e a fronteira que aproxima” no feminismo decolonial (MALDONATO-TORRES, 2019, p.47). São corpos negros, morenos, de uma miríade de gradações que se distanciam do padrão colonizador e começam a se perceber, se aceitar, se gostar. As microliberdades proporcionadas pela autoaceitação têm reflexos no espelho, no bolso, no tempo.

As batalhas contra a invisibilidade do ser

As práticas solidárias de apresentação de novos produtos e as práticas solidárias de capacitação tratadas anteriormente são as mais emblemáticas na construção de práticas de amorosidade que vão, paulatinamente, retirando as remistas da invisibilidade e conclamando-as para a luta, para as batalhas cotidianas. Antes de serem vistas pelo mundo, elas primeiro são vistas umas pelas outras.

As remistas cuidam de si e das outras. O amor e a raiva são forças que movimentam suas práticas. Se o resgate da autoestima, do saber-fazer, da autonomia financeira é movimentado pelo amor, as lutas, as batalhas são fomentadas pelo sentimento de injustiça:

“[...] aqui na nossa comunidade uma companheira nossa morreu de tristeza, não foi o câncer que matou ela. O marido abandonou quando descobriu que ela estava com câncer de mama. A família desprezou-a. E aí companheira e o psicológico como é que fica? Porque já está abalado só de receber a notícia que você está com essa doença, agora tu imaginas se sentindo sozinha para lutar contra tudo e contra todos. Se sentindo abandonada, rejeitada, desprezada. Então companheiras nós temos que criar uma corrente de solidariedade, para nessa corrente nos consolarmos, darmos apoio, dar o nosso ombro amigo para andarmos lado a lado com essas companheiras” (Remista 876 – depoimento no grupo WhatsApp – 06.10.2017).

O movimento Outubro Rosa de 2017 trouxe inúmeras discussões acerca dessa invisibilidade e da ausência do acesso aos serviços básicos, obrigação do poder público. Várias mulheres se mobilizaram pelo direito de realizar mamografias e de prevenir, assim, o câncer de mama. Relatos sobre doença, hospitalização e abandono se fazem presentes no grupo, assim como práticas de solidariedade.

#### 4.3.2.2 *O resgate do saber nas práticas das empreendedoras de resistência*

O saber da colonialidade/modernidade tem forma, objetividade, método, e tudo o que está fora desse rigor não é considerado conhecimento. Para Maldonado-Torres (2019), a decolonialidade do saber envolve a tríade questionar/pensar/teorizar que não é aprisionada pelo método e que vai culminar numa atitude necessária ao projeto decolonial.

##### As práticas de reintegração histórica

A arte e a criatividade marcam o trabalho das remistas e as auxiliam a constituir um outro tempo e um outro espaço a partir de uma história ancestral, da qual ela faz parte e pode resgatar práticas e memórias e utilizá-las neste tempo. As práticas relacionadas ao sabão ecológico, à produção de bruacas, às bonecas de pano e à própria Abayomi são formas encontradas pelas remistas para a construção de um novo tempo e de novos espaços a partir de vivências histórico-culturais suprimidas pela colonialidade/modernidade. O tempo e o espaço de suas histórias e raízes também estão integrados, numa decolonização do modelo colonial/moderno. Trata-se agora de práticas que fazem o passado se fazer presente e integrado ao saber-fazer empreendedor (SANTOS, 2018).

##### A teoria vivida na carne e no sangue

Novamente materializo o projeto feminista decolonial na REMES com a oficina da Boneca Abayomi. As práticas da oficina questionam padrões estéticos, históricos, ancestrais, econômicos, afetivos, patriarcais e advêm do esforço da heroína ordinária de desenvolver, por meio do pensamento reflexivo uma forma de atuar que contesta o *status quo*. As experiências vividas na carne e repassadas por meio do sangue, que se conecta com as gerações seguintes, geram impulsos de resistência que atravessam os vários “com-textos” nos quais as remistas estão inseridas e que servem como espaço e como PONTE (PEIRANO, 2006; MALDONADO-TORRES, 2019; MORAGA, 1981).

Esse projeto não se prende ao método positivista, a formalismos, a um isolamento entre o pesquisador e o pesquisado. Pelo contrário, envolve emoções profundas, funciona de forma intuitiva, busca conexões e um saber do participante, que dificilmente sai da oficina sem estar impactado de alguma forma: “*Eu senti uma liberdade de poder expressar, através*

*da Abayomi, o que eu estava sentindo” ou “sinto-me fortalecida, diante dos relatos percebidos: não estou sozinha.” (relato de participantes da oficina Abayomi).*

Examinando de forma mais geral as práticas empreendedoras da REMES, as heroínas ordinárias são as que contestam os mecanismos de opressão da modernidade/colonialidade. Por meio de suas malhas de práticas, as remistas passam a compreender os efeitos do capital nas suas vidas e, na forma de suas micropráticas, modificam padrões estéticos, de consumo, de produção. Estabelecem um novo patamar de consciência ambiental e adquirem, assim, um conhecimento tácito, daquilo que foi vivido. Não há apelo romântico entre as remistas. As formas de opressão do capitalismo/patriarcado são conhecidas, percebidas e enfrentadas por meio desse feminismo praticado.

26/09/2017 07:29 – Geni: [...] o mundo ele está se modificando, a gente está precisando, nós chegamos a um ponto que a coisa tem que mudar. O capitalismo não dá mais para crescer tanto e ser impessoal e assim (precisa) essa visão empreendedora. É a sustentabilidade que vai ser a vida futura do planeta, se ele quiser continuar, senão a coisa vai desandar. E a mulher é coração nesse momento, a mulher, ela detém esse sentimento forte de perpetuar a vida, e é com esse empreendedorismo de ter o ser humano como valor e não só o dinheiro. Por isso que a REMES está fazendo tanto sucesso e está fazendo a diferença na família e nas bases comunitárias.

Decolonizar saberes no feminismo decolonial praticado na REMES envolve uma profunda conscientização, construída com sensibilidade, amor, angústia e dor. Essa conscientização das remistas vai crescendo dia a dia, palavra por palavra, prática por prática, “É a emergência de um outro discurso e uma outra forma de pensar” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 47).

#### **4.3.2.3 A retomada do poder nas práticas das empreendedoras de resistência**

Lugones (2008) localiza o feminismo decolonial no comunitário, nos processos coletivos que vão fortalecer o saber das mulheres locais. Maldonado-Torres (2019) defende que a construção do “Mundo de Ti” é a aspiração do projeto decolonial. Mas esse mundo é coletivo, está nas comunidades: ele pertence às nossas heroínas ordinárias e a outros batalhadores brasileiros, invisibilizados pela modernidade/colonialidade que se consolida por meio das batalhas cotidianas (CERTEAU, 2014; FANON, 2008; SOUZA, 2012).

## O avanço nos territórios

No início, o espaço da REMES eram as casas e as ruas da Serrinha que viravam palco de suas práticas ainda incipientes. O trabalho incansável dessas mulheres trouxe a abertura de portas que permitem adentrar locais antes considerados inacessíveis. As práticas de parcerias permitem uma articulação com entidades públicas e privadas que abrem suas portas para a exposição de produtos das remistas. Entidades como a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Centro Cultural do Banco do Nordeste, concessionárias automotivas, a Empresa Brasileira de Correios, o Instituto Nordeste Cidadania, o Museu do Caju, etc., representam essa reconstrução do espaço das heroínas ordinárias, batalhadoras, ao construir seu novo tempo:

“Eu vejo vocês, que não são pequenas, não tem comunidade pequena. Muito pelo contrário, vocês são gigantes. E um dia, um dia, todas vocês vão dar a volta ao redor do Brasil, começando pelo Ceará, de mãos dadas, porque dentro desta roda, dentro destas mãos dadas, estarão projetos feitos com muito amor e virá o bem através desses projetos e virá a sabedoria. (Depoimento no WhatsApp em 21/11/2017 10:06)”

É o espaço do outro, do senhor de querer e poder, do dono das estratégias, que é reconfigurado pela entrada das remistas com suas práticas sustentáveis. O acesso passa a lhes ser facultado e é explorado, numa miríade de oportunidades antes negadas.

As emissoras de TV são presença constante nas casas das remistas, divulgando as práticas de sustentabilidade realizadas e assim ampliando a entrada da REMES em territórios inexplorados ou controlados pelo outro, uma chancela que fortalece a visibilidade e a força da ação remista.

Esse “Mundo de Ti” é construído por meio da luta, das batalhas. Na REMES são as remistas, as heroínas ordinárias que atuam como agentes de mudança. São elas que, por meio da criatividade, do pensamento e das práticas, vão atuar na construção do giro decolonial.

## Algumas considerações acerca dos estudos feministas decoloniais

Decolonizar é lutar, é uma batalha constante contra um mundo, às vezes não percebido, que aprisiona, tolhe, diminui, mata (LUGONES, 2008; 2014; RIBEIRO, 2017, SPIVAK, 2014). No feminismo decolonial, o olhar é para a mulher não branca, a vítima mais silenciada na colonialidade/modernidade. Construir caminhos para o giro decolonial por meio

de práticas feministas é acelerar esse projeto. A REMES, com seus diversos ramos de atuação, apresenta sua contribuição em distintas práticas, que foram examinadas à luz do modelo proposto por Maldonado-Torres (2019). A decolonialidade é um projeto em construção, ousaria dizer que é o projeto de um projeto. É rico e precioso perceber que muitas ativistas já inauguraram os campos de batalha.

A decolonialidade é um modo de pensar relativamente novo nos estudos organizacionais brasileiros e o feminismo decolonial mais ainda. O esforço realizado neste capítulo representa um avanço na forma de compreender como o feminismo decolonial é praticado para demonstrar que ele já se faz presente em comunidades brasileiras. Poucos estudos conseguiram capturar o organizar das práticas decoloniais na vivência cotidiana, fazendo com que esta análise tenha um caráter de novidade.

Santos (2018) reafirma que uma das maiores dificuldades da decolonialidade são as metodologias para praticá-las. A REMES achou um caminho, o que se demonstra aqui é como e o que podemos aprender com ele.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pressuposto inicial desta tese é o indicativo de que encontraria, na malha de práticas da REMES, outros modos de organizar, outras *maneiras de fazer* (CERTEAU, 2014) o que denominei empreendedorismo de resistência. No percurso do doutoramento, nas inúmeras idas ao campo de estudo, presencial e virtualmente, deparei com várias dessas práticas, organizadas em diferentes contextos.

Em uma sociedade moldada pelo colonialismo/modernidade/patriarcado, que oprime as mulheres de tantas maneiras, a necessidade de resistir também ocorre em múltiplos caminhos. No empreendedorismo de resistência praticado pela REMES, podemos perceber como as práticas empreendedoras acontecem em muitos níveis e alcançam aspectos para além da visão clássica que envolve a exploração das oportunidades.

O suporte das lentes da solidariedade feminista e do feminismo decolonial permitiu desvendar como as práticas do empreender alcançam conexões, ressonância, envolvem o afeto e impulsionam a capacidade de sonhar. São conexões profundas, motivadas por uma compreensão física, psicológica e emocional acerca da realidade umas das outras. Na prática de empreender, as remistas enfrentam oceanos revoltos, mas permanecem de pé. Resistem, existem, demarcam espaços, vencem batalhas, lutam e crescem.

Uma das questões iniciais é: *Seria esse empreendedorismo uma prática de resistência?* Sim, trata-se de um empreendedorismo feminino praticado na forma de resistência nos dois sentidos abordados por Medina (2013), opondo forças contra as várias formas de opressão, mas também lutando, transgredindo espaços, posturas, assumindo novos e antigos saberes, revelando a estética do próprio corpo, abrindo caminhos para si e outras mulheres. As trocas e aprendizados vão muito além da busca do lucro. São transformadoras.

Os objetivos desta tese estão relacionados com a compreensão de como ocorre o organizar das práticas de um empreendedorismo feminino de resistência utilizando as lentes do feminismo decolonial. Esse objetivo foi alcançado no percurso, ao compreender o contexto da REMES, a história do seu local, as interações, as opressões atuantes no cotidiano daquelas mulheres e como elas interagem com esses contextos, ou seja, compreender a história da própria REMES a partir das práticas de duas mulheres, iniciadas em 2003, que se consolidam, se ampliam, se unem, se (re)unem, se transformam e se expandem.

Ao identificar as malhas de práticas do empreendedorismo de resistência, fica evidenciado o quanto a solidariedade, o estar unida em uma rede de mulheres faz diferença na atuação da REMES. Em diferentes níveis e sentidos, as mulheres se conectam, compartilham

oportunidades, trabalho, vendas. É um empreendedorismo feminino decolonial que organiza malhas de práticas de resistência multiformes, que faz uso da *métis*, praticada por heroínas ordinárias cujas histórias agora são conhecidas.

O organizar da rede e, principalmente, a solidariedade feminista se desdobram e fortalecem as práticas femininas decoloniais, mas ao mesmo tempo são fontes de mudanças e transformações junto a outras mulheres. Os processos do organizar de práticas empreendedoras femininas(istas) decoloniais, enquanto práticas de resistência da REMES, dão suporte à proposição de um deslocamento teórico e prático na forma de compreender o empreendedorismo e suas implicações.

O afeto e a ressonância dão conta de um empreendedorismo enquanto prática de resistência que não compete, mas colabora, que não se preocupa só com o lucro, mas com a solidariedade ao mesmo tempo em que luta pela sobrevivência, que não é baseado no indivíduo, mas no coletivo, um coletivo que luta, aprende, resiste, organizando um empreendedorismo feminino decolonial.

O organizar de um empreendedorismo feminino decolonial enquanto prática de resistência, como um processo aberto e móvel, se desloca por vários lugares, simultaneamente. Seu organizar solidário permite que as mulheres e seus produtos estejam representadas em vários espaços ao mesmo tempo, mulheres que dão conta da ampla malha de práticas empreendedoras e também cuidam da casa, da família, dos estudos.

Compreender o organizar desses processos empreendedores de resistência, sob a ótica de um feminismo decolonial, imbricados na história do lugar, resgata memórias, um saber-fazer anteriormente desvalorizado, adormecido. O comunitário cresce em sentido e poder. A oficina da Boneca Abayomi garante a riqueza do resgate da cultura e da história e reforça o sentido que Maldonado-Torres (2019) faz ressaltar ao afirmar que as práticas decoloniais constroem suas próprias metodologias. Precisamos aprender com elas.

A ação empreendedora de resistência feminina decolonial se desdobra para romper com lógicas de dominação oriundas da colonialidade/modernidade/patriarcado por meio do resgate do ser, do saber e do poder, criando sentidos, atuando na estética do ser por meio da experiência vivida, movida pelo amor e raiva para lutar por seus direitos mínimos, básicos. Aprender com a dor, na própria carne, na sua essência, naquilo que é tão seu, é impossível de mudar. Ao mesmo tempo, é preciso buscar nas memórias as saídas para superar a condição atual, construindo uma nova história, na qual esse saber-fazer é valorizado, reescrito, respeitado, e assim ir retomando poderes e espaços anteriormente negados.

### *O percurso da tese*

Uma das indagações constantes da problematização desta tese discute os marcos teóricos que podem ser articulados para o exame do empreendedorismo de resistência tupiniquim. Quando comecei o doutorado, tinha muito claro que queria escrever uma tese em que discutisse empreendedorismo feminino, por uma série de questões tratadas na Introdução. A opção pela pesquisa qualitativa me levou à questão das práticas e, dentre os caminhos disponíveis, as práticas certeunianas (CERTEAU, 2014) foram as escolhidas. Elas davam conta das práticas cotidianas, das *maneiras de fazer*, das nossas heroínas ordinárias, das narrativas imemoriais, desse ator esquecido que se faz sujeito dos estudos, da *métis* empreendedora, dos golpes, dos sujeitos de querer e poder, do *fazer com*, da generosidade como revanche. Esse universo se aproximava de forma contundente da minha experiência vivida junto aos empreendedores de pequeno porte.

Em seguida, aprofundando as questões de resistência já tratadas por Certeau (2014) e já caminhando pelo feminismo, encontrei *The Epistemology of Resistance* de José Medina (2013). Eram outros heróis, agora epistêmicos. Eram as questões da metalucidez, das microliberdades. Era a luta, a resistência como batalha em um olhar um pouco mais direcionado sobre questões já tratadas por Certeau (2014).

Mas, se a pesquisa era sobre mulheres, era necessária uma teoria feminista e, na verdade, foram usadas duas. A solidariedade feminista entrou na tese a partir de 2018, após o *X Gender, Work and Organization* que ocorreu em Sidney, na Austrália, do qual participei com um texto nessa divisão. Apesar de alguns textos mais antigos tratando do tema, considero como trabalho fundamental o texto da Vachhani e Pullen publicado em 2019, com quem tive contato um pouco antes.

Fiz uma ampla revisão para tentar compreender o feminismo. Examinei sua história e suas várias vertentes até chegar ao feminismo negro e das mulheres de cor. Eles traziam muitas questões que eram pertinentes para a tese, contudo, foi no feminismo decolonial que encontrei um arcabouço teórico que dava conta de uma série de questões percebidas no campo. Para compreender os sentidos do feminismo decolonial, tive de ampliar a visão, buscando os sentidos da decolonialidade em si, atitude que me permitiu revisar a literatura do empreendedorismo sob um novo olhar.

A tese do organizar de um empreendedorismo feminino decolonial enquanto prática de resistência nasce dessas articulações. Não creio que esse enfoque tivesse surgido se uma dessas reflexões tivesse faltado. Compreender esse percurso auxiliou a compreender a tese em

si. Na análise, busquei demarcar o espaço das práticas e da solidariedade feminista e o espaço da decolonialidade e do feminismo decolonial.

Existe um contingente significativo de empreendedores no mundo movidos por lógicas operatórias que os estudos baseados nos modelos de empreendedorismo clássico não dão conta de examinar. A relevância desse número faz com que seja urgente o estabelecimento de novos caminhos para os exames das práticas empreendedoras daqueles que lançam mão dessas atividades para sua sobrevivência, buscando uma alternativa ao mercado formal de trabalho. As possibilidades de estudo, assim como as malhas de práticas, se desdobram por vários percursos.

Na minha visão de mundo, não restam dúvidas de que existe um tipo de empreendedorismo diferente do que costumamos estudar, observar, discutir. Ele é praticado por mulheres, explora atividades de porte muito pequeno e se origina de uma luta permanente, a luta pela existência. Tem a forma de um empreendedorismo feminino decolonial enquanto prática de resistência. Proporciona, por meio de sua malha de práticas, oportunidades de permanecer de pé, lutando com dignidade, sem se submeter ao pedir ou ao depender. Oportuniza caminhos, percursos para si e para os seus e, nesse sentido, alcança e beneficia outros, além da titular da atividade.

Sob essa perspectiva, as remistas alcançam o papel das heroínas epistêmicas tratadas por Medina (2013) ao se firmarem como um grupo de mulheres reunidas por laços de solidariedade e afeto, com uma compreensão acerca das opressões que as cercam. Essa consciência alcança as questões do autor relacionadas à metalucidez, a percepção das opressões e das racionalidades que movem o opressor. A luta contra essas situações é movida pelos heróis epistêmicos, nesse caso heroínas, indivíduos ou grupos de rara capacidade. As remistas, nas suas lutas e nos métodos empregados nessas lutas, alcançam esse patamar. Seu poder de transformação advém das conexões estabelecidas entre as variadas práticas.

### *Considerações para as políticas públicas*

Após empreender todo o esforço desta tese, identifico a necessidade de retornar às políticas públicas para refletir acerca das práticas que podem ser incorporadas, a fim de torná-las mais efetivas junto ao público-alvo, em especial às mulheres. Assim, entendo que as políticas públicas precisam:

- *alcançar os que empreendem por resistência;*

O desenho de políticas em prol dos empreendedores precisa examinar a GEM com profundidade para capturar nuances ali expostas. Existe um conjunto de empreendedores com atividades muito pequenas, talvez os que mais necessitem de suporte, que não são alcançados pelas concepções tradicionais. A lente precisa ampliar o campo de visão e avaliar se o desenho da política alcança a vendedora de balas do sinal, a mulher mais velha que empreende e toma conta da casa e dos netos. Sem pensar nelas, teremos práticas das quais elas não podem participar porque ocorrem em horários impraticáveis, em locais inacessíveis ou um suporte financeiro que não as alcança em função das exigências.

- *integrar-se às ferramentas digitais disponíveis;*

As mídias sociais chegaram com muita força e alcançam os diferentes públicos de diferentes maneiras. Mesmo as empreendedoras de resistência estão, na sua maioria, integradas a essas mídias. Contudo, esse universo é pouco explorado na entrega de conteúdos e no organizar das políticas públicas. Cada vez mais é urgente a integração dos agentes públicos pela conectividade proporcionada por essas mídias. A entrega de conteúdo, de oportunidades, as parcerias, tudo pode trafegar com o apoio da Internet.

Mas não pode ser a Internet pela internet. É preciso uma personalização. As empreendedoras de resistência precisam se identificar com quem entrega o conteúdo, seja o personagem, seja o ator público.

- *utilizar-se de quem já está fazendo;*

As empreendedoras de resistência precisam do tutorial presencial. Os desenhos de capacitação precisam pensar que devem funcionar como um espelho e refletir práticas já testadas por outras empreendedoras do mesmo meio/porte. Sem isso, a ressonância fica muito prejudicada. As facilitadoras da REMES sempre têm muitos pedidos para dar vários tipos de curso nesta ou naquela comunidade. Uma das grandes restrições é a ausência de remuneração. Cada treinamento não remunerado é uma doação da própria capacidade produtiva, de horas que poderiam ser utilizadas para produzir/vender para si. Em algumas situações, há até o investimento no deslocamento ou na alimentação.

Por outro lado, muitos se arvoram da maestria para ensinar, sem a vivência prática do empreendedorismo. São técnicos ou especialistas nas suas áreas de atuação e recebem por isso. A distância entre facilitador/aluno e a ausência da vivência prática pode tornar o treinamento ineficaz no alcance da mudança pretendida. Como vimos nos achados de campo, a capacitação muitas vezes funciona como uma rede de apoio e precisa ser concebida/respeitada nesse formato.

- *dar suporte às ações de comercialização;*

Uma das maiores dificuldades para as remistas está relacionada à concretização das vendas. Elas atuam nos processos produtivos, contudo esses produtos ficam estocados em suas casas aguardando clientes. Ao se disponibilizarem como parceiras das remistas, as organizações se abrem para acolher e estimular o consumo da produção da REMES. Práticas dessa natureza representam oportunidades únicas, dentro da visão do deslocamento pela oportunidade, fortalecendo as práticas do empreendedorismo de resistência.

Mas há necessidade de atenção nesse ponto. Muitas vezes as vendas são frustrantes e o investimento realizado para participar da exposição acaba gerando prejuízo. Nas palavras de Lia, “*as remistas saem de casa no amarelo, movidas pela esperança, mas se não vendem nada voltam no vermelho*”, pois acabam gastando mais do que o valor do “apurado”.

- *de práticas de capacitação com visão transformadora.*

A oficina da Boneca Abayomi é um exemplo de como uma ação simples de capacitação pode gerar transformações profundas. As práticas de capacitação voltadas para as empreendedoras devem ser construídas levando em consideração as inúmeras opressões com as quais as mulheres convivem no seu cotidiano. Ao mesmo tempo, precisam provocar reflexões em um nível mais profundo, para além da visão da gestão do negócio. As mulheres precisam compreender sua força, reconstruir suas histórias a partir de novos sonhos, superar a *resistant imagination*, a dificuldade de imaginar uma vida sem opressões. As práticas de capacitação precisam estimular os sonhos, os planos, as transformações.

### *Considerações para estudos futuros*

Vivenciar os quatro anos de doutorado com a sorte de ter um campo de estudo claro desde cedo foi uma experiência única. Entendo ser importante documentar, a título de contribuição para as futuras pesquisadoras feministas, alguns aprendizados que construí neste caminho da etnografia feminista e que decorrem das minhas leituras e das minhas vivências e, espero, possam ajudar as que desejem adentrar este caminho desafiador. Minha opção metodológica foi a etnografia, a qual ocorreu de maneira mista, envolvendo as práticas que utilizam como suporte as ferramentas digitais e sua integração com o cotidiano das empreendedoras de resistência.

Primeiramente, antes de adentrar o campo, é preciso estudar as teorias feministas e escolher a que melhor vai se adequar à pesquisa que está sendo desenvolvida, declarando a escolha logo na introdução. É necessário também refletir sobre essas teorias o tempo inteiro. Li muitos trabalhos, voltados para mulheres, que se diziam feministas, mas não conseguiram realizar as reflexões críticas tão características do feminismo. Na verdade, faltou-lhes embasamento teórico nas questões feministas.

Compreender as ondas feministas conduz à percepção de que levamos 1800 anos da Era Comum para começar a brigar pelo direito de existir e o impulso foi uma outra luta, marcada pela indignação contra os povos escravizados, considerados por muitos inferiores à época, que ganhavam a liberdade antes de nós. Estudar os feminismos das mulheres de cor é compreender por que o feminismo é tão fragmentado e a importância disso. Essas reflexões vão auxiliar nas articulações de novas teorias e como elas contribuem para o feminismo.

Libertar-se do patriarcado, eis o desafio! É muito comum embasar a pesquisa feminista no pensamento masculino, buscando teóricos, modelos e arquétipos que foram construídos a partir da lógica masculina. Não conseguiremos desenvolver uma ciência abrangente e igualitária se não avançarmos na subversão do saber patriarcal. E, normalmente, ao utilizarmos os modelos construídos a partir de tais lógicas, a mulher está condenada à inferioridade antes mesmo de a pesquisa começar. Citando o empreendedorismo como exemplo, esta é uma ciência na qual o indivíduo empreendedor pressupõe um homem. Estudar as mulheres empreendedoras é uma subversão, mas precisamos compreendê-las a partir delas mesmas, sem “pré-conceitos”.

Não ser mais um instrumento que permita retirar sua pesquisa do campo sem devolver nada em troca, explorando de uma outra forma as mulheres que formam seu campo, é ter

consciência de que entrar no campo feminista é cocriar, ou seja, fazer a pesquisa é entregar àquele campo um legado de contribuições significativas em várias esferas da vida.

A ética deve ser usada sem restrições e, para isso, todo trabalho deve ser submetido a críticas, sempre levando em consideração a opinião do campo sobre seus escritos. As histórias não são nossas; somos apenas porta-voz, uma intérprete. Para que as investigadas se vejam refletidas no estudo, é necessário não tomar o seu turno, não falar por elas. A narrativa deve permitir que nossa história se conecte à delas. Respeitar o lugar de fala e permitir que elas falem oportuniza novos locais de fala e, para isso, é preciso usar a criatividade. De forma geral, as mulheres têm sido caladas, silenciadas, invisibilizadas nas suas questões e problemáticas. Compartilhar o campo é contribuir para o fortalecimento do respeito e do pertencimento das mulheres. Alegrias existem, mas também sofrimento, dor, isolamento. É preciso estar preparada.

#### *Limitações do estudo*

Ao adentrar o campo, ele se abriu como um leque, talvez como a cauda do pavão de filtros automotivos utilizados por Lia, tantas eram as possibilidades, uma malha de práticas ampla, diversificada, tão inexplorada que algumas questões foram substituídas por outras. Deixo-as aqui para que possam ser exploradas em estudos futuros.

Abordei brevemente os aspectos relacionados às práticas de vendas, custos e margens, como se organizam os controles, a prestação de contas, o repartir dos recursos. Este é um caminho que tem muito a acrescentar à compreensão do organizar do empreendedorismo de resistência. Cabem também os estudos dos percursos. Por onde e como andam os nossos empreendedores?

Reforço aqui a necessidade de ampliar a compreensão do empreendedorismo tupiniquim praticado pelas mulheres. Como nasceu, cresceu e se deslocou a nossa empreendedora? Como elas se organizam em suas diversas malhas de práticas? Ao buscar as práticas como lente, nos permitimos abandonar um pouco a colonialidade do saber que envolve a construção de conhecimento. Nos libertamos de um saber produzido alhures para nos dedicar à compreensão das coisas do nosso lugar. Outros marcos teóricos também têm a contribuir com a maior compreensão do empreendedorismo tupiniquim ou com o empreendedorismo de resistência, dentre eles a história, os estudos sobre cultura, os vários feminismos, com especial atenção ao feminismo das mulheres de cor e as epistemologias do sul.

## REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M.M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 4, p. 914-929. out./dez. 2017.
- ADOM, K.; WILLIAMS, C.C. Evaluating the explanations for the informal economy in third world cities: some evidence from Koforidua in the eastern region of Ghana. **International Entrepreneurial Management**, v. 10, p. 427-445, 2014.
- AHL, H. Why research on women entrepreneurs needs new directions? **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 2, p. 595-622, 2006.
- AHL, H.; MARLOW, S. Exploring the dynamics of gender, feminism and entrepreneurship: advancing debate to escape a dead end? **Organization**, v. 19, n. 5, p. 543-562, 2012.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALBERNAZ I, J. T. **Pequeno Atlas do Maranhão e Grão Pará**. 1929. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cear%C3%A1\\_a\\_partir\\_do\\_mapa\\_de\\_1629\\_por\\_Albernaz\\_I.PNG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cear%C3%A1_a_partir_do_mapa_de_1629_por_Albernaz_I.PNG). Acesso em: 6 ago. 2018.
- ALCADIPANI, R.; HASSARD, J.; ISLAM, G. “I shot the Sheriff”: irony, sarcasm and the changing nature of workplace resistance. **Journal of Management Studies**, v. 55, n. 8, p. 1452-1487, 2018.
- ALCADIPANI, R.; ROSA, A.R. O pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do “borat” brasileiro. **Revista de Administração Eletrônica-RAE**, v. 30, n. 4, p. 371-382, 2010.
- ALCADIPANI, R.; WESTWOOD, R.; ROSA, A. The Politics of Identity in Organizational Ethnographic Research: ethnicity and tropicalist intrusions. **Human Relations**, v. 68, n. 1, p. 79-106, 2014.
- ALENCAR, J. **Luciola**. 1962. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/luciola.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/luciola.pdf). Acesso em: 12 set. 2017.
- ALIMAHOMED, S. Thinking outside the rainbow: women of color redefining queer politics and identity. **Social Identities**, v. 16, n. 2, p. 151-168, 2010.
- ALKON, A. H. Entrepreneurship as activism? resisting gentrification in Oakland, California. **Revista de Administração de Empresas-RAE**, v. 58, n. 3, p. 279-290, 2018.
- ALLEN, P.G. Kochnnenako in academe: three approaches to interpreting a Keres Indian Tale. (In.) KOLMAR, W.K.; BARTKOWSKI, F. **Feminist Theory: a reader**. New York: McGraw-Hill, 2013.
- ALVES, A.; LAGO, M. **Ai, que saudades da Amélia**. Rio de Janeiro: Odeon, 1942.
- ANDERSON, A.R.; WARREN, L. The entrepreneur as hero and jester: enacting the entrepreneurial discourse. **International Small Business Journal**, v. 29, n. 6, p. 589-609, 2011.

- ANDERSON, E.S. What is the point of equality? **Ethics**, v. 109, p. 287-337, 1999.
- ANDERSON, G. Mapping academic resistance in the managerial university. **Organization Studies**, v. 15, n. 2, p. 251-270, 2008.
- ANDRADE, M. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. Rio de Janeiro: Garnier, 2000.
- ANTONOPOULOS, G.; MITRA, J. The hidden enterprise of bootlegging cigarettes our of Greece: two schemes of illegal entrepreneurship. **Journal of Small Business & Entrepreneurship**, v. 22, n. 1, p. 1-8, 2009.
- ARDÉVOL, E.; GÓMEZ-CRUZ, E. Digital Ethnography and Media Practices. In: VALDÍVIA, A.N. **The International Encyclopedia of Media Studies**. [S.l.]: John Wiley & Sons, Ltd., 2014
- ARNOULD, E.J. Ethnography, Export Marketing Policy, and Economic Development in Niger. **Journal of Public Policy & Marketing**, Fall, v. 20, n. 2, p. 151-169, 2011.
- AUAD, D.; CORSINO, L. Feminismos, interseccionalidade e consubstancialidades na Educação Física Escolar. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1-13, 2018.
- AUSTIN, J., STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? **Revista de Administração de Empresas-RAUSP**, v. 47, n. 3, p. 370-384, 2012.
- BAIRD, C.; CALVARD, T. Epistemic vices in organizations: knowledge, truth, and unethical conduct. **Journal of Business Ethics**, v. 2, 2018.
- BAKER, T.; WELTER, F. Come on out of the ghetto, please! – Building the future of entrepreneurship research. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 23, n. 2, p. 170-184, 2016.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, 2013.
- BALLESTRIN, L.M.A. Feminismos subalternos. **Revista Estudos Feminista**, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.
- BARBOSA, L. Marketing Etnográfico: colocando a etnografia em seu devido lugar. **Revista de Administração de Empresas-ERA**, v. 43, n. 3, p. 100-105, 2003.
- BARCELLOS, R.M.R.; DELLAGNELO, E.H.L. A teoria política do discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do circuito fora do eixo. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 405-424, 2014.
- BARHOUMI, C. The Effectiveness of WhatsApp Mobile Learning Activities by Activity Theory on Students Knowledge Management. **Contemporary Educational Technology**, v. 6, n. 3, p. 221-238, 2015.

- BATES, T. Entrepreneur human capital inputs and small business longevity. **The Review of Economics and Statistics**, v. 72, n. 4, p. 551-559, 1990.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BELL, E.; MARILÄINEN, S.; TAYLOR, S.; TIENARI, J. Time's up! Feminist theory and activism meets organization studies. **Human Relations**, v. 72, n. 1, p. 4-22, 2019.
- BENEITO-MONTAGUT, R.; BEGUERIA, A.; CASSIÁN, N. Doing Digital Team Ethnography: being there together and digital social data. **Qualitative Research**, v. 17, n. 6, p. 664-682, 2017.
- BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BHABHA, H. The Other Question. In: PADINI, M. **Contemporary Postcolonial Theory: a reader**. New York: Arnold, 1996.
- BIANCO, M.E.; LOMBE, M.; BOLIS, M. Challenging gender normas and practices through women's entrepreneurship. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 2, 2017.
- BIRD, C. **Born Female**. New York: David McKay Company, 1968.
- BLACKWELL, M.; NABER, N. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 189-198, 2002.
- BORGES, A. Empreendedorismo Religioso: um estudo sobre empresas que exploram o nicho da religiosidade. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 19, n. 5, p. 565-583, 2015.
- BORGES, L.S. Feminismos, Teoria Queer e Psicologia Social Crítica: (re)contando histórias. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 280-289, 2014.
- BOSMA, N.; KELLEY, D. **Global Entrepreneurship Monitor**. [S.l.]: Global Report., 2019. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report>. Acesso em: 5 jul. 2019
- BOURNE, K. Encountering One Another: feminist relationship in organizational research. **Organization Management Journal**, v. 4, n. 2, p. 120-133, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: Promulgada em 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em 26.09.2017.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 5 jul. 2018

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: Promulgada em 16 de Julho de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 set. 2017.

BROWNLIE, D.; HEWER, P. Articulating consumers through practices of vernacular creativity. **Scandinavian Journal of Management**, v. 27, n. 2, p. 243-253, 2011.

BRUNI, A.; GHERARDI, S.; POGGIO, B. Doing Gender, Doing Entrepreneurship: an ethnographic account of intertwined practices. **Gender, Work and Organization**, v. 11, n. 4, p. 406-429, 2004a.

BRUNI, A.; GHERARDI, S.; POGGIO, B. Entrepreneur mentality, gender and the study of women entrepreneurs. **Journal of Organizational Change Management**, v. 17, n. 3, p. 256-268, 2004b.

BRUTON, G.D.; IRELAND, D.; KETCHEN JUNIOR., D.J. Toward a research agenda on the informal economy. **Academy of Management Executive**, v. 26, n. 3, p. 1-11, 2012.

BUREAU, S; ZANDER, I. Entrepreneurship as an art of subversion. **Scandinavian Journal of Management**, v. 30, n. 1, p. 124-133, 2014.

BURN, S.M. **Women across cultures**: a global perspective. Mountain View, CA: Mayfield Publishing, 2000.

BURREL, G; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London and Exeter, NH: Heinemann, 1979.

BUSENITZ, L. W.; WEST, G.P.; SHEPHERD, D; NELSON, T.; CHANDLER, G.N.; ZACHARAKIS, A. Entrepreneurship research in emergence: past trends and future directions. **Journal of Management**, v. 29, n. 3, p. 285-308, 2003.

BUTLER, J. **Bodies That Matter**: on the discursive limits of "sex". New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CABANA, R.D.P.L.; ICHIKAWA, E.Y. As identidades fragmentadas no cotidiano da feira do produtor de Maringá. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 285-304, 2017.

CACCIAMALI, M.C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, v. 14, p. 153-174, 2000.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2010.

- CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L.; BOURNE, K. Extending the Boundaries: reframing “entrepreneurship as social change” through feminist perspectives. **Academy of Management Review**, v. 34, n. 3, p. 552-569, 2009.
- CAMINHA, P.V. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963. Disponível em: <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- CAMPBELL, J. **The hero with a thousand faces**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.
- CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração – RAUSP**, v. 49, n. 4, p. 698-713, 2014.
- CARRIERI, A.P.; PEREIRA, H.G.; CORREIA, G.F. A pipoca e seu território nos arranjos organizativos de trabalhadores ambulantes belorizontinos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2., 2018. Curitiba, **Anais...** Curitiba: EnApad., 2018.
- CARVALHO, P.D. Há lugar para movimentos sociais na teoria decolonial? In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2.; ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015. Lima, **Anais....** Lima, Peru: [s.n.], 2015.
- CAVEDON, N.R. **Antropologia para Administradores**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- CAVEDON, N.R. Fotoetnografia: a união da fotografia com a etnografia no descortinamento dos não ditos organizacionais. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 35, p. 13-27, 2005.
- CAVEDON, N.R. A Qualidade de Vida no Trabalho na Área da Segurança Pública: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 68, p. 875-982, 2014.
- CAVEDON, N.R.; LENGLER, J.F.B. (Org.). **Pós-Modernidade e Etnografia nas Organizações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- CAYMMI, D. **Suíte dos pescadores**. [S.l.]: EMI-Odeon, 1996.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CHIA, R. From modern to postmodern organizational analysis. **Organization Studies**, v.16, n. 04, p. 579-604, 1995.
- CHODOROW, N. **The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender**. Berkeley: University of California Press, 1978.
- CIXOUS, H. The laugh of the Medusa. In: MARKS, E.; COURTVIRON, I. **New French feminisms**. New York: Schocken Books, 1981.

CLAIRE, L. Re-storyng the entrepreneurial ideal: lifestyle entrepreneurs as hero? **Journal for Critical Organization Inquiry**, v. 10, n. 1, p. 31-39, 2012.

CLERCQ, D.; VORONOV, M. Toward a practice perspective of entrepreneurship. **International Small Business Journal**, v. 27, n. 4, p. 395-419, 2009.

COAN, M. Educação para o empreendedorismo como estratégia para forma uma trabalhador de novo tipo. **Revista Labor**, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2013.

COLLINS, P. H. Learning From de Outsider Within: the sociological significance of black feminist thought. **Social Problems**, v. 33, n. 6, p. S14-S32, 1989.

CONSOLIM, V.H. **Segunda onda feminista: desigualdade, discriminação e política das mulheres**. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/09/14/segunda-onda-feminista-desigualdades-Culturais-discriminacao-e-politicas-das-mulheres/>. Acesso em 09 fev. 2018.

COOKE, B. The denial of slavery in management studies. **Journal of Management Studies**, v. 40, n. 8, p. 1889-1912, 2003.

COOPER, R. The open field. **Human Relations**, v. 29, n. 11, p. 999-1017, 1976.

COOPER, R.; BURREL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In. CALDAS, M.P.; BERTERO, C.O. (Coord.) **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

CORCETTI, E.; LORETO, M. D. S. O discurso político sobre a qualificação profissional de mulheres desfavorecidas: emancipação ou hegemonia? **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 15, n. 2, p. 364-376, 2017.

CORRÊA, V. S.; VALE, G. M. V. Ação Econômica e Religião: Igrejas como Empreendimentos no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 21, n. 1, p. 1-18, 2017.

COSTA, A.S.M. História e administração: novas teorias e práticas de pesquisa. **Revista de Administração de Empresas-ERA**, v. 54, n. 6, p. 718-718, 2014.

COSTA, A.M.; BARROS, D.F.; CARVALHO, J.L.F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 15, n. 2, p. 179-197, 2011.

COSTA, A.S.M.; SARAIVA, L.A.S. Hegemonic discourses on entrepreneurship as an ideological mechanism for the reproduction of capital. **Organization**, v. 19, n. 5, p. 587-614, 2012.

COSTA, C.L. Situando o sujeito do feminismo: o lugar da teoria, as margens e a teoria do lugar. **Revista de Literatura**, v. 29-30, p. 123-160, 1997.

COSTA, C.L.; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença” **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005.

CROSSA, V. Resisting the entrepreneurial city: street vendor' struggle in Mexico City's. Historic Center. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 2, 2009.

CROSSA, V. Play for protest, protest of play: artisan and vendors' resistance to displacement in Mexico City. **Antipode**, v. 45, n. 4, p. 826-843, 2013.

CUNLIFFE, A.L. Reflexive Inquiry in Organizational Research: questions and possibilities. **Human Relations**, v. 56, n. 8, p. 983-1003, 2003.

CUNLIFFE, A.L. Retelling Tales of the Field: in search of organizational ethnography 20 years on. **Organizational Research Methods**, v. 13, n. 2, p. 224-239, 2010.

CUNLIFFE, A.L. Crafting Qualitative Research: Morgan and Smircich 30 years on. **Organizational Research Methods**, v. 14, n. 4, p. 647-673, 2011.

CUNLIFFE, A.L.; ALCADIPANI, R. The Politics of Access in Fieldwork: immersion, backstage dramas, and deception. **Organizational Research Methods**, v. 19, n. 4, p. 535-561, 2016.

CUNLIFFE, A.L., KARUNANAYAKE, G. Working Within Hyphen-Spaces in Ethnographic Research: implications for research identities and practice. **Organizational Research Methods**, v. 16, n. 3, p. 364-392, 2013.

CZARNIAWSKA, B. **Shadowing and Other Techniques for Doing Fieldwork in Modern Societies**. Herdon, VA: Copenhagen Business School Press, 2013.

DALMORO, M.; NIQUE, W.M. Tradição mercantilizada: construção de mercados baseados na tradição. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, v. 21, n. 3, p. 327-346, 2017.

DASKALAKI, M.; HJORTH, D.; MAIR, J. Are entrepreneurship, communities and social transformation related? **Journal of Management Inquiry**, v. 2, p. 1-5, 2015.

DAVEL, E. CORA, M.A.J. Empreendedorismo Cultural: cultura como discurso, criação e consumo simbólico. **Políticas Culturais em Revista**, v. 9, n. 1, p. 363-397, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAWSEY, J.C. Descrição tensa (Thension-Thick Description): Geertz, Benjamin e Performance. **Revista de Antropologia**, v. 56, n. 20, p. 291-320, 2013.

DELGADO, G.C. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea**. [S.l.]: IPEA, 2004. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1861/1/TD\\_1025.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1861/1/TD_1025.pdf). Acesso em 03 mar. 2019.

DERRIDA, M. **Writing and difference**. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

DÉTIENNE, M.; VERNANT, J.P. **Métis: as astúcias da inteligência**. São Paulo: Odysseus, 2008.

DEY, P. Destituent entrepreneurship: disobeying sovereign rule, prefiguring post-capitalist reality. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 28, n. 7-8, p. 563-579, 2016.

DIETZE, G. Decolonizing gender-gendering decolonial theory: crosscurrents and archaeologies. In: BROECK; S.; JUNKER, C. **Postcoloniality-Decoloniality-Black Critique**. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

DINNERSTEIN, D. **The mermaid and the minotaur: sexual arrangements and human malaise**. New York: Harper Colophon Books, 1977.

DOMINGUES, F.F.; FANTINEL, L.D.; FIGUEIREDO, M.D. Between the conceived and the lived, the practiced: the crossing of spaces at the arts and crafts fair of Namorados Square in Vitória/ES, BRAZIL. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 88, p. 28-49, 2019.

DUARTE, C.L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, v.17, n. 49, 2003.

DURÃES, B.J.R. “Trabalho informal”: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. **Caderno CRH**, v. 37, p. 289-308, 2002.

DUSSEL, E.; IBARRA-COLADO, E. Globalization, Organization and the Ethics of Liberation. **Organization**, v.13, n. 4, p. 489-508, 2006.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Centauro, 2012.

ENOQUE, A. G., BORGES, A.F.; BORGES, J. F. “Além do que se Vê...”: Análise do Conceito Weberiano de Vocação à Luz da Dinâmica do Empreendedorismo Religioso. **Revista Organizações & Sociedade**, v.22, n. 75, p. 505-520, 2015.

ESCOBAR, A.; HESS, D.; LICHA, I.; SIBLEY, W.; STRATHERN, M.; SUTZ, J. Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberculture [and comments and reply]. **Current Anthropology**, v. 35, n. 3, p. 211-231, 1994.

ESCOBAR, A. Beyond the Third World: imperial globality, global coloniality and anti-globalisation social movements. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 207-230, 2004.

FALCI, M.K. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORI, M., BASSANEZI, C. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

FARIA, A. Pesquisa em Redes Estratégias: descobertas e reflexões etnográficas. **Revista de Administração de Empresas-ERA**, v. 43, n. 1, p. 1-13, 2003.

FARIA, A.; WANDERLEY, S. Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 1, p. 569-587, 2013.

FARIA, A.A. Réplica 2 – promovendo (de)crescimento em/dos estudos organizacionais e de gestão. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 19, n. 1, p. 149-159, 2015.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORI, M., BASSANEZI, C. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

FIGUEIREDO, M.D.; CAVEDON, N.R. Transmissão de Conhecimento Prático como Intencionalidade Incorporada: etnografia numa doceria artesanal. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. v. 19, n. 3, p. 336-354, 2015.

FIGUEIREDO, M.D.; CAVEDON, N.R.; SILVA, A.R.L. (2013) A Desvalorização de Grupos Sociais no Espaço Comum de Pequenas Organizações: um estudo sobre representações sociais em um centro comercial. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 55-73, 2013.

FLEMING, P.; SPICER, A. Working at a cynical distance: implications for power, subjectivity and resistance. **Organization**, v. 10, p. 157-179, 2003.

FLEMING, P.; SPICER, A. **Contesting the corporation: struggle, power and resistance in organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FLORES-PEREIRA, M.T.; CAVEDON, N.R. Os Bastidores de um Estudo Etnográfico: trilhando os caminhos teórico-empíricos para desvendar as culturas organizacionais de uma livraria de shopping center. **Cadernos Ebape.BR.**, v. 7, n. 1, p. 152-168, 2009.

FOUCAULT, M. **The history of sexuality**. London: Allen Lane, 1979.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FREITAS, G.K.A.; LEÃO, A.L.M.S. A Elaboração da Face em Comunidades Virtuais de Marca: um estudo de caso sobre uma comunidade virtual de consumidores da Coca-Cola. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 10, n. 1, p. 181-201, 2012.

FREUD, S. Femininity. In: FREUD, S. **The complete introductory lectures on psychoanalysis**. New York: W.W. Norton, 1966.

FRIEDAN, B. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FRIEDAN, B. **The second stage**. New York: Summit Books, 1981.

GALVÁN, R.T. Chicana/Latin American Feminist Epistemologies of the Global South (Within and Outside the North): decolonizing el conocimiento and creating global alliances. **Journal of Latino/Latin America Studies**, v. 6, n. 2, p. 135-140, 2014.

GARTNER, W.B. A conceptual framework for describing the phenomenon of new venture creation. **Academy of Management Review**, v. 10, n. 4, p. 696-706, 1985.

GADO e comércio marcam história da via **Diário Do Nordeste**, Fortaleza, 26 maio 2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/gado-e-comercio-marcam-historia-da-via-1.1022923>. Acesso em 03 mar. 2019.

GARTNER, W.B. Who is an entrepreneur? Is the wrong question. **American Journal of Small Business**, v. 12, n. 4, p. 11-32, 1988.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

GEERTZ, C. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2018

GIARD, L. História de uma Pesquisa. In: CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GILL, R.; ORGAD, S. The shifting terrain of sex and power: from the “sexualization of culture” to #MeToo. **Sexualities**, v. 21, n. 8, p. 1313-1324, 2018.

GILMAN, C.P. **O papel de parede amarelo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. 2017. Disponível em: [https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL\\_web.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf). Acesso em 20 nov. 2018.

GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas-ERA**, v. v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995a.

GODOY, A.S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas-ERA**, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995b.

GOSS, D.; JONES, R.; BETTA, M.; LATHAM, J. Power as practice: a micro-sociological analysis of the dynamics of emancipatory entrepreneurship. **Organization Studies**, v. 32, n. 2, p. 211-229, 2011.

GREY, C. **Um livro bom, pequeno e acessível sobre estudos organizacionais**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARDING, N.; FORD, J.; FOTAKI, M. Is the “f”-word still dirty? A past, present and future of/for feminist and gender studies in organization. **Organization**, v. 20, n. 1, p. 51-65, 2013.

HARTMANN, B. **Reproductive rights and wrongs: the global policies of population control**. Boston: South End Press, 1995.

HEMMINGS, C. Affective solidarity: feminist reflexivity and political transformation. **Feminist Theory**, v.13, n. 2, p. 147-161, 2012.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.**São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

HUGHES, K.D.; JENNINGS, J.E; BRUSH, C.; CARTER, S.; WELTER, F. Extending women's entrepreneurship research in new directions. **Entrepreneurship Theory and Practice**, p. 429- 443, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da economia informal.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9025-economia-informal-urbana.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 5 nov. 2018

IPIRANGA, A.S.R.; FREITAS, A.A.F.; PAIVA, T.A. O empreendedorismo acadêmico no contexto da interação Universidade - Empresa - Governo. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 8, n. 4, p. 676-693, 2010.

IPIRANGA, A.S.R.; LOPES, L.L.S. A epistemologia do campo aberto e o organizar das práticas de espaço. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 1., 2016. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: [s.n.], 2016.

IPIRANGA, A.S.R.; LOPES, L.L.S.; SOUZA, E.M. A experiência estética nas práticas culinárias de uma organização gastronômica. **Revista Organização & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 191-210, 2016.

JACKSON, S. Marxism and Feminism. In: GAMBLE, A.; MARSH, D.; TANT, T. **Marxism and social science.**Champaign: University of Illinois Press, 1999.

JOHANNISSON, B. Towards a Practice of Theory of Entrepreneurship. **Small Business Economics**, v. 36, p. 135-150, 2011.

JOHANNISSON, B. Entrepreneurship: the practice of cunning intelligence. In: BRAUNERHJELM, P. **20 years of entrepreneurship research: from small business dynamics to entrepreneurial growth and societal prosperity.** [S.l.:s.n.], 2014. Disponível em: [http://eng.entreprenorskapsforum.se/wp-content/uploads/2014/03/20\\_years\\_of\\_eship\\_web.pdf](http://eng.entreprenorskapsforum.se/wp-content/uploads/2014/03/20_years_of_eship_web.pdf). Acesso em: 20 mar. 2019.

JONES, C.; SPICER, A. The sublime object of entrepreneurship. **Organization.**, v.12, n. 2, p. 233-246, 2005.

JUNQUILHO, G.S.; ALMEIDA, R.A.; SILVA, A.R.L. As “artes do fazer” gestão na escola pública: uma proposta de estudo. **Cadernos EBAPE. BR.**, v. 10, n. 2, p. 329-356, 2012.

KACHTAN, D.; WASSERMAN, V. (Un)dressing Masculinity: the body as a site of ethno-gendered resistance. **Organization**, v. 3, n. 22, p. 390-417, 2014.

KÄIKHÖ, I. Conflict Chatnography: instant messaging apps, social media and conflict ethnography in Ukraine. **Ethnography**, v. 2, p.1-21, 2018.

- KARAPANO, E.; TEIXEIRA, P.; GOUVEIA, R. Need Fulfillment and Experiences on Social Media: a case on Facebook and WhatsApp. **Computers in Human Behavior**, v. 55, p. 888-897, 2016.
- KELLER, E.F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 13-34, 2006.
- KOEDT, A.; LEEVINE, E.; RAPONE, A. **Radical Feminism**. New York: Quadrangle, 1973.
- KOIVUNEN, A. Preface: The Affective Turn?. In: KOIVUNEN, A.; PAASONEN, S. (Eds.) **Conference Proceedings for Affective Encounters: rethinking embodiment in feminist media studies**. [S.l.:s.n.], 2001. Disponível em: <http://www.utu.fi/hum/mediatutkimus/affective/proceedings.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- KOZINETS, R.V. On Netnography: initial reflections on consumer research investigations of Cyberculture. **Advances in Consumer Research**, v. 25, p. 366-371, 1998.
- KOZINETS, R.V. E-Tribalized Marketing?: the strategic implications of virtual communities of consumption. **European Management Journal**, v. 17, n. 3, p. 252-264, 1999.
- KOZINETS, R.V. The Field Behind the Screen: using netnography for marketing research in online communities. **Journal of Marketing Research**, v. 39, p. 61-72, 2002.
- KOZINETS, R.V. **Netnography: doing ethnographic research online**. California: Sage Publications Inc., 2010.
- LAFUENTE, A.; JIMÉNEZ, A.C. Comunidades de atingidos, o comum e o dom expandido. Jun. **Revista Galáxia**, v. 21, p. 10-25, 2011.
- LAVE, J.; WENDER, E. **Situated Learning: legitimate peripheral participation**. New York: Cambridge University Press, 1991.
- LEÃO, A.L.M.S.; IANATOMI, T.; CAVALCANTI, R.C.T. Diga-me onde andas que te direi quem és: identidades culturais na comunidade brasileira da marca Johnnie Walker. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 5, n. 3, p. 369-380, 2015.
- LEÃO, A.L.M.S.; MELLO, S.C.B. Atividades Marcárias na Vida Cotidiana dos Consumidores: descoberta de uma nova forma de se pensar as marcas? **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 13, n. 1, p. 92-116, 2009.
- LÉVI-STRAUSS, C. A Crise Moderna da Antropologia. **Courrier de l'Unesco**, ano 14, n. 11, p. 19-26, 1961.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- LÉVI-STRAUSS, C. **A Oleira Ciumenta**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1982.
- LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Colombia, v. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um Feminismo Descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACAGNAN, C.B. Pós-Modernidade e as Organizações Empresariais Contemporâneas. In: CAVEDON, N.R.; LENGLER, J.F.B. (Org.) **Pós-Modernidade e Etnografia nas Organizações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005

MACEDO, D.G.; GAETE, L., JOIA, L.A. Antecedentes à resistência a sistemas empresariais: a perspectiva dos gestores brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 18, n. 2, p. 139-160, 2014.

MALDONADO-TORRES, N. Thinking through the Decolonial Turn: post-continental interventions in Theory, Philosophy and Critique-an introduction. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of The Luso-Hispanic World**, v.1, n. 2, p. 1-15, 2011.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N. GROSGOUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Ubu, 2018.

MANNING, J. Becoming a Decolonial Feminist Ethnographer: addressing the complexities of positionality and representation. **Management Learning**, v. 49, n. 3, p. 311-326, 2018.

MANNING, J. Communitarian organizing: Maya women decolonizing organization and management studies. **Academy of Management Proceedings**, v. 1, 2018. Recuperado de: <https://doi.org/10.5465/AMBPP.2018.12366abstract>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MARINS, S.R.; IPIRANGA, A.S.R. O organizar ampliado de práticas cotidianas nos bairros da cidade. **FAROL-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 9, p. 148-204, 2017.

MARTIN, R.M. Feminismos periféricos, feminismos-otros: uma genealogia feminista decolonial por reivindicar. **Revista Internacional de Pensamiento Político**, v. 8, p. 53-79, 2013.

MASCARENHAS, A.O. Etnografia e Cultura Organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas-ERA**, v. 2, n. 2, p. 88-94, 2012.

MATOS, F. et al. Estudo observacional do comportamento empreendedor de Irineu Evangelista de Sousa da ótica de Filion no filme "Mauá - o Imperador e o Rei". **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 10, n. 1, p. 202-220, 2012.

McCLELLAND, D.C. **A sociedade competitiva**: realização e progresso social. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

McFARLANE, C. The entrepreneurial slum: civil society, mobility and the co-production of urban development. **Urban Studies**, v. 49, n. 13, p. 2795-2816, 2012.

MEDINA, J. **The epistemology of resistance: gender and racial oppression, epistemic injustice and resistant imaginations.** New York: Oxford University Press, 2013.

MENDONÇA, P.M.E.; ALVES, M.A. Institutional entrepreneurship and professionalization of the rural development of the sisal region in Brazil. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 47, n. 3, p. 489-499, 2012.

MENEGHETTI, F.K. O que é um ensaio- teórico? **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MIGNOLO, W.D. Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2009.

MIGNOLO, W. **Desobediencia Epistémica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidade y gramática de la descolonialidad.** Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, W.D. Epistemic disobedience and the decoloial options. **Transmodernity**, v. 2, 2011.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais de hoje. **Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-37, 2017.

MIGUELES, C.P.; ZANINI, M.T.F. A natureza volitiva da motivação e a criatividade cultural: uma investigação antropológica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, p. 355-366, 2018.

MILL, J.S. The subjection of women. In: MILL, J.S.; MILL, H.T.; ROSSI, A.S. **Essays on sex equality.** Chicago: University of Chicago Press, 1993.

MILLET, K. **Sexual Politics.** Garden City, NY: Doubleday, 1970.

MILLER, J.S. Inventing the “Found” Object: artifactuality, folk history, and the rise of capitalist ethnography in 1930s America. **Journal of American Folklore**, v. 466, p. 373-393, 2004.

MILLS, C.W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MITCHELL, J. **Woman’s estate.** New York: Pantheon Books, 1971.

MITCHELL, J. **Psychoanalysis and feminism.** New York: Vintage Books, 1974.

MONCAYO, M.M. Feminismos, postcolonialidad, descolonización: del centro a los márgenes? **Andamios**, v. 8, n. 17, p. 11-36, 2011.

MONHANTY, C.T. “Under Western Eyes” Revisited: feminist solidarity through anticapitalist Struggles. **Signs**, v. 28, n. 2, p. 499-535, 2003.

- MORAES, T.A.; ABREU, N.R. Tributos de Consumo: representações sociais em uma comunidade virtual de marca. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 325-342, 2017.
- MORAGA, C.; ANZALDÚA, G. **This bridge called my back: Writings by radical women of color.** [S.l.]: Suny Press, 1981.
- MORGAN, R. **Sisterhood is powerful: an anthology of writings from the women's liberation movement.**New York: Random House, 1970.
- MORGAN, R. **Sisterhood is global.**Garden City, NY: Crossing Press, 1984.
- MURPHY, P.J.; LIAO, J.; WELSCH, H.P. A conceptual history of entrepreneurial thought. **Journal of Management History**, v. 12, n. 1, p. 12-35, 2006.
- NADEAU, J.H. Do gametes woo? Evidence for their nonrandom union at fertilization. **Genetics**, v. 207,n. 2, p. 369-387, 2017.
- NASSIF, V.N.J.; ANDREASSI, T.; TONELLI, M.J. Critical Incidents Among Women Entrepreneurs: personal and professional issues. **Revista de Administração RAUSP**, v. 51, n. 2, p. 212-224, 2016.
- NASSIF, V.M.J.; GHOBRI, A.N.; AMARAL, D.J. Empreendedorismo por necessidade: o desemprego como impulsionador da criação de novos negócios no Brasil. **Pensamento Realista**, ano 12, v. 24, n. 1, p. 143-168, 2009.
- NAVES, F., REIS, Y. Desenhando a resistência: estética e contra-hegemonia no movimento agroecológico no Brasil. **Cadernos Ebape.BR**, v. 15, n. 2, p. 309-325, 2017.
- NUSSBAUM, M.**Women and cultural universals.** New York: Oxford University Press, 1999a.
- NUSSBAUM, M. **Sex and social justice.**Oxford: Oxford University Press, 1999b.
- NUSSBAUM, M. Women's capabilities and social justice. In: MOLYNEUX, M.; RAZAVI, S. **Gender justice, development and rights.**Oxford: Oxford University Press, 2002.
- OKRENT, C.; TREINER, S. **O Livro Negro da Condição das Mulheres.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.
- OLIVEIRA, A.M.; SILVA, A.N.; MENDONÇA, A.C.; FERNANDES, A.R.J.; BATISTA, T.D. Empreendedorismo e ralé brasileira: pequenos e médios negócios. **Revista Multiface**, v.1, p. 36-47, 2013.
- OLIVEIRA, C.M.; MISOCZKY, M.C. Urban entrepreneurialism in fifa World Cup host cities: the case of Porto Alegre. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 624-645, 2016.

OLIVEIRA, J.S. As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 86, p. 511-531, 2018.

OLIVEIRA, J.S.; CAVEDON, N.R. Micropolíticas das Práticas Cotidianas: etnografando uma organização circense. **Revista de Administração de Empresas-ERA**, v. 53, n. 2, p. 156-168, 2013.

OLIVEIRA, J.S.; CAVEDON, N.R. As Tramas Políticas Emocionais na Gênese de Processos Organizativos em uma Organização Circense. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 61-78, 2015.

OLIVEIRA, J.S.; CAVEDON, N.R. Os Circos Contemporâneos como Heterotopias Organizacionais: uma etnografia multissituada no contexto Brasil-Canadá. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 21, n. 2, p. 142-162, 2017.

OLIVEIRA, M.A.G., NOGUEIRA, A.J.F.M. Resistance and organized conter-resistance in conflict areas: an ethnography with Embraer's workers. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 52, p. 392-402, 2017.

OZKAZANC-PAN, B. Postcolonial Feminist Research: challenges and complexities. **Equality, Diversity and Inclusion: an International Journal**, v. 31, n. 5, p. 573-591, 2012.

PAÇO-CUNHA, E.; GOMES, F.A.; BICALHO, R.A. Laboratório do controle e controle do laboratório: práticas e táticas do poder e o problema da servidão voluntária. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 1, p. 136-151, 2009.

PAULSEN, R. (2015) Non-work at work: resistance or what? **Organization**, v. 20, n. 10, p. 351-367, 2015.

PECI, A.; VIEIRA, M.M.F; CLEGG, S.R. (2006) A construção do "Real" e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 10, n. 3, p. 51-71, 2006.

PEIRANO, M. **A Teoria Viva**: e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PELS, P., SALEMINK, O. Introduction: five theses on ethnography as colonial practice. **History and Anthropology**, v. 8, n. 1-4, p. 1-34, 1994.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

PÉREZ, M. "La cadeno sexo-género-revolución". *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 2, p. 435-449, 2017.

PIMENTEL, R.; NOGUEIRA, E.E.S. Estudos baseados na prática: possibilidades metodológicas para pesquisas em estudos organizacionais. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 86, p. 350-370, 2018.

- PINTO, C.R.J. Foucault e as Constituições Brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com nossos excluídos. **Educação e Realidade**, v. 24, p. 33-57, 1999.
- PINTO, C.R.J. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- PISCITELLI, A. Atravessando Fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. **Contemporânea**, v. 3, n. 2, p. 377-404, 2013.
- PULLEN, A.; THANEM, T.; TYLER, M.; WALLEMBERG, L. Sexual politics, organizational practices: interrogating queer theory, work and organization. **Gender, Work and Organization**, v. 23,n.1, p. 1-6, 2016.
- QUINTÃO, R.T.; BRITO, E.P.Z.; BELK, R.W. The taste transformation ritual in the specialty coffee market. **Revista de Administração Eletrônica-RAE**, v. 57, n. 5, p. 483-494, 2017.
- RASCHE, A; CHIA, R. Strategy practices: what they are (not). In: INTERNATIONAL COLLOQUIUM, EUROPEAN GROUP OF ORGANIZATION STUDIES, 27., 2007. Berge, Norway, **Anais...** Berge, Norway, 23, 2007.
- REA, C.A. Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos. **Revista de Estudos Feministas**, v. 26, n. 3,p. 1-21, 2018.
- REIS, J.J. A greve negra de 1857. **Revista da USP**, v. 18, p. 7-29, 1991.
- RENN, K.A. LGBT and queer research in higher education: the state and status of the field. **Educational Researcher**, v. 39, n. 2, p. 132-141, 2010.
- RESTREPO, E.; ESCOBAR, A. Other anthropologies and anthropology otherwise. **Critique of Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 99-129, 2005.
- REZENDE, J. C. M. O romance do pavão misterioso. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LITERATURA DE CORDEL. **100 cordéis históricos segundo a Academia Brasileira de Literatura de Cordel**. Rio de Janeiro: ABLIC, 2000. p. 54-56
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, R. C. L. **Personalidade empreendedora, recursos pessoais, ambiente, atividades organizacionais, gênero e desempenho financeiro de empreendedores tomadores de microcrédito**. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- RIBEIRO, R.C.L; FREITAS, A.A.F. Personalidade empreendedora, recursos pessoais, ambiente, atividades organizacionais, gênero e desempenho financeiro de empreendedores informais. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 511-531, 2010.

RIBEIRO, R. C. L.; IPIRANGA, A. S. R. What happens when entrepreneurship meets feminist solidarity? In: INTERNATIONAL CRITICAL MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE, 11, 2019. [S.l.]. **Anais...** [S.l.]: United Kingdom, 2019.

RIBEIRO, R.C.L.; BARBOSA, E.B.; IPIRANGA, A.S.R. A “Boneca Abayomi”: Retalhos sobre o Organizar de uma Resistência Feminista. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 10., 2019, Fortaleza. **Anais eletrônicos...**São Paulo: Anpad, 2019. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/pesquisa\\_resultado.php](http://www.anpad.org.br/pesquisa_resultado.php). Acesso em: 5 ago. 2018.

RIBEIRO, R. C. L.; OLIVEIRA, F. F. T.; IPIRANGA, A. S. R. The organizing of solidarity resistance practices in a women's network. In: WORK & ORGANISATION CONFERENCE, 10., 2018, Sydney. **Anais eletrônicos...**Sydney: Macquarie University, 2018. Disponível em: <https://custom.cvent.com/94D21F7998F149C5B5429E141839B59D/files/ea5a1455b87d4bbb9400ab4573237f67.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.

RIBEIRO, R.C.L.; IPIRANGA, A.S.R.; OLIVEIRA, F.F.T; DIAS, A.D. Uma “estética de lances” de uma “heroína ordinária”: o reorganizar de práticas de resistências de uma artesã” **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 3, 2019.

RINDOVA, V.; BARRY, D.; KETCHEN, D.J. Entrepreneurship as Emancipation. **Academy of Management Review**, v. 34, n. 3, p. 477-491, 2009.

ROCHA, E.; BARROS, C.; PEREIRA, C. Fronteiras e Limites: espaços contemporâneos da pesquisa etnográfica. In: CAVEDON, N.R.; LENGELER, J.F.B.(Org.). **Pós-Modernidade e Etnografia nas Organizações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

ROSA, A.R.; MEDEIROS, C.R.O.; VALADÃO, V.M.V. Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais. **Cadernos Ebape.BR.**, v. 10, n. 2, p. 393-410, 2012.

ROSAS, A.R.; SAUAIA, A. C. A. Modelo conceitual de decisões no estágio de criação de um negócio: base para construção de um simulador para jogos de empresas. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 13, n. 4, p. 663-682, 2009.

ROTTENBERG, C. Neoliberal Feminism and the Future of Human Capital. **Signs:Journal of Women in Culture and Society**, v. 42, n. 2, p. 329–348, 2017.

RUBIN, G. The traffic in women. In: REITER, R.R. **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

SAAVEDRA, C.M.; PÉREZ, M.S. An Introduction: (re)envisioning Chicana/Latina Feminist Methodologies. **Journal of Latino/Latin America Studies**, v. 6, n. 2, p. 78-70, 2014.

SAITTA, P. Practices of subjectivity: the informal economies and the subaltern rebellion. **International Journal of Sociological and Social Policy**, v. 37, n. 7-8, p. 400-416, 2016.

- SALEM, D. **Uma leitura simbólica do espírito empreendedor**. 2006. 165f. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SAMPAIO, I.C.; FORTUNATO, G.; BASTOS, S.A.P. A estratégia como prática social: o pensar e o agir em um programa social governamental. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 66, p. 479-500, 2013.
- SANTOS, B.S. **The end of the cognitive empire: the coming of age of epistemologies of the south**. Durham: Duke University Press, 2018.
- SANTOS, L.L.S.; ALCADIPANI, R. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 79-98, 2015.
- SARAIVA, E.V.; CARRIERI, A.P.; AGUIAR, A.R.C.; BRITO, V.G.P. Um “Pas de Deux” da estratégia com a arte: as práticas do grupo Corpo de Balé. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 6, p. 1016-1039, 2013.
- SARKAR, S. Grassroots entrepreneurs and social change at the bottom of the pyramid: the role of bricolage. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 30, n. 3-4, p. 421-449, 2018.
- SAVI, M.P. The Anthropocene (and) (in) the Humanities: possibilities for literary studies. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 25, p. 945-959, 2017.
- SCHATZKI, T. Practices and actions a Wittgensteinian critique of Bourdieu and Giddens. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 27, n. 3, p. 283-308, 1997.
- SCHATZKI, T. The sites of organization. **Organization Studies**, v. 26, n. 3, p. 465-484, 2005.
- SCHATZKI, T.; CETINA, K.K.; SAVIGNY, E.V. **The practice turn in contemporary theory**. New York: Routledge, 2005.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1961.
- SCLAVI, M. **An Italian Lady Goes to the Bronx: ethnographic studies – a humor-based methodology for city planners, teachers, sociologists and administrators**. Milan: IPOC, 2007.
- SCOTT, J.W. O Enigma da Igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.
- SEGNINI, L., ALCADIPANI, R. Poder e resistências nas organizações: a propósito das contribuições de Fernando C. Prestes Motta. **Revista de Administração Eletrônica-ERA**, v. 54, n. 3, p. 341-347, 2014.

SELOTI, S. L. **Histórias de empreendedores: significados, narrativas e artefatos.** 2015. 164f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

SENA, A.M.C.; MATOS, F.R.N.; MESQUITA, R.F.; MACHADO, D.Q. Abordagem grassroots e resistência: atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 15, n. 3, p. 651-666, 2017.

SERAFIM, M.C.; ANDION, C. Capital espiritual e as relações econômicas: empreendedorismo em organizações religiosas. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 8, n. 3, p. 564-579, 2010.

SERAFIM, M.C.; FEUERSCHÜTTE, S.G. Movido pelo transcendente: a religiosidade como estímulo ao "espírito empreendedor". **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 13, n. 1, p. 165-182, 2015.

SERAFIM, M.C.; MARTES, A.C.B.; RODRIGUEZ, C.L. "Segurando na mão de Deus": organizações religiosas e apoio ao empreendedorismo. **Revista de Administração de Empresas-ERA**, v. 52, n. 2, p. 217-231, 2012.

SHELDON, S. **O Outro Lado da Meia Noite.** São Paulo: Nova Cultura, 1987.

SIQUEIRA, G.M.V. Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental: estudo de caso em uma ecovila no sul da Bahia. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 15, n. 4, p. 768-782, 2017.

SOUZA, E.C.L.; FENILI, R.R. O estudo da cultura organizacional por meio das práticas: uma proposta à luz do legado de Bourdieu. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 14, n. 4, p. 872-890, 2016.

SOUZA, F.A.S.; LEMOS, A.H.C. Terceirização e resistência no Brasil: o Projeto de Lei n. 4.330/04 e a ação dos atores coletivos. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 14, n. 4, p. 1035-1053, 2016.

SOUZA, J. **Os Batalhadores Brasileiros: nova classe médio ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOUZA, M.M.P.; CARRIERI, A.P. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 10, n. 1, p. 40-64, 2012.

SOUZA, M.M.P.; CARRIERI, A.P. A arte de (sobre)viver coletivamente: estudando a identidade do Grupo Galpão. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 48, n. 1, p. 07-20, 2013.

SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. **Organization Studies**, v. 28, n. 11, p. 1667-1698, 2007.

SPIEGEL, G.M. **Practicing history: new directions in historical writing after the linguistic turn.** New York: Routledge, 2005.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero.** São Paulo: Contexto, 2007.

STEYAERT, C.; HJORTH, D. Entrepreneurship beyond (a new) economy. In: STEYAERT, C.; HJORTH, D. (Eds.). **New movements in entrepreneurship**. Bodmin-Cornwall: MPG Books Ltd., 2003.

SUAREZ, M.C.; GALINDO, F.L.O.C.; SOUKUP FILHO, V.; MACHADO, R. Constituição de uma Comunidade Virtual de Marca no Lançamento de Novo Produto. **Revista de Administração Contemporânea-RAC**, v. 19, p. 117-136, 2015.

TAYLOR MILL, H. Enfranchisement of women. In: MILL, J.S.; MILL, H.T.; ROSSI, A.S. **Essays on sex equality**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 71, p. 161-178, 2015.

THOMAS, R.; DAVIES, A. What have the feminists done for us? Feminist theory and organizational resistance. **Organization**, v. 5, n. 12, p. 711-740, 2005.

TONG, R.; BOTTIS, T.F. **Feminist thought: a more comprehensive introduction**. Boulder, CO: Westview Press, 2018.

TRUTH, S. **The narrative of Sojourner Truth**: Dictated by Sojourner Truth. Boston: the author, 1850. Disponível em: <https://digital.library.upenn.edu/women/truth/1850/1850.html>, Acesso em: 08 mar. 2019.

TÜRKEN, S.; NAFSTAD, H.E.; BLAKAR, R.M.; ROEN, K. **Making sense of neoliberal subjectivity**: a discourse analysis of media language on self-development. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2015.1033247>. Acesso em: 08 mar. 2019.

VACHHANI, S.J., PULLEN, A. Ethics, Politics and Feminist Organizing: writing feminist infrapolitics and affective solidarity into everyday sexism. **Human Relations**, v. 72, n. 1, p. 23-47, 2019.

VALE, G.M.V. Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. **Revista de Administração Eletrônica-ERA**, v. 54, n. 3, p. 310-321, 2014.

VALE, G.M.V.; GUIMARÃES, L.O. Redes sociais na criação e mortalidade de empresas. **Revista de Administração Eletrônica-ERA**, v. 50, n. 3, p. 325-337, 2010.

VEDRES, B.; STARK, D. Dobras estruturais: ruptura generativa em grupos sobrepostos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 215-240, 2010.

VERDUIJN, K.; DEY, P.; TEDMANSON, D.; ESSERS, C. Emancipation and/or oppression? Conceptualizing dimensions of criticality in entrepreneurship studies. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 20, n. 2, p. 98-107, 2014.

VERGARA, S.C.; CALDAS, M.P. Paradigma Interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas-RAE**, v. 45, n. 4, p. 66-72, 2005.

VILLARES-VARELA, M.; RAM, M.; JONES, T. Bricolage as Survival, Growth and Transformation: The Role of Patch-Working in the Social Agency of Migrant Entrepreneurs. **Employment and Society**, v. 32, n. 5, p. 942-962, 2018.

VISWESWARAN, K. Histories of Feminist Ethnography. **Annual Review in Anthropologie**, v. 26, p. 591-621, 1997.

VORLEY, T.; RODGERS, P. Home is Where the Business is: incidents in everyday life and the formation of home-based businesses. **International Small Business Journal**, v. 2, p. 1-21, 2012.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/>. Acesso em: 6 ago. 2018.

WEBB, J.W.; IRELAND, R.D.; KETCHEN JUNIOR., D.J. Toward a greater understanding of entrepreneurship and strategy in the informal economy. **Strategic Entrepreneurship Journal**, v. 8, p. 1-15, 2014.

WEBB, J.W.; TIHANYI, L.; IRELAND, R.D., SIRMON, D.G. You say illegal, I say legitimate: entrepreneurship in the informal economy. **Academy of Management Review**, v. 34, n. 3, p. 492-510, 2009.

WHELAN, G.; O'GORMAN, C. The Schumpeterian and universal hero myth in stories of Irish entrepreneurs. **The Irish Journal of Management**, v. 28, n. 2, p. 79-108, 2007.

WILLIAMS, C.C.; NADIN, S.J. Beyond the entrepreneur as a heroic figurehead of capitalism: re-representing the lived practices of entrepreneurs. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 25, n. 7-8, p. 552-568, 2013.

WILLIAMS, C.; SHAHID, M.S. Informal entrepreneurship and institutional theory: explaining the varying degrees of (in)formalization of entrepreneurs in Pakistan. **Entrepreneurship & Regional Development**, v.2, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08985626.2014.963889>. Acesso em: 6 ago. 2018.

WILSON, F.; KICKUL, J.; MARLINO, D. Gender, entrepreneurial self-efficacy, and entrepreneurial career intentions: implications for entrepreneurship education. **Entrepreneurship Theory and Practice**, p. 387-406, 2007.

WOOLSTONECRAFT, M. **A vindication for the rights of woman**: with strictures of political and moral subjects. Boston: Peter Edes for Thomas an Andrews, 1972.

XIMENES, R. N. **De Pirocaia a Montese**: fragmentos históricos. Fortaleza: [s.n.], 2015.

YARBRO-BEJARANO, Y. Gloria Anzaldua's Borderlands/La Frontera: Cultural studies, "difference," and the non-unitary subject. **Cultural Critique**, p. 5-28, 1994.

YBEMA, S.; YANOW, D.; WELS, H.; KAMSTEEG, F. **Organizational Ethnography**: studying the complexities of everyday life. California: Sage Publications Inc., 2014.

YOUNG, I.M. Beyond the unhappy marriage: a critique of dual systems theory. In: SARGENT, L. **Women and revolution**: a discussion of the unhappy marriage of Marxism and feminism. Boston: South End Press, 1981.

YU-KWAN NG, R.; HÖPFL, H. Objects in exile: the intimate structures of resistance and consolation. **Journal of Organizational Change Management**, v. 24, n. 6, p. 751-766, 2011.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

ZAMPIER, M.A.; TAKAHASHI, A.R.W. Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 9, p. 564-585, 2011.